

Relatório Anual 2012

 Santander Totta



Principais indicadores	3
Órgãos Sociais	4
Factos relevantes e prémios obtidos em 2012	7
Informação Corporativa	9
Responsabilidade Social Corporativa	10
Enquadramento da Actividade	17
Áreas de Negócio	27
Áreas de Suporte ao Negócio	35
Informação Económica e Financeira	39
Gestão de Risco	47
Proposta de Aplicação de Resultados	55
Informação Complementar e Anexos	56
Governo Societário	66
Demonstrações Financeiras Consolidadas	72
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	78
Relatórios e Pareceres Consolidados	214
Demonstrações Financeiras Individuais	219
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais	223
Relatórios e Pareceres Individuais	234

Principais Indicadores

milhões de euros	Dez-12	Dez-11	Var.
Balanço e Resultados			
Activo Líquido	41.400	42.224	-2,0%
Crédito Líquido	26.942	28.340	-4,9%
Recursos de Clientes	27.054	27.152	-0,4%
Capital Próprio	2.767	2.274	+21,7%
Margem Financeira Estrita	550,0	562,8	-2,3%
Comissões, Outros Res.Act.Bancária e Actividade Seguros	554,2	350,9	+57,9%
Produto Bancário	1.234,0	843,2	+46,4%
Resultado de Exploração	769,4	329,7	+133,4%
Resultado Antes de Impostos e I.M.	313,2	43,1	>200%
Resultado Líquido	250,2	63,9	>200%
Rácios			
ROE	12,9%	1,5%	+11,4 p.p.
ROA	0,6%	0,2%	+0,5 p.p.
Rácio de Eficiência	37,7%	60,9%	-23,2 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios *	13,3%	11,5%	+1,8 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios Base (Tier I) *	13,3%	11,5%	+1,8 p.p.
Core Capital *	12,3%	11,0%	+1,3 p.p.
Crédito Vencido a mais de 90 dias / Crédito Total	3,51%	2,19%	+1,3 p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	3,55%	2,24%	+1,3 p.p.
Crédito em Risco / Crédito Total	4,33%	2,85%	+1,5 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido a mais de 90 dias	98,6%	107,1%	-8,6 p.p.
Cobertura de Crédito com Incumprimento	97,6%	104,5%	-6,9 p.p.
Cobertura de Crédito em Risco	79,9%	82,3%	-2,4 p.p.
Rácio de Transformação**	127,1%	139,5%	-12,4 p.p.
Notações de Rating			
FitchRatings			
curto prazo	F3	F1	
longo prazo	BBB-	A	
Moody's			
curto prazo	NP	P-2	
longo prazo	Ba1	Baa2	
Standard & Poor's			
curto prazo	B	A-3	
longo prazo	BB	BBB-	
DBRS			
curto prazo	R-1 (low)	-	
longo prazo	BBB (high)	-	
Outros Dados			
Colaboradores	5.715	5.828	-113
Colaboradores em Portugal	5.665	5.774	-109
Pontos de Atendimento	667	715	-48
Total de Agências e Centros Empresa em Portugal	652	681	-29

* Com resultado líquido de dividendos a distribuir

** Calculado de acordo com a definição do "Memorando de Entendimento"

SANTANDER TOTTA, S.G.P.S., S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	José Manuel Galvão Teles
Vice – Presidente	António Maria Pinto Leite
Secretário	António Miguel Leonetti Terra da Motta

Conselho de Administração

Presidente	Matias Pedro Rodriguez Inciarte
Vogais	António José Sacadura Vieira Monteiro ⁽¹⁾ José Carlos Brito Sítima José Manuel Alves Elias da Costa Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos

Conselho Fiscal

Presidente	Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha
Vogais	Mazars & Associados, S.R.O.C. Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro
Suplente	Pedro Manuel Alves Ferreira Guerra

Revisor Oficial de Contas

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, S.R.O.C.

Comissão Executiva

Presidente	António José Sacadura Vieira Monteiro ⁽¹⁾
Vogais	José Carlos Brito Sítima José Manuel Alves Elias da Costa Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos

Secretário da Sociedade

Efectivo	António Miguel Leonetti Terra da Motta
Suplente	Luís Manuel Baptista Figueiredo

(1) Em 31/01/12 passou de Vogal a Presidente da Comissão Executiva

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino
Vice – Presidente	António de Macedo Vitorino
Secretário	António Miguel Leonetti Terra da Motta

Conselho de Administração

Presidente	Matias Pedro Rodriguez Inciarte
Vogais	António José Sacadura Vieira Monteiro ⁽¹⁾ Carlos Manuel Amaral de Pinho Eduardo José Stock da Cunha João Baptista Leite José Carlos Brito Sítima José Urgel Moura Leite Maia José Manuel Alves Elias da Costa Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Conselho Fiscal

Presidente	Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha
Vogais	Mazars & Associados, S.R.O.C. Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro
Suplente	Pedro Manuel Alves Ferreira Guerra

Revisor Oficial de Contas

Deloitte & Associados, S.R.O.C., S.A.

Comissão Executiva

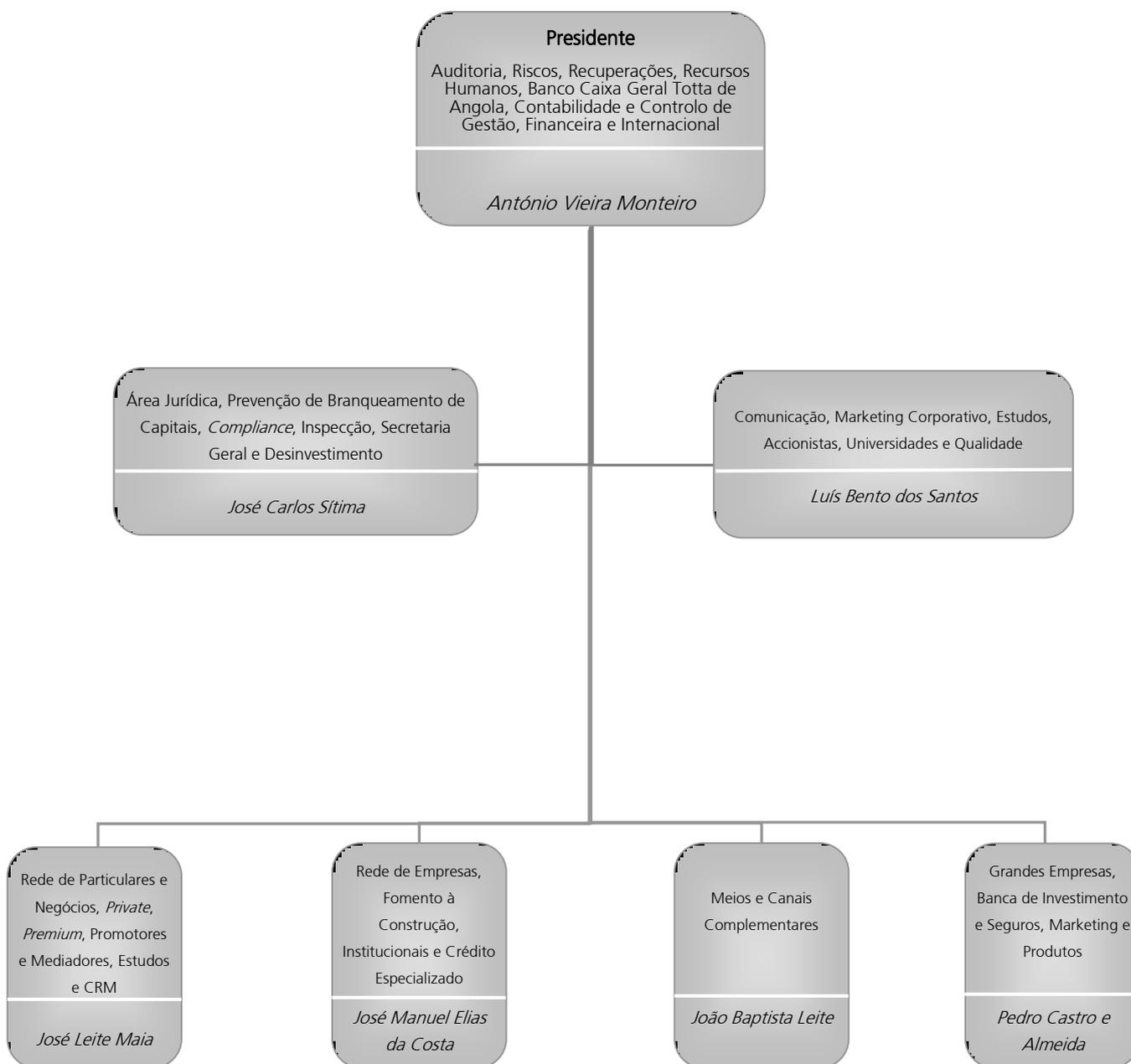
Presidente	António José Sacadura Vieira Monteiro ⁽¹⁾
Vogais	José Carlos Brito Sítima João Baptista Leite José Manuel Alves Elias da Costa José Urgel Moura Leite Maia Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Secretário da Sociedade

Efectivo	António Miguel Leonetti Terra da Motta
Suplente	Luís Manuel Baptista Figueiredo

(1) Em 31/01/12 passou de Vogal a Presidente da Comissão Executiva

Organigrama Funcional da Comissão Executiva – 31/12/12



Factos relevantes em 2012

Prémios em 2012

Principais distinções

Banco do Ano em Portugal - *The Banker*

Melhor Banco em Portugal - *Euromoney*

Melhor Banco em Portugal - *Global Finance*

Grande Banco Mais Sólido - *Exame*



Outros reconhecimentos

Melhor *Private Banking* - *Euromoney*

E nas categorias de serviços "Serviços Especializados de Património", "Gestão da Relação com o Cliente", "Privacidade e Segurança", "Gama de Produtos e Serviços" e "Serviços de *Family Office*" e "Melhor Banco no segmento *Super Affluent* (\$ 500.000- \$1.000.000 Dólares)" e "Melhor Banco no segmento *High Net Worth* (\$1.000.000 - \$10.000.000 Dólares)".

Best Foreign Exchange Provider 2013 em Portugal - *Global Finance*

Melhor *Contact Center* do Sector Banca - *APCC*

Melhor Distribuidor de Produtos Estruturados e na sub-categoria Melhor Distribuidor em Vendas - *Euromoney e StructuredRetailProducts.com*

Outros factos relevantes em 2012

Janeiro

- António Vieira Monteiro nomeado presidente executivo do Santander Totta
- Santander Totta e ISEG desenvolvem curso de Internacionalização para empresários

Fevereiro

- Revista Euromoney elege Private Banking do Santander Totta como o melhor em Portugal
- Santander Totta o único dos grandes Bancos em Portugal a apresentar resultados positivos em 2011

Março

- Conclusão do Programa Especial de Inspeções da *Troika* e BdP (WS3) – Grupo Santander Totta obtém juntamente com outra instituição financeira a melhor nota da avaliação
- Santander Totta eleito o "Melhor Banco em Portugal" pela revista *Global Finance*
- Santander Totta promove debate com Universidades sobre o Cartão Universitário Inteligente
- Eduardo Lourenço vence Prémio Universidade de Lisboa
- Prémio Científico Casa da América Latina / Santander Totta com inscrições abertas

Abril

- Prémio de Mérito Científico Santander Totta / Universidade NOVA atribuído a investigação sobre tuberculose
- Santander Totta celebra Internacionalização da Universidade de Coimbra com a atribuição de 30 bolsas de mobilidade internacional
- Lançamento de plano estruturado para ajudar famílias em dificuldade no pagamento de créditos

Maiο

- Santander Totta e Universidade do Porto desenvolvem concurso de Ideias de Negócio para empreendedores
- Santander Totta distingue estudantes de mobilidade na Universidade do Porto
- Atribuição do Prémio de Jornalismo Económico

Junho

- Santander Totta vence prémio de “Melhor Contact Center do Sector Banca”, atribuído pela Associação Portuguesa de Contact Centers
- Santander Totta passa a ser acompanhado pela agência canadiana de *rating* DBRS, destacando-se com a melhor classificação do sector
- Colaboradores pedalam de Lisboa ao Porto por uma causa solidária
- RedEmprendia lança concurso de ideias de negócio para universitários
- Aluno da Faculdade de Economia do Porto vence 9ª edição do Prémio *Primus Inter Pares*

Julho

- Santander eleito “Melhor Banco do Mundo” e Santander Totta “Melhor Banco em Portugal” pela revista Euromoney

Setembro

- Santander Totta celebra acordo com Faculdade de Ciências Médicas da Universidade NOVA de Lisboa
- Euromoney eleger Santander Totta como o “Melhor Distribuidor de Produtos Estruturados em Portugal”

Outubro

- Santander Totta arranca com Plano de Activação para apoiar economia portuguesa
- Banco reúne empresas exportadoras na Conferência Exportação – “Experiências e Oportunidades”

Novembro

- Banco Santander Totta assina acordo com Instituto Politécnico de Beja
- Santander Totta premeia investigação científica na Universidade da Beira Interior
- Santander Totta é o “Banco Mais Sólido em Portugal”, na categoria de Grande Banco, nos prémios Exame
- Revista “The Banker” eleger Santander Totta como o “Banco do Ano em Portugal”

Dezembro

- Primus Inter Pares com inscrições abertas
- Resultado do Programa de Inspeções On-Site à exposição aos sectores da construção e promoção imobiliária, destaca Santander Totta com o único dos grandes Bancos, que a Set/2012 não necessitava de registar mais imparidades
- 9ª Edição do evento “Pão de Todos” junta 400 colaboradores voluntários, e com compensação de emissões de carbono
- Santander Totta cria o Comité de Sustentabilidade

Informação Corporativa

O Santander é um banco comercial com sede em Espanha e presença em 10 mercados principais. O Santander é o primeiro Banco da zona euro por capitalização bolsista. Fundado em 1857, tem €1.388 mil milhões de fundos geridos, 102 milhões de clientes, 14.392 balcões – mais que qualquer outro banco internacional – e 187.000 empregados no fim de 2012. É o principal Grupo financeiro em Espanha e na América Latina, com posições relevantes no Reino Unido, Portugal, Alemanha, Polónia, e nordeste dos Estados Unidos da América. O Santander obteve um resultado antes de provisões de 23.559 milhões de euros em 2012, mais 2% que no ano anterior.

O Santander Totta, em linha com o Grupo Santander, rege-se pelos seguintes valores corporativos:

Dinamismo

Iniciativa e agilidade para descobrir e explorar as oportunidades de negócio antes dos seus concorrentes e flexibilidade de adaptação às mudanças de mercado

Solidez

A solidez de balanço e a prudência na gestão de riscos são as melhores garantias da capacidade de crescimento e de geração de valor para os accionistas a longo prazo

Liderança

Vocação de liderança com as melhores equipas e uma orientação constante para o Cliente e para os resultados

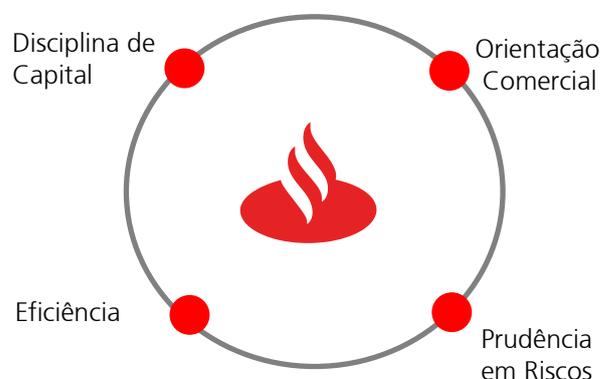
Inovação

Procura constante de produtos e serviços que respondam às novas necessidades dos Clientes permitindo obter aumentos de rentabilidade superiores aos dos nossos concorrentes

Orientação comercial e ética profissional

Estratégia de melhoria contínua na captação, satisfação e vinculação de Clientes através de uma oferta ampla de produtos e serviços e de uma melhor qualidade de serviço

O Cliente é o eixo fundamental do modelo de negócio do Santander Totta



Responsabilidade Social Corporativa

Introdução

A política de responsabilidade social do Santander Totta, alinhada com a política do Grupo Santander, tem como eixo principal o apoio ao ensino, promoção do conhecimento, mérito e empreendedorismo, especialmente no Ensino Superior, através dos 45 acordos de colaboração que mantém com as Universidades e Politécnicos portugueses. Uma vez que o Banco acredita que o Ensino Superior é um dos principais motores de desenvolvimento das sociedades e que as comunidades académicas constituem a principal força produtiva e mobilizadora a medio prazo.

O Banco mantém também uma política activa nas áreas de solidariedade social, através de apoios e do envolvimento de colaboradores voluntários e no ambiente, através da adopção e promoção de medidas de combate às alterações climáticas e de desenvolvimento sustentável. O apoio à cultura, a promoção da saúde e bem-estar e do desporto, são também áreas importantes na política de responsabilidade social, com o objectivo de aumentar a consciência social corporativa dos actores económicos, promovendo uma sociedade mais justa e solidária.

Em 2012, o investimento total em Portugal em actividades directamente relacionadas com responsabilidade social corporativa ascendeu a cerca de 5,3 milhões de euros.

A fim de integrar ao mais alto nível a sustentabilidade na estrutura de *governance* do Banco e para responder aos novos desafios que se colocam foi criado o Comité de Sustentabilidade.

Universidades

Actualmente, o Banco tem 45 acordos de colaboração assinados com Instituições do Ensino Superior. Em 2012 assinaram-se 2 novos acordos de colaboração, com a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa e com o Instituto Politécnico de Beja.

Durante o ano de 2012, no âmbito das parcerias realizadas com as Universidades, foram realizadas várias iniciativas das quais se destacam:

- **Dia da Internacionalização da Universidade do Porto**

No dia da internacionalização da Universidade do Porto, o Banco Santander Totta homenageou os 70 estudantes

que participaram, em 2012, no programa de mobilidade internacional entre a Universidade do Porto e Universidades da América do Sul.

Ao todo, desde o início do programa, em 2007, mais de 400 estudantes dos dois lados do Atlântico beneficiaram do protocolo de colaboração entre o Santander e a Universidade do Porto. Foram já 163 estudantes da Universidade do Porto a realizarem um período de mobilidade em universidades da América do Sul, especialmente no Brasil e na Argentina, enquanto 253 jovens sul-americanos fizeram o caminho inverso como bolsiros do Programa Santander Universidades.



- **Dia da Internacionalização da Universidade de Coimbra**

No âmbito da comemoração do dia da internacionalização da Universidade, entregaram-se 30 bolsas internacionais aos participantes em vários programas de mobilidades como as bolsas luso-brasileiras e as bolsas ibero-americanas dirigidas a estudantes, docentes e investigadores.



- **III Workshop do Cartão Universitário Inteligente (TUI)**

Realizou-se na Universidade de Porto o *workshop* do TUI (Tarjeta Universitaria Inteligente) com o objectivo de apresentar o projecto às Universidades que ainda não têm o cartão e partilhar experiências sobre a utilização do mesmo. Estiveram presentes no evento as Universidades

de Porto, de Coimbra, da Beira Interior, o Politécnico do Porto e duas universidades espanholas, de Santiago de Compostela e de Salamanca.



- **Concurso de ideias de Negócio da Universidade do Porto - iUP25K (3ª edição)**

Na sua terceira edição, o Prémio Ideias de Negócio reconhece a inovação de projectos científicos e tecnológicos ao mesmo tempo que fomenta o empreendedorismo e a criação de novas empresas.

O 1º prémio foi entregue ao projecto “TerMonitor – Termografia para Aplicações Médicas”, que recebeu 10 mil euros do capital social necessário para criar um empresa e 5 mil euros destinados ao processo de assessoria do seu plano de negócio.



- **Prémio de Mérito Científico Santander Totta/Universidade Nova (5ª edição)**

Na sua 5ª edição, os prémios distinguiram os investigadores Pedro Viana Baptista e Miguel Viveiros, pela criação de um sistema inovador, mais rápido e barato para o diagnóstico da tuberculose. O projecto intitulado “Nano TB Nanodiagnosics for XDRT at a point-of-need” recebeu o prémio de 25 mil euros.

- **Prémio Universidade Lisboa/Santander Totta (6ª edição)**

Este ano o prémio distinguiu Eduardo Lourenço, autor de “uma obra vasta e rica, capaz de inspirar os caminhos do futuro na hora difícil que o país atravessa”, nas palavras do júri em relação ao pensador, justificando esta distinção pela sua “originalidade e profunda reflexão sobre o significado da cultura e das constantes históricas de Portugal, na sua inserção nos espaços mais amplos da Europa e da lusofonia”.

- **Prémio Universidade Coimbra / Santander Totta (9ª edição)**

António Pinho Vargas, músico e investigador foi distinguido pelo seu trabalho com o prémio no valor de 25 mil euros.

- **Prémio de Mérito Científico Universidade Beira Interior/Santander Totta (3ª edição)**

Estes prémios são entregues aos investigadores e docentes, das cinco faculdades da UBI, que conjugam actividades de ensino e investigação, evidenciando-se pelo seu mérito científico e por uma intervenção relevante e inovadora.

- **Prémios Científicos Universidade Técnica de Lisboa/Santander Totta (6ª edição)**

Os prémios científicos da UTL e Santander Totta premeiam os professores e investigadores que se destacam pelo trabalho notável a nível científico nas várias Faculdades que integram a UTL, com trabalhos de grande impacto em revistas científicas internacionais.

Em 2012, foram atribuídos 11 prémios e 14 menções honrosas. Cada prémio tem um valor pecuniário de 3 mil euros e inclui uma bolsa de iniciação à investigação por um período de 6 meses.

Foram também atribuídos os prémios aos melhores estudantes da UTL, aqueles que mais se destacaram no contexto da sua formação global, nas vertentes científica, académica, cultural e cívica.

- **Prémio de Jornalismo Económico Universidade Nova de Lisboa/Santander Totta (6ª edição)**

O trabalho “E se Portugal saísse do Euro?”, do Jornal de Negócios, foi o grande vencedor da 6ª edição do PJE, tendo vencido igualmente na categoria de Mercados Financeiros. O artigo “Vale a pena trabalhar nas empresas autárquicas”, do jornal Expresso, venceu na categoria de Gestão de Empresas e Negócios, enquanto o trabalho “A força do terceiro sector”, da revista Visão, foi galardoado na categoria de Sustentabilidade Empresarial.

- **Prémio *Primus Inter Pares***

Lançado, em 2003, pelo Banco Santander Totta e pelo jornal Expresso, este prémio distinguiu mais uma vez os três melhores universitários do país em cursos de Economia, Gestão ou Engenharia.

Os alunos vencedores terão a oportunidade de frequentar um MBA numa *Business School* de prestígio nacional e internacional – o IESE, em Barcelona, o Instituto de Empresa, em Madrid, o Lisbon MBA (Universidade

Católica e Universidade Nova), o ISCTE, o ISEG e, este ano, pela primeira vez, a Porto Business School. O 4º e 5º classificados recebem um curso de pós-graduação.

Os vencedores da 9ª edição foram, em 1º lugar, André Campos e em 2º e 3º lugar, respectivamente, Inês Relvas e Patrícia Viseu.



- **Prémio Científico Casa América Latina / Santander Totta**

O Prémio Universitário Santander Totta/Casa da América Latina tem como objectivo premiar o mérito e estimular a formação de estudantes universitários latino-americanos em Portugal, contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de rigor e de excelência.

Em 2012, o prémio teve a participação de cerca de 30 candidaturas, sendo premiadas as teses dos estudantes Carlos Rafael Borges Mendes, de origem portuguesa, na categoria de Tecnologias e Ciências Naturais e de Mércia Carréra de Medeiros, de origem brasileira, na categoria de Ciências Sociais e Humanas.

Universia

O plano orientador da actividade da Universia está assente e orientado em 4 linhas estratégicas: a colaboração entre a universidade e a empresa, o emprego para universitários, a difusão do conhecimento e o futuro do ensino superior.

- **Ação de Matrículas 2012/13 Santander Universidades**

O Universia apoiou o Banco Santander Totta nesta acção, cujo objectivo foi, para além da emissão de cartões, marcar uma forte presença nas Universidades, para estar mais próximo dos estudantes que ingressam pela primeira vez no Ensino Superior.

Para esta iniciativa foram contratados 170 promotores que, em conjunto com a equipa do Universia e do Santander Totta, serviram de suporte para a implementação desta acção.

- **Implementação da rede "Trabalhando em Portugal"**

O Universia avançou este ano em Portugal com a implementação de uma plataforma de emprego única,

que pretende ser comum a todas as Universidades, permitindo uma maior partilha de informação, de forma mais eficaz e eficiente. Esta plataforma possibilita a uniformização dos conteúdos de modo a que as ofertas de emprego e os CV's dos alunos possam ser partilhados. Esta nova solução não impede que cada Universidade tenha a sua própria imagem, ou que perca o controlo absoluto das ofertas de emprego que tem.

- **Recrutamento e Selecção Universia**

O Universia dispõe de uma equipa especializada para o acompanhamento completo do processo de recrutamento, desde a pré-selecção até à contratação dos candidatos.

Em Novembro de 2012, o Universia marcou presença em feiras universitárias na Faculdade de Engenharia do Porto e no ISEG (Universidade Técnica de Lisboa) para apresentar este serviço e apoiar os alunos finalistas na selecção de carreiras.

- **CIVEP**

Em 2012, foi criado o Campus Ibero-americano Virtual de Cursos de Pós-graduação (CIVEP). Nesta plataforma é disponibilizada toda a informação sobre universidades e instituições ibero-americanas que oferecem este tipo de cursos, para que os estudantes possam ampliar a sua formação académica, conscientes de toda a oferta formativa dentro da Rede Universia. Na versão portuguesa a plataforma está já implementada em 12 *stands*.

- **Seminários Miami**

Ao longo de 2012, a Rede Universia realizou cinco seminários dirigidos a vice-reitores, administradores, directores e outros cargos das Universidades pertencentes à rede. Estes seminários tiveram lugar em Miami e contaram com o apoio de várias Instituições de prestígio internacional. Com 200 inscritos de mais de 15 países, os índices de satisfação foram elevados: 99% disseram que recomendariam o curso aos seus pares.

- **Seminário Lisboa**

"Metodologia de Rankings Universitários - Como construir uma Universidade de marca internacional" foi o tema de um seminário organizado pelo Universia e pelo CRUP. O seminário realizou-se no edifício da reitoria da Universidade Nova de Lisboa, com o objectivo principal de abordar os mais recentes avanços tecnológicos sobre metodologias de classificação e medição nos *rankings* universitários mais prestigiados do mundo, com relevância para as Instituições de Ensino Superior em Portugal.

- **Classificados Universia**

Foi desenvolvido um novo portal dos anúncios classificados Universia, com um *design* mais atractivo e novas funcionalidades disponíveis, que facilita a compra e a venda de produtos e serviços aos estudantes universitários.

- **Guia de Mobilidade Internacional**

Foi lançado o Guia de Mobilidade Internacional, com duas vertentes. A primeira vertente do Guia está disponível em português e espanhol, e dirige-se a estudantes matriculados nos 23 países servidos pela Rede Universia, que desejem frequentar cursos nos Estados Unidos, Reino Unido e China. A segunda vertente está disponível em português, espanhol, chinês e inglês, e destina-se aos membros das comunidades universitárias destes três países que estejam interessados em estudar numa universidade sócia da Rede Universia.

Acção Social

- **“Pão de Todos”**

Pelo 9º ano consecutivo em Lisboa, e 3º ano no Porto, o Santander Totta e a CAIS (Associação de Apoio aos Sem Abrigo e à População Mais Carente), organizaram este evento de solidariedade social, que já é considerado uma tradição dos festejos natalícios nessas duas cidades e um projecto de voluntariado de sucesso promovido pelo Banco.

Pão "Carbon Free" - Este ano como novidade, o evento teve uma preocupação ambiental acrescida e o "Pão de Todos" foi livre de emissões de carbono. Efectuou-se a medição e compensação das emissões de carbono produzidas, através do investimento em projectos que reduzem emissões e protegem o meio ambiente. Foram também promovidas várias iniciativas de protecção ambiental, como o Projecto CAIS Recicla - que consiste em fazer produtos com base em material reciclável, recolha de produtos para reciclagem, palestras, entre outros.

Sob o lema desta edição, "Juntos vamos multiplicar a partilha", mais de 400 colaboradores voluntários do Banco confeccionaram e distribuíram pão, juntamente com chocolate quente e boa disposição, a todos os transeuntes que visitaram a tenda do "Pão de Todos".



- **Casa da Ritinha**



Foi a iniciativa solidária escolhida e promovida na "Semana Santander És Tu". Uma causa interna que pretendeu ajudar a construção de uma casa para uma menina com paralisia cerebral.

Ao desafio de vender os porta-chaves da casa da Ritinha, juntaram-se os colaboradores dos balcões, serviços centrais e nove ciclistas voluntários do Banco, que pedalarão de Lisboa ao Porto na divulgação da causa. Durante o Natal, foi ainda realizado um sorteio de uma bicicleta entre os colaboradores para ajudar esta iniciativa solidária. No final, o objectivo foi alcançado com a angariação de 15 mil euros para a construção da Casa da Ritinha.

Complementarmente, e no sentido de se dar uma dimensão social ao projecto, foi constituída a Associação Maria Rita de Apoio aos Cuidadores com o objectivo de ajudar pessoas que tenham a seu cargo deficientes como a Ritinha, revertendo para a sociedade um serviço gratuito e que funcionará nesta mesma casa.

- **Feira de Natal BIPP 2012**



O Santander Totta marcou presença, com mais de 50 colaboradores voluntários, na Feira de Natal BIPP – Banco de Informação de Pais para Pais, durante dois dias. A BIPP é uma instituição particular de solidariedade social, que visa a plena inclusão das pessoas com necessidades especiais na sociedade.

- **Natal numa caixa de sapatos**

Pelo 4º ano consecutivo, os colaboradores e as suas famílias voltaram a aderir a esta iniciativa solidária, para distribuírem presentes a crianças e jovens carenciados que vivem em instituições de acolhimento.

O desafio foi simples: cada filho de colaborador encheu uma caixa de sapatos com um brinquedo que já não utilizava e que foi distribuído, a um menino ou a uma menina da mesma idade que vivam numa instituição.

Esta iniciativa contou com o forte envolvimento das direcções comerciais do Banco que identificaram em cada região da sua acção as instituições a apoiar. No ano de

2012, foram mais de 2.100 crianças e jovens que vivem em mais de 65 instituições abrangidas.

- **Canto Solidário**

Durante a “Semana Santander És Tu”, foi inaugurado no edifício central do Santander Totta um espaço dedicado à solidariedade social. O espaço tem como objectivo a promoção de iniciativas de solidariedade social.

Instituições como a “Make a Wish” puderam promover a sua missão junto dos colaboradores.

- **Mini Maratona Santander Totta**



O Santander Totta no âmbito do seu apoio ao desporto e hábitos de vida saudáveis voltou, em 2012, a apoiar a Meia Maratona Sportzone e a Mini Maratona, na cidade do Porto, uma das mais conceituadas provas de meia distância do país. As provas contaram com a participação de mais de 500 colaboradores e familiares.

Correr foi também apoiar uma causa social. O Banco aliou-se à vertente solidária da prova, que todos os anos apoia um projecto de cariz social, e este ano por cada inscrição dou 1€ à Associação “No Meio Do Nada”, uma instituição que apoia pais e famílias com vivências em cuidados intensivos neonatais e pediátricos.

- **Fundação CEBI**

Desde 1995, que o Santander Totta é membro fundador da Fundação CEBI e apoia esta instituição particular de solidariedade social, cujo objectivo é apoiar crianças, jovens, idosos e famílias mais desfavorecidas, participando na sua Assembleia de Fundadores e mantendo um representante no Conselho de Administração.

Das suas acções destaca-se a promoção da educação, abrangendo 1.800 alunos, desde a creche ao 9º ano de escolaridade, sendo que destes, cerca de 400 beneficiam de bolsas de acção e promoção social. De salientar ainda o apoio a mais de 250 idosos por ano e cerca de 400 atendimentos diários de medicina física e reabilitação.

- **Doação de equipamento informático à Entrajuda**



No âmbito do protocolo assinado com a Instituição, o Banco entregou 150 computadores ao Banco de Bens Doados - Entrajuda, contribuindo assim para o projecto desta Instituição de reequipamento das instituições de solidariedade social com matéria informático.

- **Doação de equipamento para Instituições Hospitalares**

O Santander Totta apoiou o Instituto Português de Oncologia do Porto, através da doação de mobiliário e o Instituto São João de Deus, com o apoio à aquisição de material para uma unidade de cuidados continuados com capacidade para 35 pessoas.

- **Seminário de Fundraising**

O Santander Totta patrocinou a participação de cinco instituições do terceiro sector no 4º seminário de *fundraising* organizado pela *Call to Action*. O principal objectivo do seminário foi o de capacitar as empresas participantes a gerirem de forma sustentada e angariarem de forma adequada os seus recursos.

- **Outros apoios**

No âmbito da sua política de responsabilidade social corporativa, o Banco mantém um apoio próximo ao terceiro sector através de apoios, patrocínios e donativos, às Instituições de Solidariedade Social, Associações e ONG's.

- **Rubrica sobre literacia financeira nas redes sociais**

Atendendo aos novos canais de comunicação junto da comunidade, e à importância de uma comunicação transparente com os seus grupos de interesse, o Banco lançou, em 2012, uma rubrica sobre literacia financeira no Facebook da página Santander Universidades. A rubrica tem como objectivo explicar conteúdos económicos e financeiros, através de vídeos feitos com os alunos universitários, de uma forma atractiva e simples.

- **“Rota das Vocações de Futuro”**

No âmbito do apoio à Associação EPIS (Empresários pela Inclusão Social), o Santander Totta recebeu um grupo de 70 alunos do ensino secundário no âmbito da iniciativa “Rota das Vocações de Futuro”, desenvolvida pela EPIS e pela Fundação CEBI, para ajudar jovens estudantes a descobrirem a sua vocação profissional, proporcionando-lhes a oportunidade de contactarem com diferentes

profissões ao longo de uma semana, através de visitas a empresas das mais diversas áreas.



- **Curso de Internacionalização para PME**

Em 2012, o Santander Totta promoveu junto dos seus clientes, cursos sobre Internacionalização da Empresa - Comércio Internacional, cujo objectivo foi o de ajudar a dotar os seus clientes de um maior conhecimento teórico e prático sobre esta importante temática, visando facilitar a expansão do negócio internacional das empresas portuguesas. O 1º curso realizou-se em Lisboa, em parceria com o ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão, e o 2º no Porto, em parceria com a Faculdade de Economia do Porto.

- **Instituto de Empreendedorismo Social (IES)**

O Santander Totta é membro fundador do IES, que nasceu de uma parceria de um grupo de empreendedores sociais com o INSEAD e com a Câmara Municipal de Cascais. Pretende apoiar os empreendedores sociais potenciando o impacto das suas iniciativas para dar resposta aos crescentes desafios sociais e ambientais.

Cultura

- **Livro "Everything is connected"**

O Banco editou o livro "Everything is connected" no qual se fez a compilação das três edições das conferências realizadas sob o mesmo tema no âmbito do *Greenfest*. Um livro único que reúne as intervenções dos vários oradores que ao longo de três dias partilharam visões e interpretações únicas sob o tema de como está tudo conectado.

A edição do livro contemplou também uma vertente solidária. Por cada livro vendido, 1€ reverteu para a Associação "Movimento 1 Euro", cujo objectivo é o de apoiar no financiamento a associações e instituições sociais que desenvolvam trabalho em diversas áreas desde economia, à saúde, ao meio ambiente, cultura e educação.

Ambiente

- **Green Festival**

Pelo 5º ano consecutivo o Santander Totta apoiou a realização do *Greenfest*, o maior festival de sustentabilidade em Portugal, que este ano promoveu a iniciativa privada conciliada com uma atitude ambientalmente sustentável.

O Banco organizou dois *workshops*. "Da ideia ao mercado: como financiar o arranque do seu micro negócio?", onde se promoveu o empreendedorismo e a criação do próprio negócio e o *workshop* "Micro empreendedorismo jovem – Barreiras à entrada", organizado em parceria com a Deloitte, cujo objectivo foi alertar os empreendedores para algumas barreiras iniciais que os pequenos negócios encontram, bem como algumas formas de as atenuar.



- **Campanha "Dê uma pausa ao planeta"**

Ao longo de todo ano e no seguimento da campanha lançada em 2011, "Dê uma pausa ao Planeta", continuou-se a promover nos canais internos a adopção de boas práticas sustentáveis no local de trabalho.

- **Campanha "Clean Desk"**

A Direcção de Risco Tecnológico e Operacional e a Direcção de Coordenação de Recursos Humanos desenvolveram uma campanha de *Clean Desk*, com o objectivo de melhorar a eficiência e transmitir uma imagem de confiança e eficácia junto dos clientes., e de reduzir a quantidade de papel, *toners* e tinta utilizados no dia-a-dia,

Ao longo desta campanha foi ainda promovida a reciclagem de papel sob o tema "Vamos Reciclar e Poupar a Floresta".

- **Medidas de eficiência energética e de redução de consumos**

Em 2012, o Santander Totta continuou a desenvolver esforços no melhoria da eficiência das infra-estruturas e desenvolvimento de mecanismos para redução de consumos.

O investimento ascendeu a 1,4 milhões de euros o que se traduziu numa poupança energética anual de 2.742.249 kwh, destacando-se as principais iniciativas:

- Nos balcões: (1) foram instalados detectores de presença, em salas de reuniões, gabinetes, instalações sanitárias, *back-offices*, arquivos e arrumos para desligar a iluminação quando os locais estão desocupados (191 balcões); (2) substituíram-se os sistemas de climatização obsoletos por outros de menor consumo (6 balcões); e (3) alteração de letreiros luminosos para sistemas *LED* (150 balcões).
- Nos edifícios centrais: (1) foram instalados sistemas de *free cooling* para funcionamento com temperaturas exteriores inferiores a 20°C, desligando o sistema de climatização; (2) procedeu-se ao sombreamento das fachadas sul e sul poente do edifício central com películas de vinil; e (3) automatizou-se o controlo da iluminação e instalaram-se luminárias com regulação de fluxo para aproveitamento da luz natural.

Enquadramento da Actividade

Economia Internacional

A economia mundial desacelerou de forma mais pronunciada do que o esperado, em 2012, fruto de uma mais profunda deterioração dos agentes económicos, na sequência (i) do agravamento da crise da dívida soberana, na zona euro, e seu contágio à economia mundial e, em simultâneo, (ii) com os receios associados ao “precipício orçamental”, nos EUA. Acrescem ainda os efeitos relacionados com a instabilidade geopolítica em várias regiões do Globo.

A tendência de desaceleração foi relativamente uniforme ao longo do ano, em termos de variação homóloga, com uma desaceleração progressiva das taxas de crescimento do PIB, de forma generalizada. O abrandamento da actividade seria mais visível no segundo semestre do ano, em especial na Europa, com o contágio da crise da dívida soberana a afectar os países “core”, juntamente com o impacto da desaceleração dos mercados emergentes.

No final do ano, eram visíveis diferentes dinâmicas de crescimento, com a zona euro em situação recessiva, fruto do agravamento da crise, enquanto os EUA recuperavam o potencial de crescimento. Nos mercados emergentes, as indicações são ainda de estabilização do crescimento, em ritmos abaixo da média histórica.

Crescimento Económico Mundial			
	2010	2011	2012
Mundo	5,1	3,9	3,2
Países Avançados	3,0	1,6	1,3
EUA	2,4	1,8	2,3
UEM	2,0	1,4	-0,4
Reino Unido	1,8	0,9	-0,2
Japão	4,5	-0,6	2,0
Países em Desenvolvimento	7,4	6,3	5,1
África	5,3	5,3	4,8
Ásia	9,5	8,0	6,6
China	10,4	9,3	7,8
Europa de Leste	4,6	5,3	1,8
Médio Oriente	5,0	3,5	5,2
América Latina	6,2	4,5	3,0
Brasil	7,5	2,7	1,0

Fonte: FMI (Janeiro de 2013)

Os mercados emergentes foram particularmente afectados pela desaceleração, com o crescimento a cair abaixo da média dos últimos anos, uma tendência mais visível no Brasil. Isso foi o resultado das políticas restritivas adoptadas no passado, para evitar os riscos de sobreaquecimento e controlar potenciais bolhas de

crédito, a que acresceram os impactos da moderação da procura por parte das economias desenvolvidas.

Na China, houve também uma moderação do investimento público, uma vez concluídos os programas de estímulo económico adoptados após a crise de 2008/09.

Posteriormente, nos vários países, foram adoptadas medidas de estímulo, incluindo descidas de taxas de juro, bem como políticas de investimento público.

Na China, o banco central desceu as taxas de juro de referência pela primeira vez em vários anos, após sucessivas subidas e aumentos do coeficiente de reservas de caixa, com o objectivo de travar o crescimento do crédito.

No Brasil, o banco central foi mais agressivo na adopção de políticas expansionistas, tendo descido a taxa de juro de referência em 500pb, para 7,25%, ao mesmo tempo que flexibilizou alguns dos critérios macroprudenciais para estimular a concessão de crédito.

Nos EUA, o crescimento económico permaneceu moderado, tendo mesmo registado uma ligeira desaceleração durante o período do Verão, com o desemprego a estabilizar cima de 8%, muito acima da média dos últimos anos e dos níveis considerados como consistentes com o pleno emprego (cerca de 6%, de acordo com o consenso de mercado). Em resultado, e devido aos maiores riscos para a economia norte-americana colocados pela crise europeia, a Reserva Federal mencionou a possibilidade de adopção de novas medidas de estímulo não convencionais. No Verão, e apesar de os investidores anteciparem uma nova vaga do programa de aquisição de dívida pública (*quantitative easing*), a Reserva Federal apenas prolongou a operação “*Twist*”, na qual reinveste em maturidades mais longas as aplicações que já tem em dívida pública norte-americana.

Já no 4º trimestre, a Reserva Federal fez depender ainda mais a política monetária da evolução do mercado de trabalho, apesar da descida da taxa de desemprego para 7,8%. Este nível é considerado muito elevado, sendo o nível “natural” estimado em redor de 6,5%. Assim, comunicou que as taxas de juro de referência deverão permanecer em mínimos históricos até 2015, e anunciou um reforço do seu programa de aquisição de dívida pública (*quantitative easing*), ao abrigo do qual adquire um adicional de 45 mil milhões de dólares por mês, ao

qual cresce a aquisição de 40 mil milhões de créditos hipotecários titularizados, também em base mensal.

Ao longo do 2º semestre, a conjuntura nos EUA foi afectada pela discussão em torno do “precipício fiscal”, como é caracterizado o mecanismo automático de correcção do desequilíbrio orçamental, caso o tecto da dívida pública (actualmente fixado em 16,4 triliões de dólares) não seja aumentado. Decorrem presentemente negociações para elevar esse limite, no quadro de uma redução estrutural do défice orçamental, que ainda se situa em cerca de 8,5% do PIB. Caso não haja esse acordo, serão automaticamente aumentados os impostos sobre o rendimento, e efectuados cortes na despesa, que poderiam ter um impacto negativo na economia de cerca de 2pp do PIB.

No Reino Unido, o crescimento económico também foi débil, apenas beneficiando pontualmente dos efeitos positivos do Jubileu da Rainha Isabel II e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Procurando apoiar a recuperação da actividade, no contexto de políticas orçamentais restritivas, o Banco de Inglaterra manteve as taxas de juro de referência em mínimos históricos (0,5%) e ampliou o seu programa de *quantitative easing* para 375 mil milhões de libras esterlinas. Em simultâneo, lançou o programa de “Funding for Lending”, ao abrigo do qual os bancos podem submeter novos créditos a empresas como colateral nas operações de financiamento junto do banco central. Quanto maior for o volume de novos empréstimos, menor será a taxa de financiamento. No final do ano, o Banco de Inglaterra deu por concluído o programa de *quantitative easing*, anunciando que iria também avaliar o seu impacto na economia. Desde que o programa se iniciou, em Janeiro de 2009, o Banco de Inglaterra adquiriu o equivalente a cerca de um terço da dívida pública de médio e longo prazos (“Gilts”).

Na zona euro, a confiança económica deteriorou-se, fruto das sucessivas ondas de choque associadas à crise da dívida soberana. Embora, numa fase inicial, confinadas aos agora designados países “periféricos”, essas ondas de choque transmitiram-se aos países “core”, assim como a outras regiões geográficas e económicas, como mencionado anteriormente.

Esse aumento da incerteza materializou-se numa redução da despesa, a nível generalizado, com uma queda do consumo privado e do investimento.

	PIB	Inflação
UEM	-0,4	2,5
Alemanha	0,9	2,1
França	0,2	2,2
Espanha	-1,4	2,4
Itália	-2,1	3,3

Fonte: FMI (Janeiro de 2013)

A zona euro terminaria, deste modo, o ano de 2012 em recessão, com as perspectivas a sinalizarem a continuação de ritmos deprimidos de actividade até ao 2º semestre de 2013, quando se poderia começar a iniciar uma recuperação gradual da actividade.

O contágio acentuou-se ainda no 1º trimestre, com a crise a estender-se a Espanha e Itália, reflectindo-se numa subida das taxas de juro exigidas pelos investidores nos vários leilões de dívida pública, de curto e de longo prazo.

Em Espanha, as tensões agravaram-se após o Governo ter revelado, por um lado, que o défice orçamental de 2011 foi mais elevado do que o previsto inicialmente, devido à derrapagem da despesa nas comunidades autónomas, e, por outro lado, que o ritmo de consolidação seria mais gradual do que o inicialmente antecipado.

Posteriormente, e na sequência do anúncio de novos problemas na carteira de crédito do Banco Bankia (criado a partir da fusão de várias caixas de ahorro), foi efectuado um *stress test* ao conjunto do sistema financeiro espanhol. O exercício, desenvolvido pelas consultoras Roland Berger e Oliver Wyman, estimou as necessidades de capital do sector bancário num valor entre 51 e 62 mil milhões de euros, abaixo dos 100 mil milhões de euros acordados com as autoridades europeias, no âmbito de um programa de apoio financeiro para a reestruturação e recapitalização do sector. Os resultados finais da auditoria, conduzida pela consultora Oliver Wyman, confirmaram necessidades de capital de 59,3 mil milhões de euros, dentro da estimativa inicial. Os bancos Santander, BBVA e LaCaixa não têm necessidades de recapitalização, e o Banco Popular concluiu esse processo, com recurso a fundos privados.

Este programa será, numa primeira fase, efectuado através de empréstimos ao Estado espanhol, mas, posteriormente, os fundos europeus FEEF/MEE poderão apoiar directamente os bancos, uma vez concluída a criação de um mecanismo único de supervisão bancária, a nível europeu, que inclua também o BCE.

Na Grécia foi concluído o programa de reestruturação da dívida pública grega (“PSI – private sector involvement”), no qual a esmagadora maioria dos investidores privados aceitou os termos de troca, com uma perda associada equivalente a 53,5% do valor nominal (cerca de 75% do

valor investido) e que, por um lado, desbloqueou a aprovação de um segundo pacote de resgate, no montante de 130 mil milhões de euros, e, por outro, deverá contribuir para que a dívida pública grega, em percentagem do PIB, possa reduzir-se até 124% em 2020.

Após uma primeira eleição que resultou na ausência de uma maioria governativa estável, o segundo processo eleitoral resultou numa maioria parlamentar apoiada pela Nova Democracia, PASOK e DIMAR, com o Governo comprometido não só com o cumprimento dos acordos com as instituições internacionais, mas também a solicitar uma flexibilização das metas, que permita um ajustamento menos brusco para a economia.

No final do ano, foi finalmente aprovado o novo programa de apoio à Grécia, no âmbito do qual foram adoptadas novas medidas de apoio: (i) redução em 100pb das taxas de juro aplicáveis nos empréstimos bilaterais do primeiro programa; (ii) redução de 10pb nas comissões de garantia; (iii) extensão das maturidades dos empréstimos pelo FEEF em 15 anos e 10 anos de carência de juros; e (iv) entrega à Grécia dos ganhos com a carteira de dívida pública grega constituída pelos bancos centrais do Eurosistema.

Estas decisões reduzem substancialmente os riscos de saída, a curto prazo, pela Grécia da zona euro, revelando o compromisso que existe de apoio aos países em maiores dificuldades (sujeitos, obviamente, ao cumprimento dos objectivos acordados nos programas de ajustamento). Estes riscos tinham sido particularmente elevados no primeiro semestre do ano.

No 2º semestre, a Comissão Europeia apresentou também a sua proposta de “mapa” para o aprofundamento da União Económica e Monetária, através da criação de uma verdadeira União Bancária. O objectivo é, a prazo, eliminar os riscos actualmente existentes derivados da ligação entre o sector bancário e o respectivo soberano, que contribuiu para a fragmentação dos mercados financeiros europeus.

Esta união passa por três vectores: (i) mecanismo único de supervisão bancária, com o BCE a desempenhar o papel fundamental. O BCE terá a seu cargo a supervisão dos bancos com activos superiores a 30 mil milhões de euros ou que representem mais de 20% do sistema bancário do país; (ii) mecanismo e autoridade única de resolução bancária, que defina os critérios para a reestruturação e/ou resolução de bancos em situação de crise; e (iii) um fundo comum de garantia de depósitos, que quebre a relação actualmente existente com o soberano. Este fundo não será implementado de imediato.

As autoridades europeias adoptaram um conjunto de medidas de apoio económico, visando apoios de mais

curto prazo, enquanto são adoptados mecanismos estruturais de resolução da crise.

O Conselho Europeu de 28-29 de Junho decidiu reforçar as medidas de apoio ao crescimento económico, com o aumento de capital do BEI – Banco Europeu de Investimento, a reafectação de fundos comunitários e a criação de “project bonds”, dívida comum emitida pela UE para financiar projectos de investimento, num montante total de 130 mil milhões de euros, ou cerca de 1% do PIB europeu.

O BCE, em reacção aos sinais de agravamento da recessão europeia, desceu as taxas de juro de referência, colocando a principal taxa de cedência de liquidez em 0,75%, e a taxa de depósito em 0%, o que se reflectiu numa descida das taxas de juro de mercado. Ainda assim, o BCE reconhece que estas medidas deverão ter um impacto limitado sobre a economia europeia.

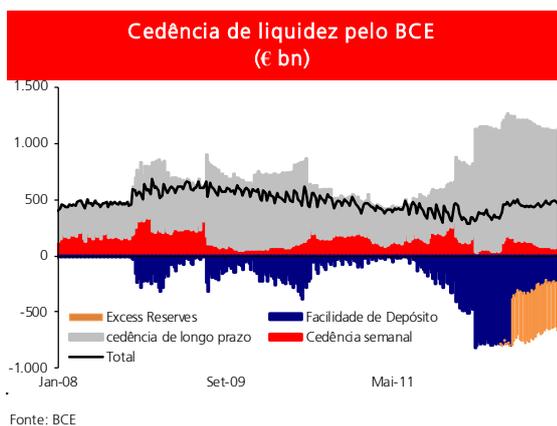
No final de Julho, o Presidente do BCE, numa conferência em Londres, afirmou que o BCE faria o que estivesse dentro do seu mandato para defender o euro, e que isso “seria suficiente”. Na reunião de Agosto, foi comunicado que o BCE iria estudar a forma de intervenção, conjuntamente com os fundos europeus de resgate, mas que os países que necessitem dessa intervenção terão que pedir um apoio formal, sujeito a condicionalidade, aos fundos europeus FEEF/MEE.

O Banco Central Europeu anunciou os detalhes do seu programa de aquisição de dívida pública, o “*Outright Monetary Transactions*” (OMT). Este programa visa repor a normalidade no processo de transmissão da política monetária, ao eliminar o risco de convertibilidade que resultou numa subida pronunciada dos *spreads* da dívida pública de Espanha e Itália. Em termos gerais, a intervenção pelo BCE será precedida de um pedido formal pelos países mais afectados e sujeita a condicionalidade. Cumprida essa formalidade, o BCE intervirá de forma ilimitada sobre os prazos mais curtos da curva de rendimentos (até aos 2 anos).

Para países já sob programas de ajustamento, como é o caso de Portugal, o BCE deixa a possibilidade de intervenção quando o acesso ao mercado se torne uma realidade.

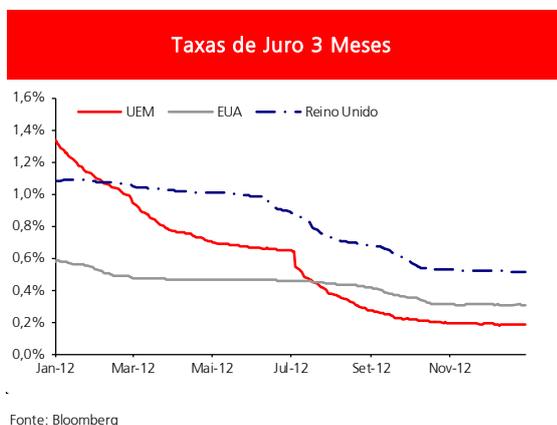
Ao longo de todo o ano, o BCE manteve a cedência ilimitada de liquidez ao sistema bancário europeu, tendo em Janeiro sido realizada a segunda operação de cedência de liquidez a 3 anos, no âmbito da qual o sector tomou fundos no montante de 530 milhares de milhões de euros. No conjunto das duas operações de muito longo prazo foram tomados fundos no montante de 1.019 milhares de milhões de euros. Uma parte significativa destes fundos foi pedida por motivos de precaução, dado que no início de 2012 havia instituições

financeiras com elevados montantes de dívida a vencer durante o ano e os riscos de incapacidade de refinanciamento em mercado eram bastante elevados. Assim, o montante de depósitos junto do BCE foi bastante elevado, de 665 milhares de milhões de euros. A partir de Julho, quando o BCE desceu a taxa de depósito para 0%, o montante depositado na facilidade de depósito reduziu-se para 262 mil milhões de euros, ficando o remanescente depositado enquanto reservas excedentárias.



Este maior volume de depósitos junto do BCE teve como efeitos uma descida pronunciada das taxas de juro de curto prazo. A taxa de juro Eonia, que reflecte a taxa média das operações do *overnight* realizadas no mercado interbancário europeu, caiu para cerca de 0,07%, enquanto as taxas de juro Euribor, no final do ano, se situavam todas abaixo da taxa refi. A taxa Euribor 3 meses situava-se em 0,187%, no final de 2012, uma descida de 117pb face ao fecho de 2011.

Também nos EUA e no Reino Unido as taxas de juro de curto prazo desceram para mínimos históricos, ante sinais económicos fracos e o compromisso, mais ou menos explícito, pelos bancos centrais de manutenção das taxas de juro de referência nos actuais níveis mínimos até que a economia dê sinais mais concretos de recuperação sustentada.



A elevada volatilidade continuou a dominar a evolução dos principais mercados financeiros, num contexto de elevada aversão ao risco. Em resultado, os mercados financeiros na zona euro fragmentaram-se ainda mais, com uma progressiva "nacionalização", que impediu, na opinião do BCE, a transmissão da política monetária.

Um reflexo importante ocorreu nos mercados de dívida pública, com um alargamento de *spreads* de crédito para novos máximos históricos, tendo o respectivo pico ocorrido no Verão, para as taxas de juro espanholas e italianas, quando a incerteza sobre a situação orçamental e financeira atingiu o seu clímax.

As declarações do Presidente do BCE, Mario Draghi, em Julho, de que faria o que estivesse dentro do seu mandato para defender o euro, e as subsequentes perspectivas de que o BCE poderia intervir nos mercados de dívida pública, contribuiu de forma marcante para inverter a tendência nos mercados financeiros, com os *spreads* a corrigirem em baixa.

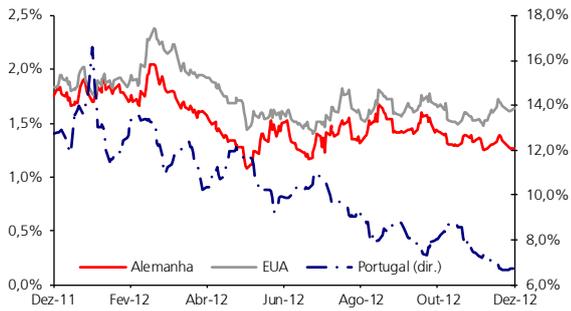
O alargamento dos *spreads* reflectiu também a forte procura de dívida pública de mercados "core", em particular da Alemanha, que, para os prazos mais curtos (até dois anos), chegou a registar taxas de juro negativas.



Os *spreads* de Portugal face à Alemanha registaram uma evolução diferenciada, tendo atingido o ponto máximo no início do ano, quando da negociação da reestruturação da dívida pública grega, para depois descer de forma gradual e sistemática ao longo do ano. No final de 2012, o *spread* a 10 anos situava-se abaixo dos 600pb, caindo posteriormente para cerca de 500pb durante o mês de Janeiro de 2013.

As yields portuguesas, no final do ano, situavam-se já abaixo dos verificados em Abril/Maio de 2011, quando do pedido e posterior negociação do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro.

Taxas de Juro 10 Anos



Fonte: Bloomberg

Nos EUA, a evolução das taxas de juro de longo prazo caracterizou-se pela observação de níveis mínimos históricos, em redor de 1,5%. A intervenção da Reserva Federal nos mercados de dívida pública – efectiva e antecipada pelos investidores – continuou a suportar as yields em níveis abaixo dos que seriam consistentes com os elevados défices orçamentais e com a própria dinâmica da dívida pública, que já ultrapassa os 100% do PIB. A aversão ao risco, em especial de activos denominados em euros, e as fracas perspectivas económicas, com inflação controlada, foram factores adicionais de relevo.

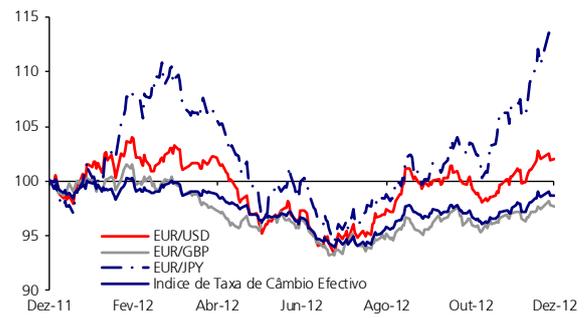
A evolução das principais taxas de câmbio continuou a reflectir a percepção pelos investidores quanto aos desenvolvimentos na Europa, no que concerne à crise da dívida soberana.

O euro, durante o Verão, quando a incerteza atingiu o seu ponto mais elevado, caiu para cerca de 1,20 dólares, replicando os mínimos de 2010 (assim como níveis de 2006). Apesar das declarações de Mario Draghi, os investidores continuavam a atribuir uma probabilidade não despreciable de saída da Grécia da zona euro. O foco colocado pelo BCE no OMT, a que acrescem as decisões da UE quanto à União Bancária, permitiu uma recuperação do euro.

O movimento face às demais divisas foi similar, com a libra a cotar no nível mais elevado desde 2008 (nas 0,77 libras por euro), enquanto face ao iene o euro cotou em mínimos absolutos, nos 80 ienes por euro. Este movimento seria também revertido no final do ano. Face ao franco suíço, a cotação manteve-se em redor de 1,2 francos, após a decisão do Banco Nacional da Suíça em fixar uma referência para evitar uma maior apreciação da moeda.

Em termos de taxa de câmbio efectiva (considerando as divisas dos doze principais parceiros comerciais da zona euro), houve uma depreciação para o nível mais fraco desde 2002.

Principais Taxas de Câmbio (Dez-2011 = 100)



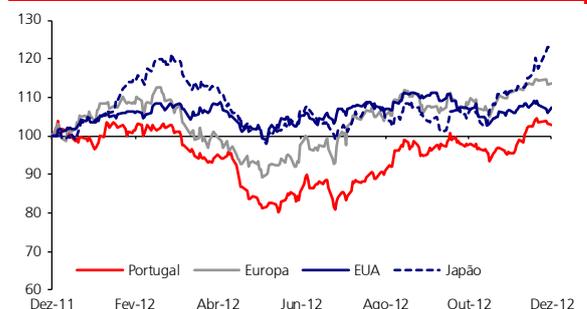
Fonte: BCE

Os mercados accionistas globais registaram uma tendência diferenciada, com a Europa a registar desvalorizações acentuadas, em linha com o agravamento da crise da dívida soberana, enquanto os demais mercados registaram sistematicamente ganhos face ao final de 2011.

No final do ano, e no quadro da diminuição da aversão ao risco, os mercados accionistas fecharam em terreno positivo. Na Europa, e como nos demais mercados financeiros, a inversão ocorreu após o compromisso assumido pelo Presidente do BCE na defesa da União Económica e Monetária Europeia.

Em Portugal, os mercados recuperaram no final do ano, fruto da conjugação de vários factores, a destacar: (i) a conclusão do processo de recapitalização pelos principais bancos do sistema; (ii) a redução das expectativas de extensão ou renegociação do Programa de Ajustamento; (iii) a operação de troca de dívida realizada pelo Tesouro português. Neste âmbito, o sector bancário recuperou dos mínimos verificados durante o segundo trimestre do ano.

Mercados Accionistas (Dez-11 = 100)



Fonte: Bloomberg

A debilidade da procura, no contexto da desaceleração da economia mundial, resultou numa descida dos preços das matérias-primas, face aos máximos que tinham sido registados no ano anterior. O petróleo chegou a cotar

abaixo dos 100 dólares por barril, o que não ocorria desde 2010, recuperando posteriormente para o intervalo de 100 a 110 dólares, que manteria até ao final do ano.

O movimento foi similar para os preços dos metais de base, que desceram com as expectativas de menor procura, em especial pela China, que estava a desacelerar mais rapidamente na primeira metade do ano.

Os preços dos cereais reflectiram uma evolução diferente, com uma subida que, no caso do milho, resultou em preços a testar novos máximos históricos, já que uma situação de seca mais pronunciada em 2012 afectou a produção em alguns dos principais produtores. Os demais cereais subiram, mas sem atingir os máximos de 2008.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Índice de matérias-primas (variação homóloga)



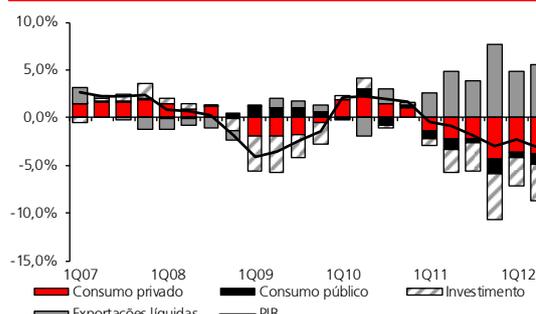
Fonte: Bloomberg

O ouro continuou a reflectir o seu papel de activo refúgio num quadro de elevada aversão ao risco, tendo observado os máximos do ano, em redor de 1.800 dólares por onça, no Verão, quando a incerteza sobre a zona euro estava no ponto máximo.

Economia Portuguesa

A actividade económica agravou a conjuntura recessiva em 2012, com o PIB a contrair 3%, no conjunto do ano. Esta evolução esteve em linha com as previsões de consenso, realizadas logo no início do ano, embora os contributos das diferentes componentes da procura agregada acabassem por ser substancialmente diferentes: a contracção da procura interna foi mais pronunciada, em especial ao nível do consumo privado; as exportações líquidas tiveram um maior contributo para o crescimento económico, fruto de um mais rápido crescimento das exportações para mercados extra-comunitários.

Contributos para o Crescimento do PIB (tvh)



Fonte: INE

A contracção mais pronunciada do consumo privado reflecte a conjugação de três grandes factores. Por um lado, a subida do desemprego, que terá terminado o ano de 2012 acima de 16%, um máximo histórico absoluto. Em segundo lugar, por uma alteração dos padrões de consumo, decorrentes do aumento do IVA, com as famílias a focarem a sua despesa de consumo em bens mais baratos (como, por exemplo, marcas brancas) e reduzindo o volume de despesa em serviços considerados como não essenciais (por exemplo, alimentação fora de casa). Também a procura de bens de consumo duradouro, em especial de veículos automóveis, registou uma contracção bastante pronunciada. Por último, as famílias aumentaram a poupança por motivos de precaução, mesmo num contexto de redução do rendimento disponível, tendo a taxa de desemprego subido para máximos da década, em 16,2%. O aumento do desemprego e os receios de que mais difícil execução orçamental pudesse exigir uma nova sobretaxa sobre um dos subsídios explicam a moderação do consumo.

Dados Macroeconómicos

	2010	2011	2012 E
PIB	1,9	-1,6	-3,0
Consumo Privado	2,5	-3,8	-5,5
Consumo Público	0,1	-4,3	-4,5
Investimento	1,4	-13,8	-14,4
Exportações	10,2	7,2	4,1
Importações	8,0	-5,9	-6,9
Inflação média	1,4	3,6	2,8
Desemprego	9,5	12,8	15,5
Défice público (% do PIB)	10,1	4,2	5,0
Dívida pública (% do PIB)	93,3	108,1	120,0
BTC (% do PIB)	-9,4	-5,8	-0,1

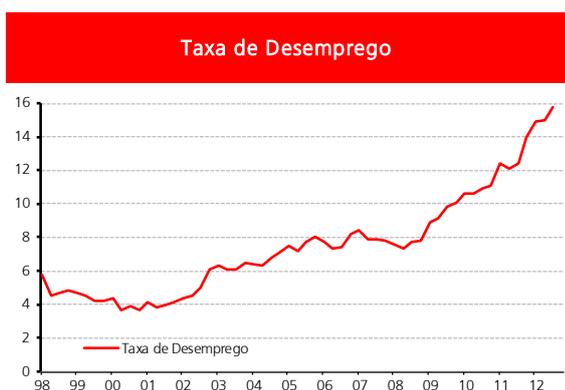
Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças, Santander Totta, FMI

O investimento, por seu lado, terá continuado a reduzir-se, ainda que de forma diferenciada entre sectores. A despesa de capital em construção continuou a contrair de forma pronunciada, seja pelo cancelamento de grandes projectos de obras públicas (por exemplo, no âmbito da renegociação de contratos de várias PPP pela empresa

Estradas de Portugal), seja pela redução da actividade de construção residencial.

O investimento que não em construção, apesar de continuar a contrair, está, no final do ano, a moderar o ritmo de redução.

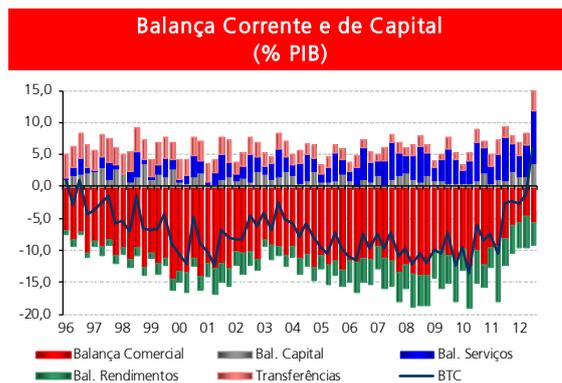
As tensões nos mercados de crédito, a nível internacional e doméstico, e o agravamento da crise da dívida na zona euro, e subsequente aumento da incerteza quanto às perspectivas de procura, são os principais factores que explicam o adiamento de decisões de expansão da capacidade instalada.



Fonte: INE

As exportações líquidas continuaram a ser o motor da economia, embora em progressiva desaceleração ao longo do ano. O mencionado agravamento da crise na zona euro está a resultar numa deterioração da conjuntura económica, com a consequente moderação da procura externa. As exportações portuguesas estão a desacelerar, em especial as destinadas à Europa. Por exemplo, as vendas para Espanha caíram cerca de 5%, nos 10 meses até Outubro, mas as exportações totais crescem 7,1%. Isso reflecte a capacidade das empresas nacionais em procurar mercados de exportação alternativos, sendo especialmente bem-sucedidas no que toca a mercados extra-comunitários (Angola, China, Brasil e Rússia, por exemplo).

Em linha com a tendência recente, o défice comercial tem vindo a reduzir-se de forma sustentada. O Banco de Portugal, no Boletim Económico de Inverno, antecipa que a balança de bens e serviços tenha registado um excedente de 0,3% do PIB em 2012. Este saldo, no 3T2012, foi já positivo, o que ocorre pela primeira vez desde 1996, e revela que o ajustamento do desequilíbrio externo está a ser muito mais rápido do que o assumido pelo FMI, no cenário base do programa de ajustamento. E este ajustamento é tanto mais notável quanto ocorre sem uma desvalorização cambial, directa ou por via fiscal.



Fonte: Banco de Portugal, INE

No primeiro trimestre do ano terminou a vertente 3 do *Special on-site Inspection Programme* ao sistema bancário nacional, conduzido pelo Banco de Portugal juntamente com auditores externos. Esta vertente analisou a qualidade das metodologias e sistemas de *stress test* utilizados pelos bancos nacionais, concluindo que duas das instituições (entre as quais a Santander Totta SGPS) tiveram avaliação máxima, com metodologias claramente apropriadas.

No final de Janeiro de 2013, foi concluído o programa de recapitalização do sector bancário, que visa o cumprimento dos objectivos mínimos para o rácio Core Tier 1 de 9%, como exigido pela Autoridade Bancária Europeia (a 30 de Junho), bem como de 10% para o final do ano.

O aumento de capital pelas instituições envolvidas foi de 9,3 mil milhões de euros. Uma das instituições recorreu exclusivamente aos seus accionistas, enquanto três acederam à linha de recapitalização de 12 mil milhões de euros estabelecida no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro. Uma das instituições terá que apresentar um plano de reestruturação profunda da sua actividade, que assegure a sua viabilidade.

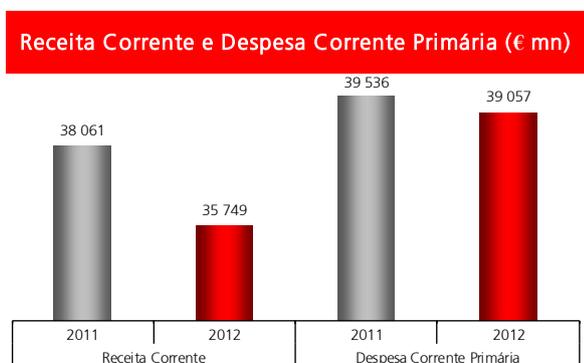
Concluída a sexta avaliação do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, pelas três instituições internacionais FMI/CE/BCE, foi reafirmada a conclusão anterior, de que o Programa está em curso e em linha com o esperado.

A avaliação conclui que "While downside risks to growth are significant, the program's macroeconomic framework remains appropriate. (...) Fiscal consolidation efforts are in line with the revised deficit targets for 2012 and 2013. (...) Adequate capital and liquidity buffers have reduced financial stability risks. (...) **Following a successful bond exchange, the authorities have intensified their work on preparing the expected return to market financing during 2013. Provided the authorities persevere with strict program implementation, euro area member states have**

declared they stand ready to support Portugal until full market access is regained.” (realce nosso).

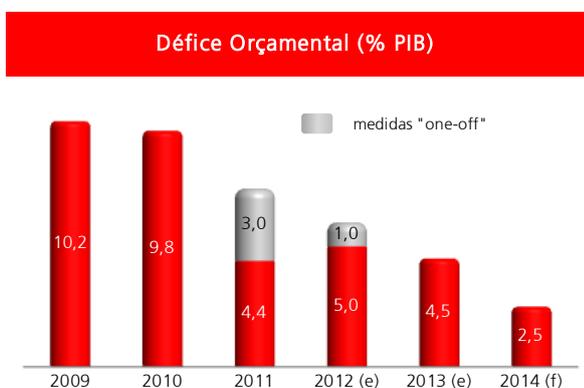
Devido aos desafios existentes, a avaliação pelas instituições internacionais concluiu que a meta orçamental de 4,5% do PIB para 2012 exigiria medidas adicionais que poderiam agravar ainda mais a conjuntura recessiva.

Com efeito, os dados da execução orçamental ao longo do ano revelaram uma menor arrecadação fiscal, sobretudo em sede de IVA, reflectindo a menor despesa de consumo pelas famílias, bem como as alterações nos seus hábitos de consumo. Também a maior subida do desemprego (que atingiu o máximo histórico de 15,8% no 3º trimestre de 2012) está a reflectir-se numa subida da despesa pública em prestações sociais às famílias. Ainda assim, a despesa corrente primária está a cair em linha ou mesmo acima do previsto.



Fonte: Ministério das Finanças

Neste contexto, as metas orçamentais foram revistas em alta, com o novo objectivo de défice para 2012 a fixar-se em 5,0% do PIB (mas dependente de medidas extraordinárias do lado da receita, como a concessão do serviço aeroportuário à ANA, no montante de 1pp do PIB). Para 2013, a meta orçamental é agora de 4,5% do PIB (um aumento de 2pp do PIB) e a meta de 2,5% deve ser alcançada em 2014.



Fonte: Ministério das Finanças

O Governo comprometeu-se com as instituições internacionais a apresentar um plano de redução da despesa corrente do Estado em cerca de 4 mil milhões de euros, de forma permanente, o que contribuiria de forma significativa para assegurar um saldo primário excedentário.

Ao nível dos critérios de aceitação de colateral nas operações de refinanciamento junto do BCE, o Banco de Portugal tomou duas decisões: (i) ao nível dos créditos individuais, baixar o montante mínimo para 100 mil euros (antes, 500 mil euros) e aumentar a probabilidade de *default* (PD) associada, para 1,5% (de 0,4%); e (ii) aceitar pools homogéneas de créditos, sem necessidade de *rating* (através da criação de securitizações sintéticas).

Estas medidas foram muito importantes na conjuntura em que a República via o seu *rating* revisto para o nível de "speculative grade" (afectando também os bancos), na medida em que separa a capacidade de financiamento junto do BCE, da actuação das agências de *rating*. Caso esta medida não tivesse sido adoptada, existiria o risco de várias titularizações perderem a elegibilidade, comprometendo o financiamento da economia portuguesa.

Os *spreads* de crédito estreitaram de forma pronunciada ao longo de todo o ano, mas em especial a partir da Primavera. Essa evolução reflectiu a maior redução das taxas de juro de longo prazo portuguesas, já que as *yields* alemãs desceram também para mínimos históricos. No prazo dos 10 anos, a *yield* da OT portuguesa caiu, já no início de 2013, abaixo dos 6%, o nível mais baixo desde o final de 2010, ainda antes do pedido de assistência económica e financeira (em Maio de 2011).

Ao longo do ano, o Tesouro Português manteve a sua presença nos mercados de dívida de curto prazo, através da emissão de Bilhetes do Tesouro, cuja maturidade máxima foi ampliada até 18 meses. A procura, ainda que sobretudo oriunda de investidores nacionais, permaneceu suportada, e as taxas de juro de colocação desceram, para 2,2% a 6 meses e 2,99% a 18 meses.

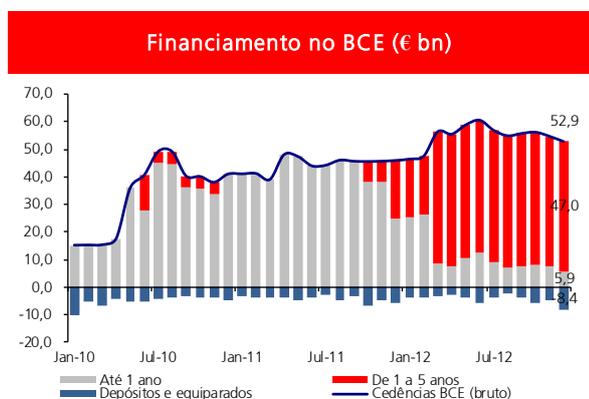
O Tesouro realizou, em Outubro, uma operação de troca de dívida pública, pela qual trocou 3,8 mil milhões de euros da série OT Setembro 2013 por igual montante da série OT Outubro 2015. Esta operação revelou que há investidores disponíveis para manter a sua carteira de dívida pública portuguesa e, adicionalmente, em estender as maturidades.

Já em Janeiro de 2013, a República efectuou o regresso aos mercados financeiros, com a emissão de 2,5 mil milhões de euros, a 5 anos, à taxa de juro de 4,891%. Tratou-se de uma operação bem-sucedida, que ocorreu mais cedo do que o antecipado pelo consenso, e que,

contrariamente à visão de alguns investidores, revela que, fruto do ajustamento já realizado, incluindo ao nível do desequilíbrio externo, a percepção do risco da República é menor.

Isto ocorre apesar de, no início de 2012, a agência de notação de crédito Moody's ter revisto em baixa o *rating* da República para Ba3, no nível de "high yield", e a Standard and Poor's ter revisto o *rating* para BB, no âmbito das revisões de ratings dos soberanos europeus.

As medidas adoptadas pelo BCE e pelo Banco de Portugal, em termos de novas regras de colateral, minimizam o impacto destas revisões em baixa do *rating* da República e dos bancos na capacidade de financiamento junto do BCE.



Fonte: Banco de Portugal

O financiamento obtido pelo sistema financeiro português junto do BCE era de 53 mil milhões de euros, no final do ano, após um pico em 60 mil milhões, no segundo trimestre (que ocorreu na segunda operação de cedência de liquidez a 3 anos, em Fevereiro), e foi realizado por várias instituições não domésticas, que substituíram as linhas que tinham junto das respectivas casas-mãe). Corrigindo dos depósitos junto do BCE, o financiamento líquido no final de 2012 era de 44,5 mil milhões de euros, que compara com 40,2 mil milhões no final de 2011.

O ritmo de desalavancagem do sector bancário abrandou no primeiro semestre de 2012, depois de uma maior redução do rácio crédito/depósitos ocorrida no segundo semestre de 2011. As alterações nas regras de colateral e a flexibilização do rácio, que passou a ser indicativo, contribuíram para esta moderação.

O crescimento dos depósitos manteve-se sustentado, embora os bancos tenham passado a gerir noutros moldes o ritmo da sua captação, para proteger a margem financeira. Também as novas regras do Banco de Portugal quanto aos *spreads* máximos praticáveis nos depósitos, e que conduziram a uma descida das taxas de juro, contribuíram para esta alteração.

O crédito continuou a contrair, em especial ao nível do crédito a empresas, mas associado também a uma redução dos depósitos das mesmas, o que pode sinalizar, a este nível, a liquidação de créditos num quadro de *spreads* de crédito elevados. A n Os riscos e incertezas que podem afectar a actividade no ano de 2013 são de duas ordens, uma de origem internacional, outra doméstica.

A nível internacional, mantêm-se como factores de risco, as perspectivas de crescimento na zona euro, mais negativas e penalizadas pelo contágio da crise da dívida soberana a outras economias de maior dimensão, como Espanha e Itália, e pelo impacto sobre a actividade dos países mais importantes, até aqui relativamente imunes. Sendo a zona euro destino de mais de 60% das exportações portuguesas, uma recessão mais profunda pode anular aquele que tem sido o motor da economia portuguesa: as exportações.

Apesar da redução dos riscos associados às dúvidas sobre a sustentabilidade da zona euro, no seu actual figurino, a incerteza permanece elevada, num ano marcado por vários processos eleitorais, com especial destaque para a Itália (em Fevereiro) e Alemanha (em Setembro). De igual modo, algumas das alterações institucionais que foram adoptadas pela União Europeia, em 2012, relacionadas com a criação da União Bancária, deverão começar a ser implementadas, ainda que funcionalmente só estejam totalmente operacionais a partir de 2014. Estes factores continuam a condicionar a capacidade de acesso da República e/ou bancos aos mercados financeiros internacionais, apesar da recente melhoria, que permitiu a emissão de dívida de médio e longo prazos por vários emittentes nacionais.

A nível doméstico, as principais incertezas permanecem relacionadas com a evolução da actividade económica, sendo que em 2013 o principal risco será a dinâmica do emprego. Além da estabilidade social, que elevados níveis de desemprego podem afectar, esta variável é importante pelo facto de uma importante parte da redução do défice orçamental em 2013 estar dependente da subida da tributação em sede de IRS (através da redução do número de escalões, do aumento das taxas marginais para os escalões mais elevados, e ainda da sobretaxa extraordinária de 3,5%).

Além disso, um maior aumento do desemprego está já a afectar as contas da Segurança Social, com uma menor receita de contribuições, e maior subida da despesa com subsídios de desemprego. Esta dinâmica agrava o risco de incumprimento das metas e de necessidade de novas medidas de austeridade, que possam agravar ainda mais a recessão.

Ao nível do sector financeiro, os riscos foram, em parte, mitigados pela conclusão dos programas de

recapitalização, através do qual o Estado injectou cerca de 7,2 mil milhões de euros em algumas das principais instituições bancárias, permitindo cumprir o requisito de 10% para o rácio de *Core Tier 1*, bem como, em 4 das instituições, do *buffer* soberano exigido pela EBA (European Banking Authority). No entanto, em 2013, os bancos que beneficiaram de apoios públicos terão que adoptar medidas de reestruturação, actualmente em negociação com as autoridades europeias. O enquadramento económico adverso mantém uma pressão elevada sobre a qualidade da carteira de crédito, apesar das medidas adoptadas em 2012, quer discricionariamente pelos bancos, quer por imposição legal, no sentido de tentar mitigar os riscos de incumprimento.

Adicionalmente, apesar da flexibilização dos objectivos relativos ao rácio de transformação, os bancos têm que continuar a aumentar a sua base de depósitos, num quadro de reduzida capacidade de criação de poupança pelas famílias e de incerteza sobre a situação fundamental do sector.

O cumprimento de objectivos, pelo Estado e pelo sector bancário, é fundamental para recuperar a confiança dos investidores internacionais e permitir que o actual nível de financiamento nos mercados globais (que, de qualquer forma, é reduzido) se possa manter e, a prazo, ampliar. A produção de crédito hipotecário caiu para mínimos históricos, em redor de 150 milhões de euros por mês, sendo insuficiente para repor o crédito que amortiza regularmente.

Principais riscos e incertezas para 2013

Os riscos e incertezas que podem afectar a actividade no ano de 2013 são de duas ordens, uma de origem internacional, outra doméstica.

A nível internacional, mantêm-se como factores de risco, as perspectivas de crescimento na zona euro, mais negativas e penalizadas pelo contágio da crise da dívida soberana a outras economias de maior dimensão, como Espanha e Itália, e pelo impacto sobre a actividade dos países mais importantes, até aqui relativamente imunes. Sendo a zona euro destino de mais de 60% das exportações portuguesas, uma recessão mais profunda pode anular aquele que tem sido o motor da economia portuguesa: as exportações.

Apesar da redução dos riscos associados às dúvidas sobre a sustentabilidade da zona euro, no seu actual figurino, a incerteza permanece elevada, num ano marcado por vários processos eleitorais, com especial destaque para a Itália (em Fevereiro) e Alemanha (em Setembro). De igual modo, algumas das alterações institucionais que foram adoptadas pela União Europeia, em 2012, relacionadas com a criação da União Bancária, deverão começar a ser

implementadas, ainda que funcionalmente só estejam totalmente operacionais a partir de 2014. Estes factores continuam a condicionar a capacidade de acesso da República e/ou bancos aos mercados financeiros internacionais, apesar da recente melhoria, que permitiu a emissão de dívida de médio e longo prazos por vários emittentes nacionais.

A nível doméstico, as principais incertezas permanecem relacionadas com a evolução da actividade económica, sendo que, em 2013, o principal risco será a dinâmica do emprego. Além da estabilidade social, que elevados níveis de desemprego podem afectar, esta variável é importante pelo facto de uma importante parte da redução do défice orçamental em 2013 estar dependente da subida da tributação em sede de IRS (através da redução do número de escalões, do aumento das taxas marginais para os escalões mais elevados, e ainda da sobretaxa extraordinária de 3,5%).

Além disso, um maior aumento do desemprego está já a afectar as contas da Segurança Social, com uma menor receita de contribuições, e maior subida da despesa com subsídios de desemprego. Esta dinâmica agrava o risco de incumprimento das metas e de necessidade de novas medidas de austeridade, que possam agravar ainda mais a recessão.

Ao nível do sector financeiro, os riscos foram, em parte, mitigados pela conclusão dos programas de recapitalização, através do qual o Estado injectou cerca de 7,2 mil milhões de euros em algumas das principais instituições bancárias, permitindo cumprir o requisito de 10% para o rácio de *Core Tier 1*, bem como, em 4 das instituições, do *buffer* soberano exigido pela EBA (European Banking Authority). No entanto, em 2013, os bancos que beneficiaram de apoios públicos terão que adoptar medidas de reestruturação, actualmente em negociação com as autoridades europeias.

O enquadramento económico adverso mantém uma pressão elevada sobre a qualidade da carteira de crédito, apesar das medidas adoptadas em 2012, quer discricionariamente pelos bancos, quer por imposição legal, no sentido de tentar mitigar os riscos de incumprimento.

Adicionalmente, apesar da flexibilização dos objectivos relativos ao rácio de transformação, os bancos têm que continuar a aumentar a sua base de depósitos, num quadro de reduzida capacidade de criação de poupança pelas famílias e de incerteza sobre a situação fundamental do sector.

O cumprimento de objectivos, pelo Estado e pelo sector bancário, é fundamental para recuperar a confiança dos investidores internacionais e permitir que o actual nível de financiamento nos mercados globais (que, de qualquer forma, é reduzido) se possa manter e, a prazo, ampliar.

Banca Comercial

Particulares e Negócios

O ano de 2012 caracterizou-se pelo acentuar da conjuntura recessiva motivada pela crise económica e financeira internacional. O modelo de gestão comercial foi decisivo para minimizar o actual contexto de dificuldades.

Foi mantida uma estratégia focada essencialmente na captação e retenção de recursos em produtos de valor acrescentado, na captação de novas domiciliações de ordenados, na venda de produtos de protecção (seguros) e no controlo do crédito vencido.

Em face das condições de mercado, com a descida das taxas Euribor e as limitações impostas pelo Banco de Portugal, verificou-se uma quebra das taxas para a captação de depósitos, mantendo-se contudo o foco em produtos de poupança tradicional, poupança programada e produtos de margem controlada.

Neste enquadramento de forte competição no que respeita à captação de depósitos, o Santander Totta lançou um conjunto de produtos e soluções diversificadas, materializado em depósitos estruturados de capital e rendimento mínimos garantidos. Em nove emissões foram colocados 857 milhões de euros e em moeda estrangeira foram colocados 91 milhões de dólares, nas 6 emissões efectuadas ao longo do ano.

No capítulo dos seguros de capitalização foram colocados, nas sete emissões, 371 milhões de euros.

No que se refere a campanhas e acções de captação e vinculação de clientes, foi lançada, em Fevereiro, uma campanha que se prolongou até ao final do ano, destinada à captação de ordenados/reformas, assente na isenção de comissões nos principais serviços do dia-a-dia e na oferta de brindes. Registou-se um crescimento de aproximadamente 50.000 contas globais (contas que apresentam inúmeros benefícios para o cliente, seguro de responsabilidade civil, mediante o pagamento de uma pequena comissão mensal), o que representa um crescimento anual de 39%.

Como forma de prevenir o aumento do incumprimento e para manter o total compromisso com os clientes

prosseguiu-se a política de implementação de novas soluções de regularização e renegociação de dívida pendente adaptadas ao nível de incumprimento de cada cliente. Neste contexto, o Banco lançou um programa com o objectivo de apoiar e resolver de forma estrutural situações de incumprimento, tendo sido muito bem aceite por parte dos clientes. Foram formalizados mais de 9.000 acordos, com impactos significativos, não só no controlo do incumprimento, mas sobretudo criando condições para os clientes voltarem a cumprir o serviço da dívida.

Foram lançadas algumas campanhas e acções de captação e vinculação de clientes dos segmentos jovens e universitários, nomeadamente a campanha de matrículas que registou um crescimento de 16 mil novos clientes.

No segmento Universitário verificou-se um incremento de 7.822 clientes activos e um crescimento do volume de negócio de 63 milhões de euros.

No segmento *Premium*, o ano de 2012 ficou marcado pelo sucesso conseguido nas campanhas de angariação de clientes de elevados rendimentos, apoiadas em valores como a solidez do Banco, inovação, confiança e qualidade de serviço associadas à marca Santander Totta Premium, que permitiram um ganho de quota importante neste segmento tão competitivo.

O avanço para o estabelecimento de parcerias com entidades agregadoras de potenciais clientes deste segmento revelou-se também uma importante fonte de captação de novos clientes.

Paralelamente, o investimento em maior proximidade aos clientes com a apresentação de ofertas adequadas à satisfação das necessidades de cada um, apoiado nos valores acima referidos, assegurou neste segmento um importante crescimento de recursos sob gestão, em 2012.

A campanha *media* de "Crédito Activação", lançada no último trimestre, em conjunto com a campanha interna "Crédito Outono" gerou um fluxo de procura de crédito pessoal que veio a traduzir-se como o melhor trimestre dos últimos anos, totalizando 149 milhões de euros.

No segmento de Negócios, foi mantida uma estratégia de grande foco na captação sustentada de novos clientes, na vinculação dos actuais, no aumento da transaccionalidade e na colocação de POS e cartões *Business*.

Destaca-se ainda o posicionamento de liderança do Santander Totta nas linhas de crédito PME Crescimento com uma quota em volume que se situa nos 20%.

Neste segmento de negócios, e face ao contexto de dificuldades que a economia enfrenta, o Banco também criou mecanismos de prevenção para minimizar os riscos do incumprimento deste segmento.

No segmento de *Private Banking*, a crise europeia da dívida soberana constituiu o tema dominante em 2012, que se reflectiu, com intensidades diversas, em todas as geografias do globo. As actuações do BCE, em particular, e de outros Bancos Centrais, e ainda as decisões tomadas pela União Europeia no sentido de aprofundar os processos de integração económica, bancária e fiscal, fizeram que, ao longo do ano, se fosse atenuando a percepção do risco atribuído às dívidas soberanas.

Como consequência deste enquadramento, os clientes *Private*, mantêm uma apetência elevada por activos de baixo risco e elevada liquidez, mas com uma tendência de aumento gradual de exposição a activos que proporcionem maiores rendibilidades.

O *Private* do Santander Totta respondeu a estes desafios, disponibilizando uma gama alargada de produtos, que procuraram preservar o património e um serviço assente na proximidade, confiança e confidencialidade.

A imagem de solidez do BST, o prémio Euromoney de "Best Private Banking in Portugal", os eventos *Private* e a acção comercial desenvolvida, permitiram o crescimento dos recursos de balanço, a manutenção do património sob gestão descontando o efeito da liquidação de operações compensadas, o aumento do número de clientes e a manutenção da rendibilidade do negócio.

O compromisso do Santander Totta em proporcionar um serviço consistente e de qualidade implicou a melhoria do modelo operacional de funcionamento, na tecnologia de assessoria a clientes e na formação dos gestores *Private*.

A solidez do Santander Totta e do Grupo Santander, os prémios de "Melhor Private Banking de 2012", e agora de 2013, o valor da equipa de gestores *Private* e as fortalezas do novo modelo de assessoria, dão confiança para o futuro próximo, onde a angariação de novos clientes *Private* constituirá um eixo central de actuação.

Empresas

A estratégia comercial da área de Empresas foi assente numa gestão equilibrada entre os volumes da carteira de crédito e de recursos garantindo o crescimento sustentado da rendibilidade da rede comercial.

O lançamento da campanha Crédito Activação, numa época em que o acesso a crédito está na ordem do dia e num contexto de desalavancagem do sector bancário, concretizou a intenção de apoiar bons projectos, apoiar o negócio de empresas e a economia portuguesa. O Santander Totta foi o primeiro Banco a lançar uma campanha publicitária de crédito a Empresas facto que só é possível pela solidez do balanço e pela situação de liquidez ímpar que o Banco tem actualmente.

Refira-se ainda que o Banco continua a aposta de crescimento em novos clientes que cada vez mais valorizam a parceria com um Banco com a solidez, a dispersão geográfica, a qualidade de serviços, de produtos e a capacidade comercial do Santander Totta.

Nas "Linhas PME Investe", que têm assumido, nos últimos anos, uma importância crescente em virtude da crise económica mundial e das fortes restrições ao crédito por parte dos bancos, o Santander Totta tem mantido uma política de apoio ao sector empresarial português, o que se traduz na quota de mercado de concessão destas linhas, em 31 de Dezembro de 2012, de 17% e na colocação de mais de 16 mil operações, num valor de 1,7 mil milhões de euros. O Banco Santander Totta é o 1º Banco na linha PME Crescimento, lançada em Janeiro de 2012, com uma quota de mercado de 20% do total das operações o que demonstra o nosso compromisso no apoio às empresas e à economia portuguesa em geral.

O Banco Santander Totta ocupa também a liderança na linha PME Alargamento, com 27% de taxa de adesão, proporcionando o alargamento de prazo de todas as operações contratadas ao abrigo das Linhas Investe e a introdução de um período de carência de 1 ano, o que, tendo em conta as restrições de crédito com que as empresas se estão a defrontar neste momento, permite a melhoria da sua liquidez.

O Banco mantém também a liderança em *factoring* e *confirming*, com uma quota de mercado de 20,3% (Novembro de 2012), o que comprova o compromisso e disponibilidade do Banco no apoio à tesouraria das PME, tecido empresarial vital para o crescimento da economia Portuguesa.

Mantém-se um forte foco comercial no apoio às empresas exportadoras e internacionalizadas, onde se regista, este ano, um grande incremento na actividade relacionada com o negócio internacional. No 2º semestre realizou-se a Conferência Top Exporta 2012, sob o tema "Exportação - Experiências e Oportunidades" onde foi atribuída a distinção TOP Exporta aos clientes exportadores, assumindo-se o Santander Totta cada vez mais como uma referência neste mercado.

Promotores e Mediadores

No 2º semestre de 2012 a área de Promotores e Mediadores Imobiliários, tendo em atenção as principais prioridades estratégicas do Banco, manteve o acompanhamento e dinamização do canal de promotores externos e nas lojas de promotor, com o objectivo de assegurar uma grande proximidade e elevar os níveis de compromisso com os nossos parceiros de negócio e com os respectivos balcões de apoio da rede.

Assim, realizaram-se *road-shows* trimestrais e acções de acolhimento das novas lojas de promotor com níveis de participação cada vez mais elevados. Qualquer uma destas iniciativas têm tido um bom acolhimento por parte dos promotores externos, dado que nestas “reuniões de trabalho” existe a oportunidade de presencialmente transmitir aos promotores quais as prioridades, objectivos, campanhas, produtos e Incentivos de cada trimestre.

No 2º semestre de 2012, realizaram-se as habituais campanhas de captação de contas ordenado e de captação de cartões de crédito e reforçou-se a campanha de recursos a produtos como estruturados, SRS's e FEI's. Em substituição dos planos de incentivos trimestrais, foi lançado um concurso que premiou os 100 promotores e lojas de promotor com melhores desempenhos.

Relativamente ao canal mediador, não obstante a situação difícil que este sector atravessa, privilegiou-se a manutenção de relações institucionais com as principais redes de *franchising* de mediação imobiliária e com a APEMIP – Associação dos Profissionais e Empresas de Mediação Imobiliária de Portugal.

Nessa perspectiva o Santander Totta marcou presença em mais uma edição do SIL – Salão Imobiliário de Portugal, que pela 2ª vez se realizou em simultâneo com a Intercasa, evento que pela sua abrangência permitiu voltar a envolver também os promotores externos.

Quanto às lojas de promotor foi assegurada a manutenção de uma rede comercial complementar à rede de balcões com 250 Lojas.

Meios de Pagamento

O ano de 2012 destacou-se pela gestão otimizada do portefólio de produtos. No momento crítico em que vive a economia portuguesa, foi preocupação constante conseguir contrariar a tendência decrescente do mercado, sempre apoiada na captação de clientes, na sua crescente fidelização e na excelência dos serviços fornecidos.

Ao longo do ano foram tomadas diversas iniciativas para rentabilizar o portefólio e promover a utilização de cartões. Através de campanhas mensais de facturação e *revolving*, os clientes beneficiaram em termos de ofertas e

descontos, premiando a utilização regular dos cartões, de que são exemplos a campanha *Light* de Verão, associada à cadeia de hotéis Vila Galé, ou o lançamento do Programa de Descontos, que conta já com mais de 120 parceiros.

Paralelamente, todas estas medidas foram sempre acompanhadas de várias iniciativas funcionais e processuais. 2012 foi o ano em que a área operacional de cartões passou a integrar a área de operações do Banco, com vista a um aproveitamento de sinergias, permitindo melhorias ao nível do serviço e rapidez de resposta ao cliente.

Foi também o ano em que foram definidas várias acções de apoio comercial através da criação de novos instrumentos de apoio à rede, como novos folhetos de adesão rápida, guias de venda e um painel de cartões constantemente actualizado com todas as acções relevantes a decorrer. Foram ainda realizados vários *focus group* internos, que se materializaram em novas iniciativas de fixação, sistematização e seguimento de objectivos, na optimização dos processos de venda, na criação de planos de acção regulares e exclusivos para o canal rede e numa maior formação técnica e de desenvolvimento do *e-learning*.

A implementação do *PIN Block*, o envio de *PIN* após activação ou a gestão dinâmica de limites, foram outras soluções desenvolvidas para permitir uma maior flexibilidade nos serviços prestados aos clientes. Por outro lado, ocorreu a monitorização e relação estreita com a *SIBS* e a *Paywatch*, no desenvolvimento de processos internos que permitiram uma forte redução nos custos de fraude para o Banco e sem qualquer impacto negativo ao nível dos clientes.

Em termos de estratégia comercial manteve-se a aposta numa oferta muito competitiva e diferenciada, aportando valor ao cliente. Destaca-se o protocolo realizado com a Ordem dos Médicos, com cartões inovadores que permitem a assinatura digital qualificada e desenhados para este perfil específico de clientes. Prosseguiu também o desenvolvimento de aplicações para *smartphones*, de projectos de pagamentos *contactless* e de pagamentos móveis, antecipando as tendências de mercado.

Efectivamente, a conjugação destas medidas permitiu aumentar o parque total de cartões e manter as percentagens de utilização dos mesmos. Apesar dos níveis de facturação serem inferiores às do período homólogo, fruto do ano recessivo que vivemos, o comportamento deste indicador foi melhor que o verificado no mercado, reflectindo assim a preferência dos clientes nos cartões do Banco e permitindo o crescimento sustentado da quota de mercado, que se situou acima dos 10,4%.

Apesar da pressão forte que tem existido por parte do regulador, na abolição de algumas comissões e na redução significativa das *interchange fee's* verificada em Abril de 2012, a estratégia de rentabilização do portefólio permitiu atingir um produto bancário 1,8% acima do valor homólogo, em muito conseguida pela boa gestão de *spreads* e comissões, e de novos acordos criados com parceiros de negócio.

No que toca à aceitação, o Santander Totta continua a ser o Banco de referência junto dos principais grandes comerciantes, com uma presença forte no sector do Estado, nas principais cadeias de distribuição - alimentar, vestuário, transportes e gasoleiras - bem como uma presença bastante diversificada nos diferentes sectores de actividade, o que possibilitou um incremento 7,2% acima do período homólogo em termos de comissões de *POS*.

A quota de mercado atingiu os 17,4%, muito superior à quota natural do Banco, fruto do trabalho de angariação e reforço de posição em clientes de grande dimensão e da sua maior fidelidade.

Globalmente, os negócios de emissão e de aceitação em 2012 atingiram um valor superior a 98 milhões de euros.

Banca Transaccional

Negócio Internacional e Bancos Correspondentes

No início de 2012, foram postos em prática os planos de dinamização de produtos para empresas e negócios, em conjunto com a área comercial que passou a dispor de equipas de especialistas que, em colaboração com os gestores de cliente e de produto, desenvolveram programas específicos dirigidos à captação de clientes e à dinamização dos negócios. Foram delineadas campanhas e concursos no intuito do acompanhamento e controlo da actividade comercial.

Tendo presente que as exportações portuguesas têm assumido um papel de motor da economia, foi lançada, em conjunto com vários parceiros, a "Solução Exportação". Para além de conter pacotes de produtos destinados à optimização das cobranças, desenvolveram-se soluções de financiamento específicas para o segmento exportador com vantagens junto de empresas parceiras nos sectores dos transportes, seguros de crédito e de transporte, formação, consultoria, entre outros. Neste âmbito, o Banco Santander Totta, em parceria com o Diário Económico e a Informa DB, lançou a "Chancela Top Exporta", distinguindo assim as melhores empresas exportadoras, através da divulgação de boas oportunidades nos mercados onde está presente e da partilha de experiências de internacionalização de empresas. Ao mesmo tempo, as empresas detentoras desta chancela terão um acesso facilitado aos mercados onde o Santander opera.

Em parceria com o Santander Espanha, Santander Hong Kong e com o Banco Caixa Geral Totta de Angola efectuaram-se várias diligências no sentido de angariar clientes que desenvolvam a sua actividade nesses países. Foram efectuadas visitas conjuntas com a finalidade de proporcionar aos clientes as melhores soluções para apoiar os seus negócios.

Foi também utilizada a rede Santander na Europa (Espanha e Reino Unido) e noutros continentes, nomeadamente África e América Latina, para promover este tipo de acordos e acções comerciais, maximizando as vantagens competitivas do Banco Santander Totta como parte de um Grupo com um forte posicionamento internacional e dimensão global.

Com o objectivo de promover ou reactivar acordos e parcerias com outros bancos internacionais, as áreas de Bancos Correspondentes e de Negócio Internacional efectuaram diversas acções comerciais junto de uma rede internacional de bancos, que resultaram na obtenção de melhores ferramentas de apoio à actividade internacional das empresas.

O Banco Santander Totta é hoje reconhecido como um dos principais prestadores de serviços de Negócio Internacional em Portugal, tendo consolidado a sua presença nas empresas, nomeadamente com a ampliação da linha de confirmação de créditos documentários com origem em Angola.

Prosseguiu-se uma estratégia ambiciosa em termos de formação interna, com a criação de um abrangente programa de formação em negócio internacional, em sala, e com a colaboração directa quer das áreas operacionais de estrangeiro, quer das áreas comerciais e de análise de crédito.

Cash Management

O Banco Santander Totta é hoje reconhecido como um dos principais prestadores de serviços *de cash management* em Portugal, tendo consolidado a sua presença nas empresas.

Durante o ano de 2012, foram implementados os planos de dinamização de produtos para empresas e negócios, delineados juntamente com a área comercial. Estes planos contaram com o envolvimento das equipas de especialistas/dinamizadores que, em conjunto com os gestores de cliente e produto, desenvolveram programas específicos dirigidos à captação de clientes e à dinamização dos negócios.

Com vista a uma migração eficiente e atempada para a SEPA, o Banco promoveu reuniões com alguns dos principais clientes disponibilizando informação e apoio

técnico, assegurando internamente que os seus sistemas informáticos estão preparados e de acordo com a regulamentação.

Durante o ano 2012, o Santander Totta continuou a oferecer produtos diferenciadores tendo consolidado o lançamento do GPC-Gestor de Pagamentos e Cobranças, integrando-o na plataforma Netbanco Empresas, e do Home Deposit. Ambas as ferramentas destinam-se à gestão da tesouraria das empresas.

Customer Service

Foi consolidada a vertente comercial da área de pós-venda procurando traduzir as reais necessidades dos clientes, avaliar todas as implicações dessas necessidades, medir os seus custos, desenhar soluções “à medida”, obter consenso interno e, por fim, apresentar aos clientes as possibilidades.

Manteve-se um grande foco em novas formas de seguimento e controlo da resolução de incidentes, melhorando os tempos de resposta e satisfazendo as necessidades das empresas.

Canais Complementares

Selfbanking

Durante o ano de 2012, o *Self Banking* manteve a sua estratégia ao nível da optimização transaccional do parque actual de ATM's - Rede Multibanco, dando assim continuidade às deslocalizações destes equipamentos para locais com maior potencial de transaccionalidade. Como consequência, as quotas de mercado situaram-se em 12,1%, em número de ATM's e em 12,6% no número de movimentos. O projecto-piloto do novo sistema de tintagem de notas foi concluído com êxito, demonstrando ser um sistema válido para prevenção e protecção de ataques a ATM's, pelo que o Banco tem vindo a investir nesta área de segurança implementando o mesmo em locais especialmente seleccionados que apresentam elevado risco.

A nível da solução de automatização de depósitos, actualmente já com uma cobertura acima de 70% da rede de balcões, destaca-se a continuidade da estratégia de ajustamento do parque destes equipamentos, o que tem vindo a contribuir para um melhor serviço ao cliente e maior transaccionalidade para o Banco.

Netbanco

Nos Canais Internet destacam-se as melhorias realizadas no NetBanco Empresas através do lançamento de novas funcionalidades de pagamentos, cobranças, *factoring* e *confirming*. No NetBanco Particulares foi incrementado o

nível de segurança na transaccionalidade dos clientes.

Registaram-se melhorias na disponibilidade e *performance* dos *websites* e um crescimento do tráfego, com o número de visitantes únicos a aumentar 9%. O número de utilizadores frequentes do Netbanco Particulares registou um crescimento de 9%, em 2012. Foi também registado um crescimento no número de clientes que realizam transacções.

Foi lançada uma nova versão do *Mobile Banking*, ainda com mais funcionalidades, e optimizada para os principais tipos de dispositivos móveis, iPhone, iPad, Android e Blackberry.

Banca Telefónica

O *Contact Center* do Santander Totta foi considerado, pelo 4º ano consecutivo, o Melhor *Contact Center* de Portugal no sector financeiro, prémio atribuído pela Associação Portuguesa de *Contact Centers*. O número total de contactos de clientes em 2012 com operadores do *Contact Center* foi ligeiramente superior ao do ano anterior.

O atendimento a clientes por *chat* foi reforçado, existindo actualmente no *site* do Banco muitos mais pontos de pedido de contacto.

Foram implementadas medidas que visam elevar o número de chamadas resolvidas no 1º contacto e o aumento da capacidade de resolução do *Contact Center*. O *Contact Center* implementou a validação telefónica de algumas operações realizadas via Netbanco com o objectivo de aumentar a segurança na realização destas. Introduziram-se novas funcionalidades na Linha Premium com o objectivo de aumentar o nível de satisfação e fidelização deste segmento.

Durante 2012, observou-se o lançamento de novas iniciativas nas páginas do *Facebook* e a gestão das redes sociais foi melhorada e sistematizada.

Actividade Internacional

No ano de 2012, a conjuntura económica caracterizou-se pelo clima de austeridade, transversal a vários países da Europa comunitária, por um forte controlo dos níveis de endividamento e por ligeiras melhorias nos níveis de liquidez face a 2011.

A actividade económica em Portugal revelou, de novo, crescimento negativo tendo-se acentuado a degradação dos níveis de emprego com impacto na decisão de muitos cidadãos deixarem o país para trabalhar e assegurarem condições de subsistência no exterior.

Acompanhando esse facto, a estratégia prosseguida na área Internacional manteve o reforço da proximidade aos clientes residentes no estrangeiro, visando apoiar, através das unidades no exterior, os que iniciam o seu percurso laboral fora de Portugal. Procurou-se transmitir a solidez do Santander Totta e do Grupo onde se insere, dinamizando a oferta de serviços e de soluções em estreita articulação com a rede comercial em Portugal.

De forma a garantir aos clientes condições adequadas manteve-se a oferta da “Super Conta Residentes no Estrangeiro” e produtos de poupança diversificados. O crescimento de depósitos acentuou-se em detrimento de produtos mais complexos.

Foram ainda disponibilizados, com sucesso, produtos que pretenderam associar ao rendimento, o reforço da fidelização e vinculação dos clientes como foi o caso de planos de poupança programada.

Como tem sido prática do Santander Totta e no intuito de apoiar as comunidades nos países onde o Banco está representado, realizaram-se encontros com clientes e apresentações frequentes, onde se procurou transmitir os valores do Grupo e do Banco. Além destes encontros foram promovidas visitas, dentro do planeamento estratégico definido, que visaram reforçar a ligação entre clientes, escritórios de representação e balcões em Portugal.

No âmbito do apoio mais específico ao segmento, decorreu a campanha de Verão com um conjunto de iniciativas que visaram receber da melhor forma os clientes que vivem e trabalham no exterior tendo sido garantida uma estrutura de comunicação e de meios com “assistentes” especialmente focadas no atendimento e apoio dos clientes. Esta campanha foi promovida nas principais comunidades, em meios de comunicação locais, garantindo um conhecimento significativo da oferta e apoio disponíveis.

A sucursal de Londres pautou a sua actividade pelo incremento na relação comercial com os portugueses residentes no Reino Unido, sendo atribuída especial atenção ao seguimento e recuperação da carteira de crédito cujos mecanismos de controlo foram reforçados.

A filial de Porto Rico desenvolveu de forma estável a sua actividade num modelo de negócio de “Banca à Distância” oferecendo através de canais específicos aplicações muito diversificadas e exclusivamente destinadas a não residentes.

Procedeu-se ainda à reavaliação das várias unidades que apoiam a actividade no exterior o que se traduziu no encerramento da SFE – Sucursal Financeira do Exterior na Zona Franca da Madeira.

O volume de negócios na área de residentes no estrangeiro permaneceu quase inalterado tendo sido possível incrementar o número de clientes residentes em países fora da Comunidade Europeia.

No que respeita a transferências de residentes no exterior, canalizadas através do Santander Totta, prosseguiram acções de promoção e dinamização nos países mais importantes para o segmento, destacando-se a forma fácil e flexível dos clientes concretizarem o envio de fundos para Portugal.

Realizaram-se dois concursos que visaram premiar os clientes que optam pelo Banco verificando-se um crescimento no volume de transferências de cerca de 13%.

Global Banking and Markets

Na área de *Corporate Finance*, concluíram-se com sucesso as seguintes operações de assessoria financeira: (1) assessoria à Mercapital na alienação à Sogrape das Bodegas LAN em Espanha; (2) assessoria à Cimpor no âmbito da Oferta Pública de Aquisição lançada pelo Grupo Camargo Corrêa; (3) assessoria à Secil no financiamento e aquisição da Supremo Cimento no Brasil; e (4) assessoria à Amorim Energia na aquisição de uma participação adicional de 5% na Galp Energia, decorrente do acordo assinado com a ENI e Caixa Geral de Depósitos.

Na área de *Credit Markets*, a manutenção de uma conjuntura económica restritiva manteve pressão sobre a economia, com impacto significativo nas decisões de investimentos privados e públicos. Apesar deste contexto, o Banco continua como uma das poucas instituições com presença constante na análise das oportunidades existentes e no apoio aos pequenos promotores na concretização dos seus projectos tendo apoiado diversos clientes na reestruturação de financiamentos que devido à conjuntura actual necessitam de ser renegociados com o objectivo de se adequarem à *performance* e capacidade de libertação de *cash flow* das empresas.

Em *Asset & Capital Structuring*, o Santander Totta continua a desenvolver actividade relevante na área de projectos de energia renovável em Portugal, assim como a analisar eventuais oportunidades de mercado que possam surgir fruto da conjuntura.

A área de produtos estruturados manteve, em 2012, uma boa *performance* na comercialização de produtos de passivo, com a emissão de 16 produtos estruturados, dos quais 10 são emissões denominadas em euros e 6 são emissões denominadas em dólares norte-americanos. As emissões que foram colocadas neste período estão indexadas a diferentes classes de activos transaccionados

em mercados accionistas, cambial e obrigacionistas variados.

Em Setembro de 2012, o Banco Santander Totta foi distinguido pela *Euromoney Structured Retail Products* como melhor distribuidor de produtos estruturados em Portugal. Este prémio é atribuído tendo em conta duas componentes: a *performance* dos produtos e os volumes comercializados.

Na área de Custódia Institucional os volumes de negócio permaneceram estáveis assim como manteve o seu 2º lugar no *ranking* nacional de Custodiantes, com cerca de 21,2% de quota em volume de activos sob custódia, com um acréscimo de 5,7% face ao trimestre anterior, segundo os últimos dados disponibilizados pela CMVM. Os clientes institucionais residentes e não residentes tiveram a oportunidade de avaliar a qualidade dos serviços de custódia prestados pelo Banco através da publicação da especialidade *Global Custodian*, sendo que o destaque foi para a atribuição o prémio de *Commended* nas 3 categorias – *Leading Clients, Cross-Border e Domestic*.

Gestão de Activos

Fundos de investimento

Num contexto muito difícil, a Santander Asset Management (SAM) procurou gerir os seus produtos com um nível de risco controlado, com foco na manutenção de níveis elevados e adequados de liquidez, não deixando de beneficiar das oportunidades que o mercado tem proporcionado. No decorrer do ano, destaca-se ainda a operação de fusão de fundos, com objectivo de simplificação e transparência da gama de fundos oferecidos pela SAM, bem como melhoria no nível de eficiência em termos de gestão.

No final do ano, todos os fundos de investimento mobiliário geridos de forma activa pela Santander Asset Management, apresentavam rendibilidades positivas, nomeadamente o Santander Multitesouraria (3,5% rendibilidade líquida), o Santander Global (7,1% rendibilidade líquida) e os fundos de acções: Acções Portugal (9% de rendibilidade líquida), Acções Europa (13,6% rendibilidade líquida) e Acções América (9,6% rendibilidade líquida). De salientar, ainda, o lançamento de dois novos FEI's: FEI Ibérico Premium (48,8 milhões de euros) e FEI Premium Julho 2012 (47 milhões de euros). Verificou-se o vencimento de dois FEI's: o FEI Europa Invest e o FEI Luso Invest.

No final do ano, os fundos de investimento mobiliário geridos pela Santander Asset Management representavam uma quota de mercado de 11,6%.

No que respeita aos fundos de investimento imobiliário geridos pela Santander Asset Management, estes totalizaram 581,5 milhões de euros, no final de 2012, correspondente a uma quota de mercado de 5,1%.

Seguros

Na actividade comercial é de salientar o lançamento de novos produtos, prosseguindo o alargamento da oferta comercial de produtos em venda livre aos clientes do Banco, satisfazendo as suas necessidades, aumentando a vinculação e contribuindo para o reforço de primeiro Banco dos clientes. Nessa linha, foi lançado o "SafeCare", solução inovadora, que combina um seguro de vida com uma cobertura complementar de assistência médica e o "Protecção Lar", seguro de multiriscos.

O "SafeCare" foi criado a pensar na protecção dos clientes e das suas famílias, ajudando-os a preservar e cuidar da sua saúde e bem-estar, especialmente importante no cenário actual de reforma do Serviço Nacional de Saúde e de avaliação do esforço que ela poderá representar nos orçamentos das famílias. O "SafeCare" permite à Pessoa Segura e aos seus familiares ter acesso a cuidados de saúde, consultas médicas, exames e internamentos numa rede de medicina privada – Rede Future Healthcare – a preços convencionados mais vantajosos para os clientes. As vendas ascenderam a cerca de 11.700 desde o seu lançamento a 9 de Julho de 2012, o que representou cerca de 16.000 pessoas seguras.

Manteve-se igualmente o foco na comercialização do "Plano Protecção Família" – solução para proteger o rendimento familiar em caso de morte, tendo as vendas atingido 28.600 apólices, do "Plano Protecção Ordenado" - seguro de vida com cobertura de desemprego com vendas de 16.600 apólices, o "Seguro Viva Mais" - seguro vocacionado para o tratamento de doenças graves junto dos melhores médicos especialistas internacionais cuja colocação ascendeu a 7.900 apólices e ainda do "Protecção Lar" – seguro multiriscos com vendas de 15.000 apólices.

De referir que foram vendidas 81.000 apólices de forma autónoma (seguros não relacionados com produtos do Banco), o que representa uma aumento de 38% relativamente ao ano transacto, o que assume particular relevo na actual conjuntura, sendo corolário de um bem sucedido plano de comunicação e distribuição.

Relativamente aos seguros de vida financeiros, é de destacar o lançamento dos produtos "Plano Rendimento", sob a forma de seguros Icae (*unit linked*), que proporcionam um retorno mensal e trimestral pago sob a forma de resgate parcial, tendo o volume total comercializado ascendido a cerca de 584 milhões de euros no ano de 2012.

A venda destes produtos foi dinamizada através de um plano de incentivos para a rede comercial, alicerçado na campanha "Smart Energy", no 1º trimestre, e concurso Seguros 4S e Chave Mestra.

No ramo vida, o valor dos prémios emitidos e contribuições para contratos de investimento alcançou o montante de 695,7 milhões de euros. Nos seguros de risco e mistos o volume de prémios cifrou-se em 111,3 milhões de euros, sendo de registar um aumento de prémios de 10,5% em "open market", e uma quebra nos prémios de seguros de vida ligados ao crédito à habitação e ao consumo.

Perspectivas para 2013

Em 2013, o enquadramento recessivo manter-se-á em Portugal, com o PIB a contrair -1,9% bem como na Zona Euro, onde o PIB poderá contrair cerca de 0,5%, fruto das medidas de consolidação orçamental nas "economias periféricas". Na Alemanha e França, dever-se-á assistir a um abrandamento significativo no ritmo de crescimento face a 2012.

O aumento do desemprego, a continuação do processo de *deleveraging* do sector privado, com uma contracção forte no consumo e uma queda acentuada no investimento, e a diminuição do rendimento disponível das famílias continuarão a ser factores de pressão no sistema bancário português, nomeadamente nos volumes de negócio, geração de receitas e qualidade das carteiras de crédito.

Como já foi referido, a gestão do risco da carteira de crédito é um objectivo fundamental para o Santander Totta, já que lhe permite proteger a rentabilidade e o capital, fundamentais no contexto económico mais adverso. Com este fim em vista, o Banco vai continuar a dar especial atenção à prevenção do incumprimento, com acções de acompanhamento selectivo dos clientes, antecipando situações de risco através da disponibilização de condições que permitem adequar o perfil de pagamentos à situação económica e financeira das famílias.

Simultaneamente, o Banco manterá um importante foco na área de recuperações, através de um reforço da política de negociação que evite a resolução dos processos por via judicial.

Por outro lado, o Banco irá prosseguir a estratégia de desalavancagem gradual do seu balanço com vista à redução do rácio entre crédito e depósitos para 120% em 2014, pelo que irá manter um grande foco na captação de depósitos. Adicionalmente, a posição confortável em termos de capital e liquidez que o Banco apresenta, permite-lhe apoiar as famílias e o sector empresarial português, já materializado através do lançamento da campanha "Crédito Activação", no final de 2012, tendo em vista o aumento do peso do segmento de Empresas no total da carteira de crédito e da respectiva quota de mercado bem como o incremento dos níveis de transaccionalidade.

Em 2013, a gestão da margem financeira será um factor crítico nas receitas do Banco, particularmente a gestão do passivo, num cenário de taxas de juro extremamente baixas.

Recursos Humanos

As Pessoas e o seu contributo para o negócio constituíram os principais eixos de actuação da área de Recursos Humanos em 2012, numa conjuntura económica e social desfavorável.

No domínio da proximidade às áreas de negócio, efectuou-se um reforço de medidas que visam consolidar a presença e contributo da área de Recursos Humanos (RH) para a gestão das áreas e para a consecução dos objectivos de negócio.

Os gestores de RH agiram como agregadores da mobilidade necessária - geográfica e de carreira - em cada área e actuaram em equipa para gerar internamente as respostas adequadas. Desta forma, a eficácia da acção de RH melhorou tanto em tempo de resposta como na definição de soluções de longo prazo.

No contexto em que vivemos, foi muito importante ter uma comunicação activa no que diz respeito à divulgação de oportunidades de desenvolvimento interno. Foram efectuadas 60 divulgações para toda a organização que mobilizou cerca de 600 candidatos para novos desafios profissionais. Estas medidas foram importantes para garantir equipas motivadas e, conseqüentemente, com reflexo na qualidade do serviço prestado aos clientes.

Prosseguiu-se com um contributo decisivo para a optimização da rede de balcões. Os gestores de RH efectuaram cerca de 450 visitas a balcões e geriram cerca de 1.000 movimentações que envolveram todos os níveis da estrutura.

No 2º semestre, a actuação de RH foi orientada também para apoio a balcões com necessidade de melhorar indicadores de qualidade de serviço. O "Programa Be Up" foi uma iniciativa de intervenção comportamental junto das equipas de balcões baseado nas técnicas de *coaching* e com o objectivo de melhorar a qualidade de atendimento nos balcões identificados no indicador "tempo de espera". Foram acompanhados 107 balcões e efectuadas cerca de 230 reuniões de acompanhamento de balcões. Desta forma, o referido programa constituiu um claro reforço da acção de RH para a consecução dos objectivos de negócio, através da capacitação das equipas dos balcões de competências de relação com os clientes.

A importância dada ao reconhecimento do mérito e contributo individual dos colaboradores para o sucesso do

Banco fica expressa nos 367 novos níveis salariais atribuídos e ao facto de 95% dos colaboradores terem recebido remuneração variável, com os ajustes que os resultados ditaram.

Na componente de formação foi colocado foco na plataforma E-Learning com a inclusão de cerca de 20 novos cursos, aumentando a oferta para 46 cursos e permitindo assim um maior leque de escolha em função das necessidades individuais. Para estimular o enriquecimento de conhecimento e desenvolvimento de competências dos colaboradores de serviços centrais, realizou-se uma campanha nos meses de Verão que atingiu 22.259 horas de formação e 60% dos colaboradores identificados. A categoria "Competências Comerciais e Produtos" destacou-se com a realização de 102.404 horas e 20.800 assistentes nas acções de formação.

A vertente *Competências de Direcção e Gestão* obteve cerca de 3.331 horas de formação com a presença de 426 pessoas.

No domínio do desenvolvimento, realizaram-se programas de *Executive Coaching* a 23 pessoas e integrou-se o *Mentoring* em vários programas, com a participação da equipa directiva sénior como mentora.

Foi implementado, para a área de Operações, um programa de desenvolvimento focado em 3 eixos: adaptação à mudança de estrutura/equipa e funções, alinhamento de atitude e cooperação e encarar novos desafios funcionais como seja a relação directa com clientes. Este programa envolveu 284 colaboradores desta área.

No âmbito da colaboração junto das Universidades, o Santander Totta participou em feiras de emprego e *Jobpartys*. Realizou-se, ainda, um programa de *Mentoring* a 19 alunos de pós graduações de várias universidades.

Enquanto "Empresa Familiarmente Responsável" e de acordo com o estabelecido no processo de certificação, foram tomadas acções e desenvolvidos processos, que permitem monitorizar o uso das medidas existentes, que visam a conciliação entre a vida profissional e pessoal. Assim, no ano de 2012, 66% dos colaboradores com filhos até aos 12 anos gozaram a tarde de aniversário dos filhos (22% em 2011) e 64% dos colaboradores usufruíram do 1º dia de escola do 1º ano de escolaridade (34% em 2011).

Promover as vantagens de trabalhar no Santander Totta, fomentar o diálogo entre os directores e as suas equipas e reconhecer o esforço e dedicação de todos, são objectivos do “Programa Santander és Tu”. Este programa mantém-se activo, o que demonstra a sua actualidade, enquanto programa estruturante do posicionamento que o Banco quer ter enquanto empregador de referência na banca.

O alargamento do prazo máximo de amortização dos empréstimos ACT de 35 para 40 anos, com limite de 70 anos de idade do colaborador, o ajuste salarial efectuado aos colaboradores com salário igual ou inferior a 1.350 euros mensais e a comparticipação de 310 euros a todos os colaboradores com filhos a estudar no ensino superior (245 alunos) e com um salário mensal igual ou inferior a 2.090 euros constituem medidas extraordinárias implementadas que visaram minorar os efeitos decorrentes da conjuntura económica.

Atendendo às circunstâncias descritas, foi implementada o “Facilitamos”, uma plataforma de procura e oferta de serviços onde os colaboradores podem procurar serviços de que necessitem e colocar ofertas de serviços de familiares ou amigos que se encontrem em situação de desemprego. A plataforma conta hoje com mais de 300 ofertas de serviços por parte de familiares de colaboradores.

A “Semana Santander és Tu” constitui uma iniciativa que recolhe o apreço junto dos colaboradores e que suscita elevadas expectativas, sendo uma oportunidade para reforçar o espírito associado ao Programa “Santander és Tu”. O programa de actividades foi desenvolvido em torno do mote “Formamos Uma Grande Equipa” e desenvolveu-se a partir de 3 iniciativas principais:

- O “Dia do Colaborador” foi celebrado em todos os balcões e edifícios centrais ao longo do país, num cenário de festa, recriando-se o ambiente de um arraial dos “Santos Populares”;
- O “Contacto Directo”, com a visita dos Administradores a balcões e serviços centrais dos diversos distritos do país, num gesto simbólico de proximidade dos colaboradores e de reconhecimento directo dos que fizeram 30 anos de antiguidade no Banco;
- A causa solidária “Casa da Ritinha”, que permitiu recolher cerca de 23.000 euros e o início da construção da nova casa da Ritinha.

“Repensar o Negócio” foi o tema da 5ª edição da Conferência Gestão no Feminino, um espaço de reflexão que tem por objectivo discutir temas da actualidade relacionados com o negócio, em que participam mulheres com responsabilidade de gestão em diversas áreas do Banco. Para além de reforçar o papel das mulheres na actividade do Banco, que representam 45,7% do

universo, e de fortalecer as competências das equipas directivas em matérias de negócio e em temas da actualidade, esta iniciativa denota a atenção dedicada à política de diversidade do género.

Pelo 6º ano consecutivo foram premiados os filhos dos colaboradores que se distinguiram pelo seu desempenho académico na conclusão do ensino secundário. Nas seis edições desta iniciativa, que tem por objectivo valorizar o esforço e mérito evidenciado por um aproveitamento académico de excelência, já foram premiados 103 jovens filhos de colaboradores.

Também os mais novos continuaram a merecer uma atenção particular realizando-se os já habituais programas de ocupação de férias da Páscoa e Natal para filhos de colaboradores, que contaram com a participação de 60 crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos.

Uma vez mais o Santander Totta decidiu considerar favoravelmente os pedidos apresentados no âmbito do concurso de crédito habitação à taxa ACT tendo para o efeito disponibilizado um montante total da ordem de 41 milhões de euros, permitindo assim um acesso mais facilitado a melhores condições de vida familiar.

Como referido anteriormente, as actividades de cariz solidário ocuparam um lugar de destaque em 2012, com a criação do “Canto Solidário” no Centro Totta, um espaço para as instituições de carácter social promoverem as suas iniciativas, a participação de voluntários nas feiras do BIPP (Banco de Informação de Pais para Pais) e no “Pão de Todos”, “O Natal numa Caixa de Sapatos” e a causa solidária “Casa da Ritinha.

Tecnologia e Sistemas de Negócio

Integrada na área de meios do Santander Totta e na Divisão Corporativa de Tecnologia e Operações, a área de Tecnologia e Sistemas de Negócio é responsável pela disponibilização e gestão da infraestrutura tecnológica e de processos do Santander Totta, garantindo em permanência a adequação das plataformas de tecnologia (hardware, software, comunicações, entre outros), de processos de negócio e controlo operativo para suportar de forma eficiente a actividade do banco, com níveis de risco operativo e tecnológico controlados.

Em 2012, manteve-se o foco na gestão da qualidade de serviço de tecnologia, redução do risco tecnológico e suporte aplicacional ao negócio, bem como na observância do cumprimento das actividades de controlo, definidas no Modelo de Controlo Interno do Banco, na vertente de tecnologia. Foram desenvolvidos diversos projectos para redução de incidências, optimização da exploração dos recursos tecnológicos, gestão e redução

do risco tecnológico e aumento da janela de disponibilidade do *online* da plataforma.

Em termos de suporte ao negócio destaca-se o investimento muito relevante no robustecimento das aplicações de suporte à gestão do crédito vencido e contencioso, com o desenvolvimento de novas aplicações e funcionalidades para suporte a esta actividade. Destacam-se as ferramentas de apoio ao programa que permitiu um melhor seguimento e proactividade do banco na gestão do crédito vencido e oferta mais adequada de soluções aos clientes em incumprimento.

Assumi ainda especial relevância o investimento realizado em projectos para dar cumprimento à nova legislação e regulamentação, onde se destaca a adaptação dos sistemas para pagamentos SEPA, FACTA, reformulação das estatísticas de operações e posições com o exterior e das estatísticas monetárias e financeiras para o Banco de Portugal e já em final do ano para implementação, num reduzido espaço de tempo, da legislação relativa ao incumprimento e novo enquadramento legislativo dos produtos financeiros complexos.

Durante o ano 2012, foi lançado o novo "site" do Netbanco Particulares orientado para dispositivos móveis e procedeu-se à reformulação gráfica do Netbanco Empresas e de diversas ferramentas e funcionalidades com o objectivo de aumentar a segurança das transacções nos canais internet. Foram lançadas novas ferramentas de apoio à actividade comercial, como é exemplo o novo Portal Cliente e uma nova plataforma de suporte à actividade do *Private Banking*.

Foi iniciado o processo de migração para o sistema operativo Windows 7, projecto com duração prevista de 9 meses e executados diversos projectos técnicos com vista a reduzir incidências e a manter o risco tecnológico em níveis adequados. Foram implementados diversos projectos de adequação da infra-estrutura física com vista à sua renovação e criação de infraestruturas tecnológicas redundantes e baseadas em dois centros de processamento de dados distintos e de alta disponibilidade, que asseguram a continuidade das operações em caso de acidente num dos centros, tendo sido realizados testes de *Disaster Recovery Plan* que atestam a solução implementada.

Na área de Processos de Negócio, foram lançados vários projectos que visam a melhoria dos processos e aumento da eficiência. Toda a transformação operada na área de Recuperações de Crédito foi suportada por esta área, apoiando na reformulação e definição do novo modelo operativo e funcional e desenho das ferramentas tecnológicas de suporte à actividade. Continuou, a bom ritmo, o projecto de optimização operativa e funcional da

Rede Empresas e de implementação da regulamentação Norte Americana FATCA.

A área de Meios de Rede continuou com o programa de visitas a balcões com o objectivo de identificar debilidades de controlo e funcionamento operativo dos balcões de Particulares e Negócios e Empresas, e estabelecer com estes um programa de formação e melhoria operativa, em paralelo com o lançamento de iniciativas de melhorias aos actuais processos operativos e de controlo. Todos os balcões foram já visitados presencialmente por esta equipa, na sequência dos quais foram lançadas várias iniciativas de formação, apoio e melhoria. Implementaram-se ainda diversos projectos de controlo dos balcões, tendo os mesmos sido incorporados nos processos de seguimento.

Qualidade

A qualidade de serviço é um dos pilares do modelo de gestão do Santander Totta.

Num mundo em constante mudança e num mercado tão competitivo como o mercado bancário onde todos os "players" procuram a melhoria e a qualidade de serviço, nos últimos anos, o Santander Totta assumiu como objectivo a melhoria da Experiência do Cliente Santander Totta em que a qualidade de serviço tenha uma marca Santander, um modo próprio que diferencie o Banco dos demais.

Experiência do Cliente

Em 2012, esta área de actuação acompanhou vários processos de melhoria, apresentados num grupo de trabalho específico para o tema do atendimento a clientes, quer em termos de atitude, como de tempo de espera nos balcões e ainda para o atendimento telefónico. O lema de apostar no "valor máximo na relação" levou ao envolvimento de todo o Banco no objectivo comum de ser o 1º Banco dos clientes.

O cruzamento do indicador Meta 100 (que mede a satisfação dos clientes com o seu balcão) com o indicador CEM (que mede a satisfação dos clientes com o Banco) veio traduzir a classificação, em estrelas, dos balcões do Banco.

Após a introdução desta nova classificação, tem vindo a ser desenvolvido um trabalho de redução de balcões 2 estrelas e aumento dos balcões 5 estrelas, através do desenvolvimento de um programa para a melhoria comportamental denominado "Be Up", o qual trabalha um cluster de balcões classificados com 2 e 3 estrelas, com um plano de seguimento "in loco" e objectivos claros de melhoria.

O portal de Qualidade (redecem) de acesso a todos os colaboradores foi substancialmente desenvolvido, permitindo, de uma forma simples, consultar as métricas de qualidade, o conhecimento e situação do estado das reclamações recebidas e o apoio na divulgação das medidas tomadas para a melhoria contínua da qualidade de serviço.

Certificação de Qualidade

O Santander Totta continua a reforçar os mecanismos previstos na norma ISO 9001-2008 e a melhorar continuamente as suas práticas de gestão tendo sempre como orientação a satisfação dos clientes, através da melhoria na gestão dos processos.

Nesse sentido, o Banco aproximou-se ainda mais dos requisitos de excelência, nomeadamente com a implementação de um novo modelo de Governo da Qualidade que irá permitir um maior foco na orientação ao cliente em toda a estrutura do Banco e o reforçar do compromisso dessa mesma estrutura com o Grupo Santander.

Reclamações

No que respeita a reclamações de clientes registou-se uma redução significativa em 2012 face ao ano de 2011. Esta evolução espelha o empenho do Banco na melhoria das suas actuações, processos e atitudes, ultrapassando as situações que podem ter originado algum desagrado.

O Banco teve como objectivo, não só o célere tratamento e resposta aos clientes, mas também, a análise da causa raiz das reclamações formais recebidas.

Criaram-se Mesas de Qualidade, onde se analisou, com as várias áreas do Banco, a melhoria dos processos, os níveis de resposta, atitudes, e as soluções possíveis de serem implementadas das reclamações em que foi dada razão ao cliente.

Foi um ano de consolidação das medidas iniciadas em 2011, com vista a melhorar os tempos de resposta a reclamações formais, garantir o cumprimento dos prazos legais de resposta aos reguladores, privilegiar nas respostas aos clientes a informação clara e mais objectiva, e em paralelo acompanhar as unidades de negócio no tratamento célere das incidências detectadas e necessária interlocução com os respectivos serviços centrais, de modo a evitar desgaste na relação comercial e consequente reclamação formal a futuro.

Métricas e Indicadores de Gestão

Ao longo dos anos, o Santander Totta foi construindo um sistema de métricas de qualidade que, conjugadas, permitem ter uma visão muito clara da “voz do cliente”, podendo, assim, tomar medidas de melhoria muito focadas e dirigidas aos clientes e às suas necessidades, quer através de dados dos sistemas do Banco, quer através de inquéritos a clientes (mais de 90.000 este ano), quer ainda através de Clientes Mistério que ajudam a medir a qualidade efectivamente prestada.

Ao nível das redes comerciais, Particulares e Negócios e Rede de Empresas, mantém-se o funcionamento pleno do META 100, indicador que incorpora diferentes avaliações (métricas operativas e de satisfação de clientes), continuando a apresentar uma evolução muito positiva.

No índice Meta 100 registaram-se melhorias significativas nos vários indicadores conseguindo que 32% da rede de balcões obtivesse a classificação de superação o que traduz um aumento de 7% face a 2011 num ano em que os atributos de avaliação qualitativos e quantitativos mantiveram a mesma estrutura mas com objectivos por atributo ainda mais ambiciosos.

O modelo Meta 100 para os serviços centrais foi consolidado em 2012 e irá permitir, em 2013, uma actuação muito forte junto dos mesmos. Com este objectivo pretende-se que o trabalho prestado por estes possibilitem aos balcões um serviço mais adequado.

Por outro lado, a percentagem de clientes que recomendam o Banco manteve-se ao nível do alcançado no ano de 2011, na ordem dos 90%, tendo registado uma melhoria nos restantes indicadores de qualidade percebida.

Posicionamento face à concorrência

O estudo de posicionamento de mercado é suportado numa metodologia corporativa definida a nível do Grupo Santander, para a satisfação global dos clientes dos principais Bancos do sistema português e é efectuado por empresa independente credenciada em estudos de mercado. O estudo, iniciado em 2010, consolidou no ano de 2012 a evolução de crescimento da posição do Banco Santander Totta face à concorrência, que já tinha evidenciado em 2011.

Na avaliação efectuada no 2º semestre de 2012, o Santander Totta obteve o primeiro lugar no posicionamento entre os Bancos englobados no referido estudo, conjuntamente com outro concorrente.

Actividade Consolidada

Introdução

Desenvolvendo a sua actividade num cenário macroeconómico recessivo, que tem penalizado os resultados da banca, o Santander Totta enveredou por uma estratégia baseada no controlo rigoroso do crédito vencido e na solidez da estrutura operacional e de balanço, com posições adequadas de capital e de liquidez alcançadas unicamente com recurso à geração interna de resultados, sem necessidade de acesso às linhas públicas de apoio ao sector bancário.

No âmbito de uma política de reequilíbrio do balanço, constata-se uma melhoria significativa do *gap* comercial, tendo o rácio de transformação, que relaciona o crédito líquido com os depósitos, atingido 127,1% no final de 2012, representando uma melhoria de 12,4 p.p. face ao período homólogo e reflectindo o aumento anual de 3,1% nos depósitos de clientes e a desaceleração de 4,9% no crédito líquido.

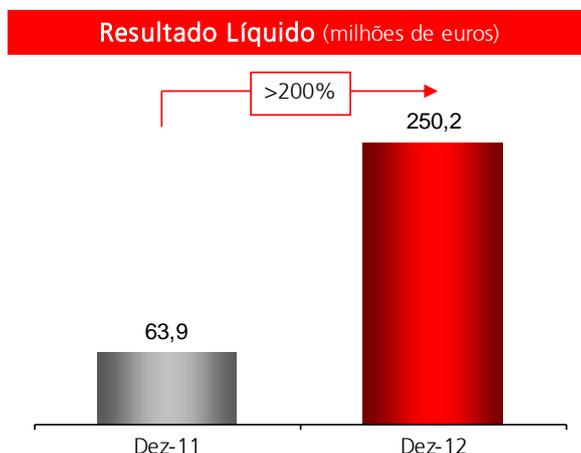
O rácio de adequação de fundos próprios de base Tier I situou-se em 13,3% e o rácio Core Capital fixou-se nos 12,3% em 2012, bastante acima do nível mínimo de 10% exigido pelo Banco de Portugal.

O crédito em risco alcançou os 4,33%, em consonância com a deterioração da qualidade do crédito, numa conjuntura económica recessiva, embora mantendo-se abaixo da média do sector bancário, beneficiando de um programa de apoio a situações de incumprimento de clientes, que levou à diminuição de número de empréstimos com prestações em atraso, como já foi referido anteriormente.

O Banco dispõe de uma carteira de activos elegíveis como garantia nas operações de financiamento junto do Eurosistema, que no final de 2012 totalizou 11,7 mil milhões de euros. Por sua vez, os recursos líquidos de aplicações obtidos junto do Banco Central Europeu ascenderam a 4,9 mil milhões de euros.

O Santander Totta registou um resultado líquido consolidado de 250,2 milhões de euros, que compara com 63,9 milhões de euros no período homólogo, destacando-se a contribuição favorável das receitas e dos custos operacionais, embora minorado pelo reforço da imparidade e das provisões líquidas, enquadrado na política conservadora e prudente de avaliação de risco do Banco.

O produto bancário progrediu 46,4%, influenciado por uma operação de monetização da carteira de risco vida registada na actividade de seguros e por mais-valias obtidas na recompra de títulos emitidos no âmbito de operações de securitização de créditos, reflectidas em resultados de operações financeiras, parcialmente anuladas pelo reforço de provisões, como medida de prudência. Os custos operacionais recuaram 9,5% em relação ao valor verificado em 2011 e a imparidade e provisões líquidas apresentaram uma subida homóloga de 57,1%.



Demonstração de Resultados

milhões de euros	Dez-12	Dez-11	Var.
Margem Financeira Estrita	550,0	562,8	-2,3%
Rendimento de Instrumentos de Capital	1,7	1,3	+32,8%
Margem Financeira	551,7	564,1	-2,2%
Comissões Líquidas e Out.Result. Actividade Bancária	311,6	326,8	-4,7%
Actividade de Seguros	242,6	24,1	>200%
Margem Comercial	1.105,9	915,0	+20,9%
Resultado de Operações Financeiras	128,1	(71,9)	<-200%
Produto Bancário	1.234,0	843,2	+46,4%
Custos Operacionais	(464,7)	(513,5)	-9,5%
Resultado de Exploração	769,4	329,7	+133,4%
Imparidade e Provisões Líquidas	(468,1)	(298,0)	+57,1%
Equivalência Patrimonial	11,9	11,3	+4,7%
Resultado Antes de Impostos e I.M.	313,2	43,1	>200%
Impostos	(62,9)	20,9	<-200%
Resultado Após Impostos	250,3	64,0	>200%
Interesses Minoritários	(0,1)	(0,1)	+45,9%
Resultado Líquido	250,2	63,9	>200%

No final de 2012, o Santander Totta apurou um resultado líquido de 250,2 milhões de euros, que compara com 63,9 milhões de euros registados no ano anterior. As receitas progrediram 46,4%, os custos operacionais decresceram 9,5% e a imparidade e provisões líquidas apresentaram uma subida homóloga de 57,1%.

A margem financeira estrita alcançou 550,0 milhões de euros, variando -2,3% face a 2011. Esta evolução traduziu a diminuição da carteira de crédito, no âmbito do processo de desalavancagem do balanço, bem como o vencimento de dívida pública no último trimestre. Por seu turno, a trajectória de descida acentuada das taxas de mercado Euribor, repercutiu-se num *repricing* mais acelerado do crédito do que dos depósitos. Contudo, salienta-se uma gestão prudente de *spreads* de activos e de passivos, com uma adequada segmentação da oferta comercial.

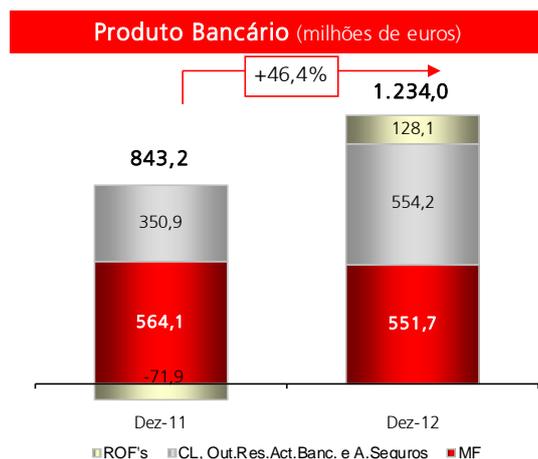
As comissões líquidas e outros resultados da actividade bancária cifraram-se em 311,6 milhões de euros, evidenciando uma variação de -4,7% face ao verificado em 2011, atribuível ao desempenho das comissões de

fundos de investimento e de seguros. No entanto salienta-se o aumento das comissões relacionadas com os serviços bancários básicos (como as contas à ordem).

O resultado da actividade de seguros de 242,6 milhões de euros incorporou uma receita relacionada com uma operação de monetização da carteira de seguros de risco vida, efectuada no terceiro trimestre de 2012.

O resultado de operações financeiras totalizou 128,1 milhões de euros e inclui mais-valias obtidas na operação de recompra de títulos emitidos no âmbito de operações de securitização de créditos. Recorde-se que no período homólogo registaram-se menos-valias provenientes da venda de carteiras de créditos e de títulos.

A evolução das receitas acima mencionada traduziu-se num produto bancário de 1.234,0 milhões de euros, um incremento de 46,4% em relação a 2011.



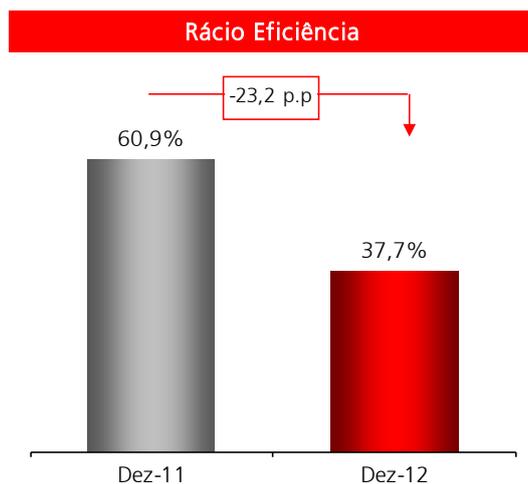
Os custos operacionais totalizaram 464,7 milhões de euros, com uma variação homóloga de -9,5%. Os custos com pessoal regrediram 13,2%, reflectindo a redução do número médio de colaboradores e das remunerações variáveis e bem como a alteração legislativa no cálculo do subsídio de morte. Excluindo este efeito, os custos com pessoal teriam diminuído 8,6% e os custos operacionais decresceriam 6,8%.

Os gastos gerais reduziram 6,7% e as amortizações subiram 1,1%, em consequência dos investimentos efectuados em informática, assim como da antecipação de amortizações derivada do encerramento de balcões.

milhões de euros	Dez-12	Dez-11	Var.
Custos com Pessoal	(260,3)	(299,8)	-13,2%
Gastos Gerais	(140,0)	(150,1)	-6,7%
Custos de Transformação	(400,3)	(449,9)	-11,0%
Amortizações	(64,3)	(63,6)	+1,1%
Custos Operacionais	(464,7)	(513,5)	-9,5%
Rácio de Eficiência (exclui amortizações)	32,4%	53,4%	-21,0 p.p.
Rácio de Eficiência	37,7%	60,9%	-23,2 p.p.

O rácio de eficiência, que representa os custos operacionais em percentagem do produto bancário, melhorou de 60,9% em 2011 para 37,7% em 2012 (-23,2 p.p.), resultando da conjugação da subida das receitas em 46,4% e da descida dos custos operacionais em 9,5%.

No resultado de exploração apurou-se 769,4 milhões de euros, que compara com 329,7 alcançado no final de 2011.



Quanto a indicadores de produtividade, destaca-se a evolução dos recursos por ponto de atendimento.

milhões de euros	Dez-12	Dez-11	Var.
Crédito ⁽¹⁾ por Colaborador	5,1	5,2	-2,6%
Recursos por Colaborador	4,7	4,7	+1,6%
Crédito ⁽¹⁾ por Ponto de Atendimento ⁽²⁾	43,7	42,7	+2,4%
Recursos por Ponto de Atendimento ⁽²⁾	40,6	38,0	+6,8%

(1) Inclui garantias.

(2) Inclui agências, centros empresa, sucursais e escritórios de representação

O total de imparidade e provisões líquidas ascendeu a 468,1 milhões de euros em comparação com 298,0 milhões de euros registados no período homólogo, ou seja mais 57,1%, reflectindo a degradação dos riscos actuais e previsíveis decorrentes da recessão económica, que incide sobre diversos sectores de actividade. O Santander Totta manteve uma política prudente na gestão do risco, ao aperfeiçoar e reforçar os mecanismos de prevenção e de controlo. Na última revisão, efectuada em 2012, pelo Banco de Portugal e pela Troika, no âmbito do *Special Inspection Program*, com o objectivo de avaliar o nível de imparidade da carteira de construção e promoção imobiliária, concluiu-se que o Banco dispõe de provisões suficientes e utiliza metodologias adequadas.

O resultado de subsidiárias reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial de 11,9 milhões de euros, englobou a apropriação do resultado da participação no B.C.G.T.Angola, na Unicre-Instituição Financeira de Crédito e na Benim-Sociedade Imobiliária (empresa detida indirectamente pelo Banco por via da TottaUrbe-Empresa de Administração e Construções).

O resultado antes de impostos de 313,2 milhões de euros ficou bastante acima dos 43,1 milhões de euros de 2011. O resultado líquido consolidado, no final de 2012, ascendeu a 250,2 milhões de euros, mais do que triplicando em relação aos 63,9 milhões de euros registados em 2011.

Balanço e Actividade

Em 2012, o reforço da solidez e da desalavancagem do balanço, com uma melhoria significativa do *gap* comercial, em paralelo com posições confortáveis de liquidez e de capital foram prioridades fundamentais para o Santander Totta.

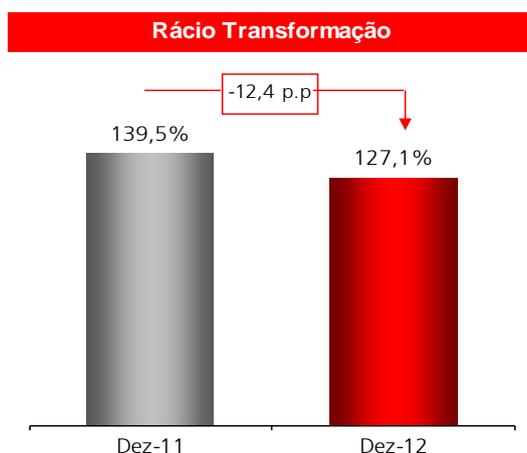
O crédito (incluindo garantias e avales) decresceu 4,5%, ao atingir 29,1 mil milhões de euros em 2012 e os recursos de clientes ascenderam a 27,1 mil milhões de euros (variação anual de -0,4%) mediante o crescimento de 2,4% nos recursos de balanço e da descida de 7,5% nos recursos fora de balanço. Esta evolução conduziu a uma variação homóloga de -2,5% no volume de negócio, que no final de 2012 totalizou 56,2 mil milhões de euros.

milhões de euros	Dez-12	Dez-11	Var.
Volume de Negócio	56.182	57.651	-2,5%
Crédito Bruto ⁽¹⁾	29.127	30.500	-4,5%
Recursos de Clientes	27.054	27.152	-0,4%

⁽¹⁾ Inclui securitização, papel comercial, garantias e avales

O reequilíbrio gradual do balanço do Banco está expresso no rácio de transformação dos depósitos em crédito, que no final de 2012 se fixou em 127,1%, evidenciando uma melhoria de 12,4 p.p. em relação aos 139,5% registados

em 2011 (rácios calculados de acordo com a definição estabelecida no Memorando de Entendimento).



A contracção ocorrida na concessão de crédito, em linha com a tendência de mercado, tanto em particulares como em empresas, traduz a menor procura e as restrições de balanço impostas pelo processo de desalavancagem em curso. No entanto, a posição confortável de liquidez do Santander Totta permitiu a continuação de uma política de apoio às empresas economicamente viáveis, que se tem vindo a traduzir na posição de destaque alcançada nas Linhas PME

Investe/Crescimento e no lançamento da “Campanha Totta Activação”, na qual disponibilizou uma linha de financiamento no valor de 1,5 mil milhões de euros às empresas que apresentem projectos viáveis.

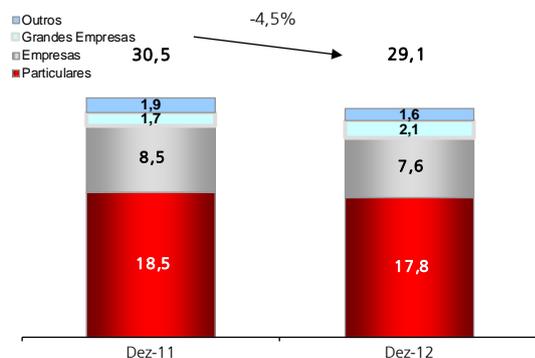
milhões de euros	Dez-12	Dez-11	Var.
Crédito Bruto (inclui garantias e avales)	29.127	30.500	-4,5%
Crédito Bruto	27.908	29.012	-3,8%
<i>do qual</i>			
Banca Comercial	25.415	26.965	-5,7%
Crédito a Empresas	7.633	8.493	-10,1%
Negócios	3.046	3.667	-16,9%
Rede Empresas	4.587	4.826	-4,9%
Crédito a Particulares	17.782	18.473	-3,7%
<i>do qual</i>			
Habitação	15.783	16.262	-2,9%
Consumo	1.414	1.573	-10,1%
Grandes Empresas e Institucionais	2.097	1.672	+25,4%

O crédito concedido a particulares situou-se em 17,8 mil milhões de euros, correspondendo a uma descida homóloga de 3,7%, com variações de -2,9% no crédito à habitação, que representa 54,2% do total da carteira de crédito, e de -10,1% no crédito ao consumo.

O crédito a grandes empresas e a institucionais aumentou 25,4%.

Apesar da deterioração dos indicadores da qualidade do crédito, os rácios apresentados pelo Santander Totta comparam favoravelmente com a média do sistema bancário nacional. Para fazer face às crescentes dificuldades financeiras das famílias, o Banco implementou um conjunto de soluções dirigidas a clientes nos quais se detectem os primeiros sinais de incapacidade de reembolso, de forma a evitar a degradação do nível de incumprimento e assegurar, mediante um acompanhamento próximo de cada situação, a negociação de novas condições de pagamento mais adequadas às suas capacidades financeiras actuais. Tal permitiu a reestruturação de créditos, reduzindo o número de clientes particulares com prestações de crédito em atraso, 14% abaixo do valor registado em 2011. No final de 2012, o rácio de crédito vencido a mais de 90 dias situou-se em 3,51% (+1,3 p.p. face ao período homólogo). A respectiva cobertura por provisões atingiu 98,6% (107,1% em 2011). O rácio de crédito com incumprimento situou-se em 3,55% no final de 2012, acima dos 2,24% de 2011, com cobertura por provisões de 97,6% (104,5% no período homólogo). Por seu turno, o crédito em risco (o qual considera o crédito vencido, vincendo e reestruturado) representou 4,33% do crédito total, agravando-se +1,5 p.p. em relação aos 2,85% no mesmo mês do ano anterior, com cobertura por provisões de 79,9% (82,3% em 2011).

Crédito a clientes* (mil milhões de euros)



* Inclui securitização, papel comercial, garantias e avales

	Dez-12	Dez-11	Var.
Credito Vencido s/ Clientes / Crédito Total	3,68%	2,35%	+1,3 p.p.
Crédito Vencido + 90 dias / Crédito Total	3,51%	2,19%	+1,3 p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	3,55%	2,24%	+1,3 p.p.
Crédito em Risco / Crédito Total	4,33%	2,85%	+1,5 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido	94,1%	99,8%	-5,7 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido + 90 dias	98,6%	107,1%	-8,6 p.p.
Cobertura de Crédito com Incumprimento	97,6%	104,5%	-6,9 p.p.
Cobertura de Crédito em Risco	79,9%	82,3%	-2,4 p.p.

O total de recursos de clientes, no final de 2012, atingiu 27,1 mil milhões de euros, quase estabilizando (-0,4%) em relação ao valor contabilizado em 2011.

Destacam-se os depósitos de clientes, representativos de 72,7% do total dos recursos de clientes, que reflectiram uma trajetória favorável de 3,1% em 2012 face ao verificado um ano antes.

milhões de euros	Dez-12	Dez-11	Var.
Recursos de Clientes	27.054	27.152	-0,4%
Recursos de Balanço	20.016	19.544	+2,4%
Depósitos	19.660	19.074	+3,1%
Passivos representados por títulos colocados em clientes	356	471	-24,4%
Recursos fora de Balanço	7.039	7.607	-7,5%
Fundos de investimento	2.717	2.807	-3,2%
Seguros e outros recursos	4.322	4.800	-10,0%
Por segmento:			
Banca Comercial	23.430	24.141	-2,9%
Recursos de Particulares e Negócios	22.095	22.240	-0,7%
Depósitos	16.284	15.644	+4,1%
Títulos colocados em clientes, fundos inv., seg.cap.e outros	5.811	6.596	-11,9%
Recursos de Empresas	1.335	1.900	-29,7%
Recursos de Grandes Empresas, Institucionais e Outros	3.624	3.011	+20,4%

Em 2012, os clientes continuaram a revelar uma maior apetência por depósitos bancários, em detrimento dos produtos de maior risco. Os depósitos do segmento de particulares e negócios registaram uma subida de 4,1% em relação ao período homólogo de 2011, situação inversa à registada com os recursos fora de balanço, tais como fundos de investimento e seguros financeiros que no mesmo período registaram uma variação de -11,9%.

Os recursos de balanço totalizaram 20,0 mil milhões de euros, representando 74,0% do total de recursos captados de clientes, e subiram 2,4% em termos homólogos, enquanto os recursos fora de balanço ascenderam a 7,0 mil milhões de euros, tendo decrescido

7,5% face ao valor registado em 2011. Os fundos de investimento diminuíram 3,2%, ao atingirem 2,7 mil milhões de euros. Os seguros de capitalização e outros recursos situaram-se em 4,3 mil milhões de euros, variando -10,0% em relação ao valor apurado no ano transacto.

Rácio de Adequação de Fundos Próprios

No final de 2012, o Santander Totta apresentou valores de capitalização bastante acima do mínimo de 10% exigido pelo Banco de Portugal, alcançados unicamente com recurso à geração interna de resultados, em paralelo com a diminuição dos activos ponderados pelo risco. O

rácio de adequação de fundos próprios de base Tier I situou-se em 13,3% e o rácio Core Capital atingiu 12,3%, incluindo o resultado líquido (11,5% e 11,0% em 2011). Excluindo os resultados gerados, os rácios de

fundos próprios de base Tier I e Core Capital atingiram 12,8% e 11,7%, respectivamente

milhões de euros	Dez-12	Dez-11	Var.
Total de Fundos Próprios	2.437	2.407	+1,2%
Fundos Próprios de Base	2.444	2.413	+1,3%
Fundos Próprios Complementares e Deduções	-7	-6	+13,1%
Activos e Extrapatrimoniais ponderados pelo risco	18.370	20.927	-12,2%
Rácio Core Capital	12,3%	11,0%	+1,3 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base (Tier I)	13,3%	11,5%	+1,8 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios	13,3%	11,5%	+1,8 p.p.

Introdução

Para o Santander Totta, a qualidade na gestão do risco constitui um eixo fundamental de actuação, na linha da política corporativa do Grupo em que se insere. A prudência na gestão do risco aliada à utilização de técnicas avançadas de gestão tem sido um factor decisivo, particularmente numa conjuntura de grande incerteza nos mercados financeiros.

Função Gestão de Riscos

A função de Gestão de Riscos (FGR) é de âmbito transversal ao Grupo Santander Totta. A função está corporizada no Gabinete de Controlo / Função Gestão de Riscos (GCFGR), constituído na orgânica do Banco Santander Totta.

Devido à elevada interligação entre sociedades do Grupo, com parte significativa das funções de medição e controlo de riscos asseguradas por serviços centrais de âmbito transversal, procedeu-se à adopção de uma óptica transversal e de serviço comum pela FGR a todas as Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras directa ou indirectamente dominadas pela Santander Totta, SGPS, SA.

A função tem por missão geral assegurar o funcionamento eficiente e adequado do modelo de controlo interno, visando avaliar a relevância dos riscos incorridos e o grau de eficácia das medidas adoptadas para o seu controlo, mitigação e superação.

A FGR foi criada com o mais alto nível de independência, ou seja, sem responsabilidade directa sobre qualquer função de execução ou de controlo de primeira ou segunda linha sobre as actividades a avaliar, ficando assim com capacidade para efectuar os seus próprios testes com o objectivo de assegurar a aplicação efectiva do sistema de gestão de riscos.

A Comissão Executiva conferiu a este órgão, os mais amplos poderes na sua aplicação, baseando a sua actividade na lei e na aplicação dos seguintes princípios e deveres:

- Acesso pleno a todas as actividades da instituição bem como a toda informação considerada relevante nomeadamente aos relatórios de auditoria;
- Independência relativamente às áreas avaliadas;
- Imparcialidade, integridade e objectividade;

- Reserva no uso da informação utilizada e das conclusões obtidas as quais, sem prejuízo dos deveres de informação às autoridades ou supervisores, devem ser apresentadas à Administração;
- Promoção de um adequado e eficiente nível de controlo interno extensível a toda a organização, tendo em consideração os diferentes riscos envolvidos, nomeadamente, os riscos de Crédito, Mercado, Liquidez, Cambial, Taxa de Juro, Liquidação, Operacional, Tecnológico, Cumprimento, Reputacional e Estratégico, sem prejuízo de outros que em juízo da instituição se possam revelar materiais;
- Efectuar a ligação entre a equipa local e as Áreas Corporativas com vista a determinar as melhores práticas e necessidades no que respeita ao desenvolvimento de novas ferramentas e à estimação dos parâmetros de risco;
- Realizar e apresentar ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal o Relatório Anual relativo à Função de Gestão de Riscos nos termos regulamentares previstos;
- Realizar todos os relatórios e tarefas que a Administração estime como oportunos.

Em absoluta concordância com estas competências, o GCFGR foi criado na dependência directa da Comissão Executiva, o que lhe assegura também maior autonomia e liberdade no exercício das suas funções.

Está em aplicação pelo GCFGR uma metodologia própria desenvolvida para avaliar o alcance e efectividade dos controlos e dos processos de mitigação do perfil de Riscos, que se materializou num conjunto de testes ou verificações de requisitos formulados de forma específica para cada tipo de risco. Estes testes e requisitos foram inspirados nas recomendações efectuadas pelo Comité de Basileia e da European Banking Authority (EBA, ex-CEBS), Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), Federal Reserve System (FED), Lei Sarbanes-Oxley (SOX), Financial Services Authority (FSA) e outras entidades normativas e reguladores. Teve-se ainda presente o caso português, em especial a regulamentação sobre aspectos de Controlo Interno constante no Regime Geral das instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) e documentação conexas como o Aviso n.º 05/2008 do BdP, o Aviso Regulamentar n.º3/2008 da CMVM e em particular no Modelo de Avaliação de Riscos (MAR).

Como habitualmente, a actividade desenvolvida pela Função de Gestão de Riscos é documentada num relatório próprio, de periodicidade anual, "Relatório da FGR", datando o último de Maio de 2012. Este

documento destina-se a servir de apoio ao Sistema de Controlo Interno do Grupo Santander Totta, sendo que as principais acções centraram-se no acompanhamento dos controlos e promoção do controlo interno, nomeadamente através de diversas acções que constam do referido Relatório.

De modo complementar, a actividade foi direccionada para o acompanhamento do *Special On-Site Inspection Programme* (SIP) promovido pelo Banco de Portugal, com o apoio de auditores e consultores internacionais, sob a supervisão do FMI/BCE/EU, cujos bons resultados vieram confirmar, em todas as vertentes - *WorkStream* (WS) 1, 2, 3 e 4 a convicção da boa adequação das políticas, procedimentos e controlos instituídos pelo Santander Totta.

O WS1 incidiu sobre a avaliação da carteira de crédito; o WS2 sobre os requisitos de capital para risco de crédito ("RWA"); o WS3 sobre as metodologias e parâmetros usados nos *Stress Test*; e o WS4 sobre avaliação da carteira de crédito das actividades de promoção imobiliária e construção "Commercial Real Estate (CRE) and Construction".

As principais conclusões identificaram: para o WS1, que com 100% da carteira de crédito avaliada não foi necessária a constituição de quaisquer provisões adicionais; para o WS2 que o rácio de Core Tier 1 aumentaria 0,1 pontos percentuais com a aplicação da revisão efectuada; para o WS3 que o ST utiliza uma metodologia claramente adequada ("clearly appropriate") nos seus exercícios de *stress test*. Em Novembro de 2012, foram divulgados os resultados do WS4 que, por referência a 30 Junho de 2012, indicavam uma imparidade adicional de aproximadamente 49 milhões, a qual já havia sido integralmente dotada até final de Setembro, pelo que, o BST foi também o único banco a não apresentar necessidades de provisionamento neste WS.

Risco de Crédito

Principais vectores da actividade

No exercício de 2012, a actividade da área de Riscos de Crédito teve como vectores principais os seguintes:

- Manutenção do princípio da segmentação no tratamento dos riscos de crédito, diferenciando a abordagem de riscos em função das características dos clientes e dos produtos;
- Reforço do rigor dos critérios de admissão e consequentemente da qualidade dos riscos admitidos em cada um dos segmentos visando a preservação da boa qualidade das carteiras de crédito;
- Ao nível dos riscos encarteirados intensificou-se a proximidade com os clientes de forma a antecipar as

suas necessidades de crédito, revisão das suas linhas e dos eventuais problemas ao nível da sua capacidade de pagamento;

- Esta actuação e o nível de qualidade creditícia dos clientes permitiu continuar a manter rácios de crédito vencido e de crédito em risco significativamente inferiores à média do sector. Por outro lado, intensificaram-se os níveis de apoio ao negócio na captação de novas operações e novos clientes de bom risco e implementaram-se melhorias nos processos com o objectivo de responder aos pedidos dos clientes de forma mais eficaz e rápida;
- Ao nível da função de seguimento de carteiras e clientes, mantém-se o foco permanente na vigilância de segmentos de menor *rating* e em sectores que estão a ser mais afectados pelo contexto macroeconómico com o objectivo de mitigar os rácios de crédito vencido e de morosidade. Efectuou-se a revisão de uma parte significativa da carteira de clientes tendo sido concluído que a carteira está analisada com critérios adequados e o nível de imparidades estimado é, também, adequado.
- Nos riscos standardizados, e face ao difícil contexto macroeconómico actual, o principal foco manteve-se ao nível da manutenção da qualidade da carteira, actuando sobre a morosidade de gestão e o crédito vencido, disponibilizando um conjunto de produtos e soluções de reestruturação de dívida que permitam adaptar os encargos dos clientes à sua capacidade de reembolso e rendimento disponível actuais e futuros;
- Neste sentido, procedeu-se à adequação das estratégias de admissão nos sistemas de decisão do Banco e à utilização dos sistemas comportamentais para a identificação de medidas de prevenção e recondução a oferecer aos clientes.
- Ainda ao nível dos riscos standardizados, o Banco continuou a ser selectivo na admissão de novas operações, em termos de risco e rendibilidade, fazendo uso dos modelos de decisão automática em vigor, nomeadamente o *scoring* e os sistemas comportamentais;
- Num cenário macroeconómico adverso, com consequente aumento do crédito vencido, verificou-se um forte enfoque ao nível da actividade de recuperações reforçando a agilidade de intervenção. Destaque para a actividade ao nível de recuperações de gestão massiva mantendo, simultaneamente, um acompanhamento permanente dos casos especiais e dos judiciais/extrajudiciais;
- Igualmente, manteve-se a política de reforço da negociação, visando a obtenção de dações em pagamento em alternativa à actuação judicial;
- Destaque, ainda, para a modernização de área de recuperações, assente por um lado em desenvolvimentos informáticos cirurgicamente apontados pelos utilizadores como necessários e que visam o controlo do processo desde a entrada em

recuperações, relação com os advogados e acção executiva e por outro, numa mudança na metodologia de trabalho com a optimização dos vários processos. O objectivo é stressar o modelo, aumentando a eficiência dos recursos e a eficácia das acções para permitir antecipar a recuperação do crédito;

- Ao nível de solvência e controlo de crédito, manteve-se a atenção permanente no conhecimento da carteira, com vista a um rigoroso controlo do seu risco, procurando proporcionar uma adequada e atempada informação de gestão, de forma a permitir a tomada de medidas para evitar a entrada de operações em incumprimento e a resolução das operações incumpridas;
- Manteve-se igualmente o foco nos modelos internos do Banco, maioritariamente já reconhecidos (por parte dos reguladores) como modelos avançados (IRB) para efeitos do cálculo de requerimento de recursos próprios, assim como na sua cada vez maior integração na gestão.

Modelo de risco

Introdução ao tratamento do risco de crédito

O risco de crédito é originado pela possibilidade de perdas derivadas do incumprimento, total ou parcial, das obrigações financeiras contraídas para com o Banco por parte dos seus clientes.

A organização da função de riscos de crédito no Santander Totta está especializada em função da tipologia de clientes, diferenciando-se, ao longo de todo o processo de gestão do risco, entre clientes encarteirados e clientes standardizados (não encarteirados):

- São clientes encarteirados os que, fundamentalmente em razão do risco assumido, têm atribuído um analista de risco. Neste grupo estão incluídas as empresas de banca maiorista, as instituições financeiras e parte das empresas de banca de retalho. A avaliação do risco destes clientes é efectuada pelo analista, complementado com ferramentas de apoio à decisão baseadas em modelos internos de valoração do risco;
- São clientes standardizados os que não têm um analista de riscos especificamente designado para o seu acompanhamento. Incluem-se neste grupo os riscos com particulares, empresários em nome individual e as empresas de banca de retalho não encarteiradas. A avaliação destes riscos baseia-se em modelos internos de valoração e decisão automática, complementados, de forma subsidiária, e quando o modelo não é suficientemente preciso, com equipas de analistas de riscos especializados.

Ferramentas de classificação (*rating/scoring*)

O Santander Totta utiliza modelos próprios de atribuição de classificação em solvência ou *ratings* internos, para os diferentes segmentos de clientes, para medir a qualidade creditícia de um cliente ou operação correspondendo cada *rating* a uma probabilidade de incumprimento.

As ferramentas de classificação globais são aplicadas aos segmentos de risco país, entidades financeiras e Banca Maiorista Global, tanto na determinação do seu *rating* como no acompanhamento dos riscos assumidos. Estas ferramentas atribuem um *rating* a cada cliente em resultado de um módulo quantitativo, ou automático, baseado em dados/rácios de balanço ou variáveis macroeconómicas complementado pela análise efectuada pelo analista de riscos que acompanha o cliente.

No caso das empresas e instituições de banca minorista, a atribuição de um *rating* está baseada nos mesmos módulos que os acima referidos, neste caso quantitativo ou automático (analisando o comportamento creditício de uma amostra de clientes e a sua correlação com um conjunto de dados e rácios contabilísticos) e qualitativo, a cargo da análise do analista de riscos, o qual tem a obrigação de efectuar uma revisão final do *rating* atribuído.

Os *ratings* atribuídos são revistos periodicamente, incorporando a nova informação financeira que entretanto tenha ficado disponível bem como, ao nível qualitativo, a experiência decorrente da avaliação da relação creditícia existente. Esta periodicidade aumenta no caso dos clientes em que os sistemas internos de alerta e classificação de risco assim o exigem.

Para as carteiras de riscos standardizados, tanto de particulares como de negócios não encarteirados, estão implementadas ferramentas de *scoring* que atribuem automaticamente uma valoração/decisão das operações apresentadas. Estas ferramentas de decisão são complementadas com um modelo de *scoring* comportamental, instrumento que permite uma maior previsibilidade dos riscos assumidos e que são utilizados tanto para pré-venda como para venda.

Parâmetros de risco de crédito

A valoração do cliente e/ou operação, mediante *rating* ou *scoring*, constitui uma avaliação da capacidade creditícia, a qual se quantifica através da probabilidade de incumprimento (*probability of default* ou PD). Para além da valoração efectuada do cliente, a análise quantitativa do risco considera outros aspectos como o prazo da operação, o tipo de produto e as garantias existentes. Desta maneira não só se tem em conta a probabilidade de que o cliente incumpra nas suas obrigações contratuais (PD) como também se estima o montante do

incumprimento (*exposure at default* ou EAD) e a percentagem do EAD que não poderá ser recuperado (*loss given default* ou LGD).

São estes os factores (PD, LGD e EAD) que constituem os principais parâmetros de risco de crédito, permitindo com a sua combinação o cálculo da perda esperada e da perda inesperada.

A sua combinação permite o cálculo da perda esperada (ou perda provável), a qual é considerada como mais um custo de actividade (reflectindo o prémio de risco), sendo este custo convenientemente repercutido no preço das operações.

Permite também o cálculo da perda inesperada, que é a base do cálculo do capital regulatório segundo as normas do acordo de capital de Basileia (BIS II). Esta perda inesperada reporta-se a um nível de perda muito elevado, contudo pouco provável, o qual atendendo à sua natureza não se considera como recorrente pelo que deve ser devidamente coberto pelos capitais próprios.

Nas empresas de média e pequena dimensão, a informação de balanço serve não só para a atribuição do *rating*, mas também para a obtenção de factores explicativos da probabilidade de incumprimento. Nas carteiras de retalho, a PD calcula-se observando as entradas em morosidade correlacionando-as com o *scoring* atribuído às operações. Exceptuam-se as carteiras em que, derivado da menor experiência interna de incumprimentos, tais como instituições financeiras, risco país ou banca maiorista global, o cálculo destes parâmetros é efectuado com base em fontes alternativas de informação, como preços de mercado ou estudos de agências de reconhecida experiência e competência com um portefólio de um número suficiente de entidades (estas carteiras são designadas de *low default portfolio*).

O cálculo da LGD baseia-se na observação do processo de recuperação das operações em incumprimento, tendo em conta não só as receitas e custos associados a este processo, mas também o momento em que os mesmos se produzem e os custos indirectos que decorrem da actividade de recuperação.

A estimação da EAD assenta na comparação do uso das linhas comprometidas no momento do incumprimento e numa situação normal, de modo a identificar o consumo real das linhas no momento em que se verifica o incumprimento.

Os parâmetros estimados são logo adstritos a operações que se encontram em situação normal sendo diferenciada para as carteiras *low default* e para as restantes.

Ciclo do risco de crédito

O processo de gestão de riscos consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir relativamente aos riscos incorridos pela operativa do Banco.

Este processo inicia-se nas áreas de negócio, que propõem uma dada propensão ao risco. Estes riscos são analisados e decididos em comités próprios, os quais actuam por competências delegadas pela Comissão Executiva no Conselho Superior de Crédito (CSC). É o CSC que estabelece as políticas e procedimentos de riscos e estabelece os limites e delegações de faculdades.

Planificação e estabelecimento de limites

O estabelecimento de limites de riscos é concebido como um processo dinâmico que identifica o perfil de riscos que o Banco está na disposição de assumir, mediante a avaliação das propostas de negócio e a opinião da área de Riscos.

Ao nível dos grandes grupos corporativos utiliza-se um modelo de pré-classificações baseado num sistema de medição e seguimento de capital económico.

Ao nível dos riscos encarteirados, o nível mais básico é o de cliente e quando concorrem determinadas características – geralmente um nível de importância relativa – é objecto de um limite individual, habitualmente designado de pré-classificação, através de um sistema mais simplificado e normalmente para aqueles clientes que cumprem determinados requisitos (bom conhecimento, *rating*, etc.).

Ao nível dos riscos standardizados, o processo de planificação e estabelecimento de limites realiza-se mediante a elaboração conjunta, pela área de Riscos e de Negócio, de programas de gestão de crédito (PGC) onde se reflectem os resultados esperados do negócio em termos de risco e rendibilidade, assim como os limites a que se deve sujeitar a actividade e a gestão de riscos associada.

Estudo do risco, decisão de operações e seguimento e controlo

O estudo do risco é um requisito prévio à autorização de qualquer operação de crédito no Santander Totta. Este estudo consiste em analisar a capacidade do cliente em fazer face aos compromissos contratuais para com o Banco, o que implica analisar a qualidade creditícia do cliente, as suas operações de crédito, a sua solvência e sua rendibilidade. Adicionalmente, também se efectua um estudo e revisão do *rating* atribuído sempre que se verifique um alerta ou evento que afecte o cliente/operação.

O processo de decisão de operações tem por objecto a análise e decisão das mesmas, tomando em consideração o perfil dos riscos e os elementos relevantes da operação na definição de um equilíbrio entre o risco e a rentabilidade.

De modo a manter um adequado controlo da qualidade creditícia da carteira, para além das acções desenvolvidas pela Auditoria Interna, encontra-se estabelecida dentro da área de Riscos a função específica de seguimento, composta por equipas e responsáveis próprios. Esta função está também especializada em função da segmentação de clientes e assenta fundamentalmente num processo contínuo de observação que permite detectar antecipadamente as incidências que possam vir a ocorrer na evolução do risco, das operações e do cliente, com a finalidade de empreender, por antecipação, acções destinadas a mitigá-los.

Recuperações

A gestão de recuperações no Santander Totta é uma actividade estratégica, integral e de negócio. Os objectivos específicos do processo de recuperações são os seguintes:

- Assegurar a cobrança ou a regularização dos valores em situação irregular, privilegiando a solução negociada, de modo a que a situação creditícia do cliente regresse ao normal. Caso a solução negociada não seja possível, procurar-se-á então recuperar os créditos recorrendo à via judicial;
- Manter e fortalecer a relação com o cliente, acautelando o seu comportamento ao nível dos compromissos que este assumiu contratualmente para com o Banco.

A actividade de recuperações está estruturada de acordo com a segmentação comercial dos clientes e com modelos de gestão específicos e compõe-se de várias fases: gestão preventiva, gestão de irregulares e gestão de morosidade e falidos. Toda esta actividade é partilhada com as áreas de negócio.

Risco de Contraparte

O risco de contraparte, latente em contratos realizados em mercados financeiros – mercados organizados ou o chamado mercado de balcão (OTC) – corresponde à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para a instituição.

Os tipos de transacções abrangidos incluem a compra e venda de valores mobiliários, operações de mercado monetário interbancário, a contratação de “repos”, empréstimos de valores mobiliários e instrumentos derivados.

O controlo destes riscos é efectuado através de um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados e providencia a informação de disponibilidade dos mesmos para os diferentes produtos e maturidades. O mesmo sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal a concentração de riscos para determinados grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados, denominado Risco Equivalente de Crédito (REC), é calculado como sendo a soma do Valor Presente de cada contrato (ou Custo actual de Substituição) com o respectivo Risco Potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Durante o ano de 2012, a evolução das taxas de juro do Euro determinou um aumento do valor presente das operações contratadas sobre os mesmos indexantes, enquanto o volume de novas operações manteve-se em linha com o verificado no ano anterior (2011). Relativamente à exposição com Grupos Financeiros, manteve-se uma tendência de redução, bem como a cobertura de risco mediante acordos de prestação de colateral (*ISDA Master Agreements/Credit Support Annex*).

Santander Totta SGPS

Derivados - Risco Equivalente de Crédito a 31/12/2012 (Milhares de Euros)

	Total Consolidado				
	<1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	>10 Anos	Total
Derivados Taxa de Juro	130 369	112 299	961 615	1 153 976	2 358 258
Derivados Taxa de Câmbio	5 576	0	68 016	0	73 593
Derivados Equity	1 579	0	0	0	1 579
Total	137 524	112 299	1 029 631	1 153 976	2 433 430

Risco de Mercado

Actividades sujeitas a risco de mercado

O perímetro de medição, controlo e acompanhamento de riscos financeiros engloba as operações onde se assume risco patrimonial. O risco provém da variação dos factores de risco - taxa de juro, taxa de câmbio, rendimento variável e volatilidade destes - bem como do risco de solvência e risco de liquidez dos diversos produtos e mercados em que o Santander Totta (actividade bancária opera).

Em função da finalidade do risco, as actividades são segmentadas do seguinte modo:

- Negociação: Neste título inclui-se a actividade de serviço financeiro a clientes;
- Gestão de Balanço: O risco de taxa de juro e liquidez resulta dos desfasamentos temporais existentes nos vencimentos e *repricing* de activos e passivos. Adicionalmente, inclui-se neste ponto a gestão activa do risco creditício inerente ao balanço do Santander Totta
- Riscos Estruturais:
 - Risco de taxa de câmbio estrutural: risco de taxa de câmbio resultante das divisas em que se realizam investimentos em empresas consolidáveis ou não consolidáveis;
 - Rendimento Variável Estrutural: são englobados sob este título os investimentos através de participações de capital em empresas que não consolidam, financeiras e não financeiras, gerando risco de rendimento variável.

Actividade de Negociação

A metodologia aplicada no exercício de 2012, para a actividade de negociação, é o Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base a metodologia de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, tendo sido aplicados ajustes estatísticos que permitiram incluir de forma rápida e eficaz os acontecimentos mais recentes, e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

Complementarmente utiliza-se a Análise de Cenários (*Stress Testing*), que consiste em definir cenários do comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respectivo impacto nos resultados ao aplicá-los sobre as carteiras. Estes cenários podem replicar o comportamento de variáveis financeiras perante factos ocorridos no passado (como crises) ou, pelo contrário, podem-se determinar cenários plausíveis que não correspondem a eventos passados. Em suma, a análise de cenários busca identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

São calculadas também várias medidas de sensibilidade (BPV e gregos) e volumes equivalentes.

Paralelamente, é efectuado um acompanhamento diário das posições, realizando um controlo exaustivo das alterações que ocorrem nas carteiras, com vista a detectar alterações de perfil ou eventuais incidências para a sua correcção. A elaboração diária da conta de resultados é um indicador de riscos, na medida em que nos permite identificar o impacto das variações das variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

Medidas de calibração e contraste (*Backtesting*)

A fiabilidade do modelo de VaR é aferida periodicamente através de uma análise ao *backtesting*. O *backtesting* consiste numa análise comparativa entre os cálculos do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários "limpos" (*clean P&L* - resultado associado à reavaliação das carteiras de fecho do dia anterior aos preços de fecho do dia seguinte), onde são analisados os desvios pontuais/espóricos dos resultados verificados face às medidas estimadas.

As análises de *backtesting* realizadas no Santander Totta cumprem as recomendações do BIS, em matéria de comparação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. Adicionalmente, no *backtesting* são efectuados testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, medidas de excesso médio, etc.

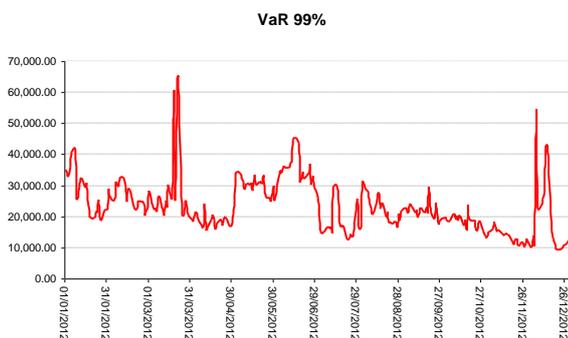
Limites

Para as carteiras de negociação utilizam-se limites quantitativos que se classificam em dois grupos, sendo estabelecidos em função dos seguintes objectivos:

- Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras. Constituem exemplo deste tipo de limites os limites por VaR, sobre medidas de sensibilidade (BPV e gregos) ou sobre posições equivalentes;
- Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período. Este tipo de limites tem como objectivo a geração de alertas sobre posições que estejam a gerar perdas (*loss triggers*), permitindo a tomada de decisões antes de alcançar o limite de perda máxima (*stop loss*), a partir do qual se considerará que as perdas terão atingido um nível inaceitável e se procederá ao imediato fecho de posições.

Análise quantitativa do VaR durante o ano

A evolução do risco relativo à actividade de negociação nos mercados financeiros durante o ano de 2012, quantificado através do VaR, é a seguinte:



O VaR manteve-se em níveis reduzidos, variando entre os 10 mil euros e os 65 mil euros.

Risco de Balanço

A gestão do risco estrutural é assegurada por um órgão de primeiro nível da estrutura e as decisões são tomadas pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Riscos, Comercial e Marketing. Este Comité reúne mensalmente.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido através de um modelo de análise dinâmica do risco de

mercado do balanço, considerando a evolução no tempo dos factores de risco e das posições do banco sobre os activos e passivos sensíveis a variações da taxa de juro. O modelo utilizado permite medir e controlar todos os factores de risco associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a exposição ao risco de taxa de juro dos agregados que constituem o balanço.

Face à incerteza na evolução dos níveis das taxas de juro para o ano de 2012, foi seguida uma política de manutenção da sensibilidade a níveis adequados.

Risco da taxa de câmbio

O risco de câmbio da actividade comercial é medido e controlado pela posição cambial global, tendo o Grupo como estratégia a sua cobertura na totalidade.

Risco de liquidez

A política de liquidez seguida pelo Grupo assenta num risco baixo e na diversificação contínua das fontes de financiamento, perspectivando o volume e natureza dos instrumentos de financiamento de modo a permitir a consecução e bom desenvolvimento do plano de negócio estabelecido.

Ao manter um perfil de risco conservador o Banco está muito mais protegido relativamente a potenciais crises que afectem o meio envolvente, o que dará mais tempo para preparar uma reacção adequada.

A política do *mix* de financiamento tem sempre por base um nível de risco de liquidez adequado, de acordo com os limites estabelecidos, e será alvo de apreciação mensal em ALCO. Os limites para o risco de liquidez são estabelecidos por um órgão independente da gestão que de entre outros indicadores exige um volume razoável de activos líquidos disponíveis para funcionarem como uma almofada de liquidez.

A gestão de liquidez é efectuada ao nível consolidado. A política de financiamento do Grupo toma em consideração a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*.

A situação estrutural de liquidez é muito equilibrada. Em Dezembro de 2012 o Banco apresentou uma posição activa no mercado monetário de curto prazo de cerca de 500 milhões de euros.

O mercado de capitais durante o ano funcionou de forma muito irregular. Neste contexto o BCE através da condução de política monetária assumiu-se como contraparte do sistema através das operações de cedência e absorção de liquidez. Para participar nestas operações é necessário deter activos considerados elegíveis pelo BCE para colateral dessas operações. Em Dezembro de 2012, o Banco tinha 11,7 mil milhões de euros de activos elegíveis que constituem uma reserva de liquidez bastante confortável.

Risco Operacional

O Santander Totta define o Risco Operacional como “o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, recursos humanos ou sistemas, ou derivado de circunstâncias externas”. Trata-se em geral de um risco que se encontra presente nos processos gerado internamente (pessoas, sistemas, entre outros) ou como consequência de riscos externos como por exemplo catástrofes naturais.

A gestão e controlo do risco operacional fazem parte das responsabilidades de todas as áreas, uma vez que são as próprias que têm um maior conhecimento dos processos, assim como dos pontos susceptíveis de ocasionar exposições importantes de risco operacional, sendo acompanhadas por uma área central, responsável pela implementação e seguimento do projecto através do respectivo controlo e supervisão.

As diferentes etapas do modelo de risco operacional permitem Identificar, avaliar e realizar o seguimento dos riscos operacionais de todas as linhas de negócio e unidades, facilitando a tomada de decisões de gestão ao permitir que se estabeleçam prioridades de maneira mais eficaz, bem como controlar e mitigar os riscos operacionais de todas as linhas de negócio e unidades, identificando e eliminando os focos de risco.

Assim, este modelo permite:

- A gestão integral e efectiva do risco operacional (identificação, avaliação, prevenção, controlo/mitigação, seguimento e reporte);
- A melhoria do conhecimento dos riscos operacionais, tanto efectivos como potenciais e o seu enquadramento nas linhas de negócio;
- A melhoria dos processos e controlos e redução de perdas;
- A identificação do risco operacional inerente a todas as actividades, produtos, processos e sistemas do Banco;
- A medição e avaliação do risco operacional de forma objectiva, continuada e coerente com os *standards* de

Basileia II e a definição de objectivos e análise do perfil de risco;

- A realização de um seguimento contínuo das exposições ao RO com o objectivo de detectar níveis de risco não assumidos;
- A implementação de procedimentos de controlo, melhorando o conhecimento das causas de RO assim como as respectivas implicações;
- O estabelecimento de medidas de mitigação que eliminem ou minimizem o RO.

No 1º semestre de 2012, foi autorizado pelo Banco de Portugal a adopção do Método Standard para efeitos do cálculo de requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional.

Risco Reputacional

Entende-se por risco de reputação a probabilidade da ocorrência de impactos financeiros negativos para a Instituição, com reflexo nos resultados ou no próprio capital, resultantes de uma percepção desfavorável da sua imagem pública, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas, colaboradores, investidores, órgãos de comunicação e quaisquer outras entidades com as quais a Instituição se relacione, ou pela opinião pública em geral.

A política de risco reputacional tem por finalidade a gestão do mesmo, tal como definido na alínea anterior, determinando os mecanismos e procedimentos que permitam i) minimizar a probabilidade de que se concretize; ii) identificar, reportar à administração e superar as situações que eventualmente se tenham verificado; iii) assegurar o seguimento e controlo; iv) evidenciar, sendo necessário, que o Banco tem o risco reputacional entre as suas preocupações essenciais e dispõe de organização e meios vocacionados para a sua prevenção, detecção e, sendo o caso, superação.

Sem prejuízo de todos os demais aspectos que decorrem do que fica exposto, a política global relativa ao risco reputacional abrange, designadamente, os instrumentos abaixo identificados que se referem pelo seu particular impacto na prevenção e gestão do risco:

- Valores corporativos;
- Política de cumprimento;
- Prevenção de branqueamento de capitais e do financiamento ou terrorismo;
- Códigos de conduta;
- Políticas de comercialização e seguimento de produtos
- Política de riscos financeiros;
- Política de qualidade;
- Políticas de responsabilidade social e defesa do ambiente.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido do Exercício, em termos individuais e referente ao ano de 2012, foi de € 78.394.307,27 (setenta e oito milhões trezentos e noventa e quatro mil trezentos e sete euros e vinte e sete cêntimos) e o Resultado consolidado, em 2012, foi de € 250.198.696 (duzentos e cinquenta milhões cento e noventa e oito mil seiscentos e noventa e seis euros).

Assim, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação de resultados:

- Reserva Legal: € 7.839.430,73 (sete milhões oitocentos e trinta e nove mil quatrocentos e trinta euros e setenta e três cêntimos);
- Distribuição de Dividendos: € 70.000.000,00 (setenta milhões de euros), dos quais já foram pagos € 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de euros) a título de adiantamento sobre lucros do exercício de 2012;
- Resultados Transitados: € 554.876,54 (quinhentos e cinquenta e quatro mil oitocentos e setenta e seis euros e cinquenta e quatro cêntimos).

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2013

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prevenção de Branqueamento de Capitais

O Santander Totta desenvolve a sua actividade comercial seguindo políticas e aplicando critérios de prevenção e controlo do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, em conformidade com a legislação em vigor.

O Banco aplica procedimentos em linha com o normativo legal, cumpre com os deveres determinados pela Lei, dispõe de uma estrutura orgânica dirigida exclusivamente para a prevenção e controlo do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo que se encontra integrada na Direcção de Coordenação de Cumprimento e Assuntos Institucionais, o quadro de pessoal está formado e é regularmente actualizado nesta matéria para detectar as situações de eventual risco e efectuar de imediato a comunicação ao órgão competente, dispõe de aplicações informáticas para monitorar a movimentação atípica, para avaliar as transacções que se enquadram em tipologias de risco e para relevar os clientes de risco alto, tendo em vista a eventual comunicação às Autoridades. Anualmente o sistema é objecto de auditoria.

As unidades sedeadas no exterior são seguidas pela estrutura central na sede através de visitas ou de controlo centralizado. É efectuada a comprovação do funcionamento dos sistemas de prevenção e controlo de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo. Estas unidades aplicam os procedimentos instituídos no Banco ou o normativo legal do país, caso este seja mais exigente.

Dando cumprimento ao determinado no Aviso do Banco de Portugal nº 9/2012, o Santander Totta elaborou o correspondente Relatório de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo relativo ao período entre 1 de Junho de 2011 a 31 de Maio de 2012, o qual uma vez aprovado pelo Conselho de Administração foi dirigido ao Banco de Portugal.

Estrutura Accionista

Accionista	Nº acções	%
Santusa Holding, S.L.	196.996.017.344	99,85

Adopção das recomendações do *Financial Stability Forum* e do *Committee of European Banking Supervisors* (CEBS) relativas à transparência da informação e valorização de activos

Para dar cumprimento à recomendação do Banco de Portugal através de carta circular nº 97/08/DSBDR de 3 de Dezembro de 2009, apresenta-se de seguida a resposta ao questionário solicitado.

I. Modelo de Negócio		
1.	Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das actividades/negócios e respectiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efectuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência);	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Áreas de negócio.
2.	Descrição das estratégias e objectivos (incluindo as estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados);	Ver Relatório e Contas – Capítulos: - Áreas de negócio; - Gestão de risco. Ver Anexo às DF's Consolidadas -Notas 11, 24 e 46.
3.	Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio (incluindo abordagem em termos quantitativos);	Ver Relatório e Contas – Capítulos: - Áreas de negócio; - Áreas de suporte ao negócio; - Informação económica e financeira. Ver Anexo às DF's Consolidadas -Notas 3 e 28.
4.	Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir;	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Áreas de negócio. Ver Anexo às DF's Consolidadas - Notas 1.3 e) e f).
5.	Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada actividade desenvolvida;	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Áreas de negócio.
II. Riscos e Gestão de Riscos		
6.	Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Gestão de risco. Ver Anexo às DF's Consolidadas - Nota 49 – divulgação das políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Grupo e sua monitorização.
7.	Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na actual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as actividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas;	Ver ponto 6 supra.

III. Impacto do Período de Turbulência Financeira nos Resultados		
8.	Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos "write-downs" nos resultados;	N.A.
9.	Decomposição dos "write-downs"/perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: commercial mortgage backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), collateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS);	N.A.
10.	Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido;	N.A.
11.	Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência;	N.A.
12.	Decomposição dos "write-downs" entre montantes realizados e não realizados;	N.A.
13.	Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade;	N.A.
14.	Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afectada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado;	Ver Relatório e Contas – Capítulos: - Informação económica e financeira; - Gestão de risco. Ver Anexo às DF's Consolidadas - Nota 49.
15.	Divulgação do impacto que a evolução dos "spreads" associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto;	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Informação económica e financeira. Os passivos emitidos pelo Grupo Santander Totta encontram-se registados ao custo amortizado.

IV. Níveis e Tipos das Exposições Afectadas pelo Período de Turbulência

16.	Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições "vivas";	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Gestão de risco. Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 1.3 e) e f) e 49.
17.	Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de credit default swaps) e o respectivo efeito nas exposições existentes	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 1.3 f), 7, 12 e 49.
18.	Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por: - Nível de senioridade das exposições/tranches detidas; - Nível da qualidade de crédito (e.g ratings, vintages) - Áreas geográficas de origem; - Sector de actividade; - Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas); - Características do produto: e.g. ratings, peso/parcela de activos sub-prime associados, taxas de desconto, spreads, financiamento; - Características dos activos subjacentes: e.g. vintages, rácio "loan-to-value", privilégios creditórios, vida média ponderada do activo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas.	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 3, 11, e 49.
19.	Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, "write-downs", compras, etc.)	N.A.
20.	Explicações acerca das exposições (incluindo "veículos" e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas;	N.A.
21.	Exposição a seguradoras de tipo "monoline" e qualidade dos activos segurados: - Valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas bem como o montante de protecção de crédito adquirido; - Justo valor das exposições "vivas", bem como a respectiva protecção de crédito; - Valor dos "write-downs" e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados; - Decomposição das exposições por rating ou contraparte;	O Grupo Santander Totta não tem exposição a seguradoras tipo "monoline".

V. Políticas Contabilísticas e métodos de Valorização		
22.	Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respectivo tratamento contabilístico;	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Nota 1.
23.	Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência;	N.A.
24.	Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros: - Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor; - Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia); - Tratamento dos "day 1 profits" (incluindo informação quantitativa); - Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respectivos montantes (com adequada decomposição);	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 1.3 e) e f), 7, 8, 12 e 49.
25.	Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre: - Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas; - Processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os inputs nos quais se baseiam os modelos); - Tipos de ajustamento aplicados para reflectir o risco de modelização e outras incertezas na valorização; - Sensibilidade do justo valor (nomeadamente as variações em pressupostos e inputs chave); - Stress cenários.	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 1.3 e), f) e 49.
VI. Outros Aspectos Relevantes na Divulgação		
26.	Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Nota 1.

Estrutura Orgânica por Pelouros

António Vieira Monteiro

Dir. Auditoria Interna – Miguel Cabeza Ruiz

- Dep. Riscos Operativos
- Dep. Riscos de Crédito
- Dep. Riscos Financeiros

Dir. Coord. Recursos Humanos – Isabel Viegas

- Dep. Gestão de Recursos Humanos
- Dep. Gestão Administrativa
- Dep. Formação, Conhecimento e Desenvolvimento
- Gab. Compensação e Informação

Gab. Presidência – Sebastião Beltrão

Gab. Controlo/Função Gestão de Riscos – Manuel Aragão

Dir. Coord. Recuperações – José Sousa

- Dep. de Recuperações e Processos Especiais
- Dep. de Recuperações de Gestão Massiva
- Dep. de Recuperações Norte
- Dep. de Recuperações Sul

Dir. Coord. Riscos Standardizados – Inês Furtado

- Gab. de Sistemas de Informação de Riscos
- Dep. de Riscos de Particulares
- Dep. de Riscos de Negócio
- Dep. de Seguimento de Clientes não Encarteirados

Dir. Coord. Riscos B.Wholesale e Empresas – Amílcar

Lourenço

- Dep. Riscos Imobiliários
- Dep. Banca Wholesale
- Dep. Banca Comercial
- Dep. de Seguimento de Clientes Encarteirados

Dir. Coord. de Solvência, Mercados e Controlo de Crédito

– Jesus Garcia

- Dep. de Controlo e Análise de Riscos Comerciais e BIS II
- Dep. de Controlo e Análise de Riscos Maioristas
- Dep. de Controlo e Análise de Riscos de Mercado e Financeiros
- Dep. de Sistemas Tecnológicos e Informação de Riscos

Gab. Planificação e Projectos de Risco – José Leão

Conselho Superior de Crédito

Financeira e Internacional – Manuel Preto

Dir. Coord. Financeira – Luís Capitão-Mor

- Dep. Finanças Corporativas
- Dep. Participações Financeiras e Fiscalidade
- Dep. Gestão Activos e Passivos
- Dep. Mercados de Curto Prazo
- Gab. Planeamento Estratégico e Relações com Investidores

Dir. Coord. Internacional – António Carneiro

- Gab. Apoio e Dinamização da Rede
- Dep. Sucursais e de Controlo de Gestão
- Gab. Europa
- Gab. América e África

Contabilidade e Controlo de Gestão – Ignacio Centenera Galán

Dir. Contabilidade – Graça Vale

- Div. de Prestação de Contas Banco
- Div. de Prestação de Contas Crédito Especializado
- Div. de Prestação de Contas Tesouraria
- Div. de Estatísticas Monetárias e Financeiras
- Div. de Parametrização
- Div. de Consolidação
- Gab. de Controlo Prudencial

Dir. Controlo de Gestão – Ana Cristina Marques

- Div. de Controlo de Gestão de Banca Comercial
- Div. de Controlo de Gestão de Grupo Consolidado
- Div. de Controlo de Gestão de Custos
- Div. de Controlo de Gestão Banco, AC e ALCO

Gab. Controlo Interno – Américo Domingues

Gab. Apoio ao Controlo de Gestão – Manuela Marinho

José Manuel Elias da Costa

Dir. Coord. Empresas – Norte – Paulo Natal

- Dir. Com. Empresas Porto 1
- Dir. Com. Empresas Braga
- Dir. Com. Empresas Guimarães
- Dir. Com. Empresas Boavista - Porto
- Dir. Com. Empresas Aveiro
- Dir. Com. Empresas Viseu
- Dir. Com. Empresas Coimbra
- Dir. Com. Empresas Porto 2
- Dir. Com. Especialistas e Dinamizadores Norte
- Dir. Com. Gestão e Acompanhamento de Clientes Norte
- Div. de Middle Office de Empresas Norte
- Dep. Riscos de Empresas Norte

Dir. Coord. Empresas – Sul – Jorge Gaspar

- Dir. Com. Empresas Rua do Ouro - Lisboa
- Dir. Com. Empresas Conde Valbom - Lisboa
- Dir. Com. Empresas Setúbal
- Dir. Com. Empresas Odivelas
- Dir. Com. Empresas Estoril
- Dir. Com. Empresas Leiria
- Dir. Com. Empresas Funchal
- Dir. Com. Empresas Columbano B. Pinheiro – Lisboa
- Dir. Com. Empresas Ibéricas - Lisboa
- Dir. Com. Especialistas e Dinamizadores Sul
- Dir. Com. Gestão e Acompanhamento de Clientes Sul
- Div. de Middle Office de Empresas Sul
- Dep. de Riscos de Empresas Sul

Gab. de Apoio ao Negócio da Rede Empresas

Dir. Coord. de Crédito Predial/Fomento à Construção –

António Fontes

- Dir. Com. de Fomento à Construção Norte
- Dir. Com. de Fomento à Construção Sul

Dir. Coord. de Clientes Institucionais – Pedro Fialho

Dir. Com. Clientes Institucionais
Dir. Dinamização de Clientes Institucionais
Gab. Protocolos Colectivos

Dir. Com. de Factoring e Confirming – Maria do Carmo Carvalho

Gab. Gestão de Factoring e Confirming de Particulares e Negócios
Gab. Gestão de Factoring e Confirming de Empresas

Gab. International Desk – Pedro Correia

João Baptista Leite

Dir. Coord. Tecnologia e Sistemas de Negócio - Nuno Frias Costa

Gab. de Planificação e Controlo Financeiro
Gab. de Governo e Cumprimento
Dep. de Gestão do Plano e Implementação Técnica
Dep. de Processos de Negócio
Dep. de Meios da Rede

Dir. Coord. Operações – Elsa Graça

Dep. de Middle Office, Activo e Passivo
Dep. de Transaccionalidade, Expedição e Arquivo
Dep. de Custódia, Mercados e Activos Financeiros
Dep. de Leasing
Dep. de Entidades Oficiais e Apoio Contratual
Dep. de Sistemas de Controlo, Inovação e Eficiência
Dep. de Controlo de Contas

Dir. Coord. Imóveis, Serviços Gerais e Segurança – Pedro Rodrigues

Gab. de Segurança
Gab. de Controlo Financeiro
Dep. de Obras e Manutenção
Dep. de Gestão de Espaços e Património
Dep. de Serviços Gerais

Dir. de Organização – Otilia Casquilho

Gab. de Estruturas
Gab. de Planeamento e Controlo

Dir. de Gestão Integral do Gasto – Mário Paulino

Gab. de Gestão de Compras
Gab. de Optimização e Controlo de Gastos

Dir. de Risco Tecnológico e Operacional – Esther Casillas

Gab. de Risco Operacional
Gab. de Risco Operacional de Tesouraria e Intermediação
Gab. de Segurança Informática e Risco Tecnológico

Dir. Coord. Canais Complementares – Joaquim Calça e Pina

Gab. Contact Center
Dep. Self-Banking
Dep. NetB@nco

José Carlos Sítima

Dir. Coord. Assessoria Jurídica do Negócio

Dep. de Assessoria Corporativa
Dep. de Assessoria da Rede
Gab. de Assessoria à Banca Maiorista Global

Dir. Coord. Assuntos Institucionais e Cumprimento – João Labareda

Gab. de Cumprimento
Unid. Prevenção de Branqueamento de Capitais

Gab. de Inspeção – João Pedro Mendes

Dir. Coord. de Desinvestimento Imobiliário – Jacinto Galante

Gab. Técnico de Regularização de Desinvestimento
Gab. de Vendas de Imóveis
Gab. de Contratação de Desinvestimento
Gab. de Controlo de Gestão de Desinvestimento

José Leite Maia

Dir. Coord. Particulares e Negócios – Norte – Manuel Cerejeira Castro

Dir. de Empresas - Norte
Dir. de Particulares - Norte
Dir. de Apoio ao Negócio - Norte
Gab. de Decisão de Preço - Norte
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 1
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 2
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 3
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 4
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 5
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 6
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 7
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 8
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 9
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 10
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 11
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 12
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 13
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 14
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 15

Dir. Coord. Particulares e Negócios – Sul – Sofia Frère

Dir. de Empresas - Sul
Dir. de Particulares - Sul
Dir. Apoio ao Negócio - Sul
Gab. de Decisão de Preço - Sul
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 1
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 2
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 3
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 4
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 5
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 6
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 7
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 8
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 9
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 10
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 11
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 12
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 13
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 14
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 15
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 16
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 17

Dir. Coord. Private Banking Sul – Luís Henrique S. Santos
Dir. Com. Private Banking Sul 1
Dir. Com. Private Banking Sul 2

Dep. Apoio ao Negócio Private – Miguel Cordovil

Gab. Gestão de Activos Private – Catarina Roseira

Dir. Coord. Private Banking Norte – Luís Coimbra

Dir. Coord. Premium – António Lourenço

Dir. Dinamização Premium Norte

Dir. Dinamização Premium Sul

Gab. Apoio ao Segmento Premium

Dir. Coord. de Seguimento de Negócios – António Velez do Peso

Dir. Com. Seguimento de Negócios Norte

Dir. Com. Seguimento de Negócios Sul

Gab. de Apoio ao Seguimento de Negócios

Dir. Coord. de Controlo e Dinamização da Rede – Joaquim Filipe

Dep. Planeamento e Controlo de Gestão da Rede

Dep. Marketing Operacional da Rede

Dep. Gestão e Dinamização Comercial da Rede

Gab. de Apoio a Projectos da Rede e Mediação Seguros

Gab. de Apoio à Rede de Particulares e Negócios – Pedro Louceiro

Dir. Coord. Promotores e Mediadores Imobiliários – José Alberto Moura

Gab. Apoio à Gestão

Dir. Com. PMI Norte

Dir. Com. PMI Sul

Dir. Estudos e CRM – Sara Fonseca

Gab. Técnico e de Suporte

Gab. Analítico e de Estudos

Dir. Coord. de Controlo de Irregulares – Jorge Mogo

Dir. de Controlo de Irregulares - Norte

Dir. de Controlo de Irregulares – Sul

Div. de Telecomunicações

Gab. de Apoio Técnico

Luís Bento dos Santos

Dir. Coord. Qualidade – Abel Bernardes

Dep. Atenção ao Cliente

Dep. Controlo e Avaliação

Dep. Gestão da Experiência do Cliente

Gab. Imagem e Comunicação Interna – Rui Santos

Gab. Comunicação Externa – Cristina Neves

Gab. Relações Públicas e Eventos – Cristina Carvalho

Gab. de Accionistas – José Pacheco

Gab. de Economic Research – Rui Constantino

Dir. de Coord. Universidades – Marcos Ribeiro

Dir. Com. Universidades

Gab. Apoio ao Desenvolvimento Universidades

Pedro Castro e Almeida

Dir. Coord. Corporate and Investment Banking – João Veiga Anjos

Dir. Coord. Credit Markets – Cristina Melo Antunes

Dir. Coord. Global Transaction Banking – Hélder Gomes

Dir. Com. Clientes Globais - Sul

Dir. Com. Clientes Globais - Norte

Gab. Dinamização Produtos Clientes Globais

Dep. Custódia Institucional

Dir. Tesouraria – Alexandra Gomes

Dep. Fixed Income Corporate Sales

Dep. Fixed Income Retail Sales

Dep. Retail Structured Products, FX e Cash Equities

Dep. Middle Office e Controlo GBM – António Rebocho

Gab. Sales e Trading Support

Gab. Global Transaction Banking Support

Gab. Loan and Markets Support

Gab. Controlo de Negócio – José Viegas

Gab. Financial Institutions Group – Carlos Ramalho

Dir. Coord. Marketing

Dep. Planeamento de Marketing e Segmentos

Dep. Publicidade e Comunicação

Dir. Produtos e Serviços de Particulares – Inês Oom de Sousa

Gab. Passivo e Preçário

Gab. Crédito ao Consumo

Gab. Crédito Hipotecário

Dir. Produtos e Serviços de Empresas – Cláudia Barrocas

Dep. Produtos Crédito, Recursos e Parcerias

Gab. Banca Transaccional

Gab. Negócio Internacional

Div. Customer Service

Gab. Bancos Correspondentes

Gab. Produtos Especializados

Dir. Meios de Pagamento – Inês Gouveia

Gab. Técnico e de Controlo

Gab. de POS

Dep. de Cartões

Funções exercidas pelos Membros do Conselho de Administração do Santander Totta noutras sociedades

As principais actividades que os membros do Conselho de Administração das sociedades SANTANDER TOTTA, SGPS, SA e BANCO SANTANDER TOTTA, SA, desempenham fora das sociedades, significativas em relação às mesmas, traduzem-se no exercício das seguintes funções, nas seguintes sociedades:

Nome	Sociedade	Função exercida
Matias Rodrigues Inciarte	Banco Santander, S.A (Espanha).	Vice-Presidente Terceiro do Conselho de Administração
	Banco Espanhol de Crédito, S.A.	Membro do Conselho de Administração
	Financiera Ponferrada, S.A.	Membro do Conselho de Administração
	SCH Seguros e Reseguros, S.A.	Membro do Conselho de Administração
	União de Crédito Imobiliário, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	Operador do Mercado Ibérico de Energia Pólo Espanhol, S.A.	Membro do Conselho de Administração
	Sanitas, S.A.	Consejero
António José Sacadura Vieira Monteiro	Portal Universia Portugal, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva
	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	Membro do Conselho Geral
	Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola	Vice-Presidente da Junta Directiva
	Vieira Monteiro, Lda.	Gerente
José Carlos Brito Sítima	Portal Universia Portugal, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
	Partang, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
	Tottaurbe – Empresa de Administração e Construções, S.A.	Presidente do Conselho de Administração ⁽¹⁾
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Portal Universia Portugal, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
Eduardo José Stock da Cunha	Sovereign Bank	Membro do Board of Directors e do Management Executive Committee MD, Head of Manufacturing
José Urgel Moura Leite Maia	Associação do Amigos de Recife	Presidente do Conselho Fiscal
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	Trem – Aluguer de Material Circulante, ACE	Vogal do Conselho de Administração
	Trem II – Aluguer de Material Circulante, ACE	Vogal do Conselho de Administração
	Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, ACE	Presidente do Conselho de Administração
	SIBS – Forward Payment Solutions, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
	SIBS – SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
	UNICRE – Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha	Fundação de Serralves	Vice-Presidente
	SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social	Presidente
	Galp Energia, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
	Fundação Centro Cultural de Belém	Vice-Presidente do Conselho Directivo
	Universidade Nova de Lisboa	Professor
Ricardo Manuel Duarte Vidal de Castro	Clube do Autor, S.A.	Administrador

(1) Cessação de funções em 02-02-12

Movimentos de Acções e Obrigações dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e do Regulamento 5/2008 da CMVM, informa-se que os movimentos de acções e obrigações efectuados pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização, com referência ao ano de 2012, foram os seguintes:

Nome	Títulos	Posição 31/12/11	Movimentos em 2012				Posição 31/12/12
			Data	Aquisições	Alienações	Preço unitário (€)	
João Baptista Leite	Obrig. BST – Caixa E.U.A. – Cx.	820					820
	Obrig. BST – Caixa Rendimento América Latina TOP 3	400					400

I - Introdução

O presente relatório é elaborado nos termos do art. 70º, nº 2, al. b) do Código das Sociedades Comerciais.

1. A Santander Totta, SGPS tem por objecto social a gestão de participações noutras sociedades, como forma indirecta do exercício de actividades económicas, e encontra-se sediada em Portugal
2. O capital social da sociedade é detido em 99,848% pela Sociedade de Direito Espanhol Santusa Holding, SL.
3. As acções representativas do capital são todas das mesmas espécies e categoria, conferindo iguais direitos aos respectivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros.

Não há, conseqüentemente, acções privilegiadas de nenhum tipo. Do mesmo modo, inexistem restrições de qualquer natureza à transmissibilidade das acções, que é totalmente livre.

Não está consagrado nenhum sistema de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade.

4. Sem embargo do exposto no número anterior, nos termos estatutários, é atribuído um voto a cada cem acções.

Para que os accionistas tenham direito a participar na Assembleia Geral devem comprovar o registo ou depósito das acções em intermediários financeiro desde o décimo quinto dia anterior à data de realização da mesma.

5. A Sociedade não tem conhecimento de qualquer acordo parassocial que tenha sido celebrado entre accionistas.
6. A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no art. 278º, nº 1. al. a) do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, existindo ainda um revisor Oficial de Contas autónomo do

Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto no art. 413º, nº 1 al. b e nº 2c do CSC.

Os mandatos dos órgãos sociais têm a duração ordinária de três anos.

O Conselho de Administração integra uma Comissão Executiva na qual estão delegados todos os poderes permitidos pelo art. 407º, nº 4, do CSC.

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que for convocado pelo respectivo Presidente ou por dois Administradores.

Não estão conferidos ao Conselho de Administração poderes para deliberar aumentos do capital social da sociedade.

Não estão também definidos regras especiais relativas à nomeação e substituição dos Administradores, bem como quanto a alterações estatutárias, aplicando-se a Lei Geral nestas matérias.

7. A Comissão Executiva é o órgão responsável pela gestão corrente dos negócios e pela representação da Sociedade. Reúne mensalmente ou sempre que for convocada pelo seu Presidente ou por outros dois dos seus membros, seguindo continuamente a evolução dos negócios sociais, nomeadamente através da análise dos projectos em curso ou a desenvolver, bem como dos resultados atingidos.
8. Não estão estabelecidos pela sociedade quaisquer acordos cuja entrada em vigor esteja dependente da modificação da composição accionista da Sociedade ou que sejam alterados ou cessem na decorrência dela.

Doutra parte, não existem acordos que confirmem aos titulares da Administração direito à indemnização quando a cessação do vínculo que os liga à Sociedade resulte da sua própria iniciativa, de destituição ou despedimento com justa causa ou ocorra na sequência de uma oferta pública de aquisição.

II. Remuneração

1. Política de Remuneração para os Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização aplicável no exercício de 2012

Por proposta da comissão de vencimentos, a Assembleia Geral, na sua reunião de 28 de Maio de 2012 aprovou a declaração de política de remunerações que a seguir se transcreve.

Política de remunerações dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização

A. Enquadramento

A Política remuneratória da Sociedade enquadra-se nas directrizes definidas pelo accionista de referência da Sociedade para todo o Grupo Santander, as quais são formuladas, com a participação de consultores externos, de acordo com as melhores práticas existente no sector. O Grupo Santander detém mais de 99% do respectivo capital do Sociedade.

A Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização é anualmente revista e aprovada. Na respectiva definição foram formuladas propostas e preparadas recomendações destinadas a assegurar que as remunerações são adequadas e reflectem o perfil de risco e os objectivos de longo prazo da Sociedade.

A actual Comissão de Vencimentos foi eleita, para um mandato de três anos, na reunião da Assembleia Geral de 28 de Maio de 2010, com a seguinte composição:

- D Santusa Holding, S.L., representada por D. Alfredo Saenz Abad
- D. José Luis Gómez Alciturri
- D. Matias Pedro Rodriguez Inciarte , nomeado em 27 de Maio de 2011.

B. Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a actividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objectivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave e que lidera a organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, em especial dos administradores executivos, e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração dos administradores tem, como já no passado tinha quanto aos administradores executivos, os seguintes objectivos:

- Assegurar que a remuneração total e a respectiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- Manter uma componente fixa equilibrada face à componente variável, a qual se encontra indexada à realização de objectivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos accionistas.

No caso da remuneração referente ao desempenho de funções não executivas, a política de remuneração visa igualmente compensar a dedicação, qualificação e a responsabilidade exigidas para o desempenho da função.

Já em 2010, foi criado, ao nível do Grupo, o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade, com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento de objectivos.

Assim, o Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na nova regulamentação portuguesa.

C. Princípios Orientadores da Política de Remuneração na Santander Totta SGPS

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- Simplicidade, clareza, transparência, alinhados com a cultura da Sociedade, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- Consistência com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objectivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade, cuja capacidade de reforço da base de fundos próprios preserva, e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objectivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da Remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da Remuneração Variável; iii) o pagamento de uma parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;
- Apuramento da Remuneração Variável individual considerando a avaliação do desempenho respectivo, com base em critérios de natureza financeira e não financeira, de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do sector;
- À cessação antecipada de contratos aplica-se o regime legal vigente em cada momento;
- Não estão implementados, quaisquer seguros de remuneração ou outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às suas modalidades de remuneração.

D. Componentes da Política de Remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, os administradores da Sociedade são remunerados por outras sociedades do Grupo, na sua concomitante qualidade de administradores destas.

Relativamente à avaliação de desempenho os Administradores são avaliados, em termos globais, pelo conjunto das funções exercidas no grupo e concretamente nas sociedades onde desempenham funções executivas de qualquer natureza

Os membros do órgão de fiscalização auferem apenas uma remuneração fixa cujo montante é determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão do negócio e do mercado em Portugal.

D.1. Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo

Os montantes pagos aos administradores executivos, por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo, totalizam um valor global de 1,5 milhões de euros.

D.2. Benefícios

Os administradores executivos não beneficiam de quaisquer planos complementares de reforma ou seguros de vida, para além daqueles que lhes foram atribuídos pelo Banco Santander Totta, por aí desempenharem funções idênticas.

E. Aspectos complementares

Não se prevê a atribuição de planos de opções em 2012.

Atento o disposto no número 5. do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

Não é previsível que, durante o ano 2012, venham a ser pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais.

F. Cumprimento das políticas de remuneração definidas pelo Banco de Portugal

Esta política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade está na sua globalidade em linha com os princípios insitos no Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 26 de Dezembro (Diário da República, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objectivos de médio e longo prazo da Sociedade.

Desta forma, a determinação da remuneração total dos membros daqueles órgãos, composta por uma parte fixa e uma parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adopção, na generalidade, das regras constantes do Capítulo II. do referido aviso, o qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

A circunstância da Sociedade estar integrado no Grupo Santander, que dele detém mais de 99% do capital, implica a necessária coerência das respectivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria.

III. Política de Remuneração para 2013

A política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da Santander Totta SGPS, SA, para o ano de 2013, será objecto de deliberação na Assembleia Geral Anual, em cumprimento do artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e do artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (*Diário da República*, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012).

Declaração a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários

A alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho de Administração da Santander Totta, S.G.P.S., S.A, aqui identificados nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal das contas e demais documentos de prestação de contas da Santander Totta, S.G.P.S., S.A., todas relativas ao exercício de 2012, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam”.

Conselho de Administração

Matias Pedro Rodriguez Inciarte
Presidente

António José Sacadura Vieira Monteiro¹
Vogal

José Carlos Brito Sítima
Vogal

José Manuel Alves Elias da Costa
Vogal

Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos
Vogal

¹ Em 31/01/12 passou de Vogal a Presidente da Comissão Executiva

Declaração do Conselho Fiscal sobre a Conformidade da Informação Financeira Apresentada

A alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho Fiscal da Santander Totta, S.G.P.S., S.A., aqui identificado nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal das contas e demais documentos de prestação de contas da Santander Totta, S.G.P.S., S.A., todas relativas ao exercício de 2012, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam”.

Conselho Fiscal



Presidente: Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha

Vogais: Mazars & Associados, SROC,¹ representada por Fernando Vieira



Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro



Demonstrações Financeiras Consolidadas



SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	2012			2011		Notas	2012	2011
		Valor antes de Imparidade e Amortizações	Amortizações e Imparidade	Valor líquido	Valor líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	352.365	-	352.365	387.837	Passivo			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	385.323	-	385.323	356.962	Recursos de bancos centrais	19	5.837.242	4.913.234
Activos financeiros detidos para negociaçã	7	2.259.805	-	2.259.805	1.990.932	Passivos financeiros detidos para negociação	20	1.979.728	1.598.169
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	8	2.357.988	-	2.357.988	2.043.822	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	21	4.065.110	4.038.370
Activos financeiros disponíveis para venda	9	4.050.618	60.796	3.989.822	4.906.649	Recursos de outras instituições de crédito	22	1.947.240	3.239.802
Aplicações em instituições de crédito	10	3.097.422	-	3.097.422	2.324.350	Recursos de clientes e outros empréstimos	23	19.659.923	19.073.613
Crédito a clientes	11	27.908.049	965.662	26.942.387	28.339.940	Responsabilidades representadas por títulos	24	3.661.225	5.889.741
Derivados de cobertura	12	284.850	-	284.850	167.302	Derivados de cobertura	12	455.911	282.889
Activos não correntes detidos para venda	13	301.237	94.387	206.850	141.172	Provisões	25	76.250	78.045
Outros activos tangíveis	14	843.853	508.775	335.078	364.777	Provisões técnicas	17	388.557	418.732
Activos intangíveis	14	352.069	283.093	68.976	76.009	Passivos por impostos correntes	16	92.388	7.263
Investimentos em associadas	15	143.654	660	142.994	133.052	Passivos por impostos diferidos	16	79.769	76.864
Activos por impostos correntes	16	4.903	-	4.903	21.522	Outros passivos subordinados	24	-	-
Activos por impostos diferidos	16	654.859	-	654.859	746.820	Outros passivos	26	389.619	332.809
Provisões técnicas de resseguro cedido	17	59.584	-	59.584	29.817	Total do passivo		<u>38.632.962</u>	<u>39.949.531</u>
Outros activos	18	283.457	26.352	257.105	192.860				
						Capital próprio			
						Capital	27	1.972.962	1.972.962
						(Acções próprias)	27	(1.089)	(796)
						Reservas de reavaliação	27	(751.625)	(1.096.901)
						Outras reservas e resultados transitados	27	758.435	756.651
						Dividendos antecipados	27	(35.000)	-
						Resultado do exercício atribuível aos accionistas da ST SGPS	28	250.198	63.921
						Capital próprio atribuível aos accionistas da ST SGPS		<u>2.193.881</u>	<u>1.695.837</u>
						Interesses minoritários	29	573.468	578.455
						Total do Capital Próprio		<u>2.767.349</u>	<u>2.274.292</u>
Total do Activo		<u>43.340.036</u>	<u>1.939.725</u>	<u>41.400.311</u>	<u>42.223.823</u>	Total do Passivo e do Capital Próprio		<u>41.400.311</u>	<u>42.223.823</u>

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2012	2011
Juros e rendimentos similares	31	1.657.058	1.706.855
Juros e encargos similares	32	(1.107.032)	(1.144.018)
Margem financeira		550.026	562.837
Rendimentos de instrumentos de capital	33	1.698	1.278
Rendimentos de serviços e comissões	34	379.316	396.264
Encargos com serviços e comissões	35	(54.295)	(55.244)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	36	38.221	(66)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	37	(2.605)	(77.294)
Resultados de reavaliação cambial	38	5.657	5.290
Resultados de alienação de outros activos	39	86.845	182
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	40	13.045	(14.566)
Margem bruta da actividade de seguros	40	229.554	38.659
Outros resultados de exploração	41	(13.415)	(14.187)
Produto bancário		1.234.047	843.153
Custos com o pessoal	42	(260.332)	(299.774)
Gastos gerais administrativos	43	(139.986)	(150.076)
Amortizações do exercício	14	(64.335)	(63.628)
Provisões líquidas de anulações	25	(24.235)	(16.856)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	25	(378.147)	(227.686)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	25	(16.504)	(11.915)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	25	(49.180)	(41.497)
Resultados de associadas	44	11.864	11.332
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		313.192	43.053
Impostos			
Correntes	16	(116.950)	(16.622)
Diferidos	16	54.059	37.560
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários		250.301	63.991
Interesses minoritários	29	(103)	(70)
Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas da ST SGPS		250.198	63.921
Acções em circulação		197.253.245.707	197.263.072.249
Resultado por acção (em Euros)		0,0013	0,0003

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Acções Próprias	Reservas de reavaliação			Sub-total	Outras reservas e resultados transitados	Dividendos antecipados	Resultado do exercício	Interesses minoritários	Total
			De Justo valor	De impostos diferidos	De flutuação cambial						
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	1.972.962	(514)	(850.515)	240.666	(3.541)	(613.390)	551.615	(115.000)	439.789	570.516	2.805.978
Aplicação do resultado de 2010:											
. Regularização de dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	-	115.000	(115.000)	-	-
. Distribuição adicional de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(89.968)	-	(89.968)
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	234.821	-	(234.821)	-	-
. Acções preferenciais	-	-	-	-	179	179	(30.173)	-	-	(66)	(30.060)
. Deliberação de dividendos sobre resultados do BST	-	-	-	-	-	-	25	-	-	(228)	(203)
Pagamento de remunerações com base em acções	-	-	-	-	-	-	(54)	-	-	-	(54)
Compra de acções próprias pela Santander Totta, SGPS	-	(282)	-	-	-	-	-	-	-	-	(282)
Outros	-	-	-	(161)	-	(161)	417	-	-	(162)	94
Rendimento integral consolidado do exercício de 2011	-	-	(675.523)	194.744	(2.750)	(483.529)	-	-	63.921	8.395	(411.213)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	1.972.962	(796)	(1.526.038)	435.249	(6.112)	(1.096.901)	756.651	-	63.921	578.455	2.274.292
Aplicação do resultado de 2011:											
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.994)	-	(31.994)
. Transferência para reservas	-	-	-	229	-	229	31.698	-	(31.927)	-	-
. Acções preferenciais	-	-	-	-	(1.264)	(1.264)	(29.311)	-	-	(20)	(30.595)
Pagamento de remunerações com base em acções	-	-	-	-	-	-	(607)	-	-	(1)	(608)
Compra de acções próprias pela Santander Totta, SGPS	-	(293)	-	-	-	-	-	-	-	-	(293)
Dividendos antecipados sobre os resultados do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(35.000)	-	-	(35.000)
Outros	-	-	-	-	-	-	4	-	-	(93)	(89)
Rendimento integral consolidado do exercício de 2012	-	-	483.787	(139.001)	1.525	346.311	-	-	250.198	(4.873)	591.636
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	1.972.962	(1.089)	(1.042.251)	296.477	(5.851)	(751.625)	758.435	(35.000)	250.198	573.468	2.767.349

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	31 de Dezembro de 2012		31 de Dezembro de 2011	
	Atribuível aos accionistas da ST SGPS	Atribuível a Interesses Minoritários	Atribuível aos accionistas da ST SGPS	Atribuível a Interesses Minoritários
Resultado consolidado do exercício	250.198	103	63.921	70
Resultado não reconhecido na demonstração dos resultados consolidada				
. Variações cambiais em filiais no estrangeiro	1.525	(5.378)	(2.750)	8.808
. Reservas de reavaliação de sociedades em equivalência patrimonial:				
. Justo valor	1.447	-	(360)	-
. Impacto fiscal	(418)	-	244	-
. Variações de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda:				
. Justo valor	486.351	537	(516.463)	(487)
. Impacto fiscal	(139.640)	(153)	148.364	142
. Variações no justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa:				
. Justo valor	40.900	43	52.022	61
. Impacto fiscal	(11.861)	(13)	(15.086)	(18)
. Variação na "shadow reserve":				
. Justo valor	(9.833)	-	2.790	-
. Impacto fiscal	2.745	-	(698)	-
. Desvios actuariais e financeiros relativos a pensões:				
. Valor bruto	(35.078)	(17)	(213.512)	(253)
. Impacto fiscal	10.173	5	61.920	72
	346.311	(4.976)	(483.529)	8.325
Rendimento integral consolidado do exercício	596.509	(4.873)	(419.608)	8.395

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2012	2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	1.866.158	1.942.732
Pagamento de juros e comissões	(1.025.656)	(1.011.611)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(435.879)	(499.044)
Contribuições para os fundos de pensões	(12.023)	(245.000)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais, incluindo comissões de resseguro	228.856	23.200
Recuperação de créditos abatidos ao activo	8.640	15.494
Recebimento de prémios de seguros	(1.583)	143.035
Pagamento de sinistros	(22)	(18)
Fluxos de caixa antes das alterações nos activos e passivos operacionais	<u>628.491</u>	<u>368.788</u>
(Aumentos)/diminuições de activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	(771.791)	(414.175)
Activos financeiros detidos para negociação	(256.244)	(356.736)
Créditos a clientes	986.841	4.232.749
Activos e passivos ao justo valor através de resultados	(332.052)	559.539
Activos não correntes detidos para venda	(110.114)	(60.489)
Outros activos	(72.928)	14.420
	<u>(556.288)</u>	<u>3.973.734</u>
Aumentos/(diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de instituições de crédito	(394.881)	(5.113.897)
Recursos de clientes e outros empréstimos	486.370	1.949.767
Passivos financeiros detidos para negociação	381.560	335.571
Outros passivos	28.685	(227.120)
	<u>501.734</u>	<u>(3.055.679)</u>
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	573.937	1.286.843
Impostos pagos	(16.729)	(37.356)
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>557.208</u>	<u>1.249.487</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	1.698	1.278
Aquisição de activos disponíveis para venda	(494.472)	(1.174.105)
Alienação/ reembolso de activos disponíveis para venda	1.951.636	2.287.691
Rendimentos adquiridos nos activos disponíveis para venda	229.525	193.904
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(34.764)	(44.054)
Vendas de activos tangíveis	987	1.033
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>1.654.610</u>	<u>1.267.321</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Dividendos pagos	(31.994)	(204.968)
Reembolso de dívida titulada e subordinada	16	(27)
Distribuição de dividendos de acções preferenciais	(29.311)	(30.173)
Emissão/reembolso de obrigações de caixa e outros	(2.055.281)	(1.940.903)
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(102.232)	(148.850)
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(127)	(246)
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>(2.218.929)</u>	<u>(2.325.167)</u>
Aumento/ (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	<u>(7.111)</u>	<u>191.641</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	744.799	553.158
Caixa e seus equivalentes no fim do período	737.688	744.799

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

NOTA INTRODUTÓRIA

A Santander Totta - SGPS, S.A. (adiante igualmente designada por “Sociedade”, “Santander Totta” ou “ST SGPS”, “Grupo”) foi constituída no dia 16 de Dezembro de 2004 no âmbito da operação de cisão / fusão do Banco Totta & Açores, S.A. (totta). Nos termos desta operação, as participações financeiras detidas pelo totta na Foggia, SGPS, S.A. (Foggia) e na então denominada Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (“Santander Totta Seguros” ou “Companhia”) foram destacadas do património do totta e usadas para a realização em espécie do capital social da Santander Totta. Na mesma data, os restantes activos e passivos do totta, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), foram incorporados por fusão na Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) que alterou a sua designação para Banco Santander Totta, S.A. (“Banco” ou “BST”). A Santander Totta tem por objecto social a gestão de participações noutras empresas, como forma indirecta do exercício de actividades económicas, e encontra-se sedeadada em Portugal.

A Santander Totta faz parte do Grupo Santander. Os principais saldos e transacções mantidos com empresas do Grupo Santander durante os exercícios de 2012 e 2011 encontram-se detalhados na Nota 47.

O Grupo dispõe de uma rede nacional de 633 balcões (659 balcões em 31 de Dezembro de 2011) e mantém igualmente uma sucursal em Londres, assim como uma Sucursal Financeira Exterior e uma Sucursal Financeira Internacional na Região Autónoma da Madeira. Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas da Santander Totta foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso 1/2005 de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são preparados ajustamentos de conversão para IAS/IFRS.

No exercício de 2012, a Sociedade adoptou as alterações à IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: Divulgações” relativamente a transferências de activos financeiros. A adopção desta norma no caso da Sociedade não requereu divulgações adicionais.

Em 31 de Dezembro de 2012, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações, já adoptadas pela União Europeia:

- IAS 1 (Alteração) - “Apresentação de demonstrações financeiras” – A emenda à norma inclui algumas modificações à forma como o rendimento integral é apresentado, sendo de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2012.
- IAS 19 (Alteração) - “Benefícios dos empregados” - Esta emenda vem introduzir algumas alterações relacionadas com o relato sobre os planos de benefícios definidos, nomeadamente: (i) os ganhos/perdas actuariais passam a ser reconhecidos na totalidade por contrapartida de capitais próprios (deixa de ser permitido o método do “corretor”); (ii) passa a ser aplicada uma taxa de juro única para cálculo do valor actual das responsabilidades e para o rendimento estimado dos activos do plano. A diferença entre o retorno real dos activos do fundo e a taxa de juro única é registada como ganhos/perdas actuariais; (iii) os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- IFRS 11 – “Acordos conjuntos” - Esta norma substitui a IAS 31 – “Empreendimentos conjuntos” e a SIC 13 – “Entidades controladas conjuntamente – contribuições não monetárias por empreendedores”. A nova norma estabelece que as partes envolvidas num empreendimento conjunto deverão determinar o tipo e a forma de contabilização do empreendimento conjunto através da avaliação dos direitos e obrigações decorrentes da operação. O empreendimento conjunto poderá ser classificado como “joint operation”, no caso em que as partes envolvidas tenham direitos sobre os activos e obrigações sobre os passivos relacionados com o acordo, ou como “joint venture”, no caso em que as partes envolvidas tenham direitos sobre os activos líquidos relacionados com o acordo. Esta norma vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
- IFRS 12 – “Divulgações sobre participações noutras sociedades” - A norma estabelece a divulgação de informação que permita aos utentes das demonstrações financeiras de uma entidade avaliar a natureza e os riscos associados aos interesses que a entidade possui noutras entidades (subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas), nomeadamente, o efeito desses interesses na sua posição e desempenho financeiros e nos seus fluxos de caixa. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
- IFRS 13 – “Mensuração de justo valor” – Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. É aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor. A norma define o que é justo valor e estabelece uma estrutura para a sua determinação. É ainda estabelecida uma hierarquia para o justo valor, de acordo com os inputs utilizados nos modelos de valorização. A norma estabelece ainda requisitos de divulgação relacionados com a determinação do justo valor. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.
- IAS 27 (alteração) – “Demonstrações financeiras separadas” – Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
- IFRS 10 - “Demonstrações financeiras consolidadas” - Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspectos, a norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 – Consolidação – Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
- IAS 28 (alteração) “Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas” - Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – “Investimentos em associadas” e as novas normas adoptadas, em particular a IFRS 11 – “Acordos conjuntos”. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
- IFRS 7 (alteração) - “Divulgações de instrumentos financeiros” - Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível de instrumentos financeiros, nomeadamente informações relativamente àqueles sujeitos a acordos de compensação e similares. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.
- IAS 32 (alteração) – “Instrumentos financeiros: apresentação” - Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma relativos à apresentação de activos e passivos financeiros pelo líquido. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adoptadas pela Sociedade em 31 de Dezembro de 2012, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. O Conselho de Administração entende que a sua aplicação não terá um impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram também emitidas as seguintes normas e melhorias, ainda não endossadas pela União Europeia:

- IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” – Esta norma estabelece os requisitos para a classificação e mensuração dos activos financeiros. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2015.
- Melhorias às IFRS (Ciclo 2009-2011) – Inclui, entre outras, alterações às seguintes normas:
 - IAS 1 – Clarifica os requisitos de divulgação de informação comparativa.
 - IAS 32 – Esclarece que o efeito fiscal de uma distribuição de rendimentos aos detentores de instrumentos representativos de capital deverá ser contabilizado de acordo com os requisitos da IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento.
 - IAS 34 – Clarifica os requisitos da divulgação intercalar relativos ao activo por segmentos de forma a existir maior consistência com os requisitos da IFRS 8 – Segmentos Operacionais.As alterações são de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.
- IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 (alterações) – As alterações a estas normas incluem esclarecimentos acerca da obrigação de divulgação de informação comparativa, nomeadamente eliminando a exigência de apresentação de informação comparativa para períodos anteriores ao imediatamente anterior ao período de referência. As alterações são de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.
- IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (alterações) – Entidades de investimento – As alterações a estas normas criam uma excepção para a preparação de demonstrações financeiras consolidadas por entidades de investimento.

Estas normas não foram ainda adoptadas pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Sociedade no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

As demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

1.2. Princípios de consolidação e registo de empresas associadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Sociedade e as das entidades controladas directamente e indirectamente pela Sociedade (Nota 4), incluindo entidades de propósito especial.

Empresas subsidiárias são aquelas em que a Sociedade exerce um controlo efectivo sobre a gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. Adicionalmente, em resultado da aplicação da IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas”, o Grupo inclui no perímetro de consolidação entidades de propósito especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efectivo e nas quais a Sociedade detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias são consolidadas pelo método da integração global, a partir do momento em que a Sociedade assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que o controlo cessa. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias que foram consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica “Interesses Minoritários” (Nota 29).

As empresas associadas são entidades nas quais a Santander Totta exerce influência significativa, mas não detém o seu controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade, mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma. As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, a partir do momento em que a Sociedade passa a deter influência significativa e até ao momento em que a mesma termina.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pelas empresas associadas.

O goodwill corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição e a percentagem efectiva equivalente no justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes das empresas subsidiárias e associadas. Com uma periodicidade mínima anual, a Sociedade realiza testes de imparidade ao goodwill registado em balanço, de acordo com os requisitos da IAS 36 - “Imparidade de activos”. Para este efeito, o “goodwill” é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respectivo valor recuperável com base em estimativas dos “cash - flows” futuros, actualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pela Sociedade. As perdas por imparidade associadas ao “goodwill” são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

A Santander Totta decidiu não aplicar retrospectivamente a IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais. Neste sentido, o goodwill resultante de aquisições até 1 de Janeiro de 2004, encontra-se deduzido ao capital próprio de acordo com a anterior política contabilística seguida. Por outro lado, as diferenças de consolidação negativas anteriormente registadas foram acrescidas ao capital próprio, tal como permitido pela IFRS 1.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2004, são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor, determinado à data da compra, dos activos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos. O goodwill é registado no activo e é sujeito a testes de imparidade de acordo com a Norma IAS 36, não sendo amortizado. Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor dos activos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos é superior ao custo de aquisição, o diferencial é reconhecido na demonstração dos resultados.

Com a aplicação das alterações às Normas IFRS 3 e IAS 27, o Grupo definiu como política contabilística a valorização ao justo valor por resultados nos casos em que existe alteração de controlo por aquisição em diferentes fases de participadas. Nesses casos, a participação adquirida previamente ao momento de alteração de controlo é reavaliada ao justo valor por resultados. O goodwill é apurado numa data como a diferença entre o custo total de aquisição e a proporção do justo valor dos activos e passivos da associada. Do mesmo modo, da aplicação das alterações às referidas Normas a Sociedade reavalia por resultados as participações nas quais existe perda de controlo conjunto (Nota 4).

A Santander Totta decidiu anular na data de transição (1 de Janeiro de 2004) a reserva decorrente das flutuações cambiais originadas pela conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias com moeda funcional diferente do Euro. A partir dessa data e de acordo com a IAS 21, as demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira são convertidas para Euros segundo a seguinte metodologia:

- A conversão dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada com base no câmbio de fecho do Euro à data de balanço;
- Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis, permanecem reflectidos ao câmbio original; e
- Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para Euros ao câmbio médio do mês em que são reconhecidos.

As diferenças cambiais apuradas na conversão para Euros são registadas nos capitais próprios da Sociedade na rubrica de “Reservas de flutuação cambial”.

1.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

A Santander Totta adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transacções em moeda estrangeira

As contas da Sociedade são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera (“moeda funcional”), sendo expressas em Euros.

As transacções em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes proveitos e custos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os activos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio de fecho (“fixing” do Banco de Portugal).

c) Crédito e contas a receber

Esta categoria de activos financeiros inclui o crédito concedido a clientes e aplicações em instituições de crédito.

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e outras operações de empréstimo tituladas (papel comercial) cuja intenção não é a da venda no curto prazo, sendo registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva e acrescido de todos os custos externos directamente atribuíveis às operações.

Posteriormente, o crédito e outros valores a receber são registados ao custo amortizado, sendo igualmente submetidos a análises periódicas de imparidade.

As comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria, bem como os juros associados aos créditos concedidos, são periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo o método da taxa de juro efectiva, sendo reconhecidos independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. A Santander Totta optou por diferir as comissões recebidas e pagas associadas aos créditos concedidos a partir de 1 de Janeiro de 2004.

O Grupo classifica como crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos 30 dias após o seu vencimento. Os créditos com prestações vencidas são denunciados nos termos definidos no manual de crédito aprovado, sendo nesse momento considerada vencida toda a dívida.

Periodicamente, o Grupo analisa os créditos para os quais já foi exigido o pagamento da totalidade da dívida e cujos esforços de cobrança não produziram efeitos. Caso as expectativas de recuperação do crédito sejam reduzidas, os créditos são considerados incobráveis e reconhecidas perdas de imparidade para a totalidade. Para estes, o Grupo procede ao seu abate. No caso de eventual recuperação posterior, esta é reconhecida na demonstração dos resultados, na rubrica de “Imparidade do crédito líquido de reversões e recuperações”.

Imparidade

Periodicamente, o Grupo analisa o crédito concedido a clientes e outros valores a receber com o objectivo de identificar evidências de imparidade. Considera-se que um activo financeiro se encontra em imparidade se, e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tenha um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos.

Para efeitos de apuramento da imparidade do crédito concedido, o Grupo segmentou a sua carteira da seguinte forma:

- Crédito concedido a empresas;
- Crédito à habitação;
- Crédito ao consumo;
- Crédito concedido através de cartões de crédito;
- Outros créditos a particulares;
- Garantias e avales prestados; e
- Derivados.

Relativamente ao segmento de crédito concedido a empresas, o Grupo efectua uma análise individual dos clientes que apresentem:

- Responsabilidades superiores a mEuros 5.000;
- Responsabilidades superiores a mEuros 500 que estejam classificados em “morosidade de gestão” no sistema de acompanhamento do Banco, e;
- Responsabilidades superiores a mEuros 1.000 se classificados em VE1 e Substandard e mEuros 1.500 se classificados em VE2 e VE3, no sistema de vigilância especial do Banco.

Neste sentido, estes segmentos podem incluir clientes sem incumprimento. Pontualmente o Banco inclui ainda na análise individual alguns clientes por julgamento profissional, embora não apresentem as características indicadas anteriormente.

Os clientes analisados individualmente para os quais não sejam apuradas perdas por imparidade são posteriormente avaliados no âmbito de uma análise colectiva sendo diferenciados entre clientes com responsabilidades superiores ou inferiores a mEuros 300.

Para os restantes segmentos da carteira de crédito, o Grupo efectua uma análise colectiva para apuramento das perdas por imparidade.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo Grupo está relacionada com a observação de diversos eventos de perda, de entre os quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor;
- Ocorrência de alterações adversas, nomeadamente:
 - . Das condições e/ou capacidade de pagamento; e
 - . Das condições económicas do sector no qual o devedor se insere, com impacto na capacidade de cumprimento das suas obrigações.

As perdas por imparidade para os clientes sem incumprimento correspondem ao produto entre a probabilidade de incumprimento (PI) e o montante correspondente à diferença entre o valor de balanço dos respectivos créditos e o valor actualizado dos cash-flows estimados dessas operações. A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar em situação de incumprimento durante um determinado período de emergência. Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em que a existência desse evento é percebida pelo Grupo (“Incurred but not reported”). Para todos os segmentos da carteira, o Grupo considera um período de emergência de 6 meses.

Se existir evidência que o Grupo incorreu numa perda por imparidade em crédito e outros valores a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor de balanço desses activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro do activo ou activos financeiros. O valor de balanço do activo ou dos activos financeiros é reduzido do saldo da conta de perdas por imparidade. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade consiste na taxa de juro corrente, determinada pelo contrato. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

De acordo com o modelo de imparidade em vigor no Grupo para a carteira de crédito a clientes, a existência de perdas por imparidade é analisada em termos individuais, através de uma análise casuística, bem como em termos colectivos. Quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais dos activos desse grupo e os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares. Sempre que o Grupo entende necessário, a informação histórica é actualizada com base nos dados correntes observáveis, por forma a que esta reflecta os efeitos das condições actuais.

Quando num período subsequente se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido, sendo ajustada a conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Anulação de capital e juros

De acordo com as políticas em vigor no Banco, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados decorridos três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais não são anulados desde que o valor acumulado do capital em dívida e dos juros vencidos seja inferior ao valor atribuído à garantia.

Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados em resultados na rubrica “Resultados de alienação de outros activos” (Nota 39). Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses activos, líquido de perdas por imparidade. Na determinação do valor de venda fixado, não foram considerados eventuais recebimentos contingentes futuros.

Operações de locação financeira

As operações de locação são classificadas como de locação financeira sempre que os respectivos termos façam com que sejam transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção dos bens locados para o locatário. Estas operações são registadas de acordo com os seguintes critérios:

i) Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados, pelo seu justo valor, nos activos tangíveis e no passivo, processando-se as correspondentes amortizações. As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados na rubrica de “Juros e encargos similares”.

ii) Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, o qual é reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo do período de vida das operações.

d) Reconhecimento de rendimentos e custos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem.

Os rendimentos de serviços e comissões que integram a remuneração de instrumentos financeiros são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

O reconhecimento dos custos com serviços e comissões é efectuado de acordo com os mesmos critérios adoptados para os proveitos.

e) Instrumentos financeiros

Os seguintes activos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com as IAS 32 e IAS 39 e compreendem as categorias específicas abaixo indicadas:

- Activos e passivos financeiros detidos para negociação;
- Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados;
- Activos financeiros disponíveis para venda; e
- Outros passivos financeiros.

i) Activos e passivos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo), bem como as opções compradas são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), bem como as opções vendidas são incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos ao justo valor através de resultados incluem títulos de rendimento fixo.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Os juros associados a instrumentos financeiros derivados de negociação são classificados na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

O justo valor dos activos financeiros detidos para negociação e transaccionados em mercados activos é o seu “bid-price” ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “discounted cash-flows”.

Quando são utilizadas técnicas de “discounted cash-flows”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos derivados que não são transaccionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes bem como a qualidade creditícia das contrapartes.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida que não se encontrem classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, como investimentos a deter até à maturidade ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio denominada “Reserva de Reavaliação” até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidos directamente na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros disponíveis para venda são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos em resultados na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Reclassificação de activos financeiros

De acordo com a alteração introduzida em 13 de Outubro de 2008 na Norma IAS 39 - “Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração”, uma entidade pode reclassificar um activo financeiro que já não seja detido para efeitos de venda ou recompra a curto prazo (não obstante poder ter sido adquirido ou incorrido principalmente para efeitos de venda ou recompra a curto prazo), retirando-o da categoria de justo valor através dos lucros ou prejuízos, se forem cumpridos alguns requisitos. Não sendo contudo permitidas reclassificações para a categoria de “Activos financeiros ao justo valor através de resultados”.

A informação sobre as reclassificações efectuadas ao abrigo desta alteração encontra-se descrita na Nota 9.

iii) Reconhecimento de rendimentos

Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa de juro efectiva e registados na rubrica de “Juros e rendimentos similares” da demonstração dos resultados.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável, nomeadamente os dividendos, são reconhecidos em resultados na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

iv) Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respectivos juros.

v) Imparidade em instrumentos financeiros

Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

Para títulos cotados, considera-se que existe evidência de imparidade numa situação de desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação dos títulos. Para títulos não cotados, é considerado evidência de imparidade a existência de impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com fiabilidade.

O Grupo considera a natureza e as características específicas dos activos em avaliação nas análises periódicas de existência de perdas por imparidade. Relativamente aos critérios objectivos de imparidade, o Grupo considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada em instrumentos financeiros face ao seu custo de aquisição. Adicionalmente, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, o Grupo considera a existência de menos valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro como um indicador objectivo de imparidade.

Excepto conforme descrito no parágrafo seguinte, caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Relativamente a activos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor.

Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Sociedade efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

vi) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida. Estes passivos são valorizados inicialmente ao justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquida dos custos de transacção, e são posteriormente valorizados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

As emissões de obrigações encontram-se registadas na rubrica “Responsabilidades representadas por títulos”.

Na data de emissão as obrigações são relevadas pelo seu justo valor (valor de emissão), sendo posteriormente valorizadas ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

Os derivados embutidos em obrigações emitidas são registados separadamente nas rubricas de “Activos e passivos financeiros ao justo valor por resultados”, sendo reavaliados ao justo valor através de resultados.

Justo valor

Conforme referido anteriormente, os activos financeiros registados nas categorias de “Activos financeiros detidos para negociação”, “Activos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Activos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros é determinado por um órgão da Sociedade independente da função de negociação, com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:
 - i) Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transacções recentes;
 - ii) Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers, e;
 - iii) Modelos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo justo valor acrescido ou deduzido de proveitos ou custos directamente atribuíveis à transacção. O reconhecimento dos juros é efectuado pelo método da taxa efectiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associadas a instrumentos financeiros valorizados pelo seu custo amortizado seja revista, o respectivo valor de balanço é ajustado para reflectir os cash flows revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos cash flows futuros revistos à taxa de juro efectiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração dos resultados.

f) Valorização de instrumentos derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos derivados transaccionados pelo Grupo são sempre reconhecidos em balanço pelo seu justo valor.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros (nomeadamente em dívida emitida) são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estejam intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não seja registada ao justo valor por contrapartida de resultados.

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro resultante de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para aplicação da contabilidade de cobertura são registados como instrumentos financeiros de negociação, nas rubricas de activos ou passivos financeiros detidos para negociação, e todas as variações no seu justo valor são reflectidas em resultados.

Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo.

Nos termos previstos na IAS 39 a aplicação da contabilidade de cobertura só é possível quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Grupo, incluindo os seguintes aspectos:
 - . Identificação do instrumento de cobertura;
 - . Identificação do elemento coberto;
 - . Identificação do tipo de risco coberto; e
 - . Definição da forma de medição da eficácia da cobertura e acompanhamento subsequente.
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz; e
- Ao longo da vida da operação, a eficácia da cobertura se situe no intervalo entre 80% e 125%. A eficácia das coberturas é testada em cada data de reporte financeiro, comparando a variação no justo valor do elemento coberto, com a variação no justo valor do derivado de cobertura.

A metodologia da contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos estes requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia de cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125%, a contabilidade de cobertura é descontinuada.

Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objecto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correcções de valor dos elementos cobertos, são amortizados ao longo do período remanescente. Se o activo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são registados em resultados do exercício e o instrumento derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidos como correcções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o período remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura a uma exposição relativa à variabilidade de fluxos futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um activo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transacção futura altamente provável, e que possa afectar os resultados.

O Grupo tem instrumentos financeiros derivados contratados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido directamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é reflectida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo reflectido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto.

g) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo Grupo para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis), deduzido de amortizações acumuladas, bem como de perdas por imparidade, quando aplicável.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	<u>Anos de vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	4 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Grupo (arrendados) são amortizadas ao longo de um prazo compatível com o da sua vida útil esperada ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior, o qual em média corresponde a um período de dez anos.

Conforme previsto na IFRS 1, os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004, foram registados pelo valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que correspondeu ao custo ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da legislação em vigor, decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Periodicamente são efectuados testes de imparidade. Para este efeito, os balcões são considerados unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo registadas perdas por imparidade nas situações em que o valor recuperável do imóvel através do seu uso nas operações ou pela venda é inferior ao valor líquido contabilístico.

Os critérios seguidos nas avaliações dos imóveis consideram normalmente o método de comparação de mercado, e o valor constante da avaliação corresponde ao valor de mercado do bem no estado actual.

h) Activos intangíveis

O Grupo regista nesta rubrica as despesas incorridas na fase de desenvolvimento de projectos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se reflecte para além do exercício em que são realizados. Anualmente é efectuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os activos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimado o qual, em média, corresponde a três anos. Para a nova plataforma informática (Partenon), a vida útil estimada corresponde no máximo a cinco anos.

i) Activos não correntes detidos para venda

O Grupo regista na rubrica de “Activos não correntes detidos para venda ” os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido quando estes se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existe a probabilidade de alienação no período de um ano. Caso não cumpram estes critérios, são registados na rubrica “Outros activos” (Nota 18). Estes activos são registados pelo valor acordado por via negocial ou judicial, acrescido dos custos que o Banco estima incorrer com a venda ou pelo valor de venda rápida, caso seja inferior. Os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira são registados no activo pelo valor do capital em dívida à data da rescisão do contrato.

Esta rubrica inclui igualmente unidades de participação de um Fundo Fechado de Investimento Imobiliário adquiridas na sequência de um acordo de regularização de dívida celebrado com um cliente.

Adicionalmente, são registados nesta rubrica os imóveis de serviço próprio do Grupo que se encontram em processo de venda. Estes activos são transferidos pelo seu valor contabilístico de acordo com a IAS 16 (custo de aquisição, líquido de amortizações e perdas por imparidade), sendo igualmente objecto de avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os imóveis são sujeitos a avaliações periódicas efectuadas por avaliadores independentes. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados os imóveis, são registadas perdas por imparidade.

De acordo com as disposições da norma IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas, o Banco não reconhece mais-valias potenciais nestes activos.

O Conselho de Administração da Sociedade considera que os métodos adoptados são adequados e reflectem a realidade de mercado.

j) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Esta rubrica do passivo inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a benefícios pós emprego específicos de membros do Conselho de Administração, planos de reestruturação, riscos fiscais, processos judiciais e outros riscos específicos decorrentes da actividade do Grupo, de acordo com a IAS 37 (Nota 25).

k) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

Banco Santander Totta

O Banco subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) para o sector bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de Dezembro de 2008, o plano de pensões existente no BST corresponde a um plano de benefício definido, uma vez que estabelece os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões actualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no activo. Para estes trabalhadores, o Banco é responsável pelo valor integral das pensões previstas no ACT. Para cobertura das responsabilidades com o plano de benefício definido o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

Os empregados do ex-totta sempre estiveram inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores tem consistido no pagamento de complementos.

A partir de 1 de Janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efectiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Em Outubro de 2010 foi celebrado um acordo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), para integração dos trabalhadores do sector bancário no Regime Geral da Segurança Social. Na sequência deste acordo, foi publicado em 2011 o Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro, que define que os trabalhadores do sector bancário que estivessem no activo na data da sua entrada em vigor (4 de Janeiro de 2011), passaram a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que diz respeito à pensão de reforma por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção. Face ao carácter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

As responsabilidades por serviços passados reconhecidas a 31 de Dezembro de 2010 não sofreram alterações com a publicação do referido Decreto-Lei, uma vez que a redução do valor das pensões a cargo do Banco relativa aos trabalhadores no activo era aplicável aos serviços futuros dos colaboradores, com início em 1 de Janeiro de 2011. Desta forma, o custo do serviço corrente reduziu-se a partir dessa data, mas o Banco passou a suportar Taxa Social Única (TSU) de 23,6%. O Banco mantém a seu cargo as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença. Este entendimento foi também confirmado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Em Dezembro de 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), de transferência para o âmbito da Segurança Social de parte das responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de Dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de segurança social substitutivo constante do ACT.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Na sequência deste acordo, foi publicado ainda em 2011 o Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, que define que a Segurança Social é responsável, a partir de 1 de Janeiro de 2012, pelas pensões transferidas ao abrigo deste Diploma, no valor correspondente ao pensionamento da remuneração à data de 31 de Dezembro de 2011, nos termos e condições previstos nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis, incluindo os valores relativos ao subsídio de Natal e ao 14º mês.

De acordo com este Decreto-Lei, o Banco, através do respectivo Fundo de Pensões, apenas mantém a responsabilidade pelo pagamento:

- i) das actualizações do valor das pensões referidas acima, de acordo com o previsto nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis;
- ii) das contribuições patronais para os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) geridos pelos respectivos sindicatos, que incidem sobre as pensões de reforma e de sobrevivência, nos termos previstos nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis;
- iii) do subsídio por morte;
- iv) da pensão de sobrevivência a filhos;
- v) da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente, desde que referente ao mesmo trabalhador;
- vi) da pensão de sobrevivência devida a familiar de actual reformado, cujas condições de atribuição ocorram a partir de 1 de Janeiro de 2012.

No âmbito da transferência das responsabilidades assumidas pela Segurança Social foram também transferidos os activos do Fundo de Pensões do Banco, na parte correspondente a essas responsabilidades. O valor dos activos dos fundos de pensões transferido para o Estado correspondeu ao valor das responsabilidades assumidas pela Segurança Social de acordo com o decreto-Lei, as quais foram transferidas, tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (desconto)	4%

Os activos a transmitir tiveram de ser constituídos por numerário e, até 50% do valor dos activos a transmitir, por títulos da dívida pública portuguesa, neste caso valorizados pelo respectivo valor de mercado.

Nos termos do referido Diploma, a transmissão da titularidade dos activos foi realizada pelo Banco nos seguintes termos:

- i) Até 31 de Dezembro de 2011, o valor equivalente a, pelo menos, 55% do valor actual provisório das responsabilidades;
- ii) Até 30 de Junho de 2012, o valor remanescente para completar o valor actual definitivo das responsabilidades.

Neste sentido, e antes de proceder à transferência para a Segurança Social, o Banco obteve estudos actuariais que permitiram apurar o valor da transferência.

Na sequência do acordo de transferência para o âmbito da Segurança Social dos reformados e pensionistas, e para efeitos da determinação do valor das responsabilidades a transferir de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, o Banco efectuou o cálculo das responsabilidades separadamente para empregados no activo e para reformados, tendo definido pressupostos específicos para cada uma das realidades (Nota 45).

A diferença entre o valor das responsabilidades a transmitir para o Estado, determinadas com base nos pressupostos acima referidos, e determinadas com base nos pressupostos actuariais actualizados adoptados pelo Grupo foi registada na rubrica de resultados “Custos com o pessoal”.

Adicionalmente, os colaboradores da Sucursal de Londres do Banco estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual a Sucursal dispõe de um fundo de pensões autónomo (Nota 45).

Em Fevereiro de 2010 foi aprovado um plano complementar de reforma de contribuição definida para um conjunto de directivos do Banco, tendo para o efeito sido contratado um seguro.

As responsabilidades do BST com pensões de reforma são calculadas por peritos externos (Towers Watson International Limited, Sucursal em Portugal), com base no método “Projected Unit Credit”. A taxa de desconto utilizada nos estudos actuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos (Euros) e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte na reforma.

O ex-Banco Santander Negócios Portugal, S.A. (BSN) não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário. No exercício de 2006 o BSN constituiu um fundo de pensões de contribuição definida, em que os colaboradores podiam efectuar contribuições voluntárias. A contribuição do BSN dependia dos resultados e correspondia a uma percentagem do salário dos colaboradores, com o mínimo anual de 1.000 Euros por participante. Na sequência da fusão por incorporação do BSN no BST, os colaboradores do BSN foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de Maio de 2010, tendo sido reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de Julho de 1997.

A Totta IFIC não dispunha de fundo de pensões. Na sequência da fusão por incorporação da Totta IFIC no BST, os colaboradores da ex-Totta IFIC foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de Abril de 2011. Foi reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de Julho de 1997. O aumento das responsabilidades por serviços passados com os colaboradores da Totta IFIC foi reconhecido na rubrica “Custos com o pessoal”, no montante de mEuros 1.044 (Nota 45).

Santander Totta Seguros

Em conformidade com o contrato colectivo de trabalho (CCT) então vigente para o sector segurador, a Companhia tinha assumido o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no sector até 22 de Junho de 1995, data de entrada em vigor do CCT, incluindo os que transitaram da Caixa Génesis no âmbito do convénio celebrado entre a entidade e a Companhia em 29 de Junho de 2001. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial em vigor à data da reforma.

No âmbito do novo contrato colectivo de trabalho para a actividade seguradora, assinado em 23 de Dezembro de 2011, o anterior plano de pensões de benefício definido foi substituído, no que se refere aos trabalhadores no activo, com referência a 1 de Janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, sendo o valor actual das responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2011 transferido para a conta individual de cada participante. Esta alteração não foi aplicável às responsabilidades com pensões em pagamento relativas a trabalhadores que em 31 de Dezembro de 2011 se encontrassem reformados ou pré- reformados. Nesta data, a Companhia não tinha trabalhadores nesta situação.

Em Julho de 2002, a Companhia aderiu ao Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa, gerido pela Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (entidade inserida no Grupo Santander). As contribuições para o Fundo de Pensões são registadas na rubrica “Gastos com pessoal” como custo do período em que são efectuadas.

Aplicação da IAS 19

Em 1 de Janeiro de 2004, o BST optou por não aplicar retrospectivamente a IAS 19, não tendo efectuado o recalculo dos ganhos e perdas actuariais que seriam diferidos em balanço caso tivesse adoptado esta Norma desde o início dos planos de pensões. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais já existentes em 1 de Janeiro de 2004, bem como os decorrentes da adopção da IAS 19, foram anulados/registados por contrapartida de resultados transitados nessa data.

Em 2011 o Banco decidiu alterar a política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, deixando de adoptar o método do corredor e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais directamente em capitais próprios, conforme permitido pela IAS 19. O Conselho de Administração entende que esta alteração traduz de forma mais apropriada a posição económica e financeira do Banco relativamente às responsabilidades com pensões. Esta alteração de política contabilística foi aplicada retrospectivamente, conforme requerido pela IAS 8.

O Grupo regista em “Custos com o pessoal” da demonstração dos resultados as seguintes componentes:

- Custo dos juros do plano, líquido do rendimento esperado dos activos do Fundo de Pensões;
- Custo dos serviços correntes; e,
- Custo com reformas antecipadas, correspondentes ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos activos do Fundo de Pensões, são registadas nas rubricas de “Outros activos” ou “Outros passivos”, dependendo da existência de excesso ou insuficiência de financiamento (Notas 18 e 26).

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no activo. No entanto, estabelece um período transitório entre 5 e 7 anos relativamente à cobertura do aumento de responsabilidades decorrente da adopção da IAS 19.

l) Prémios de antiguidade

Nos termos do ACT, o BST assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completarem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente.

O BST determina o valor actual das responsabilidades com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método “Projected Unit Credit”. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do BST. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de bom risco e prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

As responsabilidades por prémios de antiguidade são registadas na rubrica de “Outros passivos – Outros encargos a pagar – Relativos ao pessoal - Prémios de antiguidade” (Nota 26).

m) Impostos sobre os lucros

A Sociedade e as empresas subsidiárias e associadas são tributadas individualmente e estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

Ao abrigo do regime fiscal das Sociedades Gestoras de Participações Sociais, os lucros que sejam distribuídos à Sociedade pelas suas participadas são integralmente dedutíveis em sede de IRC.

As contas das sucursais são integradas nas contas do Banco para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC em Portugal nos termos do Artigo 91º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

A Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira beneficiava, ao abrigo do Artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto no Artigo 34º do EBF, considerava-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global do Banco era resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

Com a redacção dada pela Lei do Orçamento do Estado para 2011 (Lei nº 55–A/2010, de 3 de Dezembro), de acordo com o Artigo 92º do Código do IRC, o imposto liquidado nos termos do nº 1 do Artigo 90º, líquido das deduções correspondentes à dupla tributação internacional e a benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria apurado se o sujeito passivo não usufrísse de benefícios fiscais e dos regimes previstos no nº 13 do Artigo 43º e no Artigo 75º, ambos do Código do IRC.

A partir de 1 de Janeiro de 2007, os municípios podem deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Com a publicação da Lei nº 12–A/2010, de 30 de Junho, foi introduzida a derrama estadual, que é paga por todos os sujeitos passivos que apurem um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a mEuros 2.000. A derrama estadual corresponde a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite. Esta disposição implicou que a taxa fiscal utilizada no cálculo dos impostos diferidos sobre prejuízos fiscais reportáveis seja de 25% e que se aplique 29% para as demais diferenças temporárias geradas no reconhecimento do imposto sobre lucros do exercício. Esta derrama estadual é aplicável desde o exercício de 2011.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Com a publicação da Lei do Orçamento do Estado para 2012 (Lei nº 64–B/2011, de 30 de Dezembro) as empresas que apresentem nesse exercício e nos dois anos seguintes lucros tributáveis mais elevados são sujeitas a taxas agravadas em sede de derrama estadual. Neste sentido, as empresas com lucros tributáveis compreendidos entre mEuros 1.500 e mEuros 10.000 passam a estar sujeitas a uma taxa de derrama estadual de 3% e as empresas com lucros tributáveis superiores a mEuros 10.000 ficam sujeitas a uma taxa de 5%. Assim, sempre que o lucro tributável apurado exceda os mEuros 10.000, aplicar-se uma taxa de 3% ao montante de mEuros 8.500 e uma taxa de 5% à diferença entre o lucro apurado e os mEuros 10.000. Esta disposição implicou que a taxa fiscal aplicável no exercício de 2012 no reconhecimento do imposto sobre lucros do exercício fosse de 26,5% para mEuros 1.500 do lucro tributável, 29,5% para mEuros 8.500 do lucro tributável e 31,5% para o remanescente. De referir que o Banco apurou prejuízos fiscais nos exercícios de 2011 e 2012.

Os prejuízos fiscais apurados nos exercícios de 2011 e 2012 poderão ser utilizados nos quatro e cinco períodos de tributação posteriores, respectivamente. Contudo, nos termos previstos na Lei do Orçamento do Estado para 2012, a dedução dos prejuízos a efectuar em cada exercício não pode exceder 75% do respectivo lucro tributável, podendo o remanescente (restantes 25%) ser utilizado até ao final do prazo de reporte.

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. Esta contribuição tem a seguinte base de incidência:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base (“Tier 1”) e complementares (“Tier 2”) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo assim apurado são deduzidos:
 - Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis, sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
 - Passivos por provisões;
 - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
 - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes as operações passivas; e
 - Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização.
- b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com excepção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compensa mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) anteriores são de 0,05% e 0,00015%, respectivamente, conforme previsto nos nºs 1 e 2 do artigo 5º da Portaria nº 121/204, de 30 de Março.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o activo ou incorrido o passivo.

Não foram também registados impostos diferidos passivos relativos a mais valias na alienação de participações financeiras suspensas de tributação no montante de cerca de mEuros 206.000, tendo o reinvestimento sido efectuado em aumentos de capital do actual BST. Não se procedeu ao registo de impostos diferidos passivos relacionados com esta situação, no pressuposto que o Grupo Santander não pretende alienar a sua participação indirecta no BST num futuro previsível.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são reflectidos em resultados, com excepção dos impostos relativos a transacções directamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em títulos disponíveis para venda e em derivados de cobertura de fluxos de caixa e os desvios actuariais relativos a responsabilidades com pensões na sequência da alteração da política contabilística (Nota 1.3. k)).

n) Provisões técnicas

A Santander Totta Seguros comercializa seguros de vida e não vida.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária comercializados pela Santander Totta Seguros estão contabilizados nas demonstrações financeiras consolidadas da Santander Totta nos termos da IFRS 4. Nesse sentido, as provisões técnicas apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas correspondem às provisões técnicas registadas na Santander Totta Seguros para os referidos contratos:

- Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao diferimento dos prémios emitidos, sendo calculada apólice a apólice, desde a data de encerramento do balanço até ao vencimento do período referente ao prémio.

Esta provisão é aplicável aos produtos de risco do ramo vida e do ramo não vida. A partir do exercício de 2004, a Santander Totta Seguros passou a diferir os custos de aquisição relativos a comissões de mediação incorridas com a angariação das respectivas apólices de seguro.

- Provisão matemática do ramo vida

A provisão matemática destina-se a fazer face aos encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro do ramo vida em vigor, sendo calculada para cada apólice, de acordo com as bases actuariais aprovadas pelo Instituto de Seguros de Portugal. Esta provisão é igualmente aplicável aos contratos de investimento com participação discricionária nos resultados e rendas.

- Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída quando a taxa de rentabilidade efectiva dos instrumentos financeiros que se encontram a representar as provisões matemáticas do ramo vida e dos passivos financeiros decorrentes das responsabilidades resultantes dos contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados é inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação dessas provisões matemáticas e passivos financeiros.

- Provisão para sinistros

A provisão para sinistros destina-se a fazer face às indemnizações a pagar relativas a sinistros já ocorridos mas não regularizados, sendo determinada da seguinte forma:

- i) A partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data;
- ii) Pela estimativa dos montantes necessários para fazer face a responsabilidades com sinistros ocorridos e não declarados (IBNR);
- iii) Pela estimativa dos custos administrativos a incorrer na regularização futura de sinistros que actualmente se encontram em processo de gestão.

- Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor dos investimentos afectos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato.

A determinação da participação nos resultados a atribuir aos segurados tem por base as demonstrações financeiras estatutárias da Santander Totta Seguros preparadas de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador. Neste sentido, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os referidos activos financeiros são classificados na rubrica de activos financeiros disponíveis para venda, e as respectivas mais e menos-valias potenciais, líquidas de impostos, são registadas na rubrica de “Reserva de reavaliação” do capital próprio consolidado. Adicionalmente, é reconhecida a parte dos tomadores de seguro na rubrica “Provisões técnicas do passivo (provisão para participação nos resultados a atribuir – “shadow reserve”)” por contrapartida de “Reservas de reavaliação” do capital próprio consolidado, de forma a evitar distorções ao nível da conta de resultados e do capital próprio consolidados (“shadow accounting” previsto na IFRS 4).

- Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados atribuída corresponde aos montantes atribuídos e ainda não distribuídos aos beneficiários dos contratos de seguro, sendo o seu cálculo efectuado de acordo com as bases técnicas de cada produto. A participação nos resultados é paga aos beneficiários dos contratos ou distribuída às apólices de seguro nos termos estabelecidos nas respectivas condições gerais das apólices.

- Provisões técnicas de resseguro cedido

Corresponde à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Santander Totta Seguros, sendo calculadas de acordo com os tratados de resseguro em vigor, com base nas percentagens de cedência e outras cláusulas existentes.

- Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros não vida. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o definido pelo Instituto de Seguros de Portugal.

- Provisão para estabilização de carteira

A partir do exercício de 2006, a Companhia passou a registar uma provisão para estabilização de carteira referente a um conjunto de apólices de Seguros Vida Grupo de crédito à habitação com tarifa plana. O cálculo desta provisão baseia-se essencialmente no valor actual do diferencial entre prémios e custos com sinistralidade futura dessa carteira.

- Teste de adequacidade dos passivos

Nos termos da IFRS 4, a Santander Totta Seguros avalia a cada data de relato financeiro se os seus passivos por contratos de seguro reconhecidos são adequados, utilizando estimativas do valor actual dos fluxos de caixa futuros de acordo com os termos dos contratos. Se essa avaliação, designada por testes de adequacidade dos passivos, demonstrar que a quantia escriturada dos seus passivos por contratos de seguro é inadequada à luz dos fluxos de caixa futuros estimados, a totalidade da insuficiência é reconhecida como perda na demonstração dos resultados.

o) Ajustamentos de recibos por cobrar

Têm por objectivo ajustar o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização em conformidade com a Circular nº 9/2008, de 27 de Novembro, do Instituto de Seguros de Portugal.

p) Reconhecimento de proveitos e custos – seguros

Os prémios de contratos de seguros de vida e de contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são registados quando emitidos, na rubrica de “Margem bruta da actividade de seguros – Prémios brutos emitidos, líquidos de resseguro”, da demonstração dos resultados.

Os contratos de investimento sem componente discricionária na participação nos resultados, comercializados pela Santander Totta Seguros, estão contabilizados nas demonstrações financeiras consolidadas nos termos da IAS 39, como “Recursos de clientes e outros empréstimos”.

Os títulos afectos à actividade seguradora são todos aqueles que se encontram a representar os passivos por contratos de seguro e passivos financeiros por contratos de investimento com e sem participação discricionária nos resultados e estão registados nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica de “Activos financeiros disponíveis para venda”, com excepção dos títulos afectos aos contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (contratos “unit linked”), que se encontram registados na rubrica de “Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados”.

q) Planos de incentivos a longo prazo sobre acções

O Grupo tem planos de incentivos a longo prazo sobre opções sobre acções do Banco Santander, S.A. (Banco Santander), empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em “equity settled share-based payment transactions”, conforme definido na IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, cobertura e execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada directamente pelo Banco Santander. O Grupo paga anualmente ao Banco Santander o montante relativo a estes planos.

O registo dos referidos planos consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Grupo a estes instrumentos na rubrica de “Outras reservas”, por contrapartida da rubrica de “Custos com pessoal”, na medida em que correspondem a uma remuneração pela prestação de serviços.

A descrição dos planos de incentivos de longo prazo sobre opções sobre acções do Banco Santander, S.A. em vigor nos exercícios de 2012 e de 2011 está incluída na Nota 48.

r) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Grupo considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas de “Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos por parte do Conselho de Administração da Santander Totta. Estas estimativas são subjectivas por natureza e podem afectar o valor dos activos e passivos, proveitos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas tendo por base avaliações actuariais efectuadas por peritos externos certificados na Comissão dos Mercados de Valores Mobiliários (CMVM). Estas estimativas incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e actuariais, nomeadamente a taxa de desconto, rentabilidade esperada dos activos do Fundo de pensões, tábuas de mortalidade, invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros. De referir que o rendimento esperado do Fundo de Pensões tem impacto no custo anual com pensões.

Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração quanto ao comportamento futuro das referidas variáveis.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados activos, são utilizados modelos ou técnicas de valorização, tal como descrito nas Notas 1.3. e) e f). Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 1.3. e), de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Determinação de perdas por imparidade em crédito

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.3. c). Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Grupo quanto à situação económica e financeira dos clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respectivos créditos, com o conseqüente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. A determinação da imparidade através de análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 1.3. e), as menos-valias resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida da rubrica “Reserva de reavaliação”. Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos valias acumuladas que tenham sido reconhecidas devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. A Sociedade determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na IAS 39.

Quanto a instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias são transferidas da “Reserva de justo valor” para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do rating do emitente.

Impostos

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e de matéria colectável futura. Adicionalmente, os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal actual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos diferidos.

A Sociedade enquanto entidade sujeita à supervisão do Banco de Portugal e que está obrigada a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), definidas no Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, de 21 de Fevereiro, tem de utilizar estas contas para apuramento do lucro tributável.

Com o objectivo de adaptação do Código do IRC às Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas pela União Europeia e ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho.

O referido Decreto-Lei nº 159/2009, de 13 de Julho, procedeu a alterações a alguns dos artigos do Código do IRC, tendo, adicionalmente, procedido à revogação do nº 2 do artigo 57º da Lei do Orçamento do Estado para 2007. Estas disposições entraram em vigor a 1 de Janeiro de 2010.

Neste sentido, estas novas regras foram observadas para efeitos do apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2012 e 2011, de acordo com a interpretação das mesmas por parte da Sociedade.

Determinação dos passivos por contratos de seguro

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguro é efectuada com base em metodologias e pressupostos descritos na Nota 1.3. n) acima.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguro reveste-se de um certo nível de subjectividade, podendo os valores efectivamente verificados vir a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas reflectem de forma adequada a melhor estimativa em 31 de Dezembro de 2012 das responsabilidades a que se encontra obrigada.

Resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, a provisão matemática de resseguro cedido e a provisão para sinistros de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia e são calculadas nos termos dos tratados de resseguro em vigor à data do balanço. A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido é igualmente estimada à data do balanço, tendo por base as condições contratuais instituídas nos referidos tratados de resseguro.

3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais da Sociedade são apresentadas de seguida de acordo com a informação analisada pelos órgãos de gerência:

Global Banking & Markets:

Inclui essencialmente a actividade do Banco nos mercados financeiros e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance, assim como serviços de intermediação, guarda e liquidação de valores.

Banca de Retalho:

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com facturação inferior a cinco milhões de Euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por telefone e Internet.

Banca de Empresas:

São consideradas nesta área as empresas com facturação entre 5 e 125 milhões de Euros. Esta actividade é suportada pela rede de balcões, centro de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos, financiamento de projectos, de comércio e às exportações e imobiliário.

Gestão de Activos e Seguros:

Decorre da actividade de gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, a qual inclui o lançamento de fundos, que têm por objectivo criar produtos de valor acrescentado para os clientes do Grupo. São igualmente incluídos nesta área os seguros de vida que, na estratégia de cross selling, são colocados através da rede de balcões do Grupo.

Actividades Corporativas:

Nesta área é considerada toda a actividade desenvolvida no Grupo e que dá suporte às actividades principais mas que não está directamente relacionada com as áreas de negócio de cliente, incluindo também a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Grupo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A demonstração dos resultados por segmento em 31 de Dezembro de 2012 apresenta o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Gestão de Activos e Seguros	Actividades Corporativas	Total
Margem financeira estrita	77.148	307.298	166.108	5.317	(5.845)	550.026
Rendimento de Instrumentos de capital	-	-	-	-	1.698	1.698
Margem financeira alargada	77.148	307.298	166.108	5.317	(4.147)	551.724
Comissões líquidas	55.052	252.198	23.185	(213)	(5.201)	325.021
Outros resultados da actividade bancária	-	2.785	-	(445)	(15.755)	(13.415)
Actividade seguradora	-	-	-	242.599	-	242.599
Margem comercial	132.200	562.281	189.293	247.258	(25.103)	1.105.929
Resultado de operações financeiras	12.786	(355)	(371)	2.284	113.774	128.118
Produto bancário e actividade de seguros	144.986	561.926	188.922	249.542	88.671	1.234.047
Custos de transformação	(18.649)	(327.250)	(41.924)	(12.495)	-	(400.318)
Amortizações	(2.943)	(57.123)	(3.747)	(522)	-	(64.335)
Resultados de Exploração	123.394	177.553	143.251	236.525	88.671	769.394
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	(23.632)	(261.063)	(91.082)	(8.068)	(84.221)	(468.066)
Resultados de associadas	-	-	10.808	-	1.056	11.864
Resultado antes de impostos	99.762	(83.510)	62.977	228.457	5.506	313.192
Impostos	(28.696)	24.518	(15.128)	(74.336)	30.751	(62.891)
Interesses minoritários	-	-	-	-	(103)	(103)
Resultado líquido	71.066	(58.992)	47.849	154.121	36.154	250.198

Os activos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio em 31 de Dezembro de 2012, conforme informação utilizada pela Gestão do Grupo para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Gestão de Activos	Actividades Corporativas	Total Consolidado
Activo						
Crédito a clientes						
Crédito hipotecário	-	15.788.523	-	-	-	15.788.523
Crédito ao consumo	-	1.433.532	-	-	-	1.433.532
Outros créditos	2.024.656	3.272.093	4.423.583	-	-	9.720.332
Total dos activos afectos	2.024.656	20.494.148	4.423.583	-	-	26.942.387
Activos não afectos						14.457.924
Total do activo						41.400.311
Passivo						
Recursos de clientes e outros empréstimos	379.256	16.625.505	2.655.162	-	-	19.659.923
Responsabilidades representadas por títulos	-	353.878	74.098	-	3.233.249	3.661.225
	379.256	16.979.383	2.729.260	-	3.233.249	23.321.148
Garantias e avals (Nota 30)	206.332	189.279	823.586	-	-	1.219.197
Fundos de investimento	-	1.261.600	641.874	813.723	-	2.717.197

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A demonstração dos resultados por segmento em 31 de Dezembro de 2011 apresenta o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Gestão de Activos e Seguros	Actividades Corporativas	Total
Margem financeira estrita	42.146	421.601	123.951	1.322	(26.183)	562.837
Rendimento de Instrumentos de capital	-	-	-	-	1.278	1.278
Margem Financeira Alargada	42.146	421.601	123.951	1.322	(24.905)	564.115
Comissões líquidas	65.932	255.333	18.177	6.619	(5.041)	341.020
Outros resultados da actividade bancária	(6)	6.675	-	(757)	(20.099)	(14.187)
Actividade seguradora	-	-	-	24.093	-	24.093
Margem Comercial	108.072	683.609	142.128	31.277	(50.045)	915.041
Resultado de Operações Financeiras	16.116	(1.074)	519	(4.681)	(82.768)	(71.888)
Produto Bancário e Actividade de Seguros	124.188	682.535	142.647	26.596	(132.813)	843.153
Custos de transformação	(20.313)	(371.978)	(45.506)	(12.053)	-	(449.850)
Amortizações	(2.748)	(56.713)	(3.617)	(550)	-	(63.628)
Resultados de Exploração	101.127	253.844	93.524	13.993	(132.813)	329.675
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	(4.918)	(153.932)	(21.694)	(31.857)	(85.553)	(297.954)
Resultados de associadas	-	-	9.409	-	1.923	11.332
Resultado antes de impostos	96.209	99.912	81.239	(17.864)	(216.443)	43.053
Impostos	(27.664)	(28.859)	(20.830)	4.638	93.653	20.938
Interesses minoritários	-	-	-	-	(70)	(70)
Resultado líquido	68.545	71.053	60.409	(13.226)	(122.860)	63.921

Os activos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio em 31 de Dezembro de 2011, conforme informação utilizada pela Gestão do Grupo para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Gestão de Activos	Actividades Corporativas	Total Consolidado
Activo						
Crédito a clientes						
Crédito hipotecário	-	16.033.835	-	-	-	16.033.835
Crédito ao consumo	-	1.537.078	-	-	-	1.537.078
Outros créditos	1.674.571	3.784.362	5.310.094	-	-	10.769.027
Total dos activos afectos	1.674.571	21.355.275	5.310.094	-	-	28.339.940
Activos não afectos						13.883.883
Total do activo						42.223.823
Passivo						
Recursos de clientes e outros empréstimos	554.126	15.932.252	2.587.235	-	-	19.073.613
Responsabilidades representadas por títulos	-	467.810	106.105	-	5.315.826	5.889.741
	554.126	16.400.062	2.693.340	-	5.315.826	24.963.354
Garantias e avals (Nota 30)	336.364	198.532	953.026	-	-	1.487.922
Fundos de investimento	-	1.448.516	580.001	778.619	-	2.807.136

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

De seguida é apresentada a informação geográfica da actividade consolidada, nomeadamente o balanço e a demonstração dos resultados. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o balanço por segmentos geográficos era como segue:

	2012						Entre segmentos	Total consolidado
	Portugal	Actividade internacional						
		Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total		
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	352.365	-	-	-	-	-	-	352.365
Disponibilidades em outras instituições de crédito	384.850	11.366	-	6.039	396	17.801	(17.328)	385.323
Activos financeiros detidos para negociação	2.259.803	-	-	-	-	-	2	2.259.805
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.357.988	-	-	-	-	-	-	2.357.988
Activos financeiros disponíveis para venda	3.989.822	1.311.876	-	-	-	1.311.876	(1.311.876)	3.989.822
Aplicações em instituições de crédito	3.097.194	50.001	-	465.202	311.790	826.993	(826.765)	3.097.422
Crédito a clientes	26.942.387	-	-	-	-	-	-	26.942.387
Derivados de cobertura	284.850	-	-	-	-	-	-	284.850
Activos não correntes detidos para venda	206.850	-	-	-	-	-	-	206.850
Outros activos tangíveis	335.041	-	-	-	34	34	3	335.078
Activos intangíveis	68.976	-	-	-	-	-	-	68.976
Investimentos em associadas	31.711	-	111.284	-	-	111.284	(1)	142.994
Activos por impostos correntes	4.658	-	-	-	-	-	245	4.903
Activos por impostos diferidos	654.859	-	-	-	-	-	-	654.859
Provisões técnicas de resseguro cedido	59.584	-	-	-	-	-	-	59.584
Outros activos	256.723	3	-	1.996	942	2.941	(2.559)	257.105
Total do activo líquido	41.287.661	1.373.246	111.284	473.237	313.162	2.270.929	(2.158.279)	41.400.311
Passivo								
Recursos de bancos centrais	5.837.242	-	-	-	-	-	-	5.837.242
Passivos financeiros detidos para negociação	1.979.726	-	-	-	-	-	2	1.979.728
Recursos de outras instituições de crédito	4.065.110	1.013.953	-	4.227	-	1.018.180	(1.018.180)	4.065.110
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.947.240	-	-	171.022	-	171.022	(171.022)	1.947.240
Responsabilidades representadas por títulos	19.485.939	-	-	-	-	-	173.984	19.659.923
Derivados de cobertura	3.661.225	-	-	-	-	-	-	3.661.225
Provisões	455.906	-	-	-	-	-	5	455.911
Provisões técnicas	76.250	-	-	-	-	-	-	76.250
Passivos por impostos correntes	388.557	-	-	-	-	-	-	388.557
Passivos por impostos diferidos	91.403	-	-	-	-	-	985	92.388
Passivos subordinados	62.377	-	-	-	-	-	17.392	79.769
Outros passivos	389.057	-	-	3.313	191	3.504	(2.942)	389.619
Total do passivo	38.440.032	1.013.953	-	178.562	191	1.192.706	(999.776)	38.632.962
Capital próprio								
Capital próprio atribuível aos accionistas	2.845.580	359.293	111.284	21.824	14.414	506.815	(1.158.514)	2.193.881
Interesses minoritários	2.049	-	-	272.851	298.557	571.408	11	573.468
Total do capital próprio	2.847.629	359.293	111.284	294.675	312.971	1.078.223	(1.158.503)	2.767.349
Total do passivo e do capital próprio	41.287.661	1.373.246	111.284	473.237	313.162	2.270.929	(2.158.279)	41.400.311

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2011						Entre segmentos	Total consolidado
	Portugal	Irlanda	Actividade internacional			Total		
			Angola	Porto Rico	Outros			
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	387.837	-	-	-	-	-	387.837	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	356.249	16.739	-	9.137	610	26.486	356.962	
Activos financeiros detidos para negociação	1.990.932	-	-	-	-	-	1.990.932	
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.043.822	-	-	-	-	-	2.043.822	
Activos financeiros disponíveis para venda	4.906.649	1.020.104	-	-	-	1.020.104	4.906.649	
Aplicações em instituições de crédito	2.321.395	52.723	-	430.376	311.790	794.889	2.324.350	
Crédito a clientes	28.339.940	-	-	-	-	-	28.339.940	
Derivados de cobertura	167.302	-	-	-	-	-	167.302	
Activos não correntes detidos para venda	141.172	-	-	-	-	-	141.172	
Outros activos tangíveis	364.696	-	-	-	81	81	364.777	
Activos intangíveis	76.009	-	-	-	-	-	76.009	
Investimentos em associadas	29.582	-	158.970	-	-	158.970	133.052	
Activos por impostos correntes	21.522	-	-	-	-	-	21.522	
Activos por impostos diferidos	746.820	-	-	-	-	-	746.820	
Provisões técnicas de resseguro cedido	29.817	-	-	-	-	-	29.817	
Outros activos	192.518	-	-	1.318	1.123	2.441	192.860	
Total do activo líquido	42.116.262	1.089.566	158.970	440.831	313.604	2.002.971	42.223.823	
Passivo								
Recursos de bancos centrais	4.913.234	-	-	-	-	-	4.913.234	
Passivos financeiros detidos para negociação	1.598.116	-	-	-	-	53	1.598.169	
Recursos de outras instituições de crédito	4.038.370	620.352	-	2.005	-	622.357	4.038.370	
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.084.234	-	-	135.306	-	135.306	3.239.802	
Responsabilidades representadas por títulos	18.936.501	-	-	-	-	137.112	19.073.613	
Derivados de cobertura	5.889.741	-	-	-	-	-	5.889.741	
Provisões	282.889	-	-	-	-	-	282.889	
Provisões técnicas	78.045	-	-	-	-	-	78.045	
Passivos por impostos correntes	418.732	-	-	-	-	-	418.732	
Passivos por impostos diferidos	5.391	-	-	-	-	1.872	7.263	
Passivos subordinados	73.929	-	-	-	-	2.935	76.864	
Outros passivos	332.334	5.514	-	2.924	242	8.680	332.809	
Total do passivo	39.651.516	625.866	-	140.235	242	766.343	39.949.531	
Capital próprio								
Capital próprio atribuível aos accionistas	2.463.061	463.700	158.970	22.367	14.821	659.858	1.695.837	
Interesses minoritários	1.685	-	-	278.229	298.541	576.770	578.455	
Total do capital próprio	2.464.746	463.700	158.970	300.596	313.362	1.236.628	2.274.292	
Total do passivo e do capital próprio	42.116.262	1.089.566	158.970	440.831	313.604	2.002.971	42.223.823	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a demonstração dos resultados por segmentos geográficos era como segue:

	2012					Entre segmentos	Total consolidado	
	Portugal	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros			Total
Juros e rendimentos similares	1.657.043	74.042	-	23.887	-	97.929	(97.914)	1.657.058
Juros e encargos similares	(1.100.819)	(3.767)	-	(5.782)	-	(9.549)	3.336	(1.107.032)
Margem financeira	556.224	70.275	-	18.105	-	88.380	(94.578)	550.026
Rendimentos de instrumentos de capital	1.698	-	-	-	-	-	-	1.698
Rendimentos de serviços e comissões	379.316	-	-	-	-	-	-	379.316
Encargos com serviços e comissões	(54.278)	-	-	(1)	(241)	(242)	225	(54.295)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	38.210	-	-	-	-	-	11	38.221
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(2.605)	-	-	-	-	-	-	(2.605)
Resultados de reavaliação cambial	5.644	-	-	13	-	13	-	5.657
Resultados de outros activos	86.847	-	-	-	(2)	(2)	-	86.845
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	13.045	-	-	-	-	-	-	13.045
Margem bruta da actividade de Seguros	229.554	-	-	-	-	-	-	229.554
Outros resultados de exploração	(13.334)	-	-	(5)	(78)	(83)	2	(13.415)
Produto bancário	1.240.321	70.275	-	18.112	(321)	88.066	(94.340)	1.234.047
Custos com o pessoal	(259.327)	(176)	-	(195)	(628)	(999)	(6)	(260.332)
Gastos gerais administrativos	(139.236)	(421)	-	(126)	(307)	(854)	104	(139.986)
Amortizações do exercício	(64.308)	-	-	-	(27)	(27)	-	(64.335)
Provisões líquidas de anulações	(24.235)	-	-	-	-	-	-	(24.235)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(378.147)	-	-	-	-	-	-	(378.147)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(16.504)	-	-	-	-	-	-	(16.504)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(49.180)	-	-	-	-	-	-	(49.180)
Resultados de associadas	2.297	-	9.568	-	-	9.568	(1)	11.864
Resultados antes de impostos e de interesses minoritários	311.681	69.678	9.568	17.791	(1.283)	95.754	(94.243)	313.192
Impostos correntes	(107.971)	(8.958)	-	(3)	(22)	(8.983)	4	(116.950)
Impostos diferidos	68.523	-	-	-	-	-	(14.464)	54.059
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	272.233	60.720	9.568	17.788	(1.305)	86.771	(108.703)	250.301
Interesses minoritários	(99)	-	-	-	(4)	(4)	-	(103)
Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas da ST SGPS	272.134	60.720	9.568	17.788	(1.309)	86.767	(108.703)	250.198

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2011					Entre segmentos	Total consolidado	
	Portugal	Actividade internacional						
	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total			
Juros e rendimentos similares	1.706.542	3.618	-	21.193	-	24.811	(24.498)	1.706.855
Juros e encargos similares	(1.135.777)	(13.283)	-	(3.879)	-	(17.162)	8.921	(1.144.018)
Margem financeira	570.765	(9.665)	-	17.314	-	7.649	(15.577)	562.837
Rendimentos de instrumentos de capital	1.278	-	-	-	-	-	-	1.278
Rendimentos de serviços e comissões	396.264	-	-	-	-	-	-	396.264
Encargos com serviços e comissões	(55.233)	-	-	(1)	(235)	(236)	225	(55.244)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(46)	902	-	-	-	902	(922)	(66)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(77.294)	118.910	-	-	-	118.910	(118.910)	(77.294)
Resultados de reavaliação cambial	5.231	-	-	44	-	44	15	5.290
Resultados de outros activos	176	-	-	-	7	7	(1)	182
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	(14.566)	-	-	-	-	-	-	(14.566)
Margem bruta da actividade de Seguros	38.659	-	-	-	-	-	-	38.659
Outros resultados de exploração	(14.082)	-	-	-	(103)	(103)	(2)	(14.187)
Produto bancário	851.152	110.147	-	17.357	(331)	127.173	(135.172)	843.153
Custos com o pessoal	(298.736)	(178)	-	(192)	(668)	(1.038)	-	(299.774)
Gastos gerais administrativos	(149.228)	(583)	-	(105)	(339)	(1.027)	179	(150.076)
Amortizações do exercício	(63.593)	-	-	-	(35)	(35)	-	(63.628)
Provisões líquidas de anulações	(16.856)	-	-	-	-	-	-	(16.856)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(227.686)	-	-	-	-	-	-	(227.686)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(11.915)	-	-	-	-	-	-	(11.915)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(41.497)	-	-	-	-	-	-	(41.497)
Resultados de associadas	1.985	-	9.347	-	-	9.347	-	11.332
Resultados antes de impostos e de interesses minoritários	43.626	109.386	9.347	17.060	(1.373)	134.420	(134.993)	43.053
Impostos correntes	(2.079)	(13.673)	-	(855)	(17)	(14.545)	2	(16.622)
Impostos diferidos	39.838	-	-	-	(7)	(7)	(2.271)	37.560
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	81.385	95.713	9.347	16.205	(1.397)	119.868	(137.262)	63.991
Interesses minoritários	(15)	-	-	-	(55)	(55)	-	(70)
Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas da ST SGPS	81.370	95.713	9.347	16.205	(1.452)	119.813	(137.262)	63.921

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as empresas subsidiárias e associadas e os seus dados financeiros mais significativos, retirados das respectivas demonstrações financeiras individuais, excluindo ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	Participação (%) directa		Participação (%) efectiva		Activo líquido		Capitais Próprios		Resultado do exercício	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
SANTANDER TOTTA , SGPS	-	-	100,00	100,00	3.107.217	3.072.527	3.071.197	3.069.792	78.394	187.207
BANCO SANTANDER TOTTA , S.A.	97,66	97,66	99,88	99,88	38.501.791	45.639.291	1.212.474	746.961	(9.180)	22.289
BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA, S.A. ⁽³⁾	-	-	24,96	24,96	1.864.889	1.507.229	229.836	159.186	44.023	36.842
TOTTA & AÇORES FINANCING ^{(1) (5)}	-	-	99,88	99,88	311.789	311.790	311.789	311.788	12.360	12.360
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	-	-	99,88	99,88	33.736	33.994	33.717	33.973	401	240
TOTTA & AÇORES, INC. - NEWARK	-	-	99,88	99,88	1.187	1.344	1.013	1.121	(88)	113
TOTTA IRELAND, PLC ⁽⁴⁾	-	-	99,88	99,88	1.373.246	1.089.565	359.293	463.700	4.040	6.700
SANTOTTA INTERNACIONAL, SGPS, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA.	-	-	99,88	99,88	101.468	102.948	74.865	75.827	4.293	5.693
TOTTA URBE - EMP. ADMIN. E CONSTRUÇÕES, S.A. ⁽²⁾	-	-	99,88	99,88	112.634	121.003	109.225	117.281	2.474	2.166
BENIM - Sociedade Imobiliária, S.A. ⁽³⁾	-	-	25,78	25,78	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SANTANDER - GESTÃO DE ACTIVOS, SGPS, S.A.	-	-	99,88	99,88	41.656	50.308	41.633	49.732	1.331	9.582
BST INTERNATIONAL BANK, INC. - PORTO RICO ^{(1) (6)}	-	-	99,88	99,88	473.237	440.831	294.675	300.596	18.276	16.204
SANTANDER ASSET MANAGEMENT SGFIM, S.A.	-	-	99,88	99,88	26.426	25.258	22.270	22.294	11	(20.266)
TAXAGEST, SGPS, S.A.	1,00	1,00	99,88	99,88	55.043	55.004	54.963	55.000	(37)	(5.307)
SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	5.068.996	5.146.677	202.173	83.193	160.082	4.446
SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.	-	-	99,88	99,88	3.685	4.064	3.607	3.862	769	1.000
PARTANG, SGPS, S.A. ⁽³⁾	-	-	48,94	48,94	139.611	113.535	130.108	112.384	21.433	16.653
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A. ⁽³⁾	-	-	21,47	21,47	305.005	307.856	84.595	73.375	11.256	8.745
HIPOTOTTA nº 1 FTC	-	-	-	-	202.335	228.510	201.123	225.370	(2.282)	(811)
HIPOTOTTA nº 4 FTC	-	-	-	-	1.182.405	1.236.366	1.178.445	1.256.959	(9.982)	(6.371)
HIPOTOTTA nº 5 FTC	-	-	-	-	1.004.670	1.067.841	1.001.819	1.053.829	(7.814)	(5.938)
HIPOTOTTA nº 7 FTC	-	-	-	-	1.226.920	1.302.632	1.228.066	1.280.766	(13.001)	(10.713)
TAGUS - SOCIEDADE TITULARIZAÇÃO DE CRÉDITOS, S.A. (HIPOTOTTA nº 11) ⁽⁷⁾	-	-	-	-	-	1.884.847	-	100.452	-	-
TAGUS - SOCIEDADE TITULARIZAÇÃO DE CRÉDITOS, S.A. (HIPOTOTTA nº 12) ⁽⁷⁾	-	-	-	-	-	1.256.793	-	75.254	-	-
TAGUS - SOCIEDADE TITULARIZAÇÃO DE CRÉDITOS, S.A. (BST SME nº 1) ⁽⁷⁾	-	-	-	-	-	2.034.760	-	98.179	-	-
TAGUS - SOCIEDADE TITULARIZAÇÃO DE CRÉDITOS, S.A. (TOTTA CONSUMER nº 1)	-	-	-	-	-	956.276	-	111.278	-	-
LEASETOTTA nº 1 FTC	-	-	-	-	485.651	724.936	506.336	704.235	(15.108)	(4.864)
HIPOTOTTA nº 1 PLC	-	-	-	-	215.728	238.832	(3.423)	(2.923)	(2.061)	(1.800)
HIPOTOTTA nº 4 PLC	-	-	-	-	1.220.666	1.299.458	(20.466)	(17.616)	(8.699)	(5.633)
HIPOTOTTA nº 5 PLC	-	-	-	-	1.021.215	1.076.745	(12.215)	(8.857)	(5.081)	(4.382)
HIPOTOTTA nº 7 Ltd	-	-	-	-	1.258.561	1.319.559	(17.739)	(12.110)	(5.684)	(6.067)
LEASETOTTA nº 1 Ltd	-	-	-	-	569.976	788.396	(23.142)	(7.850)	(15.292)	(4.448)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Empresa	Actividade	Sede	Método de consolidação
SANTANDER TOTTA , SGPS	Gestão de participações sociais	Portugal	Matriz
BANCO SANTANDER TOTTA , S.A.	Bancária	Portugal	Integral
BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA, S.A. ⁽³⁾	Bancária	Angola	Equivalência patrimonial
TOTTA & AÇORES FINANCING ⁽¹⁾⁽⁵⁾	Bancária	Ilhas Cayman	Integral
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	Bancária	Ilhas Cayman	Integral
TOTTA & AÇORES, INC. - NEWARK	Captação de fundos	EUA	Integral
TOTTA IRELAND, PLC ⁽⁴⁾	Gestão de investimentos	Irlanda	Integral
SANTOTTA INTERNACIONAL, SGPS, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
TOTTA URBE - EMP. ADMINISTRAÇÃO E CONSTRUÇÕES, S.A. ⁽²⁾	Gestão de propriedades	Portugal	Integral
BENIM - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A. ⁽³⁾	Imobiliária	Portugal	Equivalência patrimonial
SANTANDER - GESTÃO DE ACTIVOS, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
BST INTERNATIONAL BANK, INC. - PORTO RICO ⁽¹⁾⁽⁶⁾	Bancária	Porto Rico	Integral
SANTANDER ASSET MANAGEMENT SGFM, S.A.	Gestão de fundos	Portugal	Integral
TAXAGEST, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.	Seguradora	Portugal	Integral
SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.	Gestão de fundos de pensões	Portugal	Integral
PARTANG, SGPS, S.A. ⁽³⁾	Gestão de participações sociais	Portugal	Equivalência patrimonial
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A. ⁽³⁾	Gestão de cartões de crédito	Portugal	Equivalência patrimonial
HIPOTOTTA nº 1 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 4 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 5 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 7 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
TAGUS - SOCIEDADE TITULARIZAÇÃO DE CRÉDITOS, S.A. (HIPOTOTTA nº 11) ⁽⁷⁾	Sociedade de titularização de créditos	Portugal	Integral
TAGUS - SOCIEDADE TITULARIZAÇÃO DE CRÉDITOS, S.A. (HIPOTOTTA nº 12) ⁽⁷⁾	Sociedade de titularização de créditos	Portugal	Integral
TAGUS - SOCIEDADE TITULARIZAÇÃO DE CRÉDITOS, S.A. (BST SME nº 1) ⁽⁷⁾	Sociedade de titularização de créditos	Portugal	Integral
TAGUS - SOCIEDADE TITULARIZAÇÃO DE CRÉDITOS, S.A. (TOTTA CONSUMER nº 1) ⁽⁷⁾	Sociedade de titularização de créditos	Portugal	Integral
LEASETOTTA nº 1 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 1 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 4 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 5 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 7 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
LEASETOTTA nº 1 Ltd	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral

- (1) A situação líquida destas sociedades inclui a emissão de acções preferenciais com natureza de capital que foram subscritas por entidades do Grupo Santander (Nota 29).
- (2) A situação líquida desta entidade inclui prestações suplementares no montante de mEuros 99.760.
- (3) Valorizadas por equivalência patrimonial.
- (4) Os montantes reflectidos nas colunas do “Resultado do exercício” correspondem ao resultado líquido apurado no mês de Dezembro de cada um dos anos, em virtude desta entidade encerrar o seu exercício económico em 30 de Novembro. Nos períodos compreendidos entre 1 de Janeiro e 30 de Novembro de 2012 e 2011, o resultado líquido da Totta Ireland, PLC. ascendeu a mEuros 56.680 e mEuros 89.013 , respectivamente.
- (5) O capital está representado por 50.000 acções ordinárias com o valor nominal de 1 Dólar dos Estados Unidos cada e por 300.000 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 1.000 Euros cada. Considerando as acções preferenciais, a participação efectiva do Banco nesta entidade é de 0,01%.
- (6) O capital está representado por 5.000.000 de acções ordinárias com o valor nominal de 1 Dólar dos Estados Unidos cada e por 3.600 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 100.000 Dólares dos Estados Unidos cada. Considerando as acções preferenciais, a participação efectiva do Banco nesta entidade é de 1,37%.
- (7) Emissões liquidadas durante o exercício de 2012.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

De acordo com a IAS 27 e a SIC 12, o Grupo inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades de propósito especial (SPE) criadas no âmbito de operações de titularização, dado que detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade. Tal deve-se ao facto de ter na sua carteira as obrigações emitidas com maior grau de subordinação (Nota 46). Estas entidades estão acima indicadas como Hipotottas e LeaseTotta FTC (fundos de titularização de créditos) e Hipotottas e Lease Totta PLC ou Ltd. (entidades que subscreveram as unidades de participação dos fundos de titularização).

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Caixa	210.763	186.707
Depósitos à ordem		
No Banco Central Europeu	141.602	201.130
	-----	-----
	352.365	387.837
	=====	=====

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100.000 Euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País		
Depósitos à ordem	490	332
Cheques a cobrar	62.074	80.789
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	321.137	273.986
Cheques a cobrar	1.622	1.855
	-----	-----
	385.323	356.962
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 a rubrica “Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro – Depósitos” inclui um depósito à ordem no montante de mEuros 188.916 que é mobilizável à medida do cumprimento de obrigações perante terceiros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Títulos – Unidades de participação	233.639	287.032
Derivados com justo valor positivo	2.026.166	1.703.900
	-----	-----
	2.259.805	1.990.932
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Títulos - Unidades de Participação” refere-se essencialmente a fundos mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo Santander, com a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fundos de investimento mobiliário	233.613	221.036
Fundos especiais de investimento	26	23
Fundos de investimento imobiliário	-	65.973
	-----	-----
	233.639	287.032
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica “Fundos de Investimento Imobiliário” refere-se ao valor de mercado das unidades de participação detidas dos Fundos de Investimento Imobiliário “Novimovest” e “Lusimovest”. No exercício de 2012, o Banco reclassificou estas unidades de participação para a rubrica “Activos financeiros disponíveis para venda” (Nota 9).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os “Derivados de negociação” têm a seguinte composição:

	2012			2011		
	Activo	Passivo	Líquido	Activo	Passivo	Líquido
	(Nota 20)	(Nota 20)	(Nota 12)	(Nota 20)	(Nota 20)	(Nota 12)
FRA's	227	-	227	1.205	-	1.205
Forwards	576	746	(170)	544	9	535
Swaps						
Contratos de taxa de câmbio (currency swaps)	3.179	18.900	(15.721)	28.998	-	28.998
Contratos de taxa de juro (interest rate swaps)	1.681.448	1.642.223	39.225	716.986	651.642	65.344
Contratos sobre cotações (equity swaps)	113.516	112.843	673	1.232	3.836	(2.604)
Opções	22.344	213	22.131	80.638	67.577	13.061
Contratos de garantia de taxa de juro (Caps & Floors)	204.876	204.803	73	874.297	875.105	(808)
	<u>2.026.166</u>	<u>1.979.728</u>	<u>46.438</u>	<u>1.703.900</u>	<u>1.598.169</u>	<u>105.731</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)8. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Instrumentos de dívida		
Emitidos por residentes		
Obrigações do Tesouro	746.535	693.499
Dívida não subordinada	138.884	207.569
Emitidos por não residentes		
Emissores públicos estrangeiros	20.724	44.237
Outros emissores	1.443.239	1.087.191
Instrumentos de capital		
Emitidos por residentes	7.162	10.008
Emitidos por não residentes	1.444	1.318
	-----	-----
	<u>2.357.988</u>	<u>2.043.822</u>
	=====	=====

Os dividendos, juros e os resultados da valorização destas operações ao seu justo valor são reflectidos em “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados” (Nota 36).

Os títulos incluídos em “Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados” em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 podem ser divididos como segue:

Descrição	2012						2011					
	Produtos "Unit link"		Outros produtos			Justo valor	Produtos "Unit link"		Outros produtos			Justo valor
	Capital	Juros a receber	Capital	Juros a receber	Valias		Capital	Juros a receber	Capital	Juros a receber	Valias	
Instrumentos de Dívida												
Emitidos por residentes												
Obrigações do Tesouro	639.764	13.036	90.279	1.344	2.112	746.535	595.948	17.430	91.202	1.340	(12.421)	693.499
Dívida não subordinada	136.871	2.013				138.884	203.653	2.790	1.113	13	-	207.569
Emitidos por não residentes												
Emissores públicos estrangeiros	20.463	261	-	-	-	20.724	43.799	438	-	-	-	44.237
Dívida não subordinada	1.390.974	28.485	23.774	6	-	1.443.239	1.046.222	19.338	21.620	11	-	1.087.191
Instrumentos de capital												
Emitidos por residentes	7.162	-	-	-	-	7.162	10.008	-	-	-	-	10.008
Emitidos por não residentes	1.444	-	-	-	-	1.444	1.318	-	-	-	-	1.318
	<u>2.196.678</u>	<u>43.795</u>	<u>114.053</u>	<u>1.350</u>	<u>2.112</u>	<u>2.357.988</u>	<u>1.900.948</u>	<u>39.996</u>	<u>113.935</u>	<u>1.364</u>	<u>(12.421)</u>	<u>2.043.822</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de obrigações do tesouro e de emissores públicos estrangeiros incluem valias reconhecidas em resultados no montante de mEuros 321.577 e de mEuros 210.141, relativas a correcções de valor de operações de cobertura. Estes títulos apresentam as seguintes características:

Descrição	2012					2011					Valor de balanço	
	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias reflectidas em reservas		Imparidade
Obrigações do Tesouro - Portugal												
. Com vencimento a um ano	141.249	2.084	-	1.128	-	144.461	17.703	351	-	(593)	-	17.461
. Com vencimento entre um e três anos	827.813	6.603	28.518	(28.703)	-	834.231	961.459	8.582	28.427	(271.362)	-	727.106
. Com vencimento entre três e cinco anos	-	-	-	-	-	-	11.794	85	-	(3.361)	-	8.518
. Com vencimento entre cinco e dez anos	789.884	18.743	126.708	(201.130)	-	734.205	792.857	18.753	82.522	(444.127)	-	450.005
. Com vencimento a mais de dez anos	-	-	-	-	-	-	5.561	95	-	(2.431)	-	3.225
Bilhetes do Tesouro - Portugal	7.361	154	-	(610)	-	6.905	508.884	-	-	(315)	-	508.569
Outros	489	4	-	-	(252)	241	487	5	-	-	(374)	118
	<u>1.766.796</u>	<u>27.588</u>	<u>155.226</u>	<u>(229.315)</u>	<u>(252)</u>	<u>1.720.943</u>	<u>2.298.745</u>	<u>27.871</u>	<u>110.949</u>	<u>(722.189)</u>	<u>(374)</u>	<u>1.715.002</u>
Obrigações do Tesouro - Espanha												
. Com vencimento a um ano	34.921	50	-	160	-	35.131	17.157	39	-	40	-	17.236
. Com vencimento entre um e três anos	38.524	705	-	115	-	39.344	48.515	767	-	(99)	-	49.183
. Com vencimento entre três e cinco anos	1.021.033	23.734	166.351	(207.169)	-	1.003.949	633.264	24.450	-	(10.627)	-	647.087
. Com vencimento entre cinco e dez anos	-	-	-	-	-	-	1.014.147	23.482	99.192	(146.098)	-	990.723
	<u>1.094.478</u>	<u>24.489</u>	<u>166.351</u>	<u>(206.894)</u>	<u>-</u>	<u>1.078.424</u>	<u>1.713.083</u>	<u>48.738</u>	<u>99.192</u>	<u>(156.784)</u>	<u>-</u>	<u>1.704.229</u>
Obrigações do Tesouro - Outros países												
. Com vencimento a um ano	3.331	2	-	83	-	3.416	2.869	42	-	8	-	2.919
. Com vencimento entre um e três anos	31.544	214	-	1.324	-	33.082	39.459	298	-	441	-	40.198
. Com vencimento entre três e cinco anos	11.532	-	-	1.715	-	13.247	14.312	-	-	1.487	-	15.799
. Com vencimento entre cinco e dez anos	27.431	4	-	5.762	-	33.197	27.049	-	-	1.804	-	28.853
. Com vencimento a mais de dez anos	25.239	12	-	2.747	-	27.998	32.092	11	-	(8.363)	-	23.740
	<u>99.077</u>	<u>232</u>	<u>-</u>	<u>11.631</u>	<u>-</u>	<u>110.940</u>	<u>115.781</u>	<u>351</u>	<u>-</u>	<u>(4.623)</u>	<u>-</u>	<u>111.509</u>
	<u>2.960.351</u>	<u>52.309</u>	<u>321.577</u>	<u>(424.578)</u>	<u>(252)</u>	<u>2.909.407</u>	<u>4.127.609</u>	<u>76.960</u>	<u>210.141</u>	<u>(883.596)</u>	<u>(374)</u>	<u>3.530.740</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Grupo detém na sua carteira obrigações do tesouro de Portugal e Espanha, no valor de mEuros 1.115.715 e mEuros 1.563.989 respectivamente, utilizadas como colaterais em operações de financiamento (Nota 22).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Instrumentos de dívida – Outros residentes” inclui os seguintes títulos:

Descrição	2012				2011				Valor de balanço	
	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Imparidade		
Adquiridos no âmbito de operações de titularização										
ENERGYON NO.2 CLASS A NOTES MAY	92.998	88	(27.673)	-	65.413	99.111	154	(22.227)	-	77.038
TAGUS ROSE-07 1 SEC NOTES DEC/12	-	-	-	-	-	34.935	43	(571)	-	34.407
Outros	50	-	(15)	-	35	50	-	-	-	50
	<u>93.048</u>	<u>88</u>	<u>(27.688)</u>	<u>-</u>	<u>65.448</u>	<u>134.096</u>	<u>197</u>	<u>(22.798)</u>	<u>-</u>	<u>111.495</u>
Dívida não subordinada										
SONAE DISTRIBUICAO SET 2007/2015	70.000	235	(10.290)	-	59.945	70.000	501	(10.701)	-	59.800
IBERWIND II P- CONSULTORIA SENIO A	32.078	30	(1.482)	-	30.626	33.967	59	170	-	34.196
OBRIGAÇÕES ZON MULTIMÉDIA 2010/2	24.300	47	(1.011)	-	23.336	24.300	63	(1.195)	-	23.168
EDIA 2010/2030	19.250	248	(11.144)	-	8.354	19.250	336	(8.627)	-	10.959
AUTO SUECO 2009/2014	15.000	3	(1.202)	-	13.801	15.000	5	(1.552)	-	13.453
Papel comercial	-	-	-	-	-	475.962	1.459	769	-	478.190
BANCO ESPIRITO SANTO 3.75% 01/12	-	-	-	-	-	77.171	2.750	(480)	-	79.441
BANCO INTL DO FUNCHAL SA 3.25 5/	-	-	-	-	-	59.994	1.268	(1.713)	-	59.549
BANCO COMERC PORTUGUES 3.625% 01	-	-	-	-	-	23.605	813	(142)	-	24.276
Outros	9.656	17	(352)	(230)	9.091	10.210	26	42	(231)	10.047
	<u>170.284</u>	<u>580</u>	<u>(25.481)</u>	<u>(230)</u>	<u>145.153</u>	<u>809.459</u>	<u>7.280</u>	<u>(23.429)</u>	<u>(231)</u>	<u>793.079</u>
Dívida subordinada										
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS 2017	110.492	24	-	(15.674)	94.842	-	-	-	-	-
CXGD Float 06/49	45.780	-	(25.260)	-	20.520	45.780	13	(20.400)	-	25.393
CXGD Float 49-15	14.533	-	(7.033)	-	7.500	14.533	2	(5.721)	-	8.814
BPI Cap Fin Float 49	21.268	-	(10.893)	-	10.375	21.268	98	(11.268)	-	10.098
Outros	2.802	3	(2.380)	-	425	2.759	7	(1.323)	-	1.443
	<u>194.875</u>	<u>27</u>	<u>(45.566)</u>	<u>(15.674)</u>	<u>133.662</u>	<u>84.340</u>	<u>120</u>	<u>(38.712)</u>	<u>-</u>	<u>45.748</u>

As operações de papel comercial contratadas no exercício de 2011 venceram-se no primeiro semestre de 2012. As emissões subscritas em 2012 passaram a ser registadas na rubrica de “Crédito a Clientes”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Instrumentos de Dívida - Outros Emissores não residentes" inclui os seguintes títulos:

Descrição	2012			2011				
	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Valor de balanço	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Valor de balanço
Santander FRN 14/06/13	3.264	1	33	3.298	4.828	4	(29)	4.803
BCP 9,25% 12/10/2014	2.598	52	177	2.827	3.398	70	(780)	2.688
AYT Cédulas 4% 04/14	1.398	41	(16)	1.423	1.496	44	(86)	1.454
BBVSM 4.25% 07/14	1.202	24	28	1.254	1.403	28	(13)	1.418
BBVA SM 4.875% 01/14	1.014	46	11	1.071	-	-	-	-
Papel comercial	-	-	-	-	16.500	130	102	16.732
Santander 17-12	-	-	-	-	1.902	19	(425)	1.496
HSBC 5.375% 12/12	-	-	-	-	1.302	2	22	1.326
Socgen 5.625% 02/12	-	-	-	-	1.021	51	(7)	1.065
CCCi 5.875% 04/12	-	-	-	-	993	40	-	1.033
Outros	3.286	89	8	3.383	3.463	150	33	3.646
	12.762	253	241	13.256	36.306	538	(1.183)	35.661

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de "Instrumentos de capital" inclui os seguintes títulos:

Descrição	2012			2011				
	Valor de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Valorizados ao Justo Valor								
FUNDO INV MOB TOTTA MULTIOBRIGAÇÕES	106.923	(9.322)	-	97.601	106.923	(14.575)	-	92.348
NOVIMOVEST - F.I. IMOBILIÁRIO	125.910	649	-	126.559	-	-	-	-
LUSIMOVEST - F.I. IMOBILIÁRIO	26.379	(461)	-	25.918	-	-	-	-
FUNDO RECUPERAÇÃO FCR	25.014	(2.478)	-	22.536	18.356	-	-	18.356
FUNDO SOLUCAO ARRENDAMENTO	15.000	-	-	15.000	-	-	-	-
GARVAL - SOC.DE GARANTIA MUTUA S.A.	2.086	-	-	2.086	2.506	-	-	2.506
BANCO BPI, S.A.	-	-	-	-	35.796	-	(29.152)	6.644
F.I.I. FECHADO IMORENDIMENTO II	-	-	-	-	18.663	-	-	18.663
Títulos com imparidade a 100%	31.613	-	(31.613)	-	32.050	-	(32.050)	-
Outros	8.541	21	(4.583)	3.979	10.018	329	(3.374)	6.973
	341.466	(11.591)	(36.196)	293.679	224.312	(14.246)	(64.576)	145.490
Valorizados ao custo histórico								
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS NORTE, S.A. (prestações suplementares) (EX - AENOR)	3.749	-	-	3.749	3.749	-	-	3.749
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS NORTE S.A. (EX - AENOR)	3.749	-	(404)	3.345	3.749	-	(404)	3.345
SIBS - SOC.INTERBANCÁRIA DE SERVIÇOS SARL	3.461	-	-	3.461	3.461	-	-	3.461
Outros	6.199	-	(1.936)	4.263	7.599	-	(1.915)	5.684
Títulos com imparidade a 100%	6.104	-	(6.104)	-	6.104	-	(6.104)	-
	23.262	-	(8.444)	14.818	24.662	-	(8.423)	16.239

Em 31 de Dezembro de 2011, o Grupo detinha 13.813.514 acções do Banco BPI, S.A. com um custo de aquisição de mEuros 35.796. No exercício de 2011, a imparidade para estes títulos foi reforçada em mEuros 11.081. Durante os exercícios de 2012 e 2011, o Grupo vendeu 13.813.514 e 2.585.640 acções do Banco BPI pelos montantes de mEuros 7.299 e mEuros 3.129, respectivamente, tendo utilizado a imparidade registada para o efeito (Nota 25).

Durante o ano de 2012, o Banco subscreveu 3.002.028 unidades de participação no Solução Arrendamento Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional no valor de mEuros 15.000. O capital foi realizado em numerário no montante de mEuros 2.000 e o valor remanescente através da entrega de imóveis.

Nos exercícios de 2012 e 2011, o Banco respondeu a chamadas de capital do Fundo Recuperação, FCR, nos montantes de mEuros 6.658 e mEuros 6.540, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2012, o Banco detinha em carteira 25.010 unidades de participação correspondentes a 4,13% do capital do fundo naquela data.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Conforme referido na Nota 7, durante o primeiro semestre de 2012 o Banco procedeu à reclassificação das unidades de participação detidas nos Fundos de Investimento Imobiliário “Novimovest” e “Lusimovest” da rubrica “Activos financeiros detidos para negociação” para “Activos financeiros disponíveis para venda”. O impacto da reclassificação destas unidades de participação em resultados e na reserva de justo valor foi o seguinte:

Valor de balanço na data de reclassificação:	
. Unidades de participação	50.289
. Direitos de crédito sobre o Fundo Lusimovest	15.890

	66.179

Justo valor das unidades de participação reclassificadas em 31 de Dezembro de 2012	50.015

Reserva de justo valor das unidades de participação reclassificadas em 2012 (excluindo efeito fiscal)	(274)

Em Outubro de 2012 o Banco reclassificou de “Activos financeiros disponíveis para venda” para “Outros activos – Devedores diversos” o saldo relativo a direitos de crédito detidos sob o Fundo Lusimovest, o qual naquela data ascendia a mEuros 24.500 (Nota 18).

No primeiro semestre de 2012, o Banco reclassificou para a rubrica “Activos não correntes detidos para venda” (Nota 13) as 2.748.238 unidades de participação do Fundo Fechado de Investimento Imobiliário – Imorendimento II recebidas no exercício de 2011, na sequência de um acordo de regularização de dívida referente a crédito concedido. Este Fundo encontra-se em processo de liquidação.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as reservas de reavaliação negativas resultantes da valorização ao justo valor apresentavam as seguintes percentagens face aos respectivos custos de aquisição:

	2012					2011				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço
Instrumentos de dívida										
. Entre 0% e 25%	2.351.757	34.123	194.868	(266.655)	2.314.093	3.090.674	56.741	99.192	(231.098)	3.015.509
. Entre 25% e 50%	793.084	17.817	126.709	(230.736)	706.874	1.190.689	10.477	28.427	(387.324)	842.269
. Mais de 50%	89.100	251	-	(49.677)	39.674	702.571	17.778	82.522	(407.019)	395.852
	<u>3.233.941</u>	<u>52.191</u>	<u>321.577</u>	<u>(547.068)</u>	<u>3.060.641</u>	<u>4.983.934</u>	<u>84.996</u>	<u>210.141</u>	<u>(1.025.441)</u>	<u>4.253.630</u>
Instrumentos de capital										
. Entre 0% e 25%	158.316	-	-	(12.261)	146.055	106.923	-	-	(14.575)	92.348
	<u>158.316</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.261)</u>	<u>146.055</u>	<u>106.923</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(14.575)</u>	<u>92.348</u>
	<u>3.392.257</u>	<u>52.191</u>	<u>321.577</u>	<u>(559.329)</u>	<u>3.206.696</u>	<u>5.090.857</u>	<u>84.996</u>	<u>210.141</u>	<u>(1.040.016)</u>	<u>4.345.978</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)10. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Aplicações no Banco Central Europeu	900.000	1.150.000
Aplicações em instituições de crédito no país		
Empréstimos	46.581	57.428
Juros a receber	261	953
	-----	-----
	946.842	1.208.381
	-----	-----
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	1.192.627	918.705
Aplicações a muito curto prazo	216.402	65.215
Outras aplicações	709.874	102.345
Juros a receber	31.677	29.704
	-----	-----
	2.150.580	1.115.969
	-----	-----
	3.097.422	2.324.350
	=====	=====

11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Crédito geral		
Crédito Interno		
A empresas		
Empréstimos	4.148.746	3.325.033
Crédito em conta corrente	1.195.764	1.334.775
Factoring	905.312	1.231.364
Locação financeira	455.646	526.117
Descobertos	300.542	406.295
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	137.300	184.867
Outros créditos	26.898	39.165
A particulares		
Habitação	11.745.561	9.141.345
Consumo e outros	1.798.911	1.255.346
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	124.141	82.077
Factoring	42.147	91.558
Crédito em conta corrente	9.558	12.240
Locação financeira	3.276	4.239
Descobertos	2.559	5.294
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	85	49
Outros créditos	1.541	3.432
A particulares		
Habitação	377.167	397.570
Consumo e outros	39.894	22.036
	-----	-----
	21.315.048	18.062.802
	-----	-----

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Crédito titulado		
Títulos de dívida não subordinada		
Papel comercial	1.451.055	40.000
	-----	-----
Activos titularizados não desreconhecidos (Nota 46)		
A empresas		
Locação Financeira – Leasetotta nº 1	462.375	652.910
Empréstimos		
. BST SME nº 1	-	1.327.389
. Totta Consumer nº 1	-	36.331
Crédito titulado – Papel Comercial - BST SME nº 1	-	615.200
A particulares		
Habitação		
. Hipototta nº 1	200.164	225.469
. Hipototta nº 4	1.177.349	1.255.543
. Hipototta nº 5	997.032	1.049.819
. Hipototta nº 7	1.217.069	1.275.981
. Hipototta nº 11	-	1.736.472
. Hipototta nº 12	-	1.216.021
Consumo - Totta Consumer	-	747.758
Locação Financeira - Leasetotta nº 1	685	1.803
	-----	-----
	4.054.674	10.140.696
	-----	-----
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	46.934	54.267
Há mais de 90 dias	979.653	627.468
	-----	-----
	1.026.587	681.735
	-----	-----
	27.847.364	28.925.233
	-----	-----
Juros a receber		
Crédito não titulado	52.521	58.831
Crédito titulado	4.161	1.541
Activos titularizados não desreconhecidos	6.852	31.981
Despesas com encargo diferido	89.526	100.227
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(98.476)	(111.288)
Correcções de valor de activos objecto de cobertura	6.101	5.328
	-----	-----
	60.685	86.620
	-----	-----
	27.908.049	29.011.853
Imparidade em crédito a clientes (Nota 25)	(965.662)	(671.913)
	-----	-----
	26.942.387	28.339.940
	=====	=====

Nos exercícios de 2012 e 2011 foram vendidas carteiras de crédito a particulares e a empresas. Como resultado destas operações foram registados ganhos líquidos de mEuros 5.535 e mEuros 1, respectivamente (Nota 39).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Crédito Interno – Crédito à habitação” inclui créditos afecto ao património autónomo das obrigações hipotecárias emitidas pelo Banco totalizando mEuros 7.675.686 e mEuros 7.567.003, respectivamente (Nota 24).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O Hipototta nº 11, o Hipototta nº 12, o BST SME nº 1 e o Totta Consumer nº 1 foram liquidados em Março, Maio, Junho e Agosto de 2012, respectivamente.

O movimento ocorrido na imparidade em crédito a clientes durante os exercícios de 2012 e 2011 é apresentado na Nota 25.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o crédito e juros vencidos por prazo de incumprimento apresentava o seguinte detalhe:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Até três meses	46.934	54.267
Entre três e seis meses	97.166	97.880
Entre seis meses e um ano	247.703	176.115
Entre um e três anos	515.542	258.491
Mais de três anos	119.242	94.982
	-----	-----
	1.026.587	681.735
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a composição da carteira de crédito a clientes por sectores de actividade é a seguinte:

	2012			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura	170.504	9.192	179.696	0,65%
Silvicultura e Exploração Florestal	25.683	1.788	27.471	0,10%
Pesca	22.465	885	23.350	0,08%
Indústrias Extractivas	76.740	3.341	80.081	0,29%
Indústrias Alimentares	213.871	9.457	223.328	0,80%
Indústrias de Bebidas e Tabaco	163.228	3.048	166.276	0,60%
Indústrias Têxteis e do Calçado	367.730	17.189	384.919	1,38%
Indústrias de Madeira e Cortiça	87.374	5.657	93.031	0,33%
Indústrias do Papel e das Artes Gráficas	253.911	4.114	258.025	0,93%
Indústrias Químicas	139.790	1.108	140.898	0,51%
Indústrias Cerâmicas, do Vidro e do Cimento	227.827	3.158	230.985	0,83%
Indústrias Metalomecânicas	140.131	7.236	147.367	0,53%
Fabricação de Máquinas Eléctricas e Materiais de Transporte	234.778	11.074	245.852	0,88%
Electricidade Água e Gás	269.065	4.332	273.397	0,98%
Construção Civil e Obras Públicas	1.535.568	204.745	1.740.313	6,25%
Comércio por Grosso	622.867	39.232	662.099	2,38%
Comércio a Retalho	668.126	44.678	712.804	2,56%
Turismo, Restaurantes e Hotéis	397.555	43.092	440.647	1,58%
Transportes e Armazenagem	449.379	9.406	458.785	1,65%
Comunicações	165.222	6.006	171.228	0,61%
Sociedades gestoras de participações sociais	738.732	31.100	769.832	2,76%
Instituições Financeiras não Monetárias	412.463	4.232	416.695	1,50%
Sector Público Administrativo	653.341	7.028	660.369	2,37%
Outras Empresas de Serviços	1.495.854	86.876	1.582.730	5,68%
Crédito a Particulares	16.782.550	459.107	17.241.657	61,91%
Crédito ao Exterior	369.628	4.588	374.216	1,35%
Outros Créditos	136.395	4.918	141.313	0,51%
	<u>26.820.777</u>	<u>1.026.587</u>	<u>27.847.364</u>	<u>100,00%</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2011			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura	213.633	6.079	219.712	0,76%
Silvicultura e Exploração Florestal	32.869	729	33.598	0,12%
Pesca	29.425	425	29.850	0,10%
Indústrias Extractivas	94.724	1.842	96.566	0,33%
Indústrias Alimentares	245.786	4.003	249.789	0,86%
Indústrias de Bebidas e Tabaco	133.015	1.072	134.087	0,46%
Indústrias Têxteis e do Calçado	442.721	8.796	451.517	1,56%
Indústrias de Madeira e Cortiça	109.911	3.446	113.357	0,39%
Indústrias do Papel e das Artes Gráficas	157.400	2.890	160.290	0,55%
Indústrias Químicas	107.122	582	107.704	0,37%
Indústrias Cerâmicas, do Vidro e do Cimento	185.302	2.174	187.476	0,65%
Indústrias Metalomecânicas	150.166	4.006	154.172	0,53%
Fabricação de Máquinas Eléctricas e Materiais de Transporte	221.242	6.774	228.016	0,79%
Electricidade Água e Gás	289.613	1.665	291.278	1,01%
Construção Civil e Obras Públicas	2.000.621	119.107	2.119.728	7,33%
Comércio por Grosso	720.013	23.497	743.510	2,57%
Comércio a Retalho	780.496	27.081	807.577	2,79%
Turismo, Restaurantes e Hotéis	435.822	11.809	447.631	1,55%
Transportes e Armazenagem	461.071	5.345	466.416	1,61%
Comunicações	113.986	1.686	115.672	0,40%
Sociedades gestoras de participações sociais	375.251	4.166	379.417	1,31%
Instituições Financeiras não Monetárias	233.203	12	233.215	0,81%
Sector Público Administrativo	858.269	3.977	862.246	2,98%
Outras Empresas de Serviços	1.631.742	71.580	1.703.322	5,89%
Crédito a Particulares	17.648.536	363.747	18.012.283	62,27%
Crédito ao Exterior	378.485	2.592	381.077	1,32%
Outros Créditos	193.074	2.653	195.727	0,69%
	<u>28.243.498</u>	<u>681.735</u>	<u>28.925.233</u>	<u>100,00%</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o crédito vencido e o crédito vivo, com e sem indícios de imparidade, considerando a segmentação para efeitos de apuramento de perdas por imparidade apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2012</u>		
	<u>Crédito vencido</u>	<u>Crédito vivo</u>	<u>Crédito total</u>
Crédito concedido a empresas			
· Sem indícios de imparidade	-	9.217.054	9.217.054
· Com indícios de imparidade	547.969	217.600	765.569
	-----	-----	-----
	547.969	9.434.654	9.982.623
	-----	-----	-----
Crédito à habitação			
· Sem indícios de imparidade	-	14.823.138	14.823.138
· Com indícios de imparidade	303.252	701.747	1.004.999
	-----	-----	-----
	303.252	15.524.885	15.828.137
	-----	-----	-----
Crédito ao consumo			
· Sem indícios de imparidade	-	1.048.143	1.048.143
· Com indícios de imparidade	37.458	62.869	100.327
	-----	-----	-----
	37.458	1.111.012	1.148.470
	-----	-----	-----
Crédito concedido através de cartões de crédito			
· Sem indícios de imparidade	-	248.210	248.210
· Com indícios de imparidade	31.912	12.158	44.070
	-----	-----	-----
	31.912	260.370	292.280
	-----	-----	-----
Outros créditos a particulares			
· Sem indícios de imparidade	-	412.022	412.022
· Com indícios de imparidade	105.996	77.836	183.832
	-----	-----	-----
	105.996	489.858	595.854
	-----	-----	-----
	1.026.587	26.820.777	27.847.364
	=====	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>2011</u>		
	<u>Crédito vencido</u>	<u>Crédito vivo</u>	<u>Crédito total</u>
Crédito concedido a empresas			
· Sem indícios de imparidade	-	9.638.382	9.638.382
· Com indícios de imparidade	302.396	409.940	712.336
	-----	-----	-----
	302.396	10.048.322	10.350.718
	-----	-----	-----
Crédito à habitação			
· Sem indícios de imparidade	-	15.384.875	15.384.875
· Com indícios de imparidade	249.306	779.278	1.028.584
	-----	-----	-----
	249.306	16.164.153	16.413.459
	-----	-----	-----
Crédito ao consumo			
· Sem indícios de imparidade	-	1.111.840	1.111.840
· Com indícios de imparidade	31.771	88.956	120.727
	-----	-----	-----
	31.771	1.200.796	1.232.567
	-----	-----	-----
Crédito concedido através de cartões de crédito			
· Sem indícios de imparidade	-	262.818	262.818
· Com indícios de imparidade	25.535	11.696	37.231
	-----	-----	-----
	25.535	274.514	300.049
	-----	-----	-----
Outros créditos a particulares			
· Sem indícios de imparidade	-	435.915	435.915
· Com indícios de imparidade	72.727	119.798	192.525
	-----	-----	-----
	72.727	555.713	628.440
	-----	-----	-----
	681.735	28.243.498	28.925.233
	=====	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)13. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Imóveis recebidos em dação em pagamento	245.156	177.737
Imóveis de serviço próprio para venda	31.760	26.857
Unidades de participação	18.663	-
Equipamento	5.558	3.982
Outros imóveis	100	100
	-----	-----
	301.237	208.676
Imparidade (Nota 25)	(94.387)	(67.504)
	-----	-----
	206.850	141.172
	=====	=====

No exercício de 2011 o Banco recebeu 2.748.238 unidades de participação do Fundo Fechado de Investimento Imobiliário - Imorendimento II por um montante de mEuros 18.663, na sequência de um acordo de regularização de uma dívida a receber referente a um crédito concedido, tendo registado este activo na rubrica de “Activos financeiros disponíveis para venda”. No primeiro semestre de 2012 reclassificou essas unidades de participação para esta rubrica por considerar que as mesmas se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existir a probabilidade de alienação no período de um ano (Nota 9).

O movimento nos activos não correntes detidos para venda nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, pode ser apresentado da seguinte forma:

	2012								2011		
	Saldo em 31-12-2011				Transfe- -rências	Utilização de imparidade	Perdas por imparidade		Saldo em 31-12-2012		
	Valor Bruto	Imparidade Acumulada	Aquisições	Alienações			Reforços	Reversões	Valor Bruto	Imparidade Acumulada	Valor líquido
Imóveis:					(Notas 9 e 14)	(Nota 25)	(Nota 25)	(Nota 25)			
. Recebidos em dação em pagamento	177.737	(53.638)	178.630	(111.211)	-	16.340	(38.105)	4.328	245.156	(71.075)	174.081
. Serviço próprio para venda	26.857	(11.081)	56	(507)	5.354	76	(5.024)	292	31.760	(15.737)	16.023
Outros	100	-	-	-	-	-	-	-	100	-	100
Equipamento	3.982	(2.785)	2.807	(1.231)	-	86	(1.486)	610	5.558	(3.575)	1.983
Unidades de participação	-	-	-	-	18.663	-	(4.000)	-	18.663	(4.000)	14.663
	<u>208.676</u>	<u>(67.504)</u>	<u>181.493</u>	<u>(112.949)</u>	<u>24.017</u>	<u>16.502</u>	<u>(48.615)</u>	<u>5.230</u>	<u>301.237</u>	<u>(94.387)</u>	<u>206.850</u>

	2011								2010			
	Saldo em 31-12-2010				Transfe- -rências	Utilização de imparidade	Perdas por imparidade		Saldo em 31-12-2011			
	Valor Bruto	Imparidade Acumulada	Aquisições	Alienações			Reforços	Reversões	Outros	Valor Bruto	Imparidade Acumulada	Valor líquido
Imóveis:					(Nota 25)	(Nota 25)	(Nota 25)	(Nota 25)				
. Recebidos em dação em pagamento	120.751	(36.970)	133.107	(85.681)	6.398	13.228	(29.156)	2.413	(3.153)	177.737	(53.638)	124.099
. Serviço próprio para venda	21.284	(10.123)	90	(4.478)	9.961	1.493	(7.274)	4.823	-	26.857	(11.081)	15.776
Outros	-	-	-	-	100	-	-	-	-	100	-	100
Equipamento	1.579	(780)	3.707	(2.595)	284	302	(1.638)	338	(1.007)	3.982	(2.785)	1.197
	<u>143.614</u>	<u>(47.873)</u>	<u>136.904</u>	<u>(92.754)</u>	<u>16.743</u>	<u>15.023</u>	<u>(38.068)</u>	<u>7.574</u>	<u>(4.160)</u>	<u>208.676</u>	<u>(67.504)</u>	<u>141.172</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

14. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nestas rubricas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 pode ser apresentado da seguinte forma:

2012																				
Transferências																				
31-12-2011			Abates		De / Para activos deitados para venda				Entre activos fixos		Amortizações do		Reversões de		Diferenças de câmbio		31-12-2012			
Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 25)	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Exercício	Imparidade (Nota 25)	Imparidade (Nota 25)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 25)	Valor Líquido		
Outros activos tangíveis																				
Imóveis																				
. Imóveis de serviço próprio	416.598	(122.609)	(2.485)	350	3	(6.913)	1.602	(401)	164	8.055	(1.389)	-	-	-	409.631	(128.895)	(3.874)	276.862		
. Despesas em edifícios arrendados	134.226	(105.220)	-	912	1.545	(166)	166	832	(163)	6.429	-	-	(3)	(3)	134.256	(110.173)	-	24.083		
. Outros imóveis	347	(2)	(44)	-	41	-	-	-	-	1	(43)	23	-	-	306	(3)	(64)	239		
Activos tangíveis em curso																				
. Imóveis de serviço próprio	238	-	-	336	-	-	-	(445)	-	-	-	-	-	-	129	-	-	129		
. Despesas em edifícios arrendados	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1		
	551.410	(227.831)	(2.529)	1.598	1.589	(7.079)	1.768	(14)	1	14.485	(1.432)	23	(3)	(3)	544.323	(239.071)	(3.938)	301.314		
Equipamento																				
. Mobiliário e material	23.486	(18.004)	-	192	133	-	-	-	-	1.734	-	-	(1)	(1)	23.544	(19.604)	-	3.940		
. Máquinas e ferramentas	3.958	(3.851)	-	57	13	-	-	-	-	54	-	-	(1)	(1)	4.001	(3.891)	-	110		
. Equipamento informático	125.577	(108.670)	-	1.527	814	-	-	-	-	6.631	-	-	-	-	126.290	(114.623)	-	11.667		
. Instalações interiores	91.508	(82.778)	-	2.153	1.031	(59)	16	14	(1)	2.628	-	-	-	-	92.585	(84.360)	-	8.225		
. Material de transporte	18.672	(11.082)	-	2.070	2.841	-	-	-	-	3.642	-	-	(3)	(1)	17.898	(12.094)	-	5.804		
. Equipamento de segurança	27.806	(26.736)	-	59	272	-	-	-	-	439	-	-	-	-	27.593	(26.903)	-	690		
. Outro equipamento	5.664	(3.360)	-	178	41	-	-	-	-	691	-	-	-	-	5.801	(4.010)	-	1.791		
	296.671	(254.481)	-	6.236	5.145	(59)	16	14	(1)	15.819	-	-	(5)	(3)	297.712	(265.485)	-	32.227		
Outros activos tangíveis																				
. Equipamento em locação financeira	281	(281)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	(281)	-	-		
. Património artístico	1.537	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.537	-	-	1.537		
	1.818	(281)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.818	(281)	-	1.537		
	849.899	(482.593)	(2.529)	7.834	6.734	(7.138)	1.784	-	-	30.304	(1.432)	23	(8)	(6)	843.853	(504.837)	(3.938)	335.078		
Activos intangíveis																				
. Softw are	320.035	(245.449)	-	14.227	-	-	-	11.576	-	34.031	-	-	-	-	345.838	(279.480)	-	66.358		
. Activos intangíveis em curso	-	-	-	12.702	-	-	-	(11.576)	-	-	-	-	-	-	1.126	-	-	1.126		
. Outros activos intangíveis																				
. Trespasses	3.614	(3.613)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.614	(3.613)	-	1		
. Outros	1.422	-	-	69	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.491	-	-	1.491		
	325.071	(249.062)	-	26.998	-	-	-	-	-	34.031	-	-	-	-	352.069	(283.093)	-	68.976		

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2011																	
	Transferências																	Valor Líquido
	31-12-2010			Abates			De / Para activos						Diferenças de câmbio		31-12-2011			
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 25)	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 25)	detidos para venda			Entre activos fixos		Amortizações do Exercício	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	
							Valor Bruto	Amortizações Acumuladas		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas							
Outros activos tangíveis																		
Imóveis																		
. Imóveis de serviço próprio	428.657	(118.299)	(2.485)	1.179	-	-	-	(13.618)	3.700	380	-	(8.010)	-	-	416.598	(122.609)	(2.485)	291.504
. Despesas em edifícios arrendados	133.392	(99.189)	-	1.379	-	-	-	(549)	549	(2)	-	(6.574)	6	(6)	134.226	(105.220)	-	29.006
. Outros imóveis	1.542	(295)	(698)	1	654	40	654	(315)	255	(227)	-	(2)	-	-	347	(2)	(44)	301
Activos tangíveis em curso																		
. Imóveis de serviço próprio	1	-	-	392	-	-	-	-	-	(155)	-	-	-	-	238	-	-	238
. Despesas em edifícios arrendados	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
	<u>563.593</u>	<u>(217.783)</u>	<u>(3.183)</u>	<u>2.951</u>	<u>654</u>	<u>40</u>	<u>654</u>	<u>(14.482)</u>	<u>4.504</u>	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>(14.586)</u>	<u>6</u>	<u>(6)</u>	<u>551.410</u>	<u>(227.831)</u>	<u>(2.529)</u>	<u>321.050</u>
Equipamento																		
. Móvel e material	23.337	(16.037)	-	380	237	237	-	-	-	-	-	(2.203)	6	(1)	23.486	(18.004)	-	5.482
. Máquinas e ferramentas	4.080	(3.915)	-	29	152	152	-	-	-	-	-	(87)	1	(1)	3.958	(3.851)	-	107
. Equipamento informático	121.809	(101.596)	-	4.838	1.030	902	-	-	-	(40)	-	(7.976)	-	-	125.577	(108.670)	-	16.907
. Instalações interiores	89.837	(79.960)	-	1.968	35	35	-	(262)	219	-	-	(3.072)	-	-	91.508	(82.778)	-	8.730
. Material de transporte	18.974	(10.546)	-	3.149	3.455	3.340	-	-	-	-	-	(3.872)	4	(4)	18.672	(11.082)	-	7.590
. Equipamento de segurança	27.780	(26.344)	-	188	162	160	-	-	-	-	-	(552)	-	-	27.806	(26.736)	-	1.070
. Outro equipamento	5.487	(2.618)	-	178	2	2	-	-	1	-	-	(744)	-	-	5.664	(3.360)	-	2.304
	<u>291.304</u>	<u>(241.016)</u>	<u>-</u>	<u>10.730</u>	<u>5.073</u>	<u>4.828</u>	<u>-</u>	<u>(262)</u>	<u>219</u>	<u>(39)</u>	<u>-</u>	<u>(18.506)</u>	<u>11</u>	<u>(6)</u>	<u>296.671</u>	<u>(254.481)</u>	<u>-</u>	<u>42.190</u>
Outros activos tangíveis																		
. Equipamento em locação financeira	281	(281)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	(281)	-	-
. Património artístico	1.538	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-	1.537	-	-	1.537
. Outros	39	(39)	-	-	39	39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>1.858</u>	<u>(320)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>39</u>	<u>39</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>1.818</u>	<u>(281)</u>	<u>-</u>	<u>1.537</u>
	<u>856.755</u>	<u>(459.119)</u>	<u>(3.183)</u>	<u>13.681</u>	<u>5.766</u>	<u>4.907</u>	<u>654</u>	<u>(14.744)</u>	<u>4.723</u>	<u>(43)</u>	<u>-</u>	<u>(33.092)</u>	<u>16</u>	<u>(12)</u>	<u>849.899</u>	<u>(482.593)</u>	<u>(2.529)</u>	<u>364.777</u>
Activos intangíveis																		
. Software	291.094	(217.658)	-	31.817	2.915	2.745	-	-	-	39	-	(30.536)	-	-	320.035	(245.449)	-	74.586
. Activos intangíveis em curso	1.444	-	-	-	1.444	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Outros activos intangíveis																		
. Trespasses	3.614	(3.613)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.614	(3.613)	-	1
. Outros	1.300	-	-	122	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.422	-	-	1.422
	<u>297.452</u>	<u>(221.271)</u>	<u>-</u>	<u>31.939</u>	<u>4.359</u>	<u>2.745</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>39</u>	<u>-</u>	<u>(30.536)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>325.071</u>	<u>(249.062)</u>	<u>-</u>	<u>76.009</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 as rubricas “Software” e “Activos intangíveis em curso” incluem mEuros 64.273 e mEuros 72.054, respectivamente, relativos a software, líquido de depreciação, adquirido à Santander Tecnologia y Operaciones A.E.I.E., um agrupamento europeu de interesse económico, pertencente ao Grupo Santander.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)15. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012		2011	
	Participação efectiva (%)	Valor de balanço	Participação efectiva (%)	Valor de balanço
Investimentos em associadas				
No País				
. Partang, SGPS, S.A.	48,94	111.284	48,94	103.470
. Unicre - Instituição Financeira de Crédito	21,47	30.168	21,47	27.756
. Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	25,78	2.202	25,78	2.326
		-----		-----
		143.654		133.552
		-----		-----
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 25)				
. Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.		(660)		(500)
		-----		-----
		142.994		133.052
		=====		=====

A participação na Benim – Sociedade Imobiliária, S.A. é detida indirectamente pelo Banco por via da Totta Urbe Empresa de Administração e Construções, S.A. (Totta Urbe).

Nos termos do acordo assinado em Agosto de 2008 entre a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) e o BST, em 4 de Junho de 2009 a Santotta e o BST constituíram a Partang, SGPS, S.A (Partang) mediante a entrega de acções do Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A. (“BCGTA”), com a anterior designação de Banco Totta de Angola, S.A., correspondentes a 50,5% e 0,5% do seu capital social, respectivamente. Nos termos do mesmo acordo, foi efectuado em 2 de Julho de 2009 um aumento de capital na Partang subscrito exclusivamente pela CGD, tendo esta passado a ser detida em 50% pela CGD e em 50% pelo Grupo Santander (dos quais 49,51% detidos pela subsidiária do Banco Santotta – Internacional SGPS, S.A. (Santotta) e 0,49% directamente pelo BST).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a Partang, SGPS, S.A. detém 51% do Banco Caixa Geral Totta de Angola.

Nos termos do acordo assinado entre o BST e a CGD, em 5 de Julho de 2010 a CGD exerceu a opção de compra de 1% do capital social da Partang. Na sequência desta operação, o Grupo BST passou a deter 49% do capital social da Partang, deixando de ter controlo conjunto sobre o BCGTA. De acordo com a IAS 27, nessa data o Banco valorizou ao justo valor a participação que passou a deter. Na sequência desta operação a participação passou a ser reconhecida pelo método de equivalência patrimonial.

O Grupo tem uma opção de venda à CGD da sua participação na Partang, a exercer no prazo de 4 anos a partir de 2 de Julho de 2011. Adicionalmente, a CGD detém uma segunda opção de compra sobre a participação do Grupo na Partang, com um limite de 80% do capital social e direitos de voto, a exercer no primeiro mês do quinto aniversário da data de aumento de capital da Partang (2 de Julho de 2009).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)16. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Activos por impostos correntes:		
· IRC a recuperar	3.870	17.613
· Outros	1.033	3.909
	-----	-----
	4.903	21.522
	=====	=====
Passivos por impostos correntes:		
· IRC a pagar	89.639	1.931
· Outros	2.749	5.332
	-----	-----
	92.388	7.263
	=====	=====
Activos por impostos diferidos:		
· Relativos a diferenças temporárias	627.490	727.799
· Prejuízos fiscais reportáveis	27.369	19.021
	-----	-----
	654.859	746.820
	=====	=====
Passivos por impostos diferidos:		
· Relativos a diferenças temporárias	75.908	72.754
· Por créditos fiscais	3.861	4.110
	-----	-----
	79.769	76.864
	=====	=====

Os impostos correntes na demonstração dos resultados têm a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Imposto sobre os lucros do exercício	(111.416)	(22.173)
Contribuição especial sobre o sector bancário	(11.842)	(14.757)
Agrupamentos complementares de empresas (ACE's)	(1.482)	(1.624)
Outros	7.790	21.932
	-----	-----
	(116.950)	(16.622)
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento nos impostos diferidos activos e passivos durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	Saldos a				Saldos a				
	31-12-2010	Capital próprio	Resultados	Outros	31-12-2011	Capital próprio	Resultados	Outros	Saldos a
									31-12-2012
Provisões/imparidade temporariamente não aceites como custo fiscal:									
. Impostos diferidos passivos	-	-	(7.599)	-	(7.599)	-	1.688	-	(5.911)
. Impostos diferidos activos	150.045	388	30.090	-	180.523	-	61.873	-	242.396
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	19.021	-	19.021	-	8.348	-	27.369
Pensões:									
. Desvios actuariais	97.247	61.991	-	-	159.238	-	(15.924)	-	143.314
. Reformas antecipadas	19.840	-	(298)	-	19.542	-	7.774	-	27.316
. Pensões de reforma	44.425	-	(9.812)	-	34.613	-	(15.446)	-	19.167
. Prémio de antiguidade	7.895	-	(423)	-	7.472	-	400	-	7.872
. Transferências de responsabilidade com pensões para a segurança social	-	-	6.047	-	6.047	-	(604)	-	5.443
. Fundo de pensões - Sucursal de Londres	386	-	(193)	-	193	-	(193)	-	-
Actividade seguradora:									
. Justo valor de passivos por seguros - "Shadow reserve"	1.027	(698)	-	-	329	2.745	-	-	3.074
. Justo valor de passivos por seguros - Outros	(171)	-	(52)	-	(223)	-	(63)	-	(286)
. Rendimentos por juros à taxa efectiva	33	-	(16)	-	17	-	(17)	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda:									
. Impostos diferidos passivos	(1.579)	(7.761)	-	-	(9.340)	(471)	-	-	(9.811)
. Impostos diferidos activos	150.703	156.267	-	1	306.971	(139.322)	-	-	167.649
Derivados de cobertura:									
. Fluxos de caixa	(1.872)	(15.104)	-	-	(16.976)	(11.874)	-	-	(28.850)
. Justo valor de activos	1.419	-	-	(1.419)	-	-	-	-	-
. Justo valor de passivos	(1.419)	-	-	1.419	-	-	-	-	-
Reavaliação de activos tangíveis	(4.339)	-	229	-	(4.110)	-	248	-	(3.862)
Operações de titularização:									
. Prémio/ desconto em dívida emitida	(495)	-	39	-	(456)	-	171	-	(285)
. Reconhecimento da periodificação de juros das notas de maior subordinação	(7.051)	-	(1.573)	1	(8.623)	-	(228)	-	(8.851)
. Resultados em compras de títulos intragrupo	(30.406)	-	13.276	-	(17.130)	-	(904)	-	(18.034)
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5.808	-	-	-	5.808	-	(2.583)	-	3.225
Outros	5.815	-	(11.176)	-	(5.361)	-	9.519	(3)	4.155
	<u>437.311</u>	<u>195.083</u>	<u>37.560</u>	<u>2</u>	<u>669.956</u>	<u>(148.922)</u>	<u>54.059</u>	<u>(3)</u>	<u>575.090</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a taxa efectiva, nos exercícios de 2012 e 2011, é como segue:

	2012		2011	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Lucro antes de imposto		313.192		43.053
Imposto apurado com base na taxa de imposto corrente vigente em Portugal e nos países onde estão estabelecidas as subsidiárias	17,04%	53.356	-44,03%	(18.958)
Insuficiência / (excesso) de estimativa do ano anterior	0,51%	1.586	-18,42%	(7.931)
Constituição de provisões tributadas	1,38%	4.329	2,70%	1.163
Prejuízos fiscais dedutíveis (ACE's)	-0,21%	(655)	-1,14%	(489)
Dividendos não tributáveis				
líquidos de impostos pagos no estrangeiro	-0,10%	(307)	0,00%	-
Efeito na taxa efectiva do resultado de associadas	-1,10%	(3.441)	-7,63%	(3.286)
Benefícios fiscais	-0,11%	(341)	-0,67%	(287)
Custos não dedutíveis	0,63%	1.987	3,32%	1.430
Contribuição especial sobre sector bancário	3,78%	11.842	34,28%	14.757
Tributação autónoma	3,06%	9.588	5,96%	2.566
Prejuízos fiscais de anos anteriores que passaram a ser recuperáveis	-0,10%	(318)	0,00%	-
Outros	-4,70%	(14.735)	-23,00%	(9.903)
Imposto sobre os lucros do exercício	20,08%	62.891	-48,63%	(20.938)

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos, excepto nos casos de utilização de prejuízos fiscais reportáveis, bem como de qualquer outra dedução ou crédito de imposto, situações em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

O Banco foi objecto de inspecção fiscal até ao exercício de 2010, inclusive. Como resultado da inspecção ao ano de 2010, o Banco foi sujeito a uma liquidação adicional em sede de IRC. As correcções efectuadas são relativas a diversas matérias, incluindo, por um lado, ajustamentos à matéria colectável relativos à imparidade em activos não financeiros e à limitação das perdas em partes de capital e, por outro lado, correcções ao cálculo do imposto referentes à tributação autónoma sobre os bónus e prémios pagos a Administradores do Banco, bem como referentes à limitação da utilização de benefícios fiscais. Parte destas correcções são meramente temporárias, nomeadamente no que se refere à imparidade não dedutível para activos não financeiros.

Relativamente às liquidações adicionais recebidas nos últimos exercícios, o Banco procedeu ao pagamento total ou parcial dos valores liquidados ou, quando aplicável, à prestação de garantia bancária. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objecto de reclamação graciosa e/ou impugnação judicial.

O BST tem por procedimento registar na rubrica de “Provisões” do passivo o montante que considera adequado para fazer face às liquidações adicionais de que foi objecto e relativamente às quais não procedeu ao respectivo pagamento e às contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela Administração Fiscal (Nota 25).

17. PROVISÕES TÉCNICAS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2012</u>		
	<u>Montante calculado</u>	<u>Custos de aquisição diferidos</u>	<u>Valor de balanço</u>
Provisão matemática de seguro directo:			
- PPR/E Garantido	271.666	-	271.666
- PPR/E Maxinveste	19.534	-	19.534
- Plano Génesis	5.761	-	5.761
- Sistema Previdencial	5.654	-	5.654
- Outros produtos	2.936	-	2.936
	-----	-----	-----
	305.551	-	305.551
	-----	-----	-----
Provisão para prémios não adquiridos de seguro directo			
- Temporários Individual/Grupo	56.836	(5.920)	50.916
	-----	-----	-----
Provisão para sinistros de seguro directo – vida	20.676	-	20.676
Provisão para sinistros de seguro directo – não vida	9	-	9
	-----	-----	-----
	20.685	-	20.685
	-----	-----	-----
Provisão para participação nos resultados atribuída de seguro directo:			
- Temporários Individual/Grupo	383	-	383
- PPR/E Garantido	258	-	258
- Sistema Previdencial	87	-	87
- PPR/E Maxinveste	25	-	25
- Plano Génesis	3	-	3
	-----	-----	-----
	756	-	756
	-----	-----	-----
Provisão para participação nos resultados a atribuir de seguro directo:			
- PPR/E Garantido	7.737	-	7.737
- PPR/E Maxinveste	1.921	-	1.921
- Outros produtos	926	-	926
	-----	-----	-----
	10.584	-	10.584
	-----	-----	-----
Total de provisão para participação nos resultados	11.340	-	11.340
	-----	-----	-----
Provisão para prémios não adquiridos – não vida	65	-	65
	-----	-----	-----
Total de provisões técnicas de seguro directo	394.477	(5.920)	388.557
	=====	=====	=====
Provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido	(48.369)	-	(48.369)
Provisão para sinistros de resseguro cedido	(11.215)	-	(11.215)
	-----	-----	-----
Total de provisões técnicas de resseguro cedido	(59.584)	-	(59.584)
	=====	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2011		
	<u>Montante calculado</u>	<u>Custos de aquisição diferidos</u>	<u>Valor de balanço</u>
Provisão matemática de seguro directo:			
- PPR/E Garantido	297.845	-	297.845
- PPR/E Maxinveste	21.817	-	21.817
- Plano Génesis	6.799	-	6.799
- Sistema Previdencial	5.246	-	5.246
- Outros produtos	3.099	-	3.099
	-----	----	-----
	334.806	-	334.806
	-----	----	-----
Provisão para prémios não adquiridos de seguro directo			
- Temporários Individual/Grupo	64.901	(6.724)	58.177
	-----	-----	-----
Provisão para sinistros de seguro directo – vida	24.489	-	24.489
Provisão para sinistros de seguro directo – não vida	10	-	10
	-----	----	-----
	24.499	-	24.499
	-----	----	-----
Provisão para participação nos resultados atribuída de seguro directo:			
- Temporários Individual/Grupo	282	-	282
- Plano Génesis	90	-	90
- Sistema Previdencial	46	-	46
- PPR/E Maxinveste	4	-	4
- PPR/E Garantido	3	-	3
	-----	----	-----
	425	-	425
	-----	----	-----
Provisão para participação nos resultados a atribuir de seguro directo:			
- PPR/E Garantido	56	-	56
- Outros produtos	695	-	695
	-----	----	-----
	751	-	751
	-----	----	-----
Total de provisão para participação nos resultados	1.176	-	1.176
	-----	----	-----
Provisão para prémios não adquiridos – não vida	74	-	74
	-----	----	-----
Total de provisões técnicas de seguro directo	425.456	(6.724)	418.732
	=====	=====	=====
Provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido	(25.269)	-	(25.269)
Provisão para sinistros de resseguro cedido	(4.548)	-	(4.548)
	-----	----	-----
Total de provisões técnicas de resseguro cedido	(29.817)	-	(29.817)
	=====	====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As provisões matemáticas constituídas para os contratos do ramo vida representam, no seu conjunto, os compromissos assumidos para com os segurados, nos quais se incluem os relativos à participação nos resultados a que os mesmos já adquiriram direito. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, estas provisões foram calculadas utilizando as tábuas de mortalidade PF60/64, GKF80, GRF95 e GRM95 para os seguros em caso de vida e a PM60/64 e GKM80 para os seguros em caso de morte e as taxas técnicas de juro utilizadas foram de 3% e 4%.

18. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Outras disponibilidades	333	353
Devedores e outras aplicações		
· Devedores por operações sobre futuros e opções	3.895	2.580
· Capital vencido	568	568
IVA a recuperar	548	548
Contratos de suprimentos:		
· Propaço – Sociedade Imobiliária de Paço de Arcos, Lda	2.443	2.443
· Fafer – Empreendimentos Urbanísticos Construção, S.A.	401	401
· Pavril	269	269
· Supergolf, SGPS	170	170
· Gestínsua – Aquisições e Alienações de Património Imobiliário e Mobiliário, S.A.	126	126
Devedores por bonificações a receber	5.939	8.345
Promessas de dação, arrematações e outros activos recebidos em dação em pagamento	104.674	89.887
Outros devedores diversos	48.247	24.713
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	2.465	2.459
Devedores por seguro directo e resseguro	5.797	6.235
Responsabilidades com pensões (Nota 45):		
· Responsabilidades totais	-	(780.387)
· Valor patrimonial do fundo de pensões	-	783.684
Proveitos a receber		
· Outros juros e rendimentos similares	10.767	18.523
· Outros proveitos a receber	9.243	10.796
Despesas com encargo diferido	7.125	4.676
Outras imobilizações financeiras:		
· Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, A.C.E. (Nortrem)	2.762	2.281
· Trem II – Aluguer de Material Circulante (Trem II)	443	682
· Trem I - Aluguer de Material Circulante, A.C.E. (Trem I)	137	220
Operações activas a regularizar	77.077	35.421
Outras operações a regularizar	28	30
	-----	-----
	283.457	215.023
	-----	-----
Imparidade (Nota 25):		
· Contratos de suprimentos	(2.481)	(2.481)
· Activos recebidos em dação em pagamento	(22.921)	(18.456)
· Devedores e outras aplicações	(950)	(1.226)
	-----	-----
	(26.352)	(22.163)
	-----	-----
	257.105	192.860
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo da rubrica “Outros devedores diversos” inclui o valor dos direitos de crédito detidos sobre o Fundo Lusimovest no montante de mEuros 24.500, referentes a resgates liquidados por conta do Fundo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)19. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Recursos do Banco Central Europeu		
Operações de venda com acordo de recompra	5.837.226	4.913.227
Recursos de outros Bancos Centrais		
Depósitos	16	7
	-----	-----
	5.837.242	4.913.234
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de “Recursos do Banco Central Europeu” corresponde à tomada de fundos do Eurosistema, estando o BST a utilizar para o efeito uma parcela da sua carteira de activos elegíveis. Nas mesmas datas, do total da sua carteira de activos elegíveis estavam afectos aos Recursos do Banco Central Europeu os seguintes:

Activos afectos	2012				Vencimento
	Capital	Juros totais	Despesas com custo diferido	Total	
Obrigações emitidas em operações de securitização e covered bonds	1.860.000	44.021	(31.685)	1.872.336	Fevereiro 2015
Dívida Pública e Créditos	740.000	17.513	(12.605)	744.908	Fevereiro 2015
	2.600.000	61.534	(44.290)	2.617.244	
Obrigações emitidas em operações de securitização e covered bonds	1.610.000	14.390	(1.031)	1.623.359	Janeiro 2013
Dívida Pública e Créditos	1.590.000	7.162	(539)	1.596.623	Janeiro 2013
	3.200.000	21.552	(1.570)	3.219.982	
	5.800.000	83.086	(45.860)	5.837.226	

Activos afectos	2011				Vencimento
	Capital	Juros totais	Despesas com custo diferido	Total	
Obrigações emitidas em operações de securitização e covered bonds	2.500.000	17.830	(5.270)	2.512.560	Março 2012
Obrigações emitidas em operações de securitização e covered bonds	2.400.000	27.000	(26.333)	2.400.667	Janeiro 2013
	4.900.000	44.830	(31.603)	4.913.227	

20. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Derivados com justo valor negativo (Nota 7)	1.979.728	1.598.169
	=====	=====

21. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Passivos por seguros de vida em que o risco é do tomador de seguro (Nota 49)	4.065.110	4.038.370
	=====	=====

A rubrica de “Passivos por seguros de vida em que o risco é do tomador de seguro” corresponde a valores recebidos de clientes para subscrição de produtos “Unit link” da Seguradora do Grupo e às subsequentes valorizações e desvalorizações resultantes das aplicações financeiras em que foram investidos os valores recebidos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)22. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Recursos de instituições de crédito no País		
Depósitos	29.499	188.720
Outros recursos	2	2.762
Juros a pagar	1	939
	-----	-----
	29.502	192.421
	-----	-----
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Operações de venda com acordo de recompra	1.115.715	1.880.953
Depósitos	745.391	777.401
Recursos a muito curto prazo	48.976	41.121
Outros recursos	7.236	8.449
Juros a pagar	420	457
Recursos consignados	-	339.000
	-----	-----
	1.917.738	3.047.381
	-----	-----
	1.947.240	3.239.802
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica “Recursos consignados” refere-se a empréstimos obtidos junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), destinados exclusivamente ao financiamento de projectos de pequena e média dimensão, os quais são previamente submetidos ao BEI para aprovação. Estes empréstimos foram reembolsados antecipadamente durante o exercício de 2012.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – Operações de venda com acordo de recompra”, tem a seguinte composição, por tipo de activo subjacente às operações de reporte, as quais têm prazo residual até 3 meses:

Descrição	2012			
	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	146.305	46	(9)	146.342
Obrigações do Tesouro - Espanha	969.309	123	(59)	969.373
	-----	-----	-----	-----
	1.115.614	169	(68)	1.115.715
	=====	=====	=====	=====
Descrição	2011			
	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	88.026	76	(39)	88.063
Obrigações do Tesouro - Espanha	1.470.289	8.857	(3.220)	1.475.926
Obrigações emitidas pelo Grupo BST em operações de securitização	161.016	437	(56)	161.397
Obrigações emitidas pelo Grupo BST	155.201	421	(55)	155.567
	-----	-----	-----	-----
	1.874.532	9.791	(3.370)	1.880.953
	=====	=====	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

23. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Depósitos a prazo	12.931.636	12.193.928
Depósitos à ordem	4.499.500	4.787.821
Depósitos estruturados	1.764.839	1.668.085
Depósitos de poupança	55.081	116.103
Depósitos com pré-aviso	21.365	25.609
	-----	-----
	19.272.421	18.791.546
Produtos financeiros sem participação nos resultados (Nota 49)	67.721	49.728
Cheques e ordens a pagar	117.294	99.620
Juros e custos a pagar	161.467	138.036
Correcções de valor por operações de cobertura	41.020	(5.317)
	-----	-----
	19.659.923	19.073.613
	=====	=====

24. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS E PASSIVOS SUBORDINADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Responsabilidades representadas por títulos		
Obrigações em circulação		
Obrigações hipotecárias		
Emitidas	5.880.000	5.630.000
Readquiridas	(4.039.450)	(3.621.650)
Juros a pagar	23.072	21.092
Obrigações emitidas no âmbito de operações de securitização		
Emitidas	4.270.551	2.811.626
Readquiridas	(3.060.104)	(647.672)
Periodificações	(1.598)	2.877
Obrigações de caixa		
Emitidas	660.960	740.376
Readquiridas	(230.299)	(230.457)
Juros a pagar	7.892	3.147
	-----	-----
	3.511.024	4.709.339
	-----	-----
Outros		
Obrigações emitidas ao abrigo do Programa EMTN		
Emitidas	160.530	2.289.570
Readquiridas	(1.650)	(1.191.780)
Juros a pagar	1.050	19.744
	-----	-----
	159.930	1.117.534
	-----	-----
Correcção de valor por operações de cobertura	(9.729)	62.868
	-----	-----
	3.661.225	5.889.741
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Outros passivos subordinados		
Obrigações em circulação		
Emitidas	353.139	353.139
Readquiridas	(353.139)	(353.139)
	-----	-----
	-	-
	=====	=====

As condições das obrigações em circulação e outros passivos subordinados são apresentadas nos Anexos I e II, respectivamente.

Nos exercício de 2012 e 2011 o Grupo readquiriu obrigações emitidas no âmbito de operações de securitização, registando mais-valias de mEuros 84.193 e mEuros 2.103, respectivamente (Nota 39).

Entre Maio de 2008 e Julho de 2012, o BST procedeu a oito emissões de Obrigações Hipotecárias ao abrigo do programa “€ 12.500.000 Covered Bonds Programme”. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as obrigações hipotecárias têm um património afecto constituído por:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Crédito a clientes (Nota 11)	7.675.686	7.567.003
Juros de crédito	8.888	15.150
Comissões	(34.574)	(37.605)
Despesas com encargo diferido	14.552	18.364
	-----	-----
	7.664.552	7.562.912
	-----	-----
Derivados de cobertura	42.106	24.413
	-----	-----
	7.706.658	7.587.325
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012, o Banco mantinha as seguintes obrigações emitidas ao abrigo do programa Euro Medium Term Notes:

Obrigações com remuneração indexada a cabaz de acções	
. Com vencimento entre um e três anos	109.530
Obrigações com remuneração indexada à Euribor	
. Com vencimento entre três e cinco anos	32.300
Obrigações com taxa fixa	
. Com vencimento a um ano	18.700

	160.530
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)25. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento nas provisões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	2012					31-12-2012
	31-12-2011	Dotações	Reversões	Utilizações	Outros	
Provisões para contingências fiscais	16.684	679	-	-	(11.700)	5.663
Provisão para pensões e outros encargos	29.957	14.049	-	(12.160)	-	31.846
Provisões e imparidade para garantias e compromissos assumidos	8.255	15.570	(8.931)	-	-	14.894
Outras provisões	23.149	8.749	(5.881)	(2.170)	-	23.847
	<u>78.045</u>	<u>39.047</u>	<u>(14.812)</u>	<u>(14.330)</u>	<u>(11.700)</u>	<u>76.250</u>

	2011					31-12-2011
	31-12-2010	Dotações	Reversões	Utilizações	Outros	
Provisões para contingências fiscais	32.983	1.169	-	(2.468)	(15.000)	16.684
Provisão para pensões e outros encargos	9.565	20.392	-	-	-	29.957
Provisões e imparidade para garantias e compromissos assumidos	32.994	2.881	(27.620)	-	-	8.255
Outras provisões	32.298	34.499	(14.465)	(29.183)	-	23.149
	<u>107.840</u>	<u>58.941</u>	<u>(42.085)</u>	<u>(31.651)</u>	<u>(15.000)</u>	<u>78.045</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a provisão para pensões e outros encargos apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Planos de reestruturação	18.111	20.271
Plano complementar de pensões do Conselho de Administração (Nota 47)	13.735	9.686
	<u>31.846</u>	<u>29.957</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Outras Provisões” inclui:

- Provisões para processos judiciais, na sequência de acções interpostas por clientes e colaboradores do Banco, nos montantes de mEuros 3.358 e mEuros 6.438, respectivamente. A área jurídica do Banco apura a perda esperada por processo, com base na evolução reportada pelo advogado responsável pelo seu acompanhamento;
- Outras provisões nos montantes de mEuros 20.489 e mEuros 16.711, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 incluem provisões para contingências associadas a risco operacional (fraudes, operações pendentes de confirmação, itens em aberto e coimas) nos montantes de mEuros 13.601 e de mEuros 13.023, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento na imparidade nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	2012					Saldos em 31-12-2012	Recuperações de imparidade
	Saldos em 31-12-2011	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Utilizações	Outros		
Imparidade para crédito a clientes (Nota 11):							
Crédito interno	219.832	142.063	(40.966)	(1.265)	-	319.664	-
Crédito ao exterior	868	1.251	-	-	-	2.119	-
Créditos a titularizados não desreconhecidos	67.954	2.580	(47.793)	-	-	22.741	-
Outros créditos e valores a receber titulados	3.094	-	366	-	-	3.460	-
Imparidade para crédito e juros vencidos:							
Crédito a clientes (Nota 11)							
. Crédito interno	325.816	336.800	(29.683)	(89.581)	-	543.352	(8.542)
. Crédito ao exterior	10.094	8.405	(913)	(318)	-	17.268	(98)
. Créditos a titularizados não desreconhecidos	44.204	23.302	(11.151)	(1.874)	-	54.481	-
Outros créditos e valores a receber titulados	51	2.526	-	-	-	2.577	-
	671.913	516.927	(130.140)	(93.038)		965.662	(8.640)
Imparidade em activos financeiros							
disponíveis para venda (Nota 9)	73.604	17.279	(935)	(29.152)	-	60.796	-
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 15)							
	500	160	-	-	-	660	-
	74.104	17.439	(935)	(29.152)		61.456	
Imparidade em activos não financeiros:							
Activos tangíveis (Nota 14)							
	2.529	1.432	(23)	-	-	3.938	-
Activos não correntes detidos para venda (Nota 13)							
	67.504	48.615	(5.230)	(16.502)	-	94.387	-
Outros activos (Nota 18)							
	22.163	9.196	(4.810)	(197)	-	26.352	-
	92.196	59.243	(10.063)	(16.699)		124.677	
	838.213	593.609	(141.138)	(138.889)		1.151.795	(8.640)
2011							
	Saldos em 31-12-2010	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Utilizações	Outros	Saldos em 31-12-2011	Recuperações de imparidade
Imparidade para crédito a clientes (Nota 11):							
Crédito interno	183.123	110.537	(69.209)	(4.619)	-	219.832	-
Crédito ao exterior	1.859	240	(1.231)	-	-	868	-
Créditos a titularizados não desreconhecidos	62.890	42.321	(37.257)	-	-	67.954	-
Outros créditos e valores a receber titulados	7.680	-	(4.586)	-	-	3.094	-
Imparidade para crédito e juros vencidos:							
Crédito a clientes (Nota 11)							
. Crédito interno	221.078	218.902	(13.639)	(100.525)	-	325.816	(15.304)
. Crédito ao exterior	5.276	6.299	(851)	(630)	-	10.094	(190)
. Créditos a titularizados não desreconhecidos	53.972	38.732	(46.350)	(2.150)	-	44.204	-
Outros créditos e valores a receber titulados	779	-	(728)	-	-	51	-
	536.657	417.031	(173.851)	(107.924)		671.913	(15.494)
Imparidade em activos financeiros							
disponíveis para venda (Nota 9)	67.087	12.024	(109)	(5.398)	-	73.604	-
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 15)							
	500	-	-	-	-	500	-
	67.587	12.024	(109)	(5.398)		74.104	
Imparidade em activos não financeiros:							
Activos tangíveis (Nota 14)							
	3.183	-	-	(654)	-	2.529	-
Activos não correntes detidos para venda (Nota 13)							
	47.873	38.068	(7.574)	(15.023)	4.160	67.504	-
Outros activos (Nota 18)							
	11.237	12.577	(1.574)	(77)	-	22.163	-
	62.293	50.645	(9.148)	(15.754)	4.160	92.196	
	666.537	479.700	(183.108)	(129.076)	4.160	838.213	(15.494)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)26. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre futuros (contas margem)	3.869	2.527
Recursos diversos		
Recursos – conta cativa	42.912	28.026
Recursos – conta caução	892	994
Outros recursos	1.411	1.365
Sector público administrativo		
Retenção de impostos na fonte	25.064	18.374
IVA a pagar	7.879	8.459
Contribuições para a segurança social	3.920	3.930
Outros	722	739
Cobranças por conta de terceiros	161	163
Juros, dividendos e outras remunerações de capital a pagar		
Dividendos	35.237	236
Juros de obrigações e remuneração de títulos de participação	54	54
Outros juros e encargos similares	10.527	18.282
Contribuições para outros sistemas de saúde	1.526	1.534
Credores diversos		
Por contratos de factoring	36.178	38.249
Por fornecimento de bens	1.933	2.062
Por operações sobre valores mobiliários	41	4
Outros credores	51.692	42.240
Responsabilidades com pensões (Nota 45):		
Responsabilidades totais	829.811	-
Valor patrimonial do fundo de pensões	(816.279)	-
Outros encargos a pagar		
Por serviços bancários e operações realizadas por terceiros	261	3.062
Relativos ao pessoal		
Férias e subsídio de férias	31.805	31.094
Prémio de antiguidade	27.140	25.762
Outras remunerações variáveis	17.608	26.336
ACTV e encargos sociais	61	65
Outros custos com pessoal	1.045	1.302
Gastos gerais administrativos	322	394
Facturas em recepção e conferência	39.393	37.532
Outras receitas com rendimento diferido	2.165	1.748
Valores a regularizar com bancos e clientes	8.169	10.970
Outros	24.100	27.306
	-----	-----
	389.619	332.809
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Valores a regularizar com bancos e clientes” corresponde essencialmente a transferências electrónicas interbancárias que são compensadas nos primeiros dias do período subsequente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)27. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o capital social da Santander Totta, SGPS, S.A. estava representado por 197.296.207.958 acções, com o valor nominal de 1 cêntimo cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes accionistas:

	2012		2011	
	Número de acções	% de participação	Montante	Montante
Grupo Santander	196.996.017.344	99,85%	1.969.960	1.969.960
Outros	248.853.484	0,13%	2.489	2.621
Acções próprias	51.337.130	0,02%	513	381
	-----	-----	-----	-----
	197.296.207.958	100,00%	1.972.962	1.972.962
	=====	=====	=====	=====

No dia 27 de Maio de 2011, em reunião da Assembleia Geral foi deliberada a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2010 no montante de mEuros 90.000, que acresceram ao montante de mEuros 115.000 de dividendos antecipados já deliberados em 2010.

No dia 28 de Maio de 2012, a Assembleia Geral de Accionistas aprovou a distribuição de dividendos no montante de mEuros 32.000.

Em Dezembro de 2012, o Conselho de Administração deliberou, após autorização do Banco de Portugal, a distribuição de mEuros 35.000 a título de lucros antecipados do exercício de 2012.

Reservas de reavaliação

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as reservas de reavaliação tinham a seguinte composição:

	2012	2011
Reservas de reavaliação		
Resultantes da valorização ao justo valor		
De activos financeiros disponíveis para venda	(543.529)	(1.029.880)
De activos financeiros disponíveis para venda de sociedades em equivalência patrimonial	2.518	1.098
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	99.376	58.476
Resultantes da valorização de passivos		
por seguros ("shadow reserve") (Nota 40)	(10.584)	(751)
Ganhos e perdas actuariais	(588.685)	(553.607)
Ganhos e perdas actuariais de sociedades em equivalência patrimonial	(1.347)	(1.374)
Reservas de flutuação cambial	(5.851)	(6.112)
	-----	-----
	(1.048.102)	(1.532.150)
	-----	-----

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Reservas por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De activos financeiros disponíveis para venda	157.670	297.310
De activos financeiros disponíveis para venda de sociedades em equivalência patrimonial	(621)	(210)
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	(28.819)	(16.958)
Resultantes da valorização de passivos por seguros (“shadow reserve”)	3.074	329
Impacto fiscal dos desvios actuariais	169.223	159.050
Impacto fiscal por alteração de política contabilística de sociedades em equivalência patrimonial	391	398
Relativas à reavaliação de activos tangíveis	(4.309)	(4.538)
Relativas à reavaliação de activos tangíveis de sociedades em equivalência patrimonial	(132)	(132)
	-----	-----
	296.477	435.249
	-----	-----
	(751.625)	(1.096.901)
	=====	=====

Durante o exercício de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro, o Banco reavaliou o seu imobilizado corpóreo, tendo aumentado o respectivo valor, líquido de amortizações acumuladas, em aproximadamente mEuros 23.245, o qual foi registado em reservas de reavaliação. O valor líquido resultante desta reavaliação efectuada só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

Outras reservas e resultados transitados

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de “Outras reservas e resultados transitados” tinha a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Reserva legal	174.798	156.077
Reserva de fusão	640.575	640.575
Reservas consolidadas		
Empresas consolidadas pelo método integral	(335.933)	(204.491)
Empresas reavaliadas pelo método de equivalência patrimonial	8.950	4.690
Resultados transitados	270.045	159.800
	-----	-----
	758.435	756.651
	=====	=====

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, é constituído um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da actividade individual, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Reserva de fusão

Nos termos da lei, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

28. LUCRO DO EXERCÍCIO

Nos exercícios de 2012 e 2011, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como segue:

	31-12-2012		31-12-2011	
	Resultado líquido do exercício	Contribuição para o resultado consolidado	Resultado líquido do exercício	Contribuição para o resultado consolidado
Resultado do exercício da ST SGPS (actividade individual)	78.394	78.394	187.207	187.207
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:				
Banco Santander Totta, S.A.	(9.180)	(9.169)	22.289	22.261
Totta Ireland PLC ⁽¹⁾	60.655	60.651	95.607	95.599
Santander Totta Seguros	160.082	160.082	4.446	4.446
BST International Bank, Inc - Porto Rico	18.276	18.255	16.204	16.185
Totta & Açores Financing	12.360	12.346	12.360	12.345
Santander Gestão de Activos, SGPS	1.331	1.329	9.582	9.571
Santotta - Internacional, SGPS	4.293	4.288	5.693	5.686
Partang, SGPS	21.433	10.490	16.653	8.150
Banco Caixa Geral Totta de Angola	44.023	10.989	36.842	9.196
Totta & Açores Inc. - New ark	(88)	(88)	113	113
Serfin - International Bank & Trust	401	401	240	240
Totta Urbe	2.474	2.471	2.166	2.163
Santander Pensões	769	768	1.000	999
Santander Asset Management SGFIM	11	11	(20.266)	(20.242)
Taxagest, SGPS	(37)	(37)	(5.307)	(5.301)
Unicre - Instituição Financeira de crédito	11.256	2.417	8.745	1.878
		<u>275.204</u>		<u>163.289</u>
Anulação de dividendos recebidos:				
Totta Ireland PLC		(63.307)		(93.540)
Santander Totta Seguros		(76.221)		(14.175)
Santotta Internacional, SGPS		(8.206)		(4.794)
Partang		(4.013)		(5.383)
Banco Caixa Geral Totta de Angola		(4.406)		(3.879)
Santander Gestão de Activos, SGPS		(9.419)		-
Santander Pensões		(999)		(2.996)
Banco Santander Totta		-		(170.882)
Santander Asset Management SGFIM		-		(9.988)
Unicre		(1.035)		(1.572)
		<u>(167.606)</u>		<u>(307.209)</u>
Ganhos na recompra pelo Grupo de obrigações emitidas em operações de securitização de crédito à habitação (Nota 39)		84.193		2.103
Outros ajustamentos relacionados com operações de titularização		(18.143)		(443)
Anulação da valorização por equivalência pela Partang da participação no BCGTA		(6.527)		(5.083)
Ajustamentos relacionados com a fusão da ex-Totta IFIC no BST		-		15.934
Anulação da provisão da Santander Gestão de Activos, SGPS para as prestações acessórias à Santander Asset Management, SGFIM		-		4.994
Outros		4.683		3.129
		<u>250.198</u>		<u>63.921</u>

(1) O montante reflectido corresponde ao resultado líquido apurado no mês de Dezembro, em virtude desta entidade encerrar o seu exercício económico em 30 de Novembro, acrescido do resultado líquido do período entre 1 de Janeiro e 30 de Novembro de 2012 e 2011, o qual ascendeu a mEuros 56.615 e mEuros 88.907, respectivamente.

29. INTERESSES MINORITÁRIOS

O valor das participações de terceiros em empresas do Grupo, em 2012 e 2011, tem a seguinte distribuição por entidade:

	2012		2011	
	<u>Balanço</u>	<u>Demonstração dos resultados</u>	<u>Balanço</u>	<u>Demonstração dos resultados</u>
Acções preferenciais BST Porto Rico	272.851	-	278.229	-
Acções preferenciais TAF	300.000	-	300.000	-
Dividendos antecipados	(1.443)	-	(1.459)	-
Outros	2.060	103	1.685	70
	-----	----	-----	----
	573.468	103	578.455	70
	=====	==	=====	==

Em 30 de Junho de 2006, o BST International Bank, Inc (BST Porto Rico) procedeu à emissão de 3.600 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 100.000 Dólares Norte Americanos cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander. Aos titulares destas acções, o Banco garante um dividendo não cumulativo correspondente a uma remuneração anual nominal de 6,56%, pago se e quando declarado pelos Directores do BST Porto Rico no início de Janeiro de cada ano. O BST Porto Rico pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 30 de Junho de 2016 ao preço de 100.000 Dólares Norte Americanos por acção, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

Em 29 de Junho de 2005, o TAF procedeu à emissão de 300.000 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 1.000 Euros cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander. Aos titulares destas acções, o Banco garante um dividendo não cumulativo correspondente a uma remuneração anual nominal de 4,12%, pago se e quando declarado pelos Directores do TAF no início de Janeiro de cada ano. O TAF pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 30 de Junho de 2015 ao preço de 1.000 Euros por acção, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

As supra referidas emissões foram classificadas como capitais próprios dos emitentes nos termos da IAS 32. De acordo com esta Norma, as acções preferenciais emitidas são classificadas como capital próprio se:

- Não existir obrigação contratual do Emissor ou do Banco de entregar numerário ou outro activo financeiro aos detentores das mesmas; e
- Existir discricionariedade quanto à distribuição de dividendos e ao reembolso das acções preferenciais aos respectivos detentores.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)30. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

As responsabilidades extrapatrimoniais têm a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	1.219.197	1.487.922
Créditos documentários abertos	125.913	570.362
Outros passivos eventuais	6	6
Activos dados em garantia		
Banco de Portugal	122.829	121.723
Fundo de Garantia de Depósitos	84.425	70.345
Sistema de Indemnização aos Investidores	4.864	4.079
	-----	-----
	1.557.234	2.254.437
	=====	=====
Compromissos		
Por linhas de crédito		
Revogáveis	4.443.818	4.784.002
Irrevogáveis	1.496.610	1.217.742
Fundo de Garantia de Depósitos	54.092	54.092
Sistema de Indemnização aos Investidores	2.625	3.119
Outros compromissos irrevogáveis	11.235	16.141
Outros compromissos revogáveis	215	27.749
	-----	-----
	6.008.595	6.102.845
	=====	=====
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	47.539.678	50.548.463
Valores recebidos para cobrança	131.479	130.762
Valores administrados pela instituição		
Outros valores	2.814.240	2.875.429
	-----	-----
	50.485.397	53.554.654
	=====	=====

Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objectivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido amortizada em 60 meses a partir de Janeiro de 1995. Excepto conforme referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo no exercício a que dizem respeito.

No exercício de 2011, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de 90% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos, no montante de mEuros 3.918 (Nota 41). Nestes períodos, o Banco assumiu o compromisso irrevogável para com o Fundo de Garantia de Depósitos de liquidação da parcela correspondente a 10% da contribuição anual, se e quando for solicitado. O valor total não pago acumulado com referência a 31 de Dezembro de 2012 relativamente ao qual foi assumido este compromisso ascende a mEuros 54.092. Os activos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se reflectidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado. No exercício de 2012 o Banco procedeu ao pagamento de 100% da contribuição anual no montante de mEuros 4.906 (Nota 41).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Sistema de Indemnizações aos Investidores (SII)

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como custo. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 estas responsabilidades ascendem a mEuros 2.625 e mEuros 3.119, respectivamente.

Em 2011 foi efectuado um pagamento extraordinário ao SII no montante de mEuros 4.163 referente à contribuição do Banco, conforme regulamento da CMVM, relativamente ao processo do Banco Privado Português (Nota 41).

31. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Juros de disponibilidades		
Em Bancos Centrais e no Banco de Portugal	1.719	4.522
Em instituições de crédito no estrangeiro	219	822
Em instituições de crédito no País	2.766	231
Juros de aplicações		
Em instituições de crédito no país		
No Banco de Portugal	999	2.595
Em outras instituições de crédito	10.090	14.340
Em instituições de crédito no estrangeiro	49.809	59.713
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	708.390	694.452
Crédito ao exterior	18.739	21.051
Outros créditos e valores a receber (titulados)	47.200	26.026
Proveitos por comissões recebidas associadas ao custo amortizado	42.468	43.736
Activos titularizados não desreconhecidos	158.077	296.765
Juros de crédito vencido (Nota 49)	8.087	9.409
Juros de outros activos financeiros		
Activos financeiros detidos para negociação - Títulos	-	2
Activos financeiros disponíveis para venda - Títulos	197.757	164.016
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4.962	4.507
Derivados de cobertura	402.708	360.764
Devedores e outras aplicações	16	6
Outros juros e rendimentos similares	3.052	3.898
	-----	-----
	1.657.058	1.706.855
	=====	=====

32. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Juros de recursos de clientes		
Depósitos		
De residentes	448.943	376.931
De não residentes	27.208	20.799
Outros recursos	7.225	2.305
	-----	-----
	483.376	400.035
	-----	-----
Juros de recursos de Bancos Centrais		
Banco de Portugal	52.015	46.667
Outros Bancos Centrais	-	13
Juros de recursos de instituições de crédito		
No País	9.831	22.277
Organismos financeiros internacionais	2.294	7.652
No estrangeiro	28.131	104.756
Juros de responsabilidades representadas por títulos		
Obrigações hipotecárias	80.765	108.371
Outros	86.815	103.899
Juros de passivos subordinados	127	246
Juros de derivados de cobertura	363.432	347.604
Comissões pagas associadas ao custo amortizado do crédito	246	2.498
	-----	-----
	1.107.032	1.144.018
	=====	=====

33. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica refere-se a dividendos e rendimentos recebidos e tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Activos financeiros disponíveis para venda		
SIBS	1.075	1.072
Fundo Imorendimento II	355	-
PME Investimentos	88	-
Unicampus	87	-
Finangest	16	57
Visa	16	9
Outros	61	140
	-----	-----
	1.698	1.278
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

34. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Por garantias prestadas		
Garantias e avales	16.704	15.254
Créditos documentários abertos	3.202	3.450
Por compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	7.191	5.468
Por serviços prestados		
Por transacções de cartões	71.042	67.959
Operações de crédito	53.281	57.704
Gestão de fundos mobiliários e imobiliários	25.125	31.415
Cobrança e administração de valores	18.436	19.637
Anuidades	14.067	14.289
Outros serviços prestados	3.104	3.239
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos	31.899	27.657
Outras	482	612
Outras comissões recebidas		
Seguradoras	93.589	102.115
Depósitos à ordem	20.361	15.789
Cheques	14.517	14.934
De assessoria	6.273	16.742
Outras	43	-
	-----	-----
	379.316	396.264
	=====	=====

35. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Por garantias recebidas		
Garantias e avales	1.083	1.275
Por compromissos assumidos por terceiros		
Compromissos revogáveis	1.686	-
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Transacções de clientes	26.483	24.557
Operações de crédito	12.050	14.345
Cobrança e administração de valores	4.025	5.266
Outros serviços bancários	4.324	3.591
Por operações realizadas por terceiros		
Títulos	2.378	2.912
Outras	1.209	1.970
Outras comissões pagas	1.057	1.328
	-----	-----
	54.295	55.244
	=====	=====

36. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Activos financeiros detidos para negociação:		
Instrumentos de capital	12.629	(5.662)
Instrumentos de dívida	-	183
Instrumentos derivados:		
"FRA's"	410	(36)
"Swaps"		
. Contratos de taxa de câmbio	(297)	221
. Contratos de taxa de juro	(13.215)	(13.710)
. Contratos sobre cotações	1.830	23.870
. Outros	3.774	4.905
Opções:		
. Contratos de taxa de câmbio	(329)	147
. Contratos de taxa de juro	7.724	3
. Contratos sobre cotações	9.584	(1.357)
. Contratos de garantia de taxa de juro	(49)	375
Activos e Passivos ao justo valor através de resultados	16.384	(16.476)
	-----	-----
	38.445	(7.535)
	-----	-----
Derivados de cobertura:		
"Swaps"		
. Contratos de taxa de juro	(90.993)	(131.561)
. Contratos sobre cotações	(2.568)	(26.182)
Opções: - "Auto-callable"	(64.326)	11.774
Correcções de valor de activos e passivos objecto de cobertura		
. Crédito a clientes	774	1.020
. Activos financeiros disponíveis para venda	111.437	137.104
. Recursos de clientes e outros empréstimos	(44.747)	(12.575)
. Responsabilidades representadas por títulos	90.199	27.889
	-----	-----
	(224)	7.469
	-----	-----
	38.221	(66)
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

37. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012			2011		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Instrumentos de dívida						
Emitidos por residentes						
Dívida pública nacional	-	(1)	(1)	-	(57.571)	(57.571)
De outros residentes	36	(35)	1	-	-	-
Emitidos por não residentes						
De emissores públicos estrangeiros	758	-	758	-	(25.859)	(25.859)
De outros não residentes	3.097	(3.101)	(4)	-	-	-
Instrumentos de capital						
Valorizados ao justo valor	2.290	-	2.290	820	(51)	769
Outros	9	(5.658)	(5.649)	6.336	(969)	5.367
	<u>6.190</u>	<u>(8.795)</u>	<u>(2.605)</u>	<u>7.156</u>	<u>(84.450)</u>	<u>(77.294)</u>

No exercício de 2011, esta rubrica inclui perdas realizadas na venda de obrigações do Tesouro Português e Espanhol no montante de mEuros 83.331.

38. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica apresenta a seguinte composição (Nota 49):

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Ganhos na reavaliação da posição cambial	42.084	64.949
Perdas na reavaliação da posição cambial	(36.427)	(59.659)
	-----	-----
	5.657	5.290
	=====	=====

39. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Ganhos na recompra pelo Grupo de obrigações emitidas em operações de securitização de crédito à habitação (Nota 24)	84.193	2.103
Ganhos na alienação de créditos a clientes (Nota 11)	5.535	1
Ganhos em activos não correntes detidos para venda	2.855	1.064
Ganhos em outros activos tangíveis	833	844
Ganhos em activos afectos a passivos por seguros	110	69
Outros ganhos em operações financeiras	-	34
	-----	-----
	93.526	4.115
	-----	-----
Perdas em activos não correntes detidos para venda	(4.222)	(2.381)
Perdas em outros activos tangíveis	(296)	(246)
Perdas em activos afectos a passivos por seguros	(71)	(692)
Outras perdas em operações financeiras	(2.092)	(614)
	-----	-----
	(6.681)	(3.933)
	-----	-----
	86.845	182
	=====	===

Em Março de 2012 o BST realizou uma oferta de aquisição (“Tender offer”) para um conjunto de obrigações emitidas no âmbito das operações de titularização de crédito hipotecário detidas por entidades não pertencentes ao Grupo Santander com um valor nominal de mEuros 311.394. Com esta operação o Banco registou ganhos no montante de mEuros 80.409.

Em Agosto de 2012 o BST voltou a adquirir obrigações emitidas no âmbito das operações de titularização de crédito hipotecário com um valor nominal de mEuros 10.370. Com esta operação, o Banco registou uma mais-valia no montante de mEuros 3.172.

Em Outubro de 2012 o BST realizou uma oferta de troca (“Exchange offer”) de mEuros 3.046 de obrigações emitidas no âmbito das operações de titularização de crédito hipotecário detidas por entidades não pertencentes ao Grupo Santander por obrigações hipotecárias. Com esta operação o Banco registou ganhos no montante de mEuros 612.

40. MARGEM BRUTA DA ACTIVIDADE DE SEGUROS

A margem bruta de seguros apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Comissões e participação nos resultados de resseguro cedido	273.274	13.162
Prémios brutos emitidos líquidos de resseguro	(46.518)	86.744
Custos com sinistros líquidos de resseguro	(38.415)	(57.464)
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	27.687	(18.330)
Juros e rendimentos líquidos de activos afectos a provisões técnicas	14.635	16.049
Juros líquidos de encargos associados a passivos por seguros	(747)	(795)
Ganhos líquidos de activos afectos a provisões técnicas	122	(17)
Encargos com serviços e comissões associadas a provisões técnicas	(484)	(690)
	-----	-----
	229.554	38.659
	=====	=====
Margem bruta de seguros de vida em que o risco de investimento é do tomador do seguro	13.045	(14.566)
	=====	=====

Em Julho de 2012 a Santander Totta Seguros (“Companhia”) celebrou com a Abbey Life Assurance Company Limited (“Ressegurador”) um tratado de resseguro proporcional (“Contrato”), no âmbito do qual ressegurou a totalidade dos riscos de mortalidade e de invalidez associados às apólices em vigor em 30 de Junho de 2012 da maioria dos seus produtos do ramo vida risco (“Carteira”). O Contrato produziu efeitos a partir de 1 de Abril de 2012.

Nos termos deste contrato, a Companhia recebeu uma comissão de resseguro cedido no montante de mEuros 239.600, equivalente à estimativa do valor actual dos lucros futuros da carteira ressegurada, excluindo as comissões de mediação que continuam a ser proveito do Banco Santander Totta, S.A.. Estas comissões são deduzidas aos prémios a pagar ao Ressegurador a título de comissões de resseguro cedido.

Na sequência desta operação, a Companhia registou ainda na rubrica “Prémios brutos emitidos líquidos de resseguro” custos de mEuros 19.800 correspondentes à estimativa dos encargos a incorrer com o cancelamento de tratados de resseguro existentes anteriormente.

É entendimento do Conselho de Administração que, subjacente ao tratado de resseguro estabelecido, existiu uma efectiva e total transferência dos seguintes riscos:

- (i) Crédito: a comissão de resseguro recebida não se encontra condicionada pela cobrança dos recibos de prémio aos tomadores de seguro;
- (ii) Risco de caída da carteira (risco de cancelamento das apólices ou de não renovação das mesmas): não afecta nem afectará o montante da comissão de resseguro recebida, não existindo qualquer garantia da Companhia a favor do Ressegurador nesse sentido;
- (iii) Morte e invalidez permanente: os rácios de sinistralidade reais, se divergentes face ao projectado, não afectarão a comissão de resseguro recebida.

Adicionalmente, a resolução antecipada do tratado de resseguro encontra-se contratualmente prevista apenas nas seguintes situações:

- (iv) Alterações do enquadramento legal ou regulamentar que possam resultar na ilegalidade do tratado de resseguro celebrado ou que materialmente impossibilitem a sua execução;
- (v) Incumprimento das obrigações da Companhia enquanto cedente;
- (vi) Incumprimento das obrigações da Resseguradora.

Por outro lado, os custos estimados de gestão da carteira ressegurada são debitados ao Ressegurador.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração da Companhia considera que através do Contrato foram transferidos para o Ressegurador a totalidade dos riscos e dos benefícios associados à carteira ressegurada e que a probabilidade de terminação antecipada do Contrato com devolução da referida comissão é remota, pelo que elegeu como política contabilística a adoptar o reconhecimento integral da comissão recebida no resultado do período, na rubrica “Comissões e participação nos resultados de resseguro cedido”.

O montante efectivamente recebido ascendeu a mEuros 201.750, correspondente ao líquido entre a comissão de resseguro cedido de mEuros 239.600 e o prémio de resseguro cedido de mEuros 37.850, os quais foram integralmente reconhecidos no resultado do período, na rubrica “Comissões e participação nos resultados de resseguro cedido” e na rubrica “Prémios brutos emitidos de resseguro cedido”, respectivamente. Simultaneamente, foi registado um proveito correspondente à variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, também no montante de mEuros 37.850.

Posteriormente aos registos iniciais, a Companhia tem vindo a contabilizar nas suas demonstrações financeiras os valores resultantes da execução do Contrato após 1 de Abril de 2012. No âmbito do tratado de resseguro de quota-parte, celebrado entre a Companhia e o Ressegurador, a Companhia regista prémios, custos com sinistros e variações de provisões de resseguro cedido de montante igual aos correspondentes valores de seguro directo, com excepção dos encargos de gestão debitados ao ressegurador, os quais constituem a remuneração da Companhia pela gestão administrativa das apólices resseguradas. As comissões de resseguro cedido correspondem às comissões de mediação cujo proveito se mantém no Grupo. Os montantes registados em resseguro cedido durante o período compreendido entre 1 de Abril e 31 de Dezembro de 2012 têm a seguinte composição:

Prémios de resseguro cedido, líquidos de estornos	(66.310)
Encargos de gestão	1.631

Prémios brutos emitidos – Resseguro cedido	(64.679)
Varição da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido	(9.771)
Custos com sinistros de resseguro cedido	18.978
Comissões de resseguro cedido	22.798

	(32.674)
	=====

Adicionalmente, no âmbito do cumprimento do contrato celebrado pela Companhia, o Banco Santander Totta, S.A. constituiu um depósito inicial no montante de mEuros 201.750 junto do Bank of New York Mellon. Este depósito será progressivamente mobilizável ao longo dos próximos dez anos. Em 31 de Dezembro de 2012, o depósito ascendia a mEuros 188.916.

As provisões técnicas compreendem os passivos por contratos de seguro e os passivos financeiros por contratos de investimento com participação discricionária nos resultados.

Os passivos por contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados não são considerados no apuramento da margem bruta da actividade de seguros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A rubrica “Prémios brutos emitidos líquidos de resseguro” apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Temporários Individual/Grupo	67.723	56.444
Plano Poupança Reforma Educação (PPR/E)	27.718	50.441
Acidentes pessoais (não vida)	1.289	1.715
Seguros de capital diferido	567	602
Produtos tradicionais	547	662
Outros produtos	1	1
	-----	-----
Resseguro cedido	97.845	109.865
	(144.363)	(23.121)
	-----	-----
	(46.518)	86.744
	=====	=====

Em 2012 e 2011, a rubrica “Custos com sinistros líquidos de resseguro” apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2012</u>		
	<u>Montantes</u>	<u>Varição</u>	<u>Total</u>
	<u>pagos</u>	<u>da provisão</u>	
		<u>para sinistros</u>	
PPR/E Garantido	32.518	114	32.632
Temporários Individual/Grupo	28.572	(3.700)	24.872
PPR/E Maxinveste	3.719	(45)	3.674
Plano Génesis	1.576	6	1.582
Outros produtos	397	1	398
	-----	-----	-----
	66.782	(3.624)	63.158
	-----	-----	-----
Resseguro cedido	(18.076)	(6.667)	(24.743)
	-----	-----	-----
	48.706	(10.291)	38.415
	=====	=====	=====
	<u>2011</u>		
	<u>Montantes</u>	<u>Varição</u>	<u>Total</u>
	<u>pagos</u>	<u>da provisão</u>	
		<u>para sinistros</u>	
PPR/E Garantido	35.426	360	35.786
Temporários Individual/Grupo	19.684	1.351	21.035
PPR/E Maxinveste	4.135	(42)	4.093
Plano Génesis	1.291	5	1.296
Outros produtos	479	(271)	208
	-----	-----	-----
	61.015	1.403	62.418
	-----	-----	-----
Resseguro cedido	(5.614)	660	(4.954)
	-----	-----	-----
	55.401	2.063	57.464
	=====	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2012 e 2011, a rubrica “Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro” tem a seguinte composição:

Variação das provisões para prémios não adquiridos e estabilização da carteira

Saldo em 31 de Dezembro de 2010	37.931
Variação da provisão para prémios não adquiridos, líquida de resseguro em 2011	(654)
Variação dos custos de aquisição diferidos	374
Variação da provisão para estabilização da carteira	(4.670)
Outros	1

Saldo em 31 de Dezembro de 2011 (Nota 17)	32.982
Variação da provisão para prémios não adquiridos, líquida de resseguro em 2012	(31.174)
Variação dos custos de aquisição diferidos	804

Saldo em 31 de Dezembro de 2012 (Nota 17)	2.612
	=====

Variação da provisão matemática e para compromissos de taxa

Saldo em 31 de Dezembro de 2010	351.240

Variação da provisão matemática	22.940
Reconversão de passivos financeiros por contratos de investimento com participação discricionária nos resultados, para seguros de vida em que o risco de investimento é do tomador do seguro	(18.007)
Reconversão de passivos financeiros por contratos de investimento com participação discricionária nos resultados, para passivos por contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados	(21.367)

Saldo em 31 de Dezembro de 2011 (Nota 17)	334.806

Variação da provisão matemática	1.910
Transferência para provisão para participação nos resultados atribuídos	123
Reconversão de passivos financeiros por contratos de investimento com participação nos resultados, para passivos por contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados	(29.129)
Reconversão de passivos financeiros por contratos de investimento com participação discricionária nos resultados, para seguros de vida em que o risco de investimento é do tomador do seguro	(2.159)

Saldo em 31 de Dezembro de 2012 (Nota 17)	305.551
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Variação da provisão para participação nos resultados atribuída

Saldo em 31 de Dezembro de 2010	774

Participação nos resultados liquidada	(689)
Participação nos resultados atribuída	340

Saldo em 31 de Dezembro de 2011 (Nota 17)	425

Participação nos resultados liquidada	(254)
Transferência para provisão matemática	(123)
Participação nos resultados atribuída em 2012	773
Outros	(65)

Saldo em 31 de Dezembro de 2012 (Nota 17)	756
	====

Variação da provisão para participação nos resultados a atribuir

Saldo em 31 de Dezembro de 2010	3.541

Variação em capitais próprios em 2011	(2.790)

Saldo em 31 de Dezembro de 2011 (Nota 17)	751

Variação em capitais próprios em 2012	9.833

Saldo em 31 de Dezembro de 2012 (Nota 17)	10.584
	=====

41. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Outros rendimentos e receitas de exploração		
Aluguer de terminais de pagamento automático	16.847	16.451
Rendas de locação operacional	124	154
Reembolso de despesas	2.942	4.866
Rendimentos da prestação de serviços diversos	5.195	6.866
Outros	1.593	3.437
	-----	-----
	26.701	31.774
	-----	-----
Outros encargos de exploração		
Encargos com transacções realizadas por clientes	(11.885)	(11.744)
Despesas com máquinas de levantamento automático	(4.385)	(4.477)
Quotizações e donativos	(3.935)	(3.731)
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 30)	(4.906)	(3.918)
Outros encargos e gastos operacionais	(12.560)	(14.143)
Outros impostos		
Directos	(1.596)	(2.868)
Indirectos	(849)	(917)
Contribuições para o Sistema de Indemnizações aos Investidores (Nota 30)	-	(4.163)
	-----	-----
	(40.116)	(45.961)
	-----	-----
	(13.415)	(14.187)
	=====	=====

42. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Salários e vencimentos		
Órgãos de administração e fiscalização (Nota 47)	5.675	5.418
Empregados	189.597	187.335
Plano de acções (Nota 48)	3.166	3.848
Outras remunerações variáveis	18.582	13.206
	-----	-----
	217.020	209.807
	-----	-----
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	51.677	53.209
Encargos com pensões e outros benefícios (Nota 45)	(2.167)	591
Fundo de pensões de contribuição definida	79	84
Reformas antecipadas (Nota 45)	-	3.763
Redução das responsabilidades com subsídio de morte (Nota 45)	(13.745)	-
Transferência de responsabilidades para a Segurança Social (Nota 45)	59	20.851
Outros encargos sociais obrigatórios	938	932
	-----	-----
	36.841	79.430
	-----	-----
Outros custos com pessoal		
Indemnizações por reformas antecipadas	-	2.455
Transferências de pessoal	556	587
Plano complementar de reforma (Nota 45)	583	583
Outros	5.332	6.912
	-----	-----
	6.471	10.537
	-----	-----
	260.332	299.774
	=====	=====

No exercício de 2012 o Banco não registou qualquer custo com reformas antecipadas uma vez que procedeu à utilização de parte da provisão que dispunha para este efeito (Nota 25).

O saldo da rubrica “Redução de responsabilidades com subsídio por morte” refere-se à diminuição de responsabilidades com reformados e pensionistas resultante das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 133/2012 de 27 de Junho, o qual introduziu um limite máximo para o valor do subsídio por morte igual a seis vezes o valor do indexante dos apoios sociais.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

43. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fornecimentos externos:		
Água, energia e combustíveis	7.913	8.240
Material de consumo corrente	2.304	2.660
Outros fornecimentos	363	306
Serviços externos:		
Serviços especializados	41.864	44.989
Manutenção de software e equipamento informático	34.670	34.296
Comunicações	14.632	16.453
Rendas e alugueres	11.037	11.764
Publicidade e edição de publicações	10.502	13.505
Deslocações, estadas e representações	5.054	5.511
Conservação e reparação	2.551	2.986
Transportes	2.393	2.498
Formação de pessoal	1.800	2.027
Seguros	821	750
Outros serviços de terceiros	4.082	4.091
	-----	-----
	139.986	150.076
	=====	=====

44. RESULTADOS DE ASSOCIADAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Partang SGPS, S.A.	9.568	9.345
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	2.420	1.880
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	(124)	105
Outros	-	2
	-----	-----
	11.864	11.332
	=====	=====

A Partang, SGPS, S.A., é participada pelo Grupo em 49% e por sua vez detém 51% do capital do Banco Caixa Geral Totta Angola, S.A..

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)45. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do BST relativas a empregados no activo e aos já reformados, foram efectuados estudos actuariais em 2012 e 2011 pela Towers Watson International Limited, Sucursal em Portugal. O valor actual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes custos com serviços correntes, foram apurados com base no método “Projected Unit Credit”.

As responsabilidades com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 31 de Dezembro de 2012 e nos quatro exercícios anteriores, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	2012	2011	2010	2009	2008
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
- Pensões					
. Empregados no activo	251.252	210.669	275.580	255.009	231.114
. Pensionistas	21.002	18.455	36.406	34.692	34.895
. Reformados e reformados antecipadamente	388.656	387.608	855.952	896.251	973.904
	<u>660.910</u>	<u>616.732</u>	<u>1.167.938</u>	<u>1.185.952</u>	<u>1.239.913</u>
- Cuidados de saúde (SAMS)	129.267	117.422	127.822	127.877	132.522
- Subsídio por morte	4.331	16.973	18.184	17.728	17.994
	<u>794.508</u>	<u>751.127</u>	<u>1.313.944</u>	<u>1.331.557</u>	<u>1.390.429</u>
Cobertura das responsabilidades:					
- Valor patrimonial do Fundo	784.937	758.244	1.312.888	1.395.849	1.391.585
	<u>784.937</u>	<u>758.244</u>	<u>1.312.888</u>	<u>1.395.849</u>	<u>1.391.585</u>
Valor financiado em excesso / (não financiado)	<u>(9.571)</u>	<u>7.117</u>	<u>(1.056)</u>	<u>64.292</u>	<u>1.156</u>
Desvios actuariais e financeiros gerados no ano					
- Alteração de pressupostos	73.518	(103.831)	-	(51.086)	(100.674)
- Ajustamentos de experiência:					
. Outros (Ganhos)/ Perdas actuariais	(25.383)	(23.708)	(29.458)	(21.172)	(4.100)
. (Ganhos)/ Perdas financeiras	(15.796)	339.627	103.392	61.639	306.680
	<u>(41.179)</u>	<u>315.919</u>	<u>73.934</u>	<u>40.467</u>	<u>302.580</u>
	<u>32.339</u>	<u>212.088</u>	<u>73.934</u>	<u>(10.619)</u>	<u>201.906</u>

A diminuição das responsabilidades com subsídio por morte no exercício de 2012 justifica-se, essencialmente, pelas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 133/2012 de 27 de Junho, o qual prevê um limite máximo para o valor do subsídio por morte, igual a seis vezes o valor do indexante dos apoios sociais. O ganho resultante da diminuição de responsabilidades como consequência desta alteração foi de mEuros 13.745 (Nota 42).

Tal como referido na Nota 1.3.k), em 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), no âmbito do qual o Banco transferiu para a Segurança Social as responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de Dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de Segurança Social substitutivo constante do instrumento de regulamentação colectiva de trabalho vigente no sector bancário (ACTV). Em consequência foram transferidos os activos do Fundo de Pensões do Banco, na parte correspondente a essas responsabilidades. De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, o valor das responsabilidades com pensões transferidas para o Estado foi determinado tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	4%

O valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social apurado com base nos pressupostos acima descritos ascendeu a mEuros 456.111.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O valor das responsabilidades a transferir calculado pelo Banco no momento imediatamente anterior à transferência, de acordo com os pressupostos actuariais e financeiros actualizados por si adoptados, ascendia a mEuros 435.260.

A diferença entre o valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social calculadas utilizando os pressupostos estabelecidos no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro (mEuros 456.111) e os adoptados pelo Banco (mEuros 435.260), no montante de mEuros 20.851, foi registada na rubrica de “Custos com o pessoal” da demonstração dos resultados do exercício de 2011.

Os pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das responsabilidades no momento imediatamente anterior à transferência para a Segurança Social foram os seguintes:

	<u>Activos</u>	<u>Reformados</u>
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	5,92%	5,00%
Taxa de crescimento salarial	2,35%	-
Taxa de crescimento das pensões	1,35%	1,35%

O valor das responsabilidades apurado com base nos pressupostos acima totalizou mEuros 1.186.387, dos quais mEuros 435.260 correspondentes às responsabilidades transferidas, conforme referido anteriormente.

Os principais pressupostos utilizados em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 foram os seguintes:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de rendimento dos activos do fundo de pensões	5,50%	5,50%
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)		
- Activos	4,85%	5,92%
- Inactivos	4,00%	5,00%
Taxa de crescimento salarial para 2013 e 2014	0,50%	2,35%
Taxa de crescimento salarial após 2014	2,35%	2,35%
Taxa de crescimento das pensões para 2013 e 2014	0,00%	1,35%
Taxa de crescimento das pensões após 2014	1,35%	1,35%
Taxa de inflação	1,75%	1,75%

Em 2012, as taxas de desconto para os activos de 4,85% e de 4,00% para os inactivos correspondem a uma taxa média de 4,5%, ou seja, a utilização de taxas diferenciadas para diferentes populações conduz ao mesmo valor de responsabilidades que seria determinado caso fosse usada uma taxa de 4,5% para a totalidade da população. Em 2011 a taxa correspondente foi de 5,5%.

Para efeitos de apuramento do valor da pensão da Segurança Social que, nos termos do ACT do sector bancário, deverá abater à pensão prevista no referido ACT, foram utilizados os seguintes pressupostos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Taxa de crescimento salarial para cálculo da pensão dedutível:		
. Para 2013 e 2014	0,50%	2,35%
. Após 2014	2,35%	2,35%
Inflação (nº 1 do Artigo 27º)	1,75%	1,75%
Inflação (nº 2 do Artigo 27º)	2,00%	2,00%
Factor de sustentabilidade acumulado até 2012		Redução de 3,92%
Factor de sustentabilidade acumulado até 2011		Redução de 3,14%
Factor de sustentabilidade futuro		Redução de 0,5% por ano

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A base para a taxa esperada de rendimento dos activos do Fundo de Pensões é a estimativa de retorno dos activos que compõem a carteira do Fundo efectuada pelos actuários responsáveis.

A taxa de desconto é determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

A conjuntura económica e a crise de dívida soberana do Sul da Europa que se têm verificado implicaram volatilidade e disrupção no mercado de dívida da Zona Euro, com a consequente redução abrupta das yields de mercado da dívida das empresas com melhores ratings e redução do cabaz disponível dessas obrigações. De forma a manter a representatividade da taxa de desconto neste contexto, em 31 de Dezembro de 2012 o Banco incorporou na sua determinação informação sobre as taxas de juro que é possível obter em obrigações denominadas em Euros, incluindo dívida pública, e que considera terem uma elevada qualidade em termos de risco de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor das responsabilidades com cuidados de saúde decorrente de uma variação de 1% na taxa de contribuição pode ser apresentado como segue:

	2012			2011		
	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição + 1%	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição + 1%
Empregados no activo (Plano de Benefício Definido)	5.341	26.997	36.813	5.451	20.811	28.379
Empregados no activo (Plano de Contribuição Definida)	177	59	81	157	25	33
Pensionistas	954	4.537	6.187	926	4.183	5.705
Reformados e reformados antecipadamente	5.332	77.787	106.073	5.338	74.338	101.370
	<u>11.804</u>	<u>109.380</u>	<u>149.154</u>	<u>11.872</u>	<u>99.357</u>	<u>135.487</u>

O movimento nas responsabilidades por serviços passados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 pode ser detalhado como segue, no que respeita ao plano de pensões do Banco:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Responsabilidades no início do exercício	751.127	1.313.944
Custo dos serviços correntes	398	2.237
Custo dos juros	37.483	66.962
(Ganhos)/perdas actuariais	48.135	(127.539)
Reformas antecipadas (Nota 42)	9.862	3.763
Valores pagos	(41.005)	(76.337)
Diminuição de responsabilidades com subsídio por morte (Nota 42)	(13.745)	-
Acerto das responsabilidades transferidas para a Segurança Social	(44)	-
Contribuições dos empregados	2.297	2.313
Transferência de responsabilidades para a Segurança Social	-	(435.260)
Responsabilidades da IFIC decorrentes da fusão	-	1.044
Responsabilidades no fim do exercício	<u>794.508</u>	<u>751.127</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos activos do Fundo. Nos exercícios de 2012 e 2011, os custos com pensões têm a seguinte composição (Nota 42):

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Custo dos serviços correntes	398	2.237
Custo dos juros	37.483	66.962
Rendimento esperado	(40.748)	(70.118)
	-----	-----
Plano de benefício definido	(2.867)	(919)
Plano de contribuição definida	39	37
Plano da Sucursal de Londres	603	429
Acréscimo de responsabilidades com a IFIC	-	1.044
Outros	58	-
	-----	-----
	(2.167)	591
	=====	=====

Nos exercícios de 2012 e 2011, o custo dos serviços correntes reflecte a passagem para o Regime Geral da Segurança Social dos trabalhadores bancários que se encontravam no activo, inscritos no CAFEB e admitidos no sector antes de 3 de Março de 2009, conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 1-A/11, de 3 de Janeiro. Dada esta alteração, após a data de transição a pensão de reforma a cargo do Banco é uma pensão complementar que resulta da diferença entre a pensão ACT e a pensão da Segurança Social.

Os colaboradores admitidos no Banco após 1 de Janeiro de 2009 passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efectiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha para onde o Banco transfere a sua contribuição.

O movimento nos desvios actuariais em 2011 e 2012 foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2010	338.967

Ganhos actuariais com pensões gerados em 2011	(112.771)
Perdas financeiras com pensões geradas em 2011	301.625
Ganhos actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2011	(14.768)
Perdas financeiras com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2011	38.002

Saldo em 31 de Dezembro de 2011	551.055

Perdas actuariais com pensões geradas em 2012	37.239
Ganhos financeiros com pensões gerados em 2012	(12.913)
Perdas actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2012	10.896
Ganhos financeiros com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2012	(2.883)

Saldo em 31 de Dezembro de 2012	583.394
	=====

Com a alteração da política contabilística referida na Nota 1.3.k), os desvios actuariais acumulados encontram-se deduzidos na rubrica de “Reservas de reavaliação”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os desvios actuariais com pensões em 2012 e 2011 podem ser explicados como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Alteração de pressupostos actuariais	60.058	(92.234)
Alteração da tabela salarial em 2012/2011 com impacto em pensões e salários	(24.152)	(15.957)
Alterações na população	1.837	1.336
Desvios de mortalidade		
. Por saídas	(5.227)	(9.700)
. Por permanência	3.636	6.720
. Por pensões de sobrevivência transferidas para a Segurança Social	2.505	-
Passagem de reformados antecipadamente a reformados	(1.418)	(2.936)
	-----	-----
	37.239	(112.771)
	=====	=====

Em 2011 a alteração de pressupostos actuariais incluiu o efeito da alteração da taxa de desconto de 5,25% para 5,5%, em média, e das alterações das taxas de crescimento das pensões e de crescimento salarial de 1,75% para 1,35% e de 3,2% para 2,35%, respectivamente.

Os crescimentos de salários e pensões estimados foram revistos tendo em conta a actual situação nacional e as consequentes perspectivas de menores aumentos no futuro ou mesmo de manutenção dos valores actuais, particularmente nos exercícios de 2013 e 2014.

Em 2012 a alteração de pressupostos actuariais inclui o efeito da redução da taxa de desconto de 5,5% para 4,5%, em média, e das alterações das taxas de crescimento das pensões e de crescimento salarial, para os anos de 2013 e 2014, de 1,35% para 0% e de 2,35% para 0,5%, respectivamente.

Os desvios actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte ocorridos em 2012 e 2011 podem ser explicados como se segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Alteração de pressupostos	13.460	(11.597)
Alterações salariais e de nível	(2.293)	(2.598)
Outros	(271)	(573)
	-----	-----
	10.896	(14.768)
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo em balanço relacionado com o plano de pensões pode ser detalhado como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
(Insuficiência) / excesso de financiamento (plano de benefício definido)	(9.571)	7.117
Insuficiência de financiamento (Sucursal de Londres)	(3.961)	(3.820)
	-----	-----
	(13.532)	3.297
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O crescimento salarial efectivamente verificado nos exercícios de 2012 e 2011 para efeito das contribuições para a Segurança Social relativas aos colaboradores do ex-totta foi de 2,46% e 1,18%, respectivamente.

Não houve aumento efectivo das pensões e da tabela salarial em 2012 e 2011.

A Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a entidade que gere o Fundo de Pensões do BST. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o número de participantes do Fundo tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Empregados no activo ⁽¹⁾	5.518	5.608
Pensionistas	954	926
Reformados e reformados antecipadamente	5.332	5.338
	-----	-----
	<u>11.804</u>	<u>11.872</u>
	=====	=====

(1) Dos quais 177 e 157 empregados pertencem ao plano de contribuição definida, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, respectivamente.

As principais alterações demográficas em 2011 e 2012 foram as seguintes:

	Activos		Reformados e reformados antecipadamente	Pensionistas
	Plano de contribuição definida	Plano de benefício definido		
Número total em 31 de Dezembro de 2010	175	5.431	5.381	912
Saídas:				
. De activos	(63)	(48)	-	-
. Por mortalidade	-	-	(86)	(19)
. Outras	-	-	-	(25)
Transferências	-	(36)	36	-
Entrada de colaboradores da Totta IFIC	-	99	-	-
Entradas	45	5	7	58
Número total em 31 de Dezembro de 2011	157	5.451	5.338	926
Saídas:				
. De activos	(18)	(55)	-	-
. Por mortalidade	-	-	(77)	(32)
Transferências	-	(56)	56	-
Entradas	38	1	15	60
Número total em 31 de Dezembro de 2012	177	5.341	5.332	954

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento no Fundo de Pensões do BST durante os exercícios de 2011 e 2012 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2010	1.312.888

Contribuições do Banco (monetárias)	245.000
Contribuições dos empregados	2.313
Rendimento líquido do Fundo	(269.509)
Valores pagos	(76.337)
Transferência para a Segurança Social	(456.111)

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2011	758.244

Contribuições do Banco (monetárias)	8.959
Contribuições dos empregados	2.297
Rendimento líquido do Fundo	56.544
Valores pagos	(41.005)
Transferência para a Segurança Social	(102)

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2012	784.937
	=====

As taxas de rendimento do Fundo de Pensões em 2012 e 2011 foram de 7,65% e -20,53%, respectivamente.

Face à evolução negativa dos mercados accionistas e de Crédito durante o exercício de 2011 e tendo em conta a exposição existente, a rentabilidade do Fundo de Pensões foi afectada negativamente.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a carteira do Fundo de Pensões do BST incluía os seguintes activos:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Instrumentos de dívida	309.217	385.693
Fundos de Investimento imobiliário	221.462	222.339
Fundos de Investimento mobiliário	150.809	139.059
Imóveis	68.826	87.215
Depósitos	33.936	125.255
Pendentes de liquidação	535	(201.469)
Instrumentos de capital	152	152
	-----	-----
	784.937	758.244
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2011, os “Pendentes de Liquidação” incluíam valores a entregar ao Estado no montante de mEuros 201.575, referentes à transferência de parte do fundo de pensões do Banco para a Segurança Social, tal como estabelecido no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a carteira do Fundo de Pensões incluía os seguintes activos com empresas do Grupo Santander:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Imóveis arrendados	22.791	22.966
Títulos (incluindo unidades de participação em fundos geridos)	168.989	154.464
	-----	-----
	191.780	177.430
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2010, foi contratado um seguro junto da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para fazer face às responsabilidades de um novo plano complementar de reforma de contribuição definida para directivos do Banco. A contribuição inicial para o novo plano foi de mEuros 4.430. Em 2012 e 2011, o prémio pago pelo Banco ascendeu a mEuros 583 (Nota 42).

Este plano cobre as eventualidades de reforma, morte e incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual ou por invalidez.

Para todas as eventualidades, as prestações a receber pelos beneficiários serão iguais ao saldo acumulado constante no plano complementar na data em que estas se verificarem. No caso de morte do beneficiário este montante será ainda acrescido de 6.000 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 estavam abrangidos por este plano 107 e 106 colaboradores, respectivamente.

Plano de pensões de benefício definido – Sucursal de Londres

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma relativos ao plano de pensões que abrange os colaboradores da Sucursal de Londres foram os seguintes:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Tábua de mortalidade	AMC00/AFC00	AMC00/AFC00
Taxa de rendimento dos activos do fundo de pensões	5,02%	5,02%
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	4,25%	4,90%
Taxa de crescimento salarial	2,80%	2,70%
Taxa de crescimento das pensões	1,90%	1,90%
Taxa de inflação	2,20%	2,70%

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido da Sucursal de Londres e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Estimativa de responsabilidades por serviços passados	35.303	29.260
Cobertura – valor patrimonial do fundo	31.342	25.440
	-----	-----
Valor não financiado – Sucursal de Londres	(3.961)	(3.820)
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Relativamente ao plano de pensões específico da Sucursal de Londres, o movimento nas responsabilidades por serviços passados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2012 pode ser detalhado como segue:

Responsabilidades a 31 de Dezembro de 2010	25.003

Custo dos serviços correntes	174
Custo dos juros	1.450
Perdas actuariais	2.551
Valores pagos	(680)
Variações cambiais	762

Responsabilidades a 31 de Dezembro de 2011	29.260

Custo dos serviços correntes	207
Custo dos juros	1.447
Perdas actuariais	4.533
Valores pagos	(831)
Variações cambiais	687

Responsabilidades a 31 de Dezembro de 2012	35.303
	=====

O movimento no Fundo de Pensões da Sucursal de Londres durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2012 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2010	23.112

Rendimento líquido do fundo	2.125
Contribuição do Banco	179
Valores pagos	(680)
Variações cambiais	704

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2011	25.440

Rendimento líquido do fundo	2.916
Contribuição do Banco	3.219
Valores pagos	(831)
Variações cambiais	598

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2012	31.342
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os custos com o plano de benefício definido nos exercícios de 2012 e 2011 da Sucursal de Londres apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Custo dos serviços correntes	207	174
Custo dos juros	1.447	1.450
Rendimento esperado	(1.051)	(1.195)
	-----	-----
	603	429
	===	===

Os desvios actuariais da Sucursal de Londres apresentam o seguinte detalhe:

Perdas actuariais com pensões em 2009	3.630
Ganhos financeiros com pensões em 2009	(1.315)
Ganhos actuariais com pensões em 2010	(817)
Ganhos financeiros com pensões em 2010	(45)
Perdas actuariais com pensões em 2011	2.551
Ganhos financeiros com pensões em 2011	(930)
Variações cambiais	138

Saldo em 31 de Dezembro de 2011	3.212

Perdas actuariais com pensões em 2012	4.533
Ganhos financeiros com pensões em 2012	(1.865)
Variações cambiais	86

Saldo em 31 de Dezembro de 2012	5.966
	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a carteira do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres incluía os seguintes activos:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Instrumentos de dívida	26.649	21.763
Instrumentos de capital	4.497	3.608
Depósitos	196	69
	-----	-----
Valor do fundo	31.342	25.440
	=====	=====

46. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

Descrição das operações

Entre Julho de 2003 e Fevereiro de 2011 o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, através de doze operações, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 23.250.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a fundos de titularização de créditos denominados Fundos Hipototta FTC, à excepção das seguintes operações de titularização (Hipototta nº 11, Hipototta nº 12, BST SME nº 1 e Totta Consumer nº 1), em que os créditos foram vendidos à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Tagus).

Em Abril de 2009, a ex-Totta IFIC procedeu à titularização de parte da sua carteira de leasing e aluguer de longa duração, através de uma operação, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 1.300.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a um fundo de titularização de créditos denominado LeaseTotta No. 1 FTC.

Em Outubro de 2009, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 9 Ltd, criado no âmbito da operação de securitização de Novembro de 2008, cujo montante inicial dos créditos ascendeu a mEuros 1.550.000. A referida liquidação ocorreu após um “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente securitizados por mEuros 1.462.000.

Em Abril de 2010, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 6 Ltd, criado no âmbito da operação de securitização de Outubro de 2007, cujo montante inicial dos créditos ascendeu a mEuros 2.200.000. A referida liquidação ocorreu após um “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente securitizados por mEuros 1.752.357.

Em Julho de 2010, o BST realizou uma operação de titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, que denominou de Hipototta nº 11, pelo montante inicial total de mEuros 2.000.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) à Tagus.

Em Janeiro e Fevereiro de 2011, o BST celebrou Mortgage Retransfer Agreements com o Hipototta nº 2 PLC, Hipototta nº 3 PLC e Hipototta nº 10 Ltd. Ao abrigo dos referidos acordos o BST recomprou os créditos previamente securitizados, nos montantes de mEuros 880.636, mEuros 1.548.396 e mEuros 803.494, respectivamente, e foi reembolsado relativamente às Notes que detinha em carteira associadas a estas securitizações pelo respectivo valor nominal.

Em Maio e Junho de 2012, o BST celebrou Mortgage Retransfer Agreements com o Hipototta nº 11 e Hipototta nº 12. Ao abrigo dos referidos acordos o BST recomprou os créditos previamente securitizados, nos montantes de mEuros 1.719.660 e mEuros 1.197.009, respectivamente, e foi reembolsado relativamente às Notes que detinha em carteira associadas a estas securitizações pelo respectivo valor nominal.

Em Março de 2011 o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito a empresas e de papel comercial através de uma operação designada BST SME nº 1, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 2.000.000. Adicionalmente, em Junho de 2011 titularizou parte da sua carteira de crédito ao consumo através de uma operação designada Totta Consumer nº 1, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 1.000.000. Os créditos destas operações foram vendidos pelo seu valor nominal à Tagus. Em Março de 2012, o BST procedeu à liquidação do BST SME nº 1. A referida liquidação ocorreu através do “SME Receivables Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente securitizados por mEuros 1.792.480.

Em Agosto de 2012 o BST procedeu à liquidação do Totta Consumer nº 1. A referida liquidação ocorreu através do “Consumer Receivables Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente securitizados por mEuros 626.373.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Parte dos Fundos Hipototta e Leasetotta são geridos pela Navigator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. (Navigator). O BST continua a efectuar a gestão dos contratos de crédito, entregando aos Fundos Hipototta e LeaseTotta FTC e à Tagus todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito. O Grupo não detém qualquer participação directa ou indirecta na Navigator ou na Tagus.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta e LeaseTotta FTC emitiram unidades de participação, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelos Fundos Hipototta e LeaseTotta PLC/Ltd, com sede na Irlanda.

Os Fundos Hipototta e LeaseTotta FTC entregam todos os montantes recebidos do BST e da Direcção Geral do Tesouro aos Hipototta e LeaseTotta PLC/Ltd efectuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, os Hipototta e LeaseTotta PLC/Ltd, e a Tagus emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, conseqüentemente, de remuneração. Em 31 de Dezembro de 2012, as obrigações emitidas e ainda vivas apresentam as seguintes características:

Hipototta nº 1 PLC								
Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	1.053.200	185.579	A-	Baa3	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,27%	Euribor 3 m + 0,54%
Classe B	32.500	11.966	A-	Ba1	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 0,95%
Classe C	14.300	5.273	A-	Ba1	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 1,45%	Euribor 3 m + 1,65%
	<u>1.100.000</u>	<u>202.818</u>						
Classe D	17.600	11.000			Novembro de 2034	Agosto de 2012	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>1.117.600</u>	<u>213.818</u>						

Hipototta nº 4 PLC							
Divida emitida	Montante		Rating Fitch	Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual				Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	2.616.040	1.034.987	A	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,12%	Euribor 3 m + 0,24%
Classe B	44.240	37.654	A	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,19%	Euribor 3 m + 0,40%
Classe C	139.720	118.918	B	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,29%	Euribor 3 m + 0,58%
	<u>2.800.000</u>	<u>1.191.559</u>					
Classe D	14.000	14.000		Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.814.000</u>	<u>1.205.559</u>					

Hipototta nº 5 PLC								
Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A1	200.000	-			Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,05%	Euribor 3 m + 0,10%
Classe A2	1.693.000	900.658	A-	Baa3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,13%	Euribor 3 m + 0,26%
Classe B	26.000	26.000	A-	Ba1	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,17%	Euribor 3 m + 0,34%
Classe C	24.000	24.000	A-	Ba2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,24%	Euribor 3 m + 0,48%
Classe D	26.000	26.000	BBB	B3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,50%	Euribor 3 m + 1,00%
Classe E	31.000	31.000	BB	Caa2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 1,75%	Euribor 3 m + 3,50%
	<u>2.000.000</u>	<u>1.007.658</u>						
Classe F	10.000	10.000	CCC-	Ca	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.010.000</u>	<u>1.017.658</u>						

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Hipototta nº 7 Ltd						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Actual	S&P	Moody's		
Classe A1	200.000	-			Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 0,20%
Classe A2	1.596.000	1.029.927	A-	Baa3	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 0,30%
Classe B	60.000	60.000	A-	Ba1	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 0,60%
Classe C	50.000	50.000	BBB-	Ba1	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 1,2%
Classe D	44.000	44.000	BB-	Ba3	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 2,75%
Classe E	50.000	50.000	B	Caa1	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 4,75%
	<u>2.000.000</u>	<u>1.233.927</u>				
Classe F	20.000	20.000	CCC-	Ca	Fevereiro de 2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>2.020.000</u>	<u>1.253.927</u>				

Leasetotta nº 1 Ltd					
Dívida emitida	Montante		Rating DBRS	Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Actual			
Classe A	1.040.000	254.589	AA	Janeiro de 2042	Euribor 3 m + 0,30%
Classe B	260.000	260.000		Janeiro de 2042	Euribor 3 m + 4,75%
	<u>1.300.000</u>	<u>514.589</u>			
Classe C	65.000	65.000		Janeiro de 2042	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>1.365.000</u>	<u>579.589</u>			

As obrigações emitidas pelos Hipototta nº 1 PLC e Hipototta nº 4 PLC vencem juros trimestralmente em 30 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 5 PLC e Hipototta nº 7 Ltd vencem juros trimestralmente em 28 de Fevereiro, 30 de Maio, Agosto e Novembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo LeaseTotta No. 1 Limited vencem juros trimestralmente em 15 de Janeiro, 15 de Abril, 15 de Julho e 15 de Outubro de cada ano.

O BST tem a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas. Para todos os Hipotottas e LeaseTotta, o BST tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Hipotottas e LeaseTotta PLC/Ltd têm a faculdade de efectuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, bem como das classes D e E no caso do Hipototta nº 5 PLC e do Hipototta nº 7 Ltd, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos activos (carteira de crédito).

As obrigações da classe D, no caso dos Hipotottas nº 1 e 4, as obrigações da classe F, no que se refere aos Hipototta nº 5 e Hipototta nº 7 e as obrigações da classe C, para o LeaseTotta No. 1 Ltd constituem o último passivo a liquidar.

A remuneração das obrigações dessas classes corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito securitizado e o somatório de todos os custos das operações, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de servicer, cobradas pelo BST, e comissão de gestão, cobrada pelos Fundos);
- Juros das obrigações das restantes classes; e
- Perdas por incumprimento.

Na data em que as securitizações foram contratadas, o rendimento estimado das carteiras de crédito securitizado incluído no cálculo da remuneração das obrigações da classe D dos Hipototta nº 1 e 4 PLC, correspondia a uma taxa média anual de 1,1% e 0,9%, respectivamente. Nas obrigações da classe F do Hipototta nº 5 PLC, correspondeu a uma taxa média anual de 0,9%, sobre o valor total de cada carteira de crédito. Para as obrigações da classe F do Hipototta nº 7 e para as obrigações da classe C do LeaseTotta nº 1, correspondeu a uma taxa média anual de 0,7% sobre o valor de cada carteira de crédito.

Em 2010, o Banco recomprou obrigações classe A do Hipototta nº 4 PLC, obrigações classe A2 do Hipototta nº 5 PLC e obrigações classe A do Hipototta nº 2 PLC. Em 2012, o Banco recomprou obrigações classe A do Hipototta nº 4 Plc e obrigações classe A2 do Hipototta nº 5 Plc. Conforme referido anteriormente, o O Hipototta nº 2 PLC, o Hipototta nº 3 PLC e o Hipototta nº 10 Ltd foram liquidados em Janeiro e Fevereiro de 2011. O Hipototta nº 11, o Hipototta nº 12, o BST SME nº 1 e o Totta Consumer nº 1 foram liquidados em Março, Maio, Junho e Agosto de 2012, respectivamente.

Na data em que as securitizações foram contratadas, celebraram-se empréstimos subordinados entre o BST e os Hipotottas, que correspondem a facilidades/ linhas de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte dos Hipotottas. Foram igualmente celebrados “Swap Agreements” entre o Grupo Santander e os primeiros Hipotottas emitidos e entre o BST e os restantes veículos de securitizações destinados a cobertura do risco de taxa de juro.

Registo contabilístico

De acordo com a IAS 27 e a SIC 12, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os Fundos Hipototta FTC e LeaseTotta No. 1 FTC e os Hipototta PLC/Ltd e o LeaseTotta No.1 Limited foram incluídos no perímetro de consolidação (Nota 4), dado que o Grupo detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à actividade destas entidades. Nesse sentido, as operações relativas às operações de titularização foram registadas no balanço, e as obrigações emitidas pelos Hipototta PLC/Ltd, LeaseTotta No. 1 Limited e pela Tagus que são detidas pelo BST e suas subsidiárias foram anuladas no processo de consolidação.

47. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas do Banco com as quais manteve saldos ou transacções nos exercícios de 2012 e 2011 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que, directa ou indirectamente, controlam o Grupo	
Banco Santander, S.A.	Espanha
Santusa Holding SL	Espanha
Empresas que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo	
Totta & Açores, Inc. - Newark	EUA
Totta & Açores Financing	Ilhas Cayman
Serfim International Bank & Trust	Ilhas Cayman
Totta Ireland, PLC	Irlanda
BST International Bank, Inc. - Porto Rico	Porto Rico
Banco Santander Totta	Portugal
Santander - Gestão de Activos,SGPS,SA	Portugal
Santander Gestao de Activos SFIM, SA	Portugal
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santotta Internacional - S.G.P.S.	Portugal
Taxagest,SGPS,SA	Portugal
Totta Seguros - Compª de Seguros De Vida, SA	Portugal
Tottaurbe - Emp.Admin. e Construções, S.A.	Portugal
Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	
Benim - Sociedade Imobiliária, SA	Portugal
Banco Caixa Geral Totta de Angola	Angola
Partang,SGPS.SA	Portugal
Unicre-Instituição Financeira de Crédito	Portugal
Entidades Propósito Especial que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo pelo Grupo	
Hipototta NO. 1 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 2 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 3 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 4 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 5 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 7 LTD	Irlanda
Hipototta NO. 8 LTD	Irlanda
Hipototta NO. 10 LTD	Irlanda
Leasetotta NO. 1 LTD	Irlanda
Hipototta NO. 1 FTC	Portugal
Hipototta NO. 2 FTC	Portugal
Hipototta NO. 3 FTC	Portugal
Hipototta NO. 4 FTC	Portugal
Hipototta NO. 5 FTC	Portugal
Hipototta NO. 7 FTC	Portugal
Hipototta NO. 8 FTC	Portugal
Hipototta NO. 10 FTC	Portugal
Hipototta NO. 11 (TAGUS)	Portugal
Leasetotta NO.1 FTC	Portugal
Hipototta NO. 12 (TAGUS)	Portugal
BST SME Nº1 (TAGUS)	Portugal
TOTTA CONSUMER Nº1 (TAGUS)	Portugal

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que, directa ou indirectamente, se encontram sob controlo comum com o Grupo	
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Chile	Chile
All Funda Bank, SA	Espanha
Banco Banif, S.A.	Espanha
Banesto Financial Products, PLC	Espanha
Capital Grupo Santander, SA SGECR	Espanha
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 1	Espanha
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 2	Espanha
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 3	Espanha
Fondo de Titulización Santander Financiación 1	Espanha
Ftyme Santander 2 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Geoban, S.A.	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L.	Espanha
Retama Real Estate, S.L.	Espanha
Santander Asset Management, S.A. SGIC.	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Consumer Spain Auto 07-1	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander de Titulizacion SGFT	Espanha
Santander Global Facilities	Espanha
Santander Hipotecario 1 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Hipotecario 2 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Hipotecario 3 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander International Debt, S.A.	Espanha
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Issuances, S.A.	Espanha
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnología y Operaciones AEIE	Espanha
Union de Créditos Inmobiliários,SA	Espanha
Banco Santander International Miami	EUA
Santander Investment Securities, Inc	EUA
Sovereign Bank	EUA
Santander Central Hispano Issuances Limited	Ilhas Cayman
Optimal Strategic Us Equity Irl Euro Fnd	Irlanda
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander	México
Banco Santander Puerto Rico	Porto Rico
Banco Santander Consumer Portugal S.A.	Portugal
HBF Aluguer Comércio Viaturas S.A.	Portugal
ISBAN PT - Engenharia e Software Bancário, S.A.	Portugal
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Multi-Rent, Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	Portugal
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
UCI Mediação de Seguros, Unipessoal Lda.	Portugal
Abbey National Treasury Services Investments Limited	Reino Unido
Abbey National Treasury Services plc	Reino Unido
Alliance & Leicester PLC	Reino Unido
Cater Allen International Limited	Reino Unido
Santander UK plc	Reino Unido
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suiça

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os saldos com entidades relacionadas apresentam a seguinte composição:

	2012		
	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sob controlo comum com o Grupo
Activos:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.372	-	8.539
Activos financeiros detidos para negociação	262.786	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	39.652	-	296.363
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	4.433
Aplicações em instituições de crédito	1.825.070	-	1.405
Crédito a clientes	-	-	918
Derivados de cobertura	247.437	-	-
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	-	142.994	-
Outros activos	14.553	4.018	115
Passivos:			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.835.739	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	599.332	158.341	21.952
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	9.545	4.147
Responsabilidades representadas por títulos	110.224	-	61.703
Derivados de cobertura	453.444	-	-
Outros passivos	45.609	-	1.526
Custos:			
Juros e encargos similares	345.510	958	4.505
Encargos com serviços e comissões	880	-	1.347
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	2.204.438	-	-
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	12	-	192
Margem bruta da actividade de seguros	-	-	63
Gastos gerais administrativos	-	-	37.361
Imparidade em Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	-	160	-
Proveitos:			
Juros e rendimentos similares	386.852	5	544
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	1.559.475	-	2.154
Resultados de reavaliação cambial	360	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	275	-	454
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	955	-	23.140
Margem bruta da actividade de seguros	-	-	683
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos	-	11.864	-
Outros resultados de exploração	-	-	25
Extrapatrimoniais:			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	15.784	-	44.441
Garantias recebidas	710	-	1.400
Compromissos perante terceiros	515	784	23.694
Operações cambiais e instrumentos derivados	21.073.204	881	-
Responsabilidades por prestação de serviços	2.065.529	34.592	18.488

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2011		
	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sob controlo comum com o Grupo
Activos:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	9.444	-	18.537
Activos financeiros detidos para negociação	297.417	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	20	-	279.804
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	7.536
Aplicações em instituições de crédito	1.011.381	-	2.608
Crédito a clientes	-	-	415
Derivados de cobertura	136.090	-	-
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	-	134.052	-
Outros activos	21.016	5.395	8
Passivos:			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.440.410	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	668.304	103.227	19.500
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	11.004	6.144
Responsabilidades representadas por títulos	638.906	-	215.230
Derivados de cobertura	277.632	-	-
Outros passivos	18.430	-	1.576
Custos:			
Juros e encargos similares	323.970	234	10.925
Encargos com serviços e comissões	1.118	-	269
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	2.901.332	-	2.690
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	75.247	-	-
Resultados de reavaliação cambial	2.418	-	-
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	6	-	26.808
Margem bruta da actividade de seguros	7	-	309
Gastos gerais administrativos	-	-	35.511
Resultados de alienação de outros activos	2.817	-	-
Outros resultados de exploração	-	-	1
Proveitos:			
Juros e rendimentos similares	322.005	4	8.763
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	2.281.194	-	-
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	715
Rendimentos de serviços e comissões	588	-	1.781
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	-	-	2.962
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos	-	11.332	-
Extrapatrimoniais:			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	475.879	-	32.402
Garantias recebidas	715	-	1.400
Compromissos perante terceiros	1.946	389	22.495
Operações cambiais e instrumentos derivados	24.154.065	-	-
Responsabilidades por prestação de serviços	2.804.037	35.717	17.538

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros dos órgãos sociais, considerados o pessoal chave da gerência, ascendiam a mEuros 1.135 e mEuros 1.289, respectivamente. As remunerações fixas e variáveis totalizaram nestas datas mEuros 5.675 e mEuros 5.418, respectivamente (Nota 42).

O Grupo Santander, no qual está inserida a Santander Totta, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial, o qual se encontra descrito na Nota 48 e que está dividido em ciclos. Para os órgãos sociais, o valor registado na rubrica de custos com o pessoal nos exercícios de 2012 e 2011 é apresentado de seguida:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Terceiro ciclo – PI11 – atribuídas em 2008 e a exercer em Julho de 2011	-	150
Quarto ciclo – PI12– atribuídas em 2009 e a exercer em Julho de 2012	90	286
Quinto ciclo – PI13– atribuídas em 2010 e a exercer em Julho de 2013	232	366
Sexto ciclo – PI14– atribuídas em 2011 e a exercer em Julho de 2014	20	13
	-----	-----
	342	815
	===	===

Os ciclos do plano de acções vinculado a objectivos dos membros do Conselho de Administração terminaram nas datas abaixo indicadas e foram atribuídas acções aos seguintes valores por acção:

<u>Ciclo</u>	<u>Data de finalização</u>	<u>Número de acções atribuídas</u>	<u>Valor por acção</u>
Primeiro	6 de Julho de 2009	97.676	8,49 Euros
Segundo	8 de Julho de 2010	140.124	8,77 Euros
Terceiro	11 de Julho de 2011	137.038	7,51 Euros
Quarto	9 de Julho de 2012	39.075	4,88 Euros

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao BST, estão integrados no plano de pensões do Acordo Colectivo de Trabalho para o sector bancário subscrito pelo BST. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.3 k).

Em Assembleia Geral de accionistas do BST de 30 de Maio de 2007 foi aprovado o “Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez”, aos membros executivos do Conselho de Administração do ex - BTA que transitaram para membros executivos (comissão executiva) do Conselho de Administração do BST em linha com o previamente definido no regulamento do ex-BTA. Os membros do Conselho de Administração cujo tempo de desempenho no cargo seja de pelo menos quinze anos consecutivos ou interpolados, terão direito a um complemento de reforma correspondente a 80% do vencimento anual bruto. Quando o desempenho do cargo for inferior a quinze anos, a fixação do montante do complemento da pensão de reforma será determinada pela comissão de vencimentos. Para este universo está definido que o complemento de pensão de reforma será de 65% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a dez anos e 75% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a doze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral de Segurança Social.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 as responsabilidades com este plano ascendiam a mEuros 13.735 e a mEuros 9.686, respectivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica “Provisão para pensões e outros encargos” (Nota 25).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme o Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do BST, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, o BST reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tinha direito até ao fim do seu mandato.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

A remuneração da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas da Sociedade em 2012 ascendeu a mEuros 60.

48. PLANOS DE INCENTIVOS - ACÇÕES

Por decisão da Assembleia Geral de Accionistas do Banco Santander, S.A. foi aprovado o “Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander”. Este plano está dividido em ciclos, tendo sido aprovados até ao momento seis ciclos. O Grupo está também inserido neste plano.

Cada beneficiário do Plano tem direito a receber um número máximo de acções do Banco Santander, S.A.. O número final atribuído é determinado multiplicando o número máximo de acções definidas inicialmente pela soma de coeficientes indexados à evolução do Banco Santander, S.A. comparativamente a outras entidades incluídas num grupo pré-definido. Esta comparação é medida em dois parâmetros: o retorno total para o accionista e o crescimento do lucro por acção, para os primeiros três ciclos, para os restantes ciclos a comparação e medida só para o retorno total para o accionista.

As datas de finalização dos ciclos do plano de acções vinculados a objectivos, o número total de acções atribuídas e o valor por acção, apresentam o seguinte detalhe:

Ciclo	Data de finalização	Número total de acções atribuídas	Valor por acção
Primeiro	6 de Julho de 2009	326.681	8,49
Segundo	8 de Julho de 2010	540.822	8,77
Terceiro	11 de Julho de 2011	571.640	7,51
Quarto	9 de Julho de 2012	200.897	4,88

Conforme referido na Nota 1.3. q), o registo dos planos de incentivos de acções consiste em reconhecer o direito dos colaboradores das empresas do Grupo a estes instrumentos na demonstração dos resultados do ano, na rubrica de “Custos com pessoal”, na medida em que correspondem a uma contrapartida pela prestação de serviços. A gestão, cobertura e execução dos planos é assegurada pelo Banco Santander, S.A. para todos os colaboradores abrangidos pelo Plano a nível mundial.

Em 2012 e 2011, o custo total do Plano de acções vinculado a objectivos do Grupo Santander para todos os colaboradores do Grupo abrangidos pelo mesmo pode ser apresentado como segue (Nota 42):

	2012	2011
Terceiro ciclo – PI11	-	642
Quarto ciclo – PI12	583	1.167
Quinto ciclo – PI13	1.496	1.496
Sexto ciclo – PI14	1.087	543
	-----	-----
	3.166	3.848
	====	====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A disponibilização das acções está condicionada à permanência dos colaboradores no Grupo Santander. O custo por acção, bem como a data de disponibilização das acções encontram-se resumidos no quadro seguinte:

Planos de acções	Número de acções	Valor do custo por acção (Euros)	Data prevista de entrega das acções	Número de colaboradores	Data de atribuição do direito
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2010:					
PI11	678.491	5,4419	Jul-2011	334	2008
PI12	773.789	4,5112	Jul-2012	334	2009
PI13	800.103	5,5707	Jul-2013	335	2010
Movimento em 2011:					
PI11 - Anulações ^(a)	(1.750)	-	-	-1	-
PI11 - Acções disponibilizadas	(580.327)	-	-	-333	-
PI11 - Acções não disponibilizadas ^(b)	(96.414)	-	-	-	-
PI12 - Anulações ^(a)	(15.250)	-	-	-5	-
PI13 - Anulações ^(a)	(13.870)	-	-	-4	-
PI13 - Correções ^(c)	5.319	-	-	1	-
PI14 - Atribuição do direito	629.698	4,5254	Jul-2014	323	2011
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2011:					
PI12	758.539	4,5112	Jul-2012	329	2009
PI13	791.552	5,5707	Jul-2013	332	2010
PI14	629.698	4,5254	Jul-2014	323	2011
Movimento em 2012:					
PI12 - Acções disponibilizadas	(204.341)	-	Jul-2012	-327	-
PI12 - Acções não disponibilizadas ^(b)	(479.859)	-	-	-	-
PI12 - Anulações ^(a)	(74.339)	-	-	-2	-
PI13 - Anulações ^(a)	(76.339)	-	-	-2	-
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2012:					
PI13	715.213	5,5707	Jul-2013	330	2010
PI14	629.698	4,5254	Jul-2014	323	2011

Notas:

(a) Anulação dos direitos atribuídos a beneficiários que não cumpriram os requisitos de permanência no Grupo Santander estabelecidos no Regulamento do Plano.

(b) Diferença entre o número máximo de acções atribuídas e o número de acções efectivamente entregues. O número de acções entregues resulta da aplicação de um coeficiente calculado em função do desempenho do Grupo Santander aplicado sobre o número máximo de acções atribuídas.

(c) Diferença entre os valores indicados pelo Santander Espanha em Dezembro de 2010 (Estimativa) e Março de 2011 (Real).

Para os planos de acções vinculados a objectivos em vigor a 31 de Dezembro de 2012 (5º e 6º ciclos), o justo valor foi determinado de acordo com a seguinte metodologia:

- Considerou-se que os beneficiários permanecem no Grupo Santander durante o período de cada plano.
- O valor relacionado com a posição relativa do Retorno Total para o Accionista (RTA) foi determinado, na data de atribuição, com base no relatório de um perito independente que efectuou a sua valorização utilizando um modelo "MonteCarlo" com realização de 10.000 simulações para determinar o RTA de cada uma das entidades incluídas no grupo de comparáveis. Os resultados (cada um representa a entrega de um número de acções) são ordenados de acordo com um ranking decrescente, calculando uma média ponderada e descontando o montante à taxa de juro sem risco.

	PI13	PI14
Volatilidade (*)	49,65%	51,35%
Rentabilidade anual do dividendo nos últimos anos	6,34%	6,06%
Taxa de juro sem risco	3,330%	4,073%

(*) Volatilidade histórica do período correspondente (2 ou 3 anos)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O resultado da aplicação do modelo de simulação assume um valor percentual de 62,62% para o PI13 e de 55,39% para o PI14, aos quais se aplica 50% do valor atribuído para determinar o custo contabilístico do incentivo de RTA. Esta valorização, por se referir a uma condição de mercado, não é susceptível de ajustamento a partir da data de atribuição.

49. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DA NORMA IFRS 7**BALANÇO**Categorias de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	2012				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	141.602	210.763	-	352.365
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	321.627	63.696	-	385.323
Activos financeiros detidos para negociação	2.259.805	-	-	-	2.259.805
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.357.988	-	-	-	2.357.988
Activos financeiros disponíveis para venda	4.027.356	-	23.262	(60.796)	3.989.822
Aplicações em instituições de crédito	-	3.097.422	-	-	3.097.422
Crédito a clientes	49.566	27.858.483	-	(965.662)	26.942.387
Derivados de cobertura	284.850	-	-	-	284.850
	8.979.565	31.419.134	297.721	(1.026.458)	39.669.962
<u>Passivo</u>					
Recursos de bancos centrais	-	5.837.242	-	-	5.837.242
Passivos financeiros detidos para negociação	1.979.728	-	-	-	1.979.728
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.065.110	-	-	-	4.065.110
Recursos de outras instituições de crédito	-	1.947.240	-	-	1.947.240
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.120.845	16.539.078	-	-	19.659.923
Responsabilidades representadas por títulos	2.399.638	1.261.587	-	-	3.661.225
Derivados de cobertura	455.911	-	-	-	455.911
Provisões técnicas	-	335.036	-	-	335.036
	12.021.232	25.920.183	-	-	37.941.415
<u>2011</u>					
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	201.130	186.707	-	387.837
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	274.317	82.645	-	356.962
Activos financeiros detidos para negociação	1.990.932	-	-	-	1.990.932
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.043.822	-	-	-	2.043.822
Activos financeiros disponíveis para venda	4.955.591	-	24.662	(73.604)	4.906.649
Aplicações em instituições de crédito	-	2.324.350	-	-	2.324.350
Crédito a clientes	53.573	28.958.280	-	(671.913)	28.339.940
Derivados de cobertura	167.302	-	-	-	167.302
	9.211.220	31.758.077	294.014	(745.517)	40.517.794
<u>Passivo</u>					
Recursos de bancos centrais	-	4.913.234	-	-	4.913.234
Passivos financeiros detidos para negociação	1.598.169	-	-	-	1.598.169
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.038.370	-	-	-	4.038.370
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.239.802	-	-	3.239.802
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.695.199	17.378.414	-	-	19.073.613
Responsabilidades representadas por títulos	3.497.301	2.392.440	-	-	5.889.741
Derivados de cobertura	282.889	-	-	-	282.889
Provisões técnicas	-	358.027	-	-	358.027
	11.111.928	28.281.917	-	-	39.393.845

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No exercício de 2012 não ocorreram quaisquer movimentos de reclassificação de activos financeiros, excepto no que se refere à reclassificação das unidades de participação dos Fundos “Lusimovest” e “Novimovest” da rubrica “Activos financeiros detidos para negociação” para a rubrica “Activos disponíveis para venda” (Nota 9).

No exercício de 2011 não ocorreram quaisquer reclassificações de activos financeiros.

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura de justo valor são incluídos como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção de valor relativamente ao risco coberto.

O montante apresentado nesta Nota como “Provisões técnicas” corresponde a provisões técnicas associadas a produtos do ramo vida com participações nos resultados.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Outros passivos financeiros ao justo valor” através de resultados corresponde à valorização de produtos de seguros de vida comercializados pelo Grupo em que o risco é do tomador do seguro (Nota 21).

Os seguros de vida com risco do tomador de seguro correspondem a fundos de investimento colectivo, compostos por títulos ou cabazes de títulos e subscritos através da aquisição de unidades de participação. Os títulos que compõem os fundos de investimento colectivo encontram-se registados na rubrica “Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados”, cuja valorização em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 ascende a mEuros 2.240.473 e mEuros 1.940.944, respectivamente (Nota 8).

As responsabilidades do Grupo face aos detentores das unidades de participação na maturidade dos produtos encontram-se cobertas pelos rendimentos dos títulos em carteira afectos aos referidos produtos.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” inclui mEuros 67.721 e mEuros 49.728, respectivamente, de produtos financeiros sem participação nos resultados (Nota 23).

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

	2012					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	3.137.137	(3.115.077)	22.060	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	807.376	(77.878)	729.498	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	333.901	(27.360)	306.541	486.351	-	486.351
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	65.601	-	65.601	-	-	-
Crédito a clientes	1.185.825	(532.224)	653.601	-	-	-
Derivados de cobertura	452.599	(568.855)	(116.256)	40.900	-	40.900
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	564.407	(1.256.655)	(692.248)	-	-	-
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(92.271)	(92.271)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	46.507	(530.769)	(484.262)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	187.022	(180.202)	6.820	-	-	-
Passivos subordinados	-	(127)	(127)	-	-	-
Provisões técnicas	256.522	(44.583)	211.939	-	-	-
	<u>7.036.897</u>	<u>(6.426.001)</u>	<u>610.896</u>	<u>527.251</u>	<u>-</u>	<u>527.251</u>
Garantias prestadas	23.082	(10.595)	12.487	-	-	-
Linhas de crédito	<u>12.945</u>	<u>(4.975)</u>	<u>7.970</u>	-	-	-

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2011					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	3.974.813	(3.965.869)	8.944	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	361.264	(390.446)	(29.182)	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	326.570	(97.349)	229.221	-	(516.463)	(516.463)
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	82.223	-	82.223	-	-	-
Crédito a clientes	1.347.387	(435.842)	911.545	-	-	-
Derivados de cobertura	670.260	(799.183)	(128.923)	52.022	-	52.022
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	973.893	(968.573)	5.320	-	-	-
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(181.365)	(181.365)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	40.281	(415.248)	(374.967)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	103.676	(285.921)	(182.245)	-	-	-
Passivos subordinados	-	(246)	(246)	-	-	-
Provisões técnicas	94.709	(74.755)	19.954	-	-	-
	<u>7.975.076</u>	<u>(7.614.797)</u>	<u>360.279</u>	<u>52.022</u>	<u>(516.463)</u>	<u>(464.441)</u>
Garantias prestadas	28.927	(197)	28.730	-	-	-
Linhas de crédito	22.864	(2.683)	20.181	-	-	-

Os montantes referidos acima não incluem ganhos e perdas decorrentes da reavaliação cambial dos respectivos instrumentos financeiros que, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, correspondiam a ganhos líquidos nos montantes de mEuros 5.657 e mEuros 5.290, respectivamente (Nota 38).

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os proveitos e custos com juros, apurados de acordo com o método da taxa efectiva, referentes a activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentam o seguinte detalhe:

	2012			2011		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
<u>Activo</u>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.719	-	1.719	4.522	-	4.522
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.985	-	2.985	1.054	-	1.054
Activos financeiros disponíveis para venda	200.809	-	200.809	165.949	-	165.949
Aplicações em instituições de crédito	60.897	-	60.897	76.647	-	76.647
Crédito a clientes	985.790	(255)	985.535	1.097.355	(2.497)	1.094.858
	<u>1.252.200</u>	<u>(255)</u>	<u>1.251.945</u>	<u>1.345.527</u>	<u>(2.497)</u>	<u>1.343.030</u>
<u>Passivo</u>						
Recursos de bancos centrais	-	(52.015)	(52.015)	-	(46.680)	(46.680)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(40.256)	(40.256)	-	(134.685)	(134.685)
Recursos de clientes e outros empréstimos	11.239	(485.633)	(474.394)	8.373	(401.488)	(393.115)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(167.580)	(167.580)	-	(212.271)	(212.271)
Passivos subordinados	-	(127)	(127)	-	(246)	(246)
	<u>11.239</u>	<u>(745.611)</u>	<u>(734.372)</u>	<u>8.373</u>	<u>(795.370)</u>	<u>(786.997)</u>
Garantias prestadas	19.906	-	19.906	18.704	-	18.704
Linhas de crédito	7.190	-	7.190	5.468	-	5.468

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os proveitos e custos com comissões, não incluídas no cálculo da taxa efectiva, de activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentam o seguinte detalhe:

	2012			2011		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
<u>Activo</u>						
Crédito a clientes	53.281	(12.050)	41.231	57.705	(14.345)	43.360
<u>Passivo</u>						
Recursos de clientes e outros empréstimos	20.361	(457)	19.904	15.789	(343)	15.446

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O Grupo reconheceu durante os exercícios de 2012 e 2011 proveitos financeiros referentes a “Juros e rendimentos similares” com operações de crédito vencido ou em situação de imparidade, nos montantes de mEuros 8.087 e mEuros 9.409, respectivamente (Nota 31).

OUTRAS DIVULGAÇÕES**Contabilidade de cobertura**

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os derivados de cobertura e os instrumentos financeiros designados como elementos cobertos, apresentam o seguinte detalhe:

	2012					
	Elemento coberto			Instrumento de cobertura		
	Valor nominal	Valor liquido de imparidade	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	43.084	43.446	6.101	49.547	43.085	(6.414)
Activos financeiros disponíveis para venda	2.075.000	2.118.833	321.577	2.440.410	2.075.000	(363.799)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3.053.597)	(3.079.825)	(41.020)	(3.120.845)	3.143.327	60.476
Responsabilidades representadas por títulos	(2.378.440)	(2.409.368)	9.729	(2.399.639)	2.727.613	(2.590)
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	3.974.694	3.974.694	-	3.974.694	2.950.000	141.266
	<u>660.741</u>	<u>647.780</u>	<u>296.387</u>	<u>944.167</u>	<u>10.939.025</u>	<u>(171.061)</u>
	2011					
	Elemento coberto			Instrumento de cobertura		
	Valor nominal	Valor liquido de imparidade	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	47.809	48.241	5.328	53.569	47.811	(5.567)
Activos financeiros disponíveis para venda	2.075.000	2.118.714	210.141	2.328.855	2.075.000	(245.972)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.692.018)	(1.700.516)	5.317	(1.695.199)	1.811.861	2.601
Responsabilidades representadas por títulos	(3.390.009)	(3.343.661)	(62.868)	(3.406.529)	3.780.998	46.660
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	3.496.486	3.496.486	-	3.496.486	2.600.000	86.691
	<u>537.268</u>	<u>619.264</u>	<u>157.918</u>	<u>777.182</u>	<u>10.315.670</u>	<u>(115.587)</u>

Cobertura de fluxos de caixa

Os períodos esperados para ocorrência de cash flows que venham a afectar os resultados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

	2012					
	Até 3 meses	De 3 meses a seis meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps taxa de juro	<u>33.742</u>	<u>12.490</u>	<u>3.821</u>	<u>61.976</u>	<u>29.237</u>	<u>141.266</u>
	2011					
	Até 3 meses	De 3 meses a seis meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps taxa de juro	<u>18.568</u>	<u>5.780</u>	<u>(8.270)</u>	<u>56.938</u>	<u>13.675</u>	<u>86.691</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os ganhos e perdas reconhecidos nas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, com operações de cobertura de justo valor, apresentam o seguinte detalhe:

	2012			2011		
	Elemento	Instrumento	Líquido	Elemento	Instrumento	Líquido
	Coberto	de cobertura		Coberto	de cobertura	
Crédito a clientes	774	(774)	-	1.020	(1.020)	-
Activos financeiros disponíveis para venda	111.437	(111.437)	-	137.104	(137.104)	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	(44.747)	45.027	280	(12.575)	21.509	8.934
Responsabilidades representadas por títulos	90.199	(90.703)	(504)	27.889	(29.354)	(1.465)
	<u>157.663</u>	<u>(157.887)</u>	<u>(224)</u>	<u>153.438</u>	<u>(145.969)</u>	<u>7.469</u>

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	2012		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	352.365	352.365
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	385.323	385.323
Activos financeiros detidos para negociação	2.259.805	-	2.259.805
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.357.988	-	2.357.988
Activos financeiros disponíveis para venda	3.975.004	14.818	3.989.822
Aplicações em instituições de crédito	-	3.097.422	3.097.422
Crédito a clientes	49.548	26.892.839	26.942.387
Derivados de cobertura	284.850	-	284.850
	<u>8.927.195</u>	<u>30.742.767</u>	<u>39.669.962</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	-	5.837.242	5.837.242
Passivos financeiros detidos para negociação	1.979.728	-	1.979.728
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.065.110	-	4.065.110
Recursos de outras instituições de crédito	-	1.947.240	1.947.240
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.010.937	16.648.986	19.659.923
Responsabilidades representadas por títulos	2.399.638	1.261.587	3.661.225
Derivados de cobertura	455.911	-	455.911
Provisões técnicas	-	335.036	335.036
	<u>11.911.324</u>	<u>26.030.091</u>	<u>37.941.415</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2011		Total
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	387.837	387.837
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	356.962	356.962
Activos financeiros detidos para negociação	1.990.932	-	1.990.932
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.043.822	-	2.043.822
Activos financeiros disponíveis para venda	4.890.410	16.239	4.906.649
Aplicações em instituições de crédito	-	2.324.350	2.324.350
Crédito a clientes	53.568	28.286.372	28.339.940
Derivados de cobertura	167.302	-	167.302
	<u>9.146.034</u>	<u>31.371.760</u>	<u>40.517.794</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	-	4.913.234	4.913.234
Passivos financeiros detidos para negociação	1.598.169	-	1.598.169
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.038.370	-	4.038.370
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.239.802	3.239.802
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.695.199	17.378.414	19.073.613
Responsabilidades representadas por títulos	3.497.301	2.392.440	5.889.741
Derivados de cobertura	282.889	-	282.889
Provisões técnicas	-	358.027	358.027
	<u>11.111.928</u>	<u>28.281.917</u>	<u>39.393.845</u>

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura são incluídos como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção de valor relativamente ao risco coberto.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o justo valor de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor, ou sujeitos a correcções de justo valor de acordo com a aplicação da contabilidade de cobertura, apresentava o seguinte detalhe:

	2012					Valor líquido contabilístico
	Custo de aquisição	Periodificações	Valias	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade e amortizações	
<u>Activo</u>						
Activos financeiros detidos para negociação	233.413	-	2.026.392	-	-	2.259.805
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.310.731	45.145	2.112	-	-	2.357.988
Activos financeiros disponíveis para venda	4.193.242	56.642	(544.105)	321.577	(52.352)	3.975.004
Crédito a clientes	43.084	381	-	6.101	(18)	49.548
Derivados de cobertura	-	-	284.850	-	-	284.850
	<u>6.780.470</u>	<u>102.168</u>	<u>1.769.249</u>	<u>327.678</u>	<u>(52.370)</u>	<u>8.927.195</u>
<u>Passivo</u>						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.979.728	-	-	1.979.728
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.065.110	-	-	-	-	4.065.110
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.945.363	24.554	-	41.020	-	3.010.937
Responsabilidades representadas por títulos	2.378.440	30.927	-	(9.729)	-	2.399.638
Derivados de cobertura	-	-	455.911	-	-	455.911
	<u>9.388.913</u>	<u>55.481</u>	<u>2.435.639</u>	<u>31.291</u>	<u>-</u>	<u>11.911.324</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2011					Valor líquido contabilístico
	Custo de aquisição	Periodificações	Valias	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade e amortizações	
Activo						
Activos financeiros detidos para negociação	286.984	-	1.703.948	-	-	1.990.932
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.014.883	41.360	(12.421)	-	-	2.043.822
Activos financeiros disponíveis para venda	5.687.990	88.453	(1.030.993)	210.141	(65.181)	4.890.410
Crédito a clientes	47.808	437	-	5.328	(5)	53.568
Derivados de cobertura	-	-	167.302	-	-	167.302
	8.037.665	130.250	827.836	215.469	(65.186)	9.146.034
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.598.169	-	-	1.598.169
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.038.370	-	-	-	-	4.038.370
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.692.018	8.498	-	(5.317)	-	1.695.199
Responsabilidades representadas por títulos	3.390.009	46.348	(1.924)	62.868	-	3.497.301
Derivados de cobertura	-	-	282.889	-	-	282.889
	9.120.397	54.846	1.879.134	57.551	-	11.111.928

Para apuramento do justo valor, os métodos de valorização utilizados consistiram em cotações em mercados activos dos instrumentos financeiros ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de actualização de fluxos de caixa futuros. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros valorizados ao justo valor ou sujeitos a correcções de valor por operações de cobertura, apresenta o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	2012			Total
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2) (Nível 3)		
Activo				
Activos financeiros detidos para negociação	233.613	2.026.192	-	2.259.805
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.357.988	-	-	2.357.988
Activos financeiros disponíveis para venda	3.712.843	222.109	40.052	3.975.004
Crédito a clientes	-	49.548	-	49.548
Derivados de cobertura	-	284.850	-	284.850
	6.304.444	2.582.699	40.052	8.927.195
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.979.728	-	1.979.728
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	4.065.110	-	4.065.110
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	3.010.937	-	3.010.937
Responsabilidades representadas por títulos	-	2.399.638	-	2.399.638
Derivados de cobertura	-	455.911	-	455.911
	-	11.911.324	-	11.911.324
2011				
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2) (Nível 3)		Total
Activo				
Activos financeiros detidos para negociação	287.010	1.703.922	-	1.990.932
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.041.186	2.636	-	2.043.822
Activos financeiros disponíveis para venda	4.076.864	790.871	22.675	4.890.410
Crédito a clientes	-	53.568	-	53.568
Derivados de cobertura	-	167.302	-	167.302
	6.405.060	2.718.299	22.675	9.146.034
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.598.169	-	1.598.169
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	4.038.370	-	4.038.370
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	1.695.199	-	1.695.199
Responsabilidades representadas por títulos	-	3.497.301	-	3.497.301
Derivados de cobertura	-	282.889	-	282.889
	-	11.111.928	-	11.111.928

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A valorização dos activos e passivos financeiros da Sociedade compreendem três níveis nos termos da IFRS 7:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor por cotações publicadas em mercados activos, compreendendo maioritariamente dívida pública, dívida privada, fundos de investimento mobiliário e acções cotadas em mercados activos.
- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de modelos internos de valorização que utilizam como inputs significativos dados observáveis de mercado. Nesta categoria estão incluídos alguns títulos das carteiras de activos financeiros disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de actualização dos cash flows futuros e a metodologias de valorizados baseadas no modelo “Black-Scholes” para as opções e produtos estruturados. Os modelos de actualização de cash flows futuros (“método do valor presente”) actualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado.

Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

Instrumento financeiro derivado	Principais técnicas de valorização
Forwards	Método do valor presente
Swaps de taxa de juro	Método do valor presente
Swaps de divisas	Método do valor presente
Swaps sobre cotações	Método do valor presente
FRA's	Método do valor presente
Opções de moeda	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo
Opções sobre cotações	Modelo Black-Scholes, Modelo Heston
Opções de taxa de juro	Modelo Black-Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções - outras	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Caps/Floors	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton

- Nível 3 – A Sociedade classifica neste nível os instrumentos financeiros que são valorização através de modelos internos com alguns inputs que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificados alguns títulos não cotados em mercados activos para os quais a Sociedade utiliza extrapolações de dados de mercado.

A curva de taxa de juro para os prazos e moedas mais representativas são as seguintes:

	31-12-2012		31-12-2011	
	EUR	USD	EUR	USD
Overnight	0,50%	0,30%	1,00%	0,30%
1 mês	0,12%	0,19%	1,10%	1,55%
3 meses	0,19%	0,25%	1,40%	1,85%
6 meses	0,32%	0,46%	1,65%	2,15%
9 meses	0,43%	0,62%	1,83%	2,25%
1 ano	0,55%	0,77%	1,98%	2,40%
3 anos	0,47%	0,48%	1,39%	0,88%
5 anos	0,76%	0,83%	1,74%	1,28%
7 anos	1,11%	1,25%	2,07%	1,69%
10 anos	1,55%	1,76%	2,38%	2,06%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado ou custo histórico era o seguinte:

	2012		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	352.365	352.365	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	385.323	385.323	-
Activos financeiros disponíveis para venda	14.818	14.818	-
Aplicações em instituições de crédito	3.097.422	3.279.009	181.587
Crédito a clientes	26.892.839	24.444.346	(2.448.493)
	<u>30.742.767</u>	<u>28.475.861</u>	<u>(2.266.906)</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	5.837.242	4.936.307	900.935
Recursos de outras instituições de crédito	1.947.240	1.983.735	(36.495)
Recursos de clientes e outros empréstimos	16.648.986	16.841.707	(192.721)
Responsabilidades representadas por títulos	1.261.587	1.033.668	227.919
Provisões técnicas	335.036	335.036	-
	<u>26.030.091</u>	<u>25.130.453</u>	<u>899.638</u>
<u>2011</u>			
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	387.837	387.837	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	356.962	356.962	-
Activos financeiros disponíveis para venda	16.239	16.239	-
Aplicações em instituições de crédito	2.324.350	2.520.867	196.517
Crédito a clientes	28.286.372	26.107.393	(2.178.979)
	<u>31.371.760</u>	<u>29.389.298</u>	<u>(1.982.462)</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	4.913.234	4.883.949	29.285
Recursos de outras instituições de crédito	3.239.802	3.162.007	77.795
Recursos de clientes e outros empréstimos	17.378.414	17.436.513	(58.099)
Responsabilidades representadas por títulos	2.392.440	1.651.238	741.202
Provisões técnicas	358.027	-	358.027
	<u>28.281.917</u>	<u>27.133.707</u>	<u>1.148.210</u>

Em 31 de Dezembro de 2012, caso fosse calculado o justo valor da maior parte dos passivos emitidos sujeitos a operações de cobertura incluídos na rubrica de responsabilidades representadas por títulos, nomeadamente para a segunda e terceira emissão das obrigações hipotecárias, o mesmo seria inferior ao respectivo valor de balanço por aproximadamente mEuros 27.846 (mEuros 596.042 em 31 de Dezembro de 2011).

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Os fluxos futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário.
- O justo valor do crédito concedido a taxa variável foi determinado tendo em consideração o spread médio da produção do último trimestre do ano, para efeito do desconto dos fluxos futuros da carteira. Quanto aos créditos concedidos a taxa fixa, os fluxos futuros foram descontados às taxas médias que o Grupo estava a praticar no último trimestre do ano;
- Para os depósitos à ordem de clientes, foi considerado que o justo valor é igual ao valor de balanço. Para os depósitos a prazo, foram utilizadas as taxas médias dos depósitos contratados no último mês do ano para cada tipo de depósito;
- No caso das responsabilidades representadas por títulos pelo Banco, foi efectuado o desconto dos fluxos futuros considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes no final do ano;
- No caso dos passivos subordinados, para desconto dos fluxos de caixa futuros foram utilizadas as taxas de juro de mercado e os prazos residuais para cada emissão.

De acordo com a IFRS 4, a Santander Totta Seguros efectuou testes de adequacidade dos passivos de contratos de seguro, com e sem participação nos resultados, onde assume o risco de investimento e em que a cobertura é superior a um ano, de modo a aferir da adequacidade das provisões técnicas constituídas.

O Grupo regista em balanço os ganhos iniciais em instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de outras técnicas de valorização, em operações de derivados com clientes classificados internamente como “Clientes de Retalho”.

Tal procedimento foi introduzido na sequência da segmentação de clientes efectuada e, nos termos da IAS 39, atendendo ao facto de, na utilização de outras técnicas de valorização para apuramento do justo valor destas operações realizadas com “Clientes de Retalho”, nem todos os dados utilizados na valorização poderem, inequivocamente, ser considerados como observáveis de mercado.

O Grupo classifica internamente os clientes de acordo com os seguintes critérios:

- Grandes Clientes – Grandes empresas e entidades institucionais (entidades do sector financeiro, nomeadamente bancos e companhias de seguros, e entidades do sector público);
- Clientes de Retalho.

GESTÃO DE RISCOS

RISCO DE CRÉDITO

Actividade Bancária e outras

A gestão do risco de crédito no Grupo abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rentabilidade ajustada ao risco respectivo, tanto numa perspectiva global, como dentro de cada área de actividade.

A gestão de riscos de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos do Grupo, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito) e de *rating* utilizados no Grupo.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transacções nos mercados financeiros, correspondendo à possibilidade de incumprimento, pelas contrapartes, dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Grupo. Os tipos de transacções abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transacções, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efectuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a actualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo actual de substituição) com o respectivo Risco Potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

Actividade Seguradora

O risco de crédito surge essencialmente nos títulos de dívida onde o risco do emissor está representado no spread de crédito.

De um modo geral, são definidos limites em função do rating da emissão/emissor, em euros e para o conjunto das carteiras geridas pela Santander Asset Management. De referir que para os contratos de seguro com taxa garantida ou indicativa, só estão autorizadas aquisições de títulos (Senior, LT2 e Corporate) que apresentem ratings mínimos de BBB-, com *outlook* estável pela Agência de rating Fitch IBCA (ou pela S&P ou pela Moodys não estando a primeira disponível).

É definido um limite máximo para determinado emissor. Esse limite é definido em função do grau de conhecimento e outras condicionantes relativas ao emissor e mercado, assim como da política de investimento das carteiras afectas aos produtos.

Os limites poderão ser revistos sempre que ocorram eventos que o assim justifiquem (exemplo: alteração do rating). Caso não existam eventos que ao longo do ano justifiquem uma mudança de limites, estes são apenas revistos anualmente.

A aprovação definitiva dos limites globais e/ou relativos aos novos emissores é efectuada em Comité de Investimentos e obedece a critérios prudenciais e diversificação.

No controlo de risco de crédito, é importante que todos os activos tenham um rating, e que na ausência deste, se possa associar a nível de rating enquadrado nas normas aprovadas.

O rating consiste em classificar uma emissão obrigacionista ou outros títulos de dívida numa escala de notação de risco, que pretende reflectir um juízo de valor sobre a capacidade de reembolso atempado do capital e pagamento dos juros.

O rating atribuído por uma Agência, expressa somente a opinião da mesma que quanto mais alto o rating, menor a probabilidade de default atribuída, não consubstancia nenhum tipo de garantia. Para nenhuma notação de rating a probabilidade de default deve ser entendida como nula, sendo o rating uma medida de risco ex-ante que serve para qualificar em termos relativos o tipo de risco.

Em termos de rating, a Companhia utiliza os dados fornecidos pelas seguintes agências: Moodys, Standard & Poors e Fitch IBCA.

O rating utilizado é referente ao da emissão, sendo que, sempre que uma emissão não tiver rating, são utilizados os seguintes critérios:

- Para obrigações e outros títulos de dívida, por defeito o rating é o da dívida sénior.
- No caso de veículos ou credit linked notes, será tomado em conta o rating do(s) colateral(ais) ou dos emitentes referenciados via CDS (credit default swap) para o tipo de dívida em causa. O Rating obtido deverá ter em conta a estrutura do activo (distribuição pro-rata, rating da referência mais baixa no caso de first-to-default, rating do colateral no caso de ser inferior ao dos activos referenciados via CDS).
- No caso de não ser possível atribuir um rating, então considera-se a emissão como sem rating.
- No caso dos depósitos considera-se que o rating implícito é o da dívida sénior das entidades que tomam os mesmos.

Procede-se ao acompanhamento periódico dos níveis dos Credit Default Spreads Senior dos diferentes emissores, para o prazo de 5 anos, para efeitos de seguimento da evolução do risco de crédito das contrapartes.

No que diz respeito a resseguradores, a Santander Totta Seguros trabalha fundamentalmente com sete: Abbey Life, Genworth, Gen Re, Munich Re, Swiss Re, Partner Re e New Re. Os ratings dos maiores resseguradores podem ser consultados na tabela seguinte:

Ratings dos Grupos Resseguradores

Abbey Life	A+
Gen Re	AA+
Genworth	A-
Munich Reinsurance Co.	AA-
National Re	BBB-
Cardif	A+
CNP	A+
Partner Re	A+
Swiss Re	AA-
AXA France Vie / Axa France IARD	A+
RGA Insurance Company	AA-

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a exposição máxima a risco de crédito e o respectivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresenta o seguinte detalhe:

	2012		2011	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	352.365	352.365	387.837	387.837
Disponibilidades em outras instituições de crédito	385.323	385.323	356.962	356.962
Activos financeiros detidos para negociação	2.259.805	2.259.805	1.990.932	1.990.932
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.357.988	2.357.988	2.043.822	2.043.822
Activos financeiros disponíveis para venda	3.989.822	3.989.822	4.906.649	4.906.649
Aplicações em instituições de crédito	3.097.422	3.097.422	2.324.350	2.324.350
Crédito a clientes	26.942.387	32.882.815	28.339.940	34.341.684
Derivados de cobertura	284.850	284.850	167.302	167.302
	<u>39.669.962</u>	<u>45.610.390</u>	<u>40.517.794</u>	<u>46.519.538</u>
Garantias prestadas (Nota 30)	<u>1.345.110</u>	<u>1.345.110</u>	<u>2.058.284</u>	<u>2.058.284</u>

A exposição máxima de “Crédito a clientes” em 31 de Dezembro de 2012, inclui os montantes de mEuros 1.496.610 e mEuros 4.443.818 referente a linhas de crédito irrevogáveis e linhas de crédito revogáveis, respectivamente (mEuros 1.217.742 e mEuros 4.784.002 em 31 de Dezembro de 2011, respectivamente).

Crédito concedido

Periodicamente, o Grupo analisa o crédito a clientes e outros valores a receber para identificar evidências de imparidade. O Grupo, para efeitos de análise colectiva de perdas por imparidade, efectua a segmentação da carteira de crédito de acordo com o tipo de produto e tipo de cliente associado às operações (Nota 11). Neste âmbito, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o crédito concedido a clientes sem indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe:

	2012	2011
Crédito ao consumo	1.048.143	1.111.840
Crédito à habitação	14.823.138	15.384.875
Outros créditos concedidos a particulares	412.022	435.915
Cartões de crédito de particulares	235.682	250.674
Total de crédito a particulares sem indícios de imparidade	<u>16.518.985</u>	<u>17.183.304</u>
Crédito concedido a grandes empresas	1.540.037	1.361.928
Crédito concedido a médias empresas	3.934.174	5.267.313
Crédito concedido a pequenas empresas	545.662	652.240
Leasing / Factoring	1.746.126	2.316.900
Cartões de crédito de empresas	12.528	12.144
Crédito concedido a instituições financeiras	-	1
Papel comercial	1.451.055	40.000
Total de crédito a empresas sem indícios de imparidade	<u>9.229.582</u>	<u>9.650.526</u>
Garantias prestadas	<u>1.254.053</u>	<u>1.987.726</u>
Total de crédito concedido sem indícios de imparidade	<u>27.002.620</u>	<u>28.821.556</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As análises de risco para clientes ou grupos económicos onde o Banco tem uma exposição superior a 500.000 Euros são efectuadas por analistas de riscos que acompanham os clientes e suportadas por modelos de rating desenvolvidos pelo Banco e aprovados pelas entidades reguladoras. Estes modelos são de elaboração obrigatória. A atribuição de vários níveis de rating interno, que variam de 1 a 9, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente e uma probabilidade de default a um ano que o banco monitoriza e calibra de forma constante e regular. Em termos concretos o rating é determinado pela análise dos seguintes factores:

- . Procura/Mercado;
- . Sócios/Gestão;
- . Acesso ao crédito;
- . Rentabilidade;
- . Geração de fluxos;
- . Solvência.

A estes factores é atribuída uma classificação de 1 (mínimo) a 9 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

Ponderadores	Grandes empresas	Pequenas e médias Empresas
Procura/Mercado	20%	20%
Sócios/Gestão	15%	15%
Acesso ao crédito	10%	10%
Rentabilidade	15%	55%
Geração de fluxos	25%	
Solvência	15%	

O rating é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o sector e bases de dados externas. O rating final por área parcial de valoração é posteriormente introduzido no sistema informático do Banco.

Desta forma, o sistema de rating interno do Grupo pode ser descrito da seguinte forma:

- Rating 1 – 3: Cliente com risco de crédito elevado;
- Rating 4 – 6: Cliente com risco de crédito moderado;
- Rating 7 – 9: Cliente com risco de crédito reduzido.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o crédito concedido em empresas sem indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe por rating interno:

	2012		2011	
	Crédito concedido	Garantias prestadas	Crédito concedido	Garantias prestadas
Rating 7 - 9	82.325	22.249	369.368	41.815
Rating 4 - 6	5.008.549	973.574	6.142.092	1.214.133
Rating 1 - 3	759.243	115.581	697.212	85.918
	5.850.117	1.111.404	7.208.672	1.341.866
Sem Rating	1.915.882	107.021	2.389.709	158.975
	7.765.999	1.218.425	9.598.381	1.500.841
Cartões de crédito de empresas	12.528	-	12.144	-
Instituições financeiras	-	35.628	1	486.885
Papel comercial	1.451.055	-	40.000	-
	9.229.582	1.254.053	9.650.526	1.987.726

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Relativamente ao crédito concedido a particulares sem indícios de imparidade, as provisões obtidas a partir do modelo de imparidade em vigor no Banco em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 ascendem a mEuros 56.185 e mEuros 37.437, respectivamente, correspondentes a percentagens nas mesmas datas de 0,34% e 0,22%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o crédito concedido a clientes com indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Vincendo	1.072.210	1.409.668
Vencido		
· Até 90 dias	46.934	54.267
· Entre 90 e 180 dias	97.166	97.880
· Mais de 180 dias	882.487	529.588
	-----	-----
	1.026.587	681.735
	=====	=====
Garantias prestadas	91.057	70.558
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o montante de crédito vencido ou com imparidade apurada através de análise específica que se encontra colateralizado por garantia hipotecária, por penhor de depósitos no Banco ou por títulos de dívida emitidos pela própria instituição ou sem garantia, apresenta a seguinte composição:

	<u>2012</u>		<u>2011</u>	
	Capital em dívida	Valorização da garantia/colateral	Capital em dívida	Valorização da garantia/colateral
Garantia superior ao capital em dívida	368.871	963.298	982.399	2.107.478
Garantia inferior ao capital em dívida	350.710	82.764	584.012	204.475
Sem garantia	1.303.597	-	926.700	-
	-----		-----	
	2.023.178		2.493.111	
	=====		=====	

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor de balanço das garantias ou outros colaterais executados no âmbito de operações de crédito concedido ascende a mEuros 272.480 e mEuros 215.390, respectivamente, e apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Activos não correntes detidos para venda (Nota 13):		
· Imóveis recebidos em dação em pagamento	245.156	177.737
· Unidades de participação	18.663	-
· Equipamento	5.558	3.982
Outros activos recebidos em dação em pagamento	104.674	89.887
Activos financeiros disponíveis para venda	22.121	40.784
	-----	-----
	396.172	312.390
	-----	-----
Imparidade para activos não correntes detidos para venda (Nota 13)		
· Imóveis recebidos em dação em pagamento	(71.075)	(53.638)
· Unidades de participação	(4.000)	-
· Equipamento	(3.575)	(2.785)
Imparidade de outros activos recebidos em dação em pagamento	(22.921)	(18.456)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda	(22.121)	(22.121)
	-----	-----
	(123.692)	(97.000)
	-----	-----
	272.480	215.390
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Instrumentos de dívida

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor de balanço referente a instrumentos de dívida apresentam o seguinte detalhe, por *rating* externo:

	2012	2011
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Rating S&P/Moody's		
AAA	23.955	70.309
AA + / AA / AA -	123.895	188.236
A + / A / A -	112.429	395.504
BBB + / BBB / BBB -	535.312	282.910
BB + / BB / BB -	1.417.604	878.011
B + / B / B -	15.174	109.230
CCC + / CCC / CCC-	2.183	-
CC + / CC / CC -	8.413	-
Sem rating externo	110.417	108.296
	<u>2.349.382</u>	<u>2.032.496</u>
Activos financeiros disponíveis para venda		
Rating S&P/Moody's		
AAA	4.791	66.956
AA + / AA / AA -	75.190	1.634.629
A + / A / A -	20.209	127.891
BBB + / BBB / BBB -	1.085.315	1.580.628
BB + / BB / BB-	1.818.257	348.797
B+ / B / B -	291.757	44.306
CCC + / CCC / CCC-	10.375	-
C + / C / C -	28.020	-
Sem rating externo	347.411	941.713
	<u>3.681.325</u>	<u>4.744.920</u>
	<u>6.030.707</u>	<u>6.777.416</u>

RISCO DE LIQUIDEZ*Actividade Bancária e outras*

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liabilities Management (ALM)*, o Comité de Activos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva do Banco, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Tesouraria, Comercial, *Marketing* e Internacional. As reuniões do Comité têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

Para a área de ALM são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro;
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

A política de financiamento do Grupo considera a evolução dos agregados do Balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*. Nesse sentido, contribui para a adequação estrutural a emissão de obrigações de médio prazo colocadas junto dos clientes de retalho.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No âmbito da sua política de liquidez, em 31 de Dezembro de 2012 o Grupo tem um programa de Euro Medium Term Notes (EMTN), do qual estão utilizados mEuros 160.530.

De referir que não é realizada pelo Grupo uma análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (trading).

Actividade Seguradora

O risco de liquidez corresponde ao risco de a Companhia ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser reflectido, por exemplo, na incapacidade de alienação de um activo financeiro de uma forma célere a um valor próximo do seu justo valor.

A monitorização do risco de liquidez é efectuada mensalmente, sendo definidos limites de gestão de balanço no que respeita à:

- Sensibilidade a variações paralelas da taxa de juro nos activos financeiros e passivos técnicos (passivos por contratos de seguro e de investimento) de curto prazo (maturidade igual ou inferior a um ano); e
- Sensibilidade a variações paralelas da taxa de juro para a totalidade da carteira de activos financeiros e passivos técnicos.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos de caixa previsionais, foram os seguintes:

- Os fluxos de caixa previsionais de activos financeiros e passivos técnicos com rendimento fixo associado à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro forward;
- Os activos financeiros e passivos técnicos associados a produtos “unit-linked” são considerados como exigíveis “à vista” pelo montante do respectivo justo valor desses activos e passivos à data de cada relato financeiro.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

	2012							Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
<u>Activo</u>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	210.893	265	811	2.152	2.155	189.963	-	406.239
Disponibilidades em outras instituições de crédito	385.323	-	-	-	-	-	-	385.323
Activos financeiros detidos para negociação	2.259.805	-	-	-	-	-	-	2.259.805
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.264.248	-	94.901	-	-	-	-	2.359.149
Activos financeiros disponíveis para venda	2	3.394	480.010	1.517.645	445.469	2.130.854	364.728	4.942.102
Aplicações em instituições de crédito	1.121.616	62.420	41.207	1.621.882	367.855	88.395	-	3.303.375
Crédito a clientes	502.781	2.719.557	4.492.858	4.864.315	3.258.002	15.457.201	-	31.294.714
Derivados de cobertura	284.850	-	-	-	-	-	-	284.850
	7.029.518	2.785.636	5.109.787	8.005.994	4.073.481	17.866.413	364.728	45.235.557
<u>Passivo</u>								
Recursos de bancos centrais	800.116	-	-	5.115.850	-	-	-	5.915.966
Passivos financeiros detidos para negociação	1.979.728	-	-	-	-	-	-	1.979.728
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.065.110	-	-	-	-	-	-	4.065.110
Recursos de outras instituições de crédito	382.424	980.845	26.922	325.405	274.595	-	-	1.990.191
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.676.235	3.953.522	4.279.865	4.667.400	1.543.530	73.417	-	20.193.969
Responsabilidades representadas por títulos	(9.730)	36.067	1.134.122	1.596.340	200.260	806.860	-	3.763.919
Derivados de cobertura	455.911	-	-	-	-	-	-	455.911
Provisões técnicas	31.013	3.366	6.775	13.829	12.861	268.476	-	336.320
	13.380.807	4.973.800	5.447.684	11.718.824	2.031.246	1.148.753	-	38.701.114

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2011						Indeterminado	Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos		
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	186.840	508	1.535	4.076	4.081	290.803	-	487.843
Disponibilidades em outras instituições de crédito	356.962	-	-	-	-	-	-	356.962
Activos financeiros detidos para negociação	1.990.932	-	-	-	-	-	-	1.990.932
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1.963.678	-	4.909	94.901	-	-	-	2.063.488
Activos financeiros disponíveis para venda	34.652	1.098.084	268.627	1.730.369	933.808	2.401.405	248.974	6.715.919
Aplicações em instituições de crédito	1.318.976	218.707	6.965	79.838	659.418	364.647	-	2.648.551
Crédito a clientes	320.681	3.143.458	5.278.745	6.481.676	4.245.405	14.734.212	-	34.204.177
Derivados de cobertura	167.302	-	-	-	-	-	-	167.302
	<u>6.340.023</u>	<u>4.460.757</u>	<u>5.560.781</u>	<u>8.390.860</u>	<u>5.842.712</u>	<u>17.791.067</u>	<u>248.974</u>	<u>48.635.174</u>
Passivo								
Recursos de bancos centrais	-	2.517.830	-	-	2.475.600	-	-	4.993.430
Passivos financeiros detidos para negociação	1.598.169	-	-	-	-	-	-	1.598.169
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.038.370	-	-	-	-	-	-	4.038.370
Recursos de outras instituições de crédito	898.441	1.398.446	52.474	196.740	700.630	92.100	-	3.338.831
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.291.933	5.384.644	4.522.322	2.334.111	1.960.887	51.053	-	19.544.950
Responsabilidades representadas por títulos	62.868	91.389	1.375.313	3.132.728	462.508	1.222.684	-	6.347.490
Derivados de cobertura	282.889	-	-	-	-	-	-	282.889
Provisões técnicas	23.544	954	7.757	14.765	13.549	297.445	-	358.014
	<u>12.196.214</u>	<u>9.393.263</u>	<u>5.957.866</u>	<u>5.678.344</u>	<u>5.613.174</u>	<u>1.663.282</u>	<u>-</u>	<u>40.502.143</u>

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Grupo na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua actividade, nomeadamente:

- Os fluxos previsionais de activos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;
- Os instrumentos financeiros classificados com “não estruturais” foram considerados como exigíveis “à vista”, com excepção dos instrumentos de capital registados como activos disponíveis para venda, que foram considerados com maturidade indeterminada. Activos e passivos financeiros não estruturais correspondem a activos não sujeitos a variações de taxa de juro (caixa, disponibilidades em instituições de crédito, instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda) e activos e passivos de negociação, cuja gestão tem por base o controlo à exposição ao risco de mercado. Neste âmbito, o Grupo considera o justo valor dos activos e passivos de negociação como o seu valor transaccional exigível à vista;
- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram considerados com uma maturidade média de 25 meses;
- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista;
- Os passivos e activos associados a produtos “unit link” da actividade seguradora do Grupo foram considerados como exigíveis “à vista” pelo montante do respectivo justo valor dos activos e passivos.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um activo financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a actividade de Negociação, é o Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, tendo sido aplicados ajustes estatísticos que permitiram incluir de forma rápida e eficaz os acontecimentos mais recentes, e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

Simultaneamente o Grupo procede a outras medidas que permitem um controlo adicional do risco de mercado, nomeadamente a Análise de Cenários (Stress Testing), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respectivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários busca identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efectuado um acompanhamento diário das posições, realizando um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detectar as eventuais incidências que possam existir para a sua imediata correcção. A elaboração diária da conta de resultados é um excelente indicador de riscos, na medida em que nos permite identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

Utilizam-se igualmente medidas de sensibilidades e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV – impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das actividades de derivados, devido ao seu carácter atípico, são realizadas diariamente medidas de sensibilidade específicas. Referimo-nos ao cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (delta e gamma), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que podemos classificar em dois grupos, em função dos seguintes objectivos:

- Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades);
- Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (loss triggers e stop losses).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, o modelo utilizado na análise permite medir e controlar todos os factores associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a sensibilidade da margem financeira e a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos do balanço.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)**Risco de taxa de juro**

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresenta o seguinte detalhe:

	2012				
	Exposição a		Não sujeito a risco		Total
	Taxa fixa	Taxa variável	de taxa de juro	Derivados	
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	141.602	210.763	-	352.365
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	385.323	-	385.323
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	233.639	2.026.166	2.259.805
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.039.384	262.741	55.863	-	2.357.988
Activos financeiros disponíveis para venda	3.229.853	621.924	138.045	-	3.989.822
Aplicações em instituições de crédito	1.717.489	1.347.731	32.202	-	3.097.422
Crédito a clientes	1.644.522	25.187.623	110.242	-	26.942.387
Derivados de cobertura	-	-	-	284.850	284.850
	8.631.248	27.561.621	1.166.077	2.311.016	39.669.962
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	5.800.000	37.242	-	5.837.242
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.979.728	1.979.728
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.065.110	-	-	-	4.065.110
Recursos de outras instituições de crédito	1.509.613	272.851	164.776	-	1.947.240
Recursos de clientes e outros empréstimos	14.751.019	4.520.865	388.039	-	19.659.923
Responsabilidades representadas por títulos	2.395.490	1.245.047	20.688	-	3.661.225
Derivados de cobertura	-	-	-	455.911	455.911
Provisões técnicas	335.036	-	-	-	335.036
	23.056.268	11.838.763	610.745	2.435.639	37.941.415
2011					
	Exposição a		Não sujeito a risco		Total
	Taxa fixa	Taxa variável	de taxa de juro	Derivados	
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	201.130	186.707	-	387.837
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	356.962	-	356.962
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	287.032	1.703.900	1.990.932
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1.600.413	403.142	40.267	-	2.043.822
Activos financeiros disponíveis para venda	4.561.372	902.311	(557.034)	-	4.906.649
Aplicações em instituições de crédito	1.883.708	305.621	135.021	-	2.324.350
Crédito a clientes	2.141.895	26.103.217	94.828	-	28.339.940
Derivados de cobertura	-	-	-	167.302	167.302
	10.187.388	27.915.421	543.783	1.871.202	40.517.794
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	4.900.000	13.234	-	4.913.234
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.598.169	1.598.169
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.038.370	-	-	-	4.038.370
Recursos de outras instituições de crédito	2.484.337	617.229	138.236	-	3.239.802
Recursos de clientes e outros empréstimos	13.839.836	4.930.782	302.995	-	19.073.613
Responsabilidades representadas por títulos	3.408.726	2.371.254	109.761	-	5.889.741
Derivados de cobertura	-	-	-	282.889	282.889
Provisões técnicas	358.027	-	-	-	358.027
	24.129.296	12.819.265	564.226	1.881.058	39.035.818

Actividade Bancária e outras

Instrumentos financeiros – balanço estrutural (exclui activos e passivos de negociação)

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos activos e passivos, com base em deslocamentos de 100 basis points (bp's) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- São identificados todos os activos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respectiva contribuição para a margem financeira sofrem alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;
- Os activos e passivos são agrupados em agregados homogéneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;
- Para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de repreciação (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);
- Por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de repreciação/vencimento;
- Definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;
- Por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;
- Para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados;
- Para cada intervalo é calculado o total dos fluxos activos e passivos e por diferença entre os mesmos o gap de risco de taxa de juro de cada intervalo.

O gap de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- Os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;
- Supõe variações paralelas das taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro;
- Não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspectiva da variação do Valor Patrimonial, as subidas das taxas de juro supõem uma diminuição de valor nos intervalos com gaps positivos e um incremento de valor nos gaps negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise;
- Vencimentos e repreciações – consideram-se as datas de vencimento e repreciação reais das operações. Os activos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis;
- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva spot da data de análise com a curva forward subjacente;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- Características das novas operações “New Business” (Prazo, repreciação, volumes, spread, indexante) – utilizam-se as condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas directrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a sensibilidade do valor patrimonial destes instrumentos financeiros a variações positivas e negativas de 100 basis points (bp's) corresponde a:

	2012		2011	
	Variação +100 bp's	Variação -100 bp's	Variação +100 bp's	Variação -100 bp's
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.379	(759)	1.954	(1.954)
Activos financeiros disponíveis para venda	3.783	(2.417)	2.503	(2.499)
Aplicações em instituições de crédito	19.133	(11.033)	3.115	(3.115)
Crédito a clientes	202.146	(110.606)	203.347	(203.063)
	<u>226.441</u>	<u>(124.815)</u>	<u>210.919</u>	<u>(210.631)</u>
Derivados de cobertura	<u>(36.845)</u>	<u>21.261</u>	<u>(37.907)</u>	<u>37.903</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	57.222	(39.964)	47.278	(47.278)
Recursos de outras instituições de crédito	21.250	(13.086)	10.400	(10.390)
Recursos de clientes e outros empréstimos	74.083	(44.824)	84.307	(80.220)
Responsabilidades representadas por títulos	9.702	(5.912)	18.223	(18.185)
	<u>162.257</u>	<u>(103.786)</u>	<u>160.208</u>	<u>(156.073)</u>

Instrumentos financeiros – negociação

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o qual se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia;
- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respectivamente, da distribuição de perdas e ganhos);
- Factor de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos factores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo. O factor de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente pela Metodologia de Risco de Mercado.

De qualquer forma, os valores do VaR são os que forem maiores quando se realizar o cálculo com o factor de decaimento em vigor e o cálculo com pesos uniformes.

- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em Euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, a moeda de reporte dos valores do VaR é dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades;
- Janela temporal de dados de mercado: É utilizar uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O Var Weighted Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo da distribuição de possíveis variações nos factores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo, de forma a que todas as interações entre os factores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico seleccionado.

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos, utilizando a respectiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados, e ficam recolhidos nos valores do VaR, os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos factores de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o VAR associado ao risco de taxa de juro corresponde a:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
VaR Percentil 99%	(9)	(34)
VaR Weighted Percentil 99%	(13)	(25)

Actividade Seguradora

Os produtos sujeitos a este tipo de risco são aqueles cujo caucionamento é composto por activos sensíveis às variações das taxas de juro, sendo mais ou menos sensíveis conforme a maturidade desses mesmos activos.

Na sua generalidade, os activos de taxa de juro predominantes neste tipo de produtos são obrigações de taxa variável ou de taxa fixa.

As obrigações de taxa variável são menos sensíveis a variações das taxas de juros, dado que até à sua maturidade, os cupões são fixados periodicamente e o seu risco reside em grande parte no spread de crédito, representativo do risco do emissor.

Assim sendo, o valor das obrigações de taxa variável é mais estável que o das obrigações de taxa fixa.

O indicador de sensibilidade à volatilidade das taxas de juro dos activos de taxa fixa é a MDuration, a qual mede a sensibilidade do preço de uma obrigação em relação a uma alteração na taxa de rendimento até à sua maturidade.

É definido em Comité de Investimentos a MDuration média para as carteiras de obrigações de taxa fixa e o desvio máximo permitido, a qual é calculada periodicamente e reportada aos Comités de Investimentos e de Riscos.

Procede-se, ainda, ao controlo do cumprimento da normativa legal conforme as características e classificação legal dos produtos.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros associados a produtos de seguro (à excepção de produtos Unit Links) a variações positivas e negativas de 100 basis points (bp's) corresponde a:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
+ 100 bp's	(265)	64
- 100 bp's	265	(64)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A sensibilidade do valor patrimonial associado aos produtos de seguros cujo risco de investimento é suportado pelo tomador do seguro é considerada imaterial, decorrente do comportamento simétrico dos activos e passivos associados a estes produtos.

Risco cambial

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da área de Tesouraria, de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes e é efectuada recorrendo sobretudo a *swaps* de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela área de Riscos de Mercado.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2012			Total
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	346.048	3.736	2.581	352.365
Disponibilidades em outras instituições de crédito	357.445	12.559	15.319	385.323
Activos financeiros detidos para negociação	2.257.904	1.871	30	2.259.805
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.345.716	12.272	-	2.357.988
Activos financeiros disponíveis para venda	3.981.874	7.948	-	3.989.822
Aplicações em instituições de crédito	2.704.835	352.396	40.191	3.097.422
Crédito a clientes	26.875.174	37.617	29.596	26.942.387
Derivados de cobertura	284.180	670	-	284.850
	<u>39.153.176</u>	<u>429.069</u>	<u>87.717</u>	<u>39.669.962</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	5.837.242	-	-	5.837.242
Passivos financeiros detidos para negociação	1.977.567	2.085	76	1.979.728
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.065.110	-	-	4.065.110
Recursos de outras instituições de crédito	1.574.591	366.025	6.624	1.947.240
Recursos de clientes e outros empréstimos	18.654.253	825.959	179.711	19.659.923
Responsabilidades representadas por títulos	3.661.225	-	-	3.661.225
Derivados de cobertura	454.133	1.778	-	455.911
Provisões técnicas	335.036	-	-	335.036
	<u>36.559.157</u>	<u>1.195.847</u>	<u>186.411</u>	<u>37.941.415</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2011			Total
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	382.103	3.631	2.103	387.837
Disponibilidades em outras instituições de crédito	320.314	23.126	13.522	356.962
Activos financeiros detidos para negociação	1.983.311	7.473	148	1.990.932
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.032.407	11.415	-	2.043.822
Activos financeiros disponíveis para venda	4.897.043	9.606	-	4.906.649
Aplicações em instituições de crédito	1.926.999	378.576	18.775	2.324.350
Crédito a clientes	28.249.908	51.966	38.066	28.339.940
Derivados de cobertura	166.846	456	-	167.302
	<u>39.958.931</u>	<u>486.249</u>	<u>72.614</u>	<u>40.517.794</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	4.913.234	-	-	4.913.234
Passivos financeiros detidos para negociação	1.590.548	7.473	148	1.598.169
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.038.370	-	-	4.038.370
Recursos de outras instituições de crédito	2.754.724	475.918	9.160	3.239.802
Recursos de clientes e outros empréstimos	18.024.238	891.667	157.708	19.073.613
Responsabilidades representadas por títulos	5.889.741	-	-	5.889.741
Derivados de cobertura	282.079	810	-	282.889
Provisões técnicas	358.027	-	-	358.027
	<u>37.850.961</u>	<u>1.375.868</u>	<u>167.016</u>	<u>39.393.845</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o VaR associado ao risco cambial referente à actividade bancária do Grupo corresponde a:

	2012	2011
VaR Percentil 99%	(11)	(16)
VaR Weighted Percentil 99%	(9)	(9)

Os activos e passivos financeiros associados à actividade Seguradora são maioritariamente expressos em Euros, sendo o risco cambial imaterial.

Risco de cotação de activos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o Grupo não tinha risco associado de cotações de activos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

50. GESTÃO DO CAPITAL

A Santander Totta, SGPS a nível consolidado (Grupo) procura uma elevada solidez financeira consubstanciada na manutenção de um rácio core tier I materialmente acima de 10%, fixado no Aviso nº 3/2011 do Banco de Portugal para os grupos financeiros sujeitos à supervisão em base consolidada para 31 de Dezembro de 2012, e alcançado unicamente com recurso à geração interna de resultados.

A política de distribuição de resultados está condicionada pela manutenção de níveis de capital que permitam ao Grupo sustentar o desenvolvimento das suas operações dentro da sua política de riscos. Relativamente ao exercício de 2012, o Conselho de Administração da Sociedade propõe a distribuição de dividendos de mEuros 70.000, o que corresponde a um dividendo de 0,00035 Euros por acção.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A partir de Junho de 2009, a ST SGPS utilizou o método misto para o risco de crédito, nomeadamente o método avançado (IRB) para algumas carteiras e o método padrão para outras (risco soberano, cartões e pequenos negócios). A carteira de cartões passou a ser tratada de acordo com o método IRB a partir de Março de 2011 e a carteira de pequenos negócios a partir de Dezembro de 2012. O risco soberano e operações manuais são tratados pelo método padrão.

Em Dezembro de 2010, a ST SGPS passou a utilizar o método misto para o risco de mercado, nomeadamente modelos internos para a maioria dos derivativos de negociação (IRB) e o método padrão para o resto da carteira de negociação.

Em Junho de 2012, a ST SGPS passou a utilizar o método padrão para efeitos de apuramento dos requisitos do risco operacional, tendo até então utilizado o método do indicador básico.

No quadro seguinte resume-se a composição do capital regulamentar e rácios prudenciais da Santander Totta, SGPS a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (montantes expressos em milhões de Euros):

	Valores em milhões de Euros	
	2012 (*)	2011
A - FUNDOS PRÓPRIOS BASE (TIER I)	2.444	2.412
Capital Elegível	1.972	1.972
Reservas e Resultados Elegíveis (exc. Interesses Minoritários)	405	346
Interesses Minoritários Elegíveis	567	575
Impactos de transição IAS (regime transitório)	28	57
Deduções aos F.P. Base	-527	-538
B - FUNDOS PRÓP. Complementares (TIER II)	0	0
Passivos subordinados c/venc.indeterminado	4	4
Passivos subordinados c/venc.determinado	0	0
Reservas de Reavaliação	0	0
Outros Elementos / Deduções aos F.P. Complementares	-5	-4
C - DEDUÇÕES AOS F.P. TOTAIS	-7	-6
D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (A+B+C)	2.437	2.406
E - POSIÇÕES DE RISCOS PONDERADAS	18.370	20.927
RÁCIOS	2012 (*)	2011
TIER I (A/E)	13,3%	11,5%
CORE CAPITAL	12,3%	11,0%
TIER II (B/E)	0,0%	0,0%
RÁCIO DE ADEQUAÇÃO DE FUNDOS PRÓPRIOS (D/E)	13,3%	11,5%

(*) De acordo com a Instrução 16/2004 do BdP, excluindo os resultados gerados em 2012, o rácio de adequação de fundos próprios é 12,7%, o Tier I é 12,8% e o Core Tier I é 11,7%.

A Sociedade mantém níveis sólidos de capital como o demonstra o rácio core capital de 12,3% - muito acima dos 10% estipulados pelo Banco de Portugal para o final de 2012 - e o rácio Tier I de 13,3% em Dezembro de 2012 e que comparam com 11,0% e 11,5%, respectivamente, em Dezembro de 2011. Por sua vez, o rácio de adequação de fundos próprios atingiu 13,3% em Dezembro de 2012 comparado com 11,5% em Dezembro de 2011. Para esta melhoria, contribuiu a incorporação de resultados de 2012 líquida de dividendos e o processo de desalavancagem concretizado pelo Grupo.

SANTANDER TOTTA , SGPS

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TITULOS EM 31 DE DEZEMBRO 2012

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificações			Correcções de valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado					
Obrigações de caixa												
AutoCallable 80-20	EUR	1.611	-	1.611	-	-	-	(217)	1.394	Variável	7-Jun-2013	Cabaz de Ações
AutoCallable 80-20 2ª serie	EUR	2.950	-	2.950	-	-	-	(147)	2.803	Variável	30-Ago-2013	Cabaz de Ações
Europa 5	EUR	7.424	-	7.424	-	-	-	(11)	7.413	Variável	8-Mar-2013	Cabaz de ações
Europa 5 2ªserie	EUR	3.094	-	3.094	-	-	-	(3)	3.091	Variável	25-Mai-2013	Cabaz de ações
Europa 155	EUR	1.920	-	1.920	-	-	-	(14)	1.906	Variável	28-Jun-2014	2 Índices accionistas
Performance Mais	EUR	63.096	58.819	4.277	60	56	4	3.131	7.412	Variável	24-Nov-2014	Cabaz índices
Performance Mais II	EUR	13.731	10.912	2.819	4	3	1	699	3.519	Variável	15-Jan-2015	Cabaz índices
Rendimento Europeu	EUR	99.796	94.010	5.786	411	383	28	5.004	10.818	Variável	6-Ago-2014	Índice accionista
Rendimento Global	EUR	3.767	-	3.767	-	-	-	(1)	3.766	Variável	18-Jan-2013	Cabaz de ações
ST Diversificação Invest 2º amortização Clientes	EUR	28.008	26.281	1.727	1.593	1.448	145	2.434	4.306	Variável	28-Mar-2013	Taxa de câmbio EUR/USD
ST Diversificação Invest 3º amortização Clientes	EUR	19.817	18.091	1.726	-	-	-	-	1.726	Variável	28-Mar-2015	Cabaz índices
ST Diversificação Invest 4º amortização Clientes	EUR	23.913	22.186	1.727	-	-	-	-	1.727	Variável	28-Mar-2017	Cabaz índices
Valorização Performance 5 anos	EUR	21.533	-	21.533	243	-	243	319	22.095	Variável	30-Set-2015	Cabaz índices
Valorização Performance 5 anos OUTUBRO 2010	EUR	9.993	-	9.993	108	-	108	105	10.206	Variável	2-Nov-2015	Cabaz índices
Valorização Dolar	EUR	3.645	-	3.645	-	-	-	(4)	3.641	Variável	12-Abr-2013	Taxa de câmbio EUR/USD
Top Alemanha	EUR	65.042	-	65.042	1.224	-	1.224	1.893	68.159	Variável	13-Fev-2015	Cabaz de Ações
Top Alemanha Fevereiro 2011	EUR	57.892	-	57.892	1.316	-	1.316	1.469	60.677	Variável	9-Mar-2015	Cabaz de Ações
Valorização China	EUR	56.379	-	56.379	980	-	980	1.262	58.621	Variável	2-Abr-2015	Índice FTSE China 25
América Latina	EUR	2.175	-	2.175	35	-	35	33	2.243	Variável	20-Mai-2014	Cabaz de Fundos
EUA	EUR	74.607	-	74.607	1.687	-	1.687	892	77.186	Variável	30-Jun-2014	Índice de Ações Standard & Poor's 500
America Latina Top 3	EUR	99.997	-	99.997	2.121	-	2.121	1.481	103.599	Variável	31-Out-2014	Índice de Ações FTSE Latibex Top
AutoCallable 85-15	EUR	570	-	570	-	-	-	(58)	512	Variável	29-Set-2014	Cabaz de Ações
		660.960	230.299	430.661	9.782	1.890	7.892	18.267	456.820			
Obrigações Hipotecárias												
Hipotecárias II	EUR	1.000.000	139.550	860.450	5.597	729	4.868	36.592	901.910	3,25%	21-Out-2014	Taxa Fixa
Hipotecárias III	EUR	1.000.000	22.200	977.800	18.583	416	18.167	3.826	999.793	2,63%	15-Abr-2013	Taxa Fixa
Hipotecárias IV - 1ª Tranche	EUR	750.000	750.000	-	2.157	2.157	-	-	-	4,38%	12-Jan-2014	Taxa Fixa
Hipotecárias IV - 2ª Tranche	EUR	600.000	597.700	2.300	831	794	37	-	2.337	3,31%	12-Jan-2014	Taxa Fixa
Hipotecárias IV - 4ª Tranche	EUR	225.000	225.000	-	73	73	-	-	-	2,61%	12-Jan-2014	Taxa Fixa
Hipotecárias IV - 5ª Tranche	EUR	175.000	175.000	-	-	-	-	-	-	3,19%	30-Mar-2014	Taxa Fixa
Hipotecárias V	EUR	1.250.000	1.250.000	-	-	-	-	-	-	2,69%	23-Mai-2014	Taxa Fixa
Hipotecárias VI - 1ª tranche	EUR	250.000	250.000	-	-	-	-	-	-	2,70%	4-Nov-2014	Taxa Fixa
Hipotecárias VII - 1ª tranche	EUR	380.000	380.000	-	-	-	-	-	-	2,70%	4-Nov-2014	Taxa Fixa
Hipotecárias VIII - 1ª tranche	EUR	250.000	250.000	-	-	-	-	-	-	2,71%	4-Nov-2014	Taxa Fixa
		5.880.000	4.039.450	1.840.550	27.241	4.169	23.072	40.418	1.904.040			

SANTANDER TOTTA , SGPS

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TITULOS EM 31 DE DEZEMBRO 2012

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificações			Correcções de valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado					
Obrigações emitidas no âmbito de operações de securitização												
Hipototta 1 - Classe A - Notes	EUR	185.578	150.884	34.694	56	2	54	-	34.748	Variável	25-Nov-2034	Euribor 3m+0,27% (até ao reembolso antecipado a Agosto de 2012); Euribor 3m+0,54% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 1 - Classe B - Notes	EUR	11.966	11.966	-	-	-	-	-	-	Variável	12-Nov-2034	Euribor 3m+0,65% (até ao reembolso antecipado a Agosto de 2012); Euribor 3m+0,95% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 1 - Classe C - Notes	EUR	5.273	5.273	-	-	-	-	-	-	Variável	12-Nov-2034	Euribor 3m+1,45% (até ao reembolso antecipado a Agosto de 2012); Euribor 3m+1,65% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 1 - Classe D - Notes	EUR	11.000	11.000	-	3.934	3.934	-	-	-	Variável	12-Nov-2034	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta 4 - Classe A - Notes	EUR	1.034.987	514.752	520.235	(1.247)	5	(1.252)	-	518.983	Variável	30-Dez-2048	Euribor 3m+0,12% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,24% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe B - Notes	EUR	37.654	37.654	-	1	1	-	-	-	Variável	30-Dez-2048	Euribor 3m+0,19% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,40% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe C - Notes	EUR	118.918	118.918	-	1	1	-	-	-	Variável	30-Dez-2048	Euribor 3m+0,29% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,58% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe D - Notes	EUR	14.000	14.000	-	17.038	17.038	-	-	-	Variável	30-Dez-2048	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta 5 - Classe A2 - Notes	EUR	900.659	245.141	655.518	(331)	69	(400)	-	655.118	Variável	28-Fev-2060	Euribor 3m+0,13% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,26% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe B - Notes	EUR	26.000	26.000	-	8	8	-	-	-	Variável	28-Fev-2060	Euribor 3m+0,17% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,34% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe C - Notes	EUR	24.000	24.000	-	9	9	-	-	-	Variável	28-Fev-2060	Euribor 3m+0,24% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,48% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe D - Notes	EUR	26.000	26.000	-	13.296	13.296	-	-	-	Variável	28-Fev-2060	Euribor 3m+0,50% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+1,00% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe E - Notes	EUR	31.000	31.000	-	53	53	-	-	-	Variável	28-Fev-2060	Euribor 3m+1,75% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+3,50% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe F - Notes	EUR	10.000	10.000	-	-	-	-	-	-	Variável	28-Fev-2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta 7 - Classe A2 - Notes	EUR	1.029.927	1.029.927	-	918	918	-	-	-	Variável	28-Fev-2061	Euribor 3m+0,30%
Hipototta 7 - Classe B - Notes	EUR	60.000	60.000	-	219	219	-	-	-	Variável	28-Fev-2061	Euribor 3m+0,60%
Hipototta 7 - Classe C - Notes	EUR	50.000	50.000	-	219	219	-	-	-	Variável	28-Fev-2061	Euribor 3m+1,2%
Hipototta 7 - Classe D - Notes	EUR	44.000	44.000	-	6.206	6.206	-	-	-	Variável	28-Fev-2061	Euribor 3m+2,75%
Hipototta 7 - Classe E - Notes	EUR	50.000	50.000	-	6.206	6.206	-	-	-	Variável	28-Fev-2061	Euribor 3m+4,75%
Hipototta 7 - Classe F - Notes	EUR	20.000	20.000	-	6.206	6.206	-	-	-	Variável	28-Fev-2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Leasetotta - Classe A - Notes	EUR	254.589	254.589	-	281	281	-	-	-	Variável	15-Jan-2042	Euribor 3m+0,30%
Leasetotta - Classe B - Notes	EUR	260.000	260.000	-	2.794	2.794	-	-	-	Variável	15-Jan-2042	Euribor 3m+4,75%
Leasetotta - Classe C - Notes	EUR	65.000	65.000	-	11.052	11.052	-	-	-	Variável	15-Jan-2042	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
		4.270.551	3.060.104	1.210.447	66.919	68.517	(1.598)	-	1.208.849			
Obrigações emitidas ao abrigo do programa EMTN												
EMTN's	EUR	160.530	1.650	158.880	1.124	74	1.050	(68.414)	91.516			
TOTAL DE RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TITULOS		10.972.041	7.331.503	3.640.538	105.066	74.650	30.416	(9.729)	3.661.225			

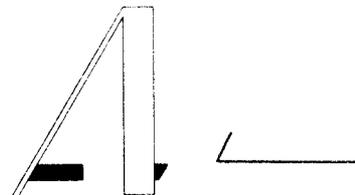
SANTANDER TOTTA - SGPS, S.A.

OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2012

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor de emissão			Periodificações			Total Balanço Consolidado	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso antecipado a partir de:
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado				
BSI											
- Obrigações Perpétuas Subordinadas 2000	EUR	270.447	270.447	-	154	154	-	-	2,07%	Perpétuas	22 de Junho de 2010
- Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	EUR	4.275	4.275	-	36	36	-	-	2,35%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011
- Obrigações Perpétuas subordinadas BSP 2001	EUR	13.818	13.818	-	117	117	-	-	2,35%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011
- Empréstimo Subordinado 2007	EUR	50.000	50.000	-	1	1	-	-	0,84%	Perpétuo	29 de Junho de 2017
- MC Factor 2008	EUR	599	599	-	-	-	-	-	2,84%	Perpétuas	-
Totta Seguros											
- Obrigações perpétuas subordinada - Totta Seguros 2002	EUR	14.000	14.000	-	1	1	-	-	1,92%	Perpétuas	-
		353.139	353.139	-	309	309	-	-			

Relatórios e Pareceres Consolidados



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da sociedade **SANTANDER TOTTA, SGPS, SA**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2012, (que evidencia um total de 41.400.311 mEuros e um total de capital próprio de 2.767.349 mEuros, incluindo um resultado consolidado líquido atribuível aos accionistas de 250.198.696 mEuros), as Demonstrações consolidadas dos resultados, das alterações nos capitais próprios, do rendimento integral e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das Empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas, e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da sociedade SANTANDER TOTTA, SGPS, SA em 31 de Dezembro de 2012, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário e nos termos das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) adoptadas pela União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfase

9. Sem afectar a opinião expressa nos parágrafos 7 e 8 acima, chamamos a atenção para o facto de, conforme divulgado de forma detalhada na Nota 40 do Anexo, em Julho de 2012, a Santander Totta Seguros (Companhia) ter celebrado com a Abbey Life Assurance Company Limited (“Ressegurador”) um tratado de resseguro proporcional, no âmbito do qual ressegurou a totalidade dos riscos de mortalidade e de invalidez permanente associados às apólices em 30 de Junho de 2012 da generalidade dos produtos do ramo vida risco (“carteira”). Na sequência desta operação a Companhia recebeu uma comissão de resseguro cedido no montante de 239.600.000 Euros, equivalente à estimativa do valor actual dos lucros futuros da carteira ressegurada, tendo sido efectuado o seu reconhecimento integral nos resultados do período, na rubrica “Comissões e participação nos resultados de resseguro cedido”.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2013


ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por José Duarte Assunção Dias

L.C.U
/

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas consolidadas da sociedade **SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.**, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2012.
2. O Conselho Fiscal, ao longo do exercício em análise, acompanhou a gestão do Grupo **SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.** e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contactos com os seus responsáveis, bem como da leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração. Efectuou reuniões com regularidade, nas quais, por via de regra, contou com a presença de membros do Conselho de Administração, dos Revisores Oficiais de Contas da empresa mãe e das sociedades dependentes bem como do Director de Coordenação de Contabilidade e Controlo de Gestão e obteve todos esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções de fiscalização.
3. O Conselho Fiscal procedeu ainda à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo detectado situações de incumprimento e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no artº 420º do Código das Sociedades Comerciais tendo, designadamente, apreciado as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira e fiscalizado a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna implantados no Grupo.
4. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas consolidadas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual mereceu o seu acordo.
5. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações financeiras consolidadas (Balanço em 31 de Dezembro de 2012, Demonstração dos resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo às Demonstrações financeiras), são adequados à compreensão da situação patrimonial do Grupo empresarial liderado pela **SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.**, no fim do exercício e da forma como se formaram os resultados e se desenrolou a actividade.
6. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração e dos Serviços.

PARECER

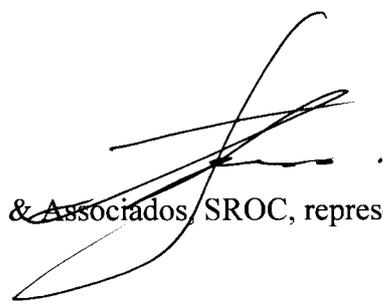
Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da sociedade **SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.**, aprove o Relatório do Conselho de Administração e as Contas consolidadas do exercício de 2012.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2013

O CONSELHO FISCAL



Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha (Presidente)



Mazars & Associados, SROC, representada por Fernando Vieira (Vogal)



Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro (Vogal)

Demonstrações Financeiras Individuais

SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.

BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	2012		2011		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2012	2011
		Valor antes de Imparidade e Amortizações	Amortizações, Provisões e Imparidade	Valor Líquido	Valor Líquido				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	3.238	-	3.238	157	Passivo			
Activos financeiros disponíveis para venda	3	36.332	1.813	34.519	53.222	Provisões	8	42	42
Aplicações em instituições de crédito	4	82.700	-	82.700	108.005	Passivos por impostos correntes	6	850	288
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5	2.822.256	-	2.822.256	2.822.256	Outros passivos	9	35.128	112
Activos por impostos correntes	6	657	-	657	244	Total do Passivo		36.020	442
Activos por impostos diferidos	6	4.811	-	4.811	1.313	Capital Próprio			
Outros activos	7	159.516	480	159.036	85.037	Capital	10	1.972.962	1.972.962
						Reservas de reavaliação	10	(13.344)	(3.641)
						Outras reservas e resultados transitados	10	1.069.274	914.060
						(Acções próprias)	10	(1.089)	(796)
						Resultado líquido do exercício	10	78.394	187.207
						Dividendo antecipado	10	(35.000)	-
						Total do Capital Próprio		3.071.197	3.069.792
Total do Activo		3.109.510	2.293	3.107.217	3.070.234	Total do Passivo e do Capital Próprio		3.107.217	3.070.234

O Anexo faz parte integrante destes balanços

SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS POR NATUREZAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Juros e rendimentos similares	11	3.227	2.216
Margem financeira		<u>3.227</u>	<u>2.216</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	12	76.220	185.057
Produto bancário		<u>79.447</u>	<u>187.273</u>
Gastos gerais administrativos		(193)	(199)
Resultado antes de impostos		<u>79.254</u>	<u>187.074</u>
Impostos			
Correntes		(860)	133
Resultado líquido do exercício		<u>78.394</u>	<u>187.207</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2012	2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	2.527	1.908
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(177)	(197)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	(1)	(1)
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	2.349	1.710
 (Aumentos) diminuições de activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	25.300	7.000
	25.300	7.000
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	27.649	8.710
Impostos pagos	(81)	187
Caixa líquida das actividades operacionais	27.568	8.897
 FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	2.221	185.057
Aquisição de activos disponíveis para venda	-	(62.049)
Reembolso de activos disponíveis para venda	5.578	4.100
Rendimentos adquiridos nos activos disponíveis para venda	-	14
Caixa líquida das actividades de investimento	7.799	127.122
 FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Dividendos pagos	(31.993)	(204.961)
Aquisição de acções próprias	(293)	(282)
Caixa líquida das actividades de financiamento	(32.286)	(205.243)
Aumento/(Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	3.081	(69.224)
Caixa e seus equivalentes no início do período	157	69.381
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.238	157

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Notas às Demonstrações Financeiras Individuais

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Santander Totta – SGPS, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 16 de Dezembro de 2004 e tem como objecto social a gestão de participações sociais, como forma indirecta de exercício de actividade económica, nos termos previstos na lei.

Por escritura pública celebrada no dia 16 de Dezembro de 2004, registou-se a cisão simples da sociedade Banco Totta & Açores, S.A. (totta), mediante a transferência de parte do seu património para com ela constituir esta nova sociedade – Santander Totta, SGPS, S.A (Santander Totta). O património cedido consiste em participações financeiras maioritárias, que foram transmitidas pelo valor que se encontravam registadas na sociedade cindida, observando-se assim as condições que permitem a aplicação de neutralidade fiscal (artigo 68.º do Código do IRC).

Por escritura celebrada no dia 21 de Abril de 2005, foi efectuada a fusão por incorporação da Foggia, SGPS, S.A. (Foggia) na Santander Totta, tendo sido extinta a sociedade incorporada e transmitida a universalidade dos seus direitos e obrigações para a incorporante. O património da sociedade incorporada foi registado pelo seu valor líquido contabilístico, tendo os termos de troca sido determinados a 1 de Janeiro de 2005, com base na relação entre os capitais próprios por acção. Em consequência da fusão, o capital social da Santander Totta foi aumentado em mEuros 464.168 para mEuros 1.972.962 representado por 197.296.207.958 acções ordinárias, com valor nominal de 1 cêntimo de euro cada uma. Nesta operação foi ainda registada uma reserva de fusão na Santander Totta, SGPS no montante de mEuros 640.575.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras da Santander Totta foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº. 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal e das Instruções nº 9/2005 e nº 23/2004, na sequência da competência que lhe é conferida pelo nº 3 do artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº. 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº. 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal, excepto nas situações referidas na carta circular n.º102/2004/DSB de 23 de Dezembro de 2004.

1.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

i) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida que não se encontrem classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, como investimentos a deter até à maturidade ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio denominada “Reserva de justo valor” até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidos directamente na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados na rubrica de “Juros e rendimentos similares” da demonstração dos resultados.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável, nomeadamente os dividendos, são reconhecidos em resultados na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

ii) Imparidade em activos financeiros

Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

Para títulos cotados, considera-se que existe evidência de imparidade numa situação de desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação dos títulos. Para títulos não cotados, é considerado evidência de imparidade a existência de impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com fiabilidade.

Caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Relativamente a activos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

iii) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

iv) Impostos sobre Lucros

A Sociedade é tributada segundo o regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

v) Especialização dos exercícios

A Sociedade adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

vi) Investimento em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

As empresas filiais são entidades nas quais a Santander Totta exerce controlo sobre a sua gestão. As empresas associadas são entidades em que a Santander Totta exerce influência significativa, mas não detém o controlo. Como influência significativa entende-se uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade, mas sem existir controlo nem controlo conjunto sobre a mesma.

As empresas filiais e associadas são valorizadas ao custo de aquisição, sendo objecto de análise de perdas por imparidade.

2. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2012 esta rubrica diz respeito a um depósito à ordem junto do Banco Santander Totta no montante de mEuros 3.238 (mEuros 157 em 31 de Dezembro de 2011).

3. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é constituída da seguinte forma:

	2012				2011					
	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de Justo Valor (Nota 10)	Imparidade (Nota 8)	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de Justo Valor (Nota 10)	Imparidade (Nota 8)	Valor de balanço
Instrumentos de dívida										
Emitidos por residentes										
Outros não residentes	52.510	1	(18.155)	-	34.356	58.007	6	(4.954)	-	53.059
	52.510	1	(18.155)	-	34.356	58.007	6	(4.954)	-	53.059
Instrumentos de Capital										
Emitidos por residentes										
Valorizados ao justo valor	113	-	-	(83)	30	113	-	-	(83)	30
Valorizados ao custo histórico	1.077	-	-	(1.077)	-	1.077	-	-	(1.077)	-
Outros										
Emitidos por não residentes										
Valorizados ao justo valor	786	-	-	(653)	133	786	-	-	(653)	133
	1.976	-	-	(1.813)	163	1.976	-	-	(1.813)	163
	54.486	1	(18.155)	(1.813)	34.519	59.983	6	(4.954)	(1.813)	53.222

O movimento ocorrido na imparidade em 2012 é apresentado na Nota 8.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

4. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Aplicações em Instituições de Crédito no País		
Depósitos	82.700	108.000
Juros a Receber	-	5
	<u>82.700</u>	<u>108.005</u>

5. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os investimentos em empresas filiais apresentam a seguinte composição:

	<u>2012</u>		<u>2011</u>	
	<u>Participação Directa (%)</u>	<u>Valor de balanço</u>	<u>Participação Directa (%)</u>	<u>Valor de balanço</u>
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	99,99	47.250	99,99	47.250
Banco Santander Totta, S.A.	97,66	2.774.601	97,66	2.774.601
Taxagest, SGPS, S.A.	1,00	405	1,00	405
		<u>2.822.256</u>		<u>2.822.256</u>

Em 1 de Abril de 2011, o Banco Santander Totta, S.A. procedeu à fusão por incorporação da Totta - Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito, S.A. (IFIC), nos termos dos artigos 97º e 98º do Código das Sociedades Comerciais.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

6. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Activos por impostos correntes		
Pagamento especial por conta	27	3
Retenções na fonte	<u>630</u>	<u>242</u>
	<u>657</u>	<u>244</u>
Activos por impostos diferidos		
Relativos a diferenças temporárias (Nota 10)	<u>4.811</u>	<u>1.313</u>
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	<u>(850)</u>	<u>(288)</u>
	<u>4.618</u>	<u>1.269</u>

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

Com a publicação da Lei nº 12–A/2010, de 30 de Junho, foi introduzida a derrama estadual, que é paga por todos os sujeitos passivos que apurem um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a mEuros 2.000. A derrama estadual corresponde a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite.

Com a publicação da Lei do Orçamento do Estado para 2012 (Lei nº 64–B/2011, de 30 de Dezembro), as empresas que apresentem nesse exercício e nos seguintes lucros tributáveis mais elevados são sujeitas a taxas agravadas em sede de derrama estadual. Nesse sentido, as empresas com lucros tributáveis compreendidos entre mEuros 1.500 e mEuros 10.000 passam a estar sujeitas a uma taxa de derrama estadual de 3% e as empresas com lucros tributáveis superiores a mEuros 10.000 ficam sujeitas a uma taxa de 5%. Assim, sempre que o lucro tributável apurado exceda os mEuros 10.000, aplicar-se-á uma taxa de 3% ao montante de mEuros 8.500, aplicando-se uma taxa de 5% ao lucro tributável remanescente.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Sociedade durante um período de quatro anos, excepto nos casos de prejuízos fiscais reportáveis, em que o prazo de caducidade do direito à liquidação é de seis anos. Desse facto poderão resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos anos em aberto.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A reconciliação entre a taxa normal de imposto e a taxa efectiva, nos exercícios de 2012 e 2011, é como segue:

	2012		2011	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Lucro considerado para apuramento de imposto		79.254		187.074
Imposto apurado com base na taxa de imposto corrente	26,50%	21.002	26,50%	49.575
Dividendos não tributáveis	-25,49%	(20.198)	-26,21%	(49.040)
Correcções de anos anteriores	-0,01%	(10)	-0,23%	(421)
Outros	0,08%	66	-0,13%	(247)
Impostos sobre os lucros do exercício	1,09%	860	-0,07%	(133)

7. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Devedores e Outras Aplicações		
Devedores diversos		
Suprimentos	477	477
Dividendos a receber	74.000	-
Outros	85.039	85.040
	<u>159.516</u>	<u>85.517</u>
Imparidade (Nota 8)	(480)	(480)
	<u>159.036</u>	<u>85.037</u>

Os contratos de suprimentos foram efectuados à sociedade SUPERGOLF, SGPS, S.A. no montante de 170 mEuros, à sociedade PAVRIL – Pavimentos do Ribatejo, S.A. no montante de 269 mEuros e à sociedade FAFER – Empreendimentos Urbanísticos e de Construções, S.A. no montante de 37 mEuros e são saldos provenientes da incorporação da FOGGIA, SGPS, S.A. na Sociedade.

Em Outubro de 2008 a Santander Totta concedeu à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., prestações acessórias, reembolsáveis nos termos dos Estatutos da sociedade, no montante de 85.000 mEuros. Estas prestações foram classificadas como outros activos de acordo com a IAS 32.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

8. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas imparidades e provisões durante o ano de 2011 e 2012 foi o seguinte:

	Saldo em 2010	Dotações	Reposições	Saldo em 2011	Dotações	Reposições	Saldo em 2012
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 3)							
Emitidos por residentes							
Instrumentos de capital	1.160	-	-	1.160	-	-	1.160
Emitidos por não residentes							
Instrumentos de capital	653	-	-	653	-	-	653
	<u>1.813</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.813</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.813</u>
Imparidade em Outros Activos (Nota 7)							
Devedores e Outras Aplicações	480	-	-	480	-	-	480
Outras provisões	42	-	-	42	-	-	42
	<u>2.335</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.335</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.335</u>

9. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Credores e outros recursos		
Dividendos a pagar	<u>35.046</u>	<u>45</u>
Encargos a pagar		
Gastos gerais administrativos	<u>69</u>	<u>54</u>
Receitas com rendimento diferido	<u>13</u>	<u>13</u>
	<u>35.128</u>	<u>112</u>

10. CAPITAIS PRÓPRIOS

Conforme descrito na Nota 1, a Santander Totta foi constituída no dia 16 de Dezembro de 2004 no âmbito da operação de cisão/fusão do totta. O capital social foi realizado em espécie pelos accionistas da Sociedade, através da entrega das acções das participações financeiras na Foggia, SGPS e na Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, as quais foram destacadas do património do ex-totta pelo seu valor contabilístico.

Desta forma, em 31 de Dezembro de 2004, o capital social da Santander Totta estava representado por 150.879.442.125 acções, com o valor nominal de um cêntimo cada, estando totalmente subscrito e realizado.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 21 de Abril de 2005 foi efectuada a fusão por incorporação da Foggia, SGPS na Santander Totta. Procedeu-se em consequência ao aumento do capital social da Sociedade, que desta forma estava a 30 de Junho representado por 197.296.207.958 acções ordinárias, com valor nominal de 1 cêntimo de euro cada uma, tendo sido ainda registada nas contas individuais da Sociedade uma reserva de fusão de mEuros 640.575.

No dia 28 de Maio de 2012, em reunião da Assembleia Geral foi deliberada a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2011 no montante de mEuros 32.000.

No dia 20 de Dezembro de 2012, o Conselho de Administração da Santander Totta SGPS, S.A. deliberou a distribuição de dividendos antecipados no montante de mEuros 35.000.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 os principais accionistas da sociedade eram os seguintes:

	%
	<u>Participação</u>
Santusa Holding – Grupo Santander	99,86%
Outros	0,14%

	100,00%
	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as outras reservas e resultados transitados tinham a seguinte composição:

	2012	2011
Fusão da Foggia, SGPS na Sociedade - Reserva de fusão	640.575	640.575
Reserva Legal	174.798	156.077
Resultados Transitados	253.901	117.408
Acções Próprias	(1.089)	(796)
	<u>1.068.185</u>	<u>913.264</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as reservas de reavaliação tinham a seguinte composição:

	2012	2011
Reservas de reavaliação		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor:		
De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 3)	(18.155)	(4.954)
Reservas por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias:		
Relativas a activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	4.811	1.313
	<u>(13.344)</u>	<u>(3.641)</u>

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento da situação líquida é o seguinte:

	TOTAL	Capital Social	Reserva Legal	Res. de Justo Valor	Res. p/ Impostos Diferidos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Acções Próprias	Dividendos Antecipados	Resultado Líquido do Exercício
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	3.069.792	1.972.962	156.077	(4.954)	1.313	640.575	117.408	(796)	-	187.207
Aplicação de resultados	-	-	18.721	-	-	-	168.486	-	-	(187.207)
Distribuição de Dividendos	(66.993)	-	-	-	-	-	(31.993)	-	(35.000)	-
Registo ao justo valor de títulos da carteira de activos disponíveis para venda	(9.703)	-	-	(13.201)	3.498	-	-	-	-	-
Outros	(293)	-	-	-	-	-	-	(293)	-	-
Resultado Líquido do Exercício	78.394	-	-	-	-	-	-	-	-	78.394
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	3.071.197	1.972.962	174.798	(18.155)	4.811	640.575	253.901	(1.089)	(35.000)	78.394

11. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

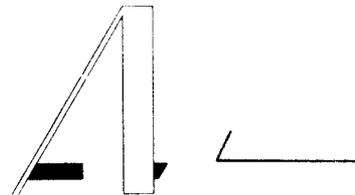
	2012	2011
Juros e rendimentos similares		
Juros de aplicações em Instituições de Crédito	2.514	1.127
Juros e rendimentos similares de outros activos financeiros		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos	713	1.089
	<u>3.227</u>	<u>2.216</u>

12. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Banco Santander Totta, S.A.	-	170.882
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	76.220	14.175
	<u>76.220</u>	<u>185.057</u>

Relatórios e Pareceres Individuais



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da sociedade **SANTANDER TOTTA, SGPS, SA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012, (que evidencia um total de 3.107.217.312 euros e um total de capital próprio de 3.071.197.012 euros, incluindo um resultado líquido de 78.394.307 euros), as Demonstrações de resultados e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data bem como o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da sociedade SANTANDER TOTTA, SGPS, SA, em 31 de Dezembro de 2012 o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário e nos termos das Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) emitidas pelo Banco de Portugal e que constituem o anexo à Instrução nº 23/2004, as quais, na parte aplicável a esta sociedade, são coincidentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) adoptadas pela União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2013

ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por José Duarte Assunção Dias

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas individuais da sociedade **SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.**, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2012.
2. O Conselho Fiscal, ao longo do exercício em análise, acompanhou a gestão da **SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.** e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contactos com os seus responsáveis, bem como da leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração. Efectuou reuniões com regularidade, nas quais, por via de regra, contou com a presença de membros do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e do Director de Coordenação de Contabilidade e Controlo de Gestão e obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções de fiscalização.
3. O Conselho Fiscal procedeu ainda à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo detectado situações de incumprimento e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no artº 420º do Código das Sociedades Comerciais tendo, designadamente, apreciado as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira e fiscalizado a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna.
4. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual mereceu o seu acordo.
5. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações financeiras individuais (Balanço em 31 de Dezembro de 2012, Demonstração dos resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo às Demonstrações financeiras), são adequados à compreensão da situação patrimonial da sociedade no fim do exercício e à forma como se formaram os resultados e se desenrolou a actividade.
6. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração e dos Serviços.

PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da **SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.** aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas individuais do exercício de 2012;
- b) A proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

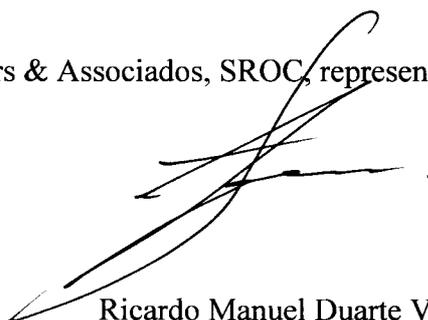
Lisboa, 27 de Fevereiro de 2013

O CONSELHO FISCAL

Luis Manuel Moreira de Campos e Cunha (Presidente)



Mazars & Associados, SROC, representada por Fernando Vieira (Vogal)



Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro (Vogal)

